

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ROSANI RIOS CARVALHO

**A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC NO
MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT**

**Cáceres-MT
2017**

ROSANI RIOS CARVALHO

**A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC NO
MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação da Professora Dra. Marilda de Oliveira Costa.

**Cáceres-MT
2017**

Carvalho, Rosani Rios

A Relação público-privada na implantação do PRONATEC no município de Cáceres-MT./Rosani Rios Carvalho. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017.

188f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

Orientadora: Marilda de Oliveira Costa

1. Educação técnica profissional. 2. PRONATEC – bolsa formação. 3. SENAI – Serviço Nacional da Indústria. 4. Parcerias público-privadas. I. Título.

CDU: 373.67.2)

ROSANI RIOS CARVALHO

**A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC NO
MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Marilda de Oliveira Costa (Orientadora – PPGedu/UNEMAT)

Dra. Ilma Ferreira Machado (Membro Interno – PPGedu/UNEMAT)

Dra. Elisangela Alves da Silva Scaff (Membro Externo – UFGD)

Dra. Maria Clara Ede Amaral (Suplente - PPGedu/UNEMAT)

APROVADA EM: 01 /02 /2017

AGRADECIMENTOS

Não foram poucos os sujeitos que contribuíram em minha trajetória antes mesmo do ingresso ao mestrado, os quais agradeço de coração.

Minha gratidão, primeiramente à Deus, Senhor e Sustentador de minha vida, meu Salvador.

À minha amada família, meus filhos Moisés e Maria Isabel pela paciência em minhas ausências. Ao meu querido esposo, pelo apoio, companheirismo e incentivo neste trabalho. Aos meus queridos familiares de Araputanga que sempre vibraram com minhas conquistas.

À professora Dra. Marilda de Oliveira Costa, pelo dedicado, preciso e incansável acompanhamento desde minha graduação, pelo esmero e paciência. Enfim, pela seriedade, empenho e compromisso com que trata o ensino e a pesquisa dentro da universidade pública.

Aos professores que compõem o corpo docente do Mestrado em Educação, que tiveram participação essencial em minha formação na construção do conhecimento, para o desenvolvimento desta pesquisa, especialmente aqueles que me acompanharam desde minha graduação.

Aos membros da Banca examinadora, pela gentileza de aceitarem ao convite para participarem desta Banca, com relevantes considerações que apontaram caminhos para a qualificação desta pesquisa.

À CAPES, (Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal nível Superior) que subsidiou a concessão de bolsa de estudos Demanda Social, recurso tão indispensável para a finalização deste curso.

Aos colegas da turma do Mestrado em Educação, pela sincera e afetuosa convivência, tão terna que possibilitou crescimento pessoal e acadêmico.

Às amigas de graduação e companheiras de grupo de estudo Mariza Rozin e Nayhara Mirelli pela amizade, cumplicidade e incentivo no desenvolvimento desta Dissertação.

Aos amigos, amigas e familiares que vibram comigo em mais essa conquista! Enfim, agradeço a todos que, de algum modo, contribuíram para esta conquista.

[...] o que frisamos aqui é a maneira pela qual uma determinada concepção de educação está sendo gerida, e que, longe de ser um mecanismo para diminuir o liberalismo econômico, aparentemente as PPPs permitiram seu rápido avanço, dado que o setor privado está agora profundamente enraizado no coração dos serviços públicos educacionais, em todos os níveis, desde a política e a pesquisa até a aprendizagem nas salas de aula (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1149).

RESUMO

A finalidade do presente texto foi analisar a relação público-privada entre Poder Público Federal (União) e o SENAI na implementação do Pronatec/Bolsa-Formação em Cáceres, MT. O período de abrangência da pesquisa compreende o ano 2011 à 2015. Os principais referenciais teóricos que sustentaram a pesquisa foram: Harvey (2008), Mészáros (2009), Frigotto (2009), Antunes (2012), Tonet (2014), Manacorda (2007), Ciavatta (2007), Peroni (2013), Shiroma (2007) e Triviños (2001). A pesquisa centrou-se num estudo de caso de abordagem quanti-qualitativa, cujos mecanismos para a coleta de dados constituíram-se de análise bibliográfica e documental, e, entrevistas semiestruturadas. O campo investigatório ocorreu no município de Cáceres na unidade do Serviço Nacional da Indústria (SENAI). A referida pesquisa considerou as grandes transformações que ocorreram mundialmente em um contexto de crise capitalista e suas influências para o mundo do trabalho e as implicações da Reforma do Estado pós 1990, resultando na implementação de políticas públicas educacionais, antes executadas pelo poder público, e, gradativamente transferidas ao setor privado, mas financiadas pelo Estado, caracterizando novas formas de privatização da educação. O desenvolvimento da pesquisa é voltado para a temática da educação profissional e tecnológica, analisada no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil. A pesquisa apontou que, a formação profissional ofertada mediante a relação público-privada, é uma política educacional direcionada para a formação da força de trabalho em atenção aos parâmetros dos interesses econômicos e políticos hegemônicos nacionais, que prosseguem nos moldes capitalistas, baseadas na aquisição de competências, por meio de diversas qualificações para a empregabilidade. Apesar disso, aumentaram-se as possibilidades de formação profissional para sujeitos beneficiários de programas federais de transferência de renda, até então alijados do direito à formação para o mundo do trabalho, mesmo sendo um programa de educação profissional imediatista e aligeirado. Os resultados apontam fragilidades na relação público-privada, tais como: moroso e inconsistente acompanhamento do poder público ao programa implementado; fortalecimento do setor privado por meio de recursos públicos; apropriação indevida de recursos públicos pelo setor privado; privatização da educação profissional no país. Por fim, a análise demonstrou que os sistemas de fiscalização do Governo Federal (Sistec e SIGPC) carecem de urgentes revisões e regularizações para a implementação da Bolsa-Formação.

Palavras-Chave: Pronatec, Senai, Educação técnica profissional, parcerias público-privadas.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the public-private relationship between Brazil's Federal Public Power (União) and Brazil's National Service for Industrial Learning (SENAI) in the implementation of The National Program of Access to Technical Education and Employment (Pronatec) / Grant-Education (Bolsa-Formação) in Cáceres, Mato Grosso. The research period covers the year 2011 to 2015. The main theoretical references that supported the research were: Harvey (2008), Mézarós (2009), Frigotto (2009), Antunes (2012), Tonet (2014), Manacorda (2007), Ciavatta (2007), Peroni (2013), Shiroma (2007), and Triviños (2001). The research focused on a case study of quantitative-qualitative approach, which mechanisms for data collection consisted of bibliographic and documentary analysis, and semi-structured interviews. The research area was in the municipality of Cáceres in the unit of the National Service of Industrial Learning (SENAI). This research considered the great transformations that occurred worldwide in a context of capitalist crisis, its influences on the world of work and the implications of the State Reform post 1990, which resulted in the implementation of public educational policies, previously executed by the public power, and gradually transferred to the private sector, but financed by the State, so characterizing new privatization of education forms. The research development is focused on the theme of professional and technological education, in the context of changing of the State and civil society roles. The research pointed out that the professional training offered through public-private relationship is an educational policy directed to the formation of the workforce, in accordance with the parameters of the national hegemonic economic and political interests, which continue in the capitalist molds, based on the acquisition of different qualifications for employability. However, there was an increase of the possibilities of professional formation for those who are benefited by income distribution federal programs, who have also been kept from the right to formation for the work, even if it is through an immediate and accelerated educational program. The results point to weaknesses in the public-private relationship, such as: slow and inconsistent monitoring of public power to the program implemented; Strengthening of the private sector through public resources; Misappropriation of public resources by the private sector; Privatization of vocational education in the country. Finally, the analysis demonstrated that the Federal Government's oversight systems (Sistec and SIGPC) need urgent revisions and regularizations for the implementation of the Grant-Education.

Keywords: Pronatec, Senai, Professional technical education, public-private partnerships.

LISTA DE SIGLAS

AI - Assessoria Institucional, Comunicação e Relações Sindicais

AJUR - Assessoria Jurídica e Documental

AM - Assessoria de Marketing

APAE – Associação de Pais e Amigos

BSM - Brasil Sem Miséria

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEB - Câmara de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

DIT - Diretoria de Tecnologia da Informação

DN - Departamento Nacional

DR - Departamento Regional

EAD - Ensino a Distância

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FED - Federal Reserve Bank

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIC - Formação Inicial e Continuada

FIP – Festiva Internacional de Pesca

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GETEC - Gerência de Educação e Tecnologia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IES - Instituições de Ensino Superior

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IHU – Instituto Humanitas Unisinos

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MEC - Ministério da Educação

MDS - Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MD - Ministério da Defesa

MT - Mato Grosso

MTE - Ministérios do Trabalho e Emprego

MTUR - Ministério do Turismo

OMC - Organização Mundial do Comércio

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PAS - Programa Alimentos Seguros

PBSM - Pronatec Brasil Sem Miséria

PDD - Plano Diretor de Desenvolvimento

PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PIA - Programa Indústria em Ação

PNE - Plano Nacional de Educação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional

PPPE - Parcerias Público-Privadas em Educação

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PSAI - Programa de Ações Inclusivas

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC - Pontifícia Universidade Católica

SAF - Secretaria da Administração Federal

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SDTI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional Comercial

SESI - Serviço Social da Industrial

SESC - Serviço Social do Comércio

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo

SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SNA - Sistemas Nacionais de Aprendizagem

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da educação Profissional e Tecnológica

TCU - Tribunal de Contas da União

UEDE - Unidade de Desenvolvimento em Educação Inicial e Continuada

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

UNIPOG - Unidade de Planejamento, Orçamento e Gestão

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1- Descritor 1..... | 40 |
| Quadro 2- Descritor 2..... | 41 |
| Quadro 3- Descritor 3..... | 43 |
| Quadro 4- Beneficiários da Bolsa-Formação entre 2011-2014..... | 96 |
| Quadro 5- Modelo de Termo de Adesão e/ou Cooperação..... | 98 |
| Quadro 6- Unidades Escolares da Educação Básica de MT..... | 110 |
| Quadro 7- Unidades Escolares da educação Básica de Cáceres..... | 112 |
| Quadro 8- Índice de Desenvolvimento Humano..... | 113 |
| Quadro 09- Renda Per Capita de Cáceres..... | 114 |
| Quadro 10- Habitação/Condições de Moradia de Cáceres..... | 115 |
| Quadro 11- Tipos e Modalidades de Cursos Ofertados pelo Senai..... | 121 |
| Quadro 12- Valor da Bolsa-Formação..... | 140 |
| Quadro 13- Transferências Financeiras do FNDE..... | 143 |
| Quadro 14- Total de Alunos Evadidos (2011-2015)..... | 152 |
| Quadro 15- Prestação de Contas Senai 1..... | 155 |
| Quadro 16- Prestação de Contas Senai 2..... | 156 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----|
| Imagem 01- Transferências do FNDE ao Senai (2011-2015)..... | 143 |
| Imagem 02- Comparações Anuais de Transferência do FNDE e Prestação de Contas/Senai | 144 |
| Imagem 03- Total de Matrículas (2011-2015)..... | 149 |
| Imagem 04- Matrículas Evadidas do Senai (2011-2015)..... | 153 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| | |
| CAPÍTULO I | |
| PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA | 22 |
| 1.1 Origem, problema e objetivo da pesquisa | 22 |
| | |
| CAPÍTULO II | |
| A ALTERNATIVA PÚBLICO-PRIVADA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS E A RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO: IMPLICAÇÕES NO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO | 46 |
| 2.1 A Crise Mundial e suas Alternativas..... | 46 |
| 2.2 O Surgimento do Terceiro Setor..... | 51 |
| 2.3 A Reforma da Administração Pública no Brasil dos anos de 1990..... | 54 |
| 2.4 A Educação Profissional em uma Conjuntura Neoliberal e a Formação para o Trabalho.. | 63 |
| 2.5 A alternativa público-privada na Educação Profissional e a Implementação de Parcerias.. | 75 |
| 2.5.1 O Pronatec Bolsa-Formação e seus Parceiros..... | 82 |
| | |
| CAPÍTULO III | |
| A IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC NO ÂMBITO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES: A PARCERIA GOVERNO FEDERAL & SENAI | 106 |
| 3.1 Caracterização do Estado de Mato Grosso | 106 |
| 3.2 Caracterização do município de Cáceres/MT | 110 |
| 3.3 Caracterização da Estrutura Física do Senai/Cáceres. | 116 |
| 3.3.1 Estrutura Política e Administrativa do Senai no Brasil e no Município de Cáceres... | 116 |
| 3.4 O Financiamento do Pronatec Bolsa-Formação..... | 138 |
| 3.4.1 Financiamento e Transferências de Recursos à Bolsa Formação..... | 139 |
| 3.4.2 Assistência Estudantil da Bolsa-Formação..... | 144 |
| 3.4.3 A Execução dos Cursos da Bolsa-Formação pelo Senai/Cáceres..... | 148 |
| 3.4.4 Prestação de Contas dos Recursos do Pronatec Bolsa-Formação..... | 153 |
| 3.4.5 Fiscalização do Governo Federal..... | 162 |

| | |
|--|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 168 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 173 |
| APÊNDICE I - Relação dos Parceiros e dos Cursos ofertados pelo Senai..... | 183 |
| APÊNDICE II - Roteiro de Entrevista..... | 187 |

INTRODUÇÃO

No desenrolar de uma pesquisa é de suma relevância destacar porque determinado tema fora eleito dentre tantos. Essa escolha tem tudo a ver com as vivências, experiências do pesquisador. Portanto, faz-se necessário fazer uma exposição destas vivências na tentativa de justificar determinado tema.

A opção por uma determinada técnica, um método, uma abordagem epistemológica, leva, quase sempre e de forma inconsciente a atitudes e posturas frente ao mundo, à história, ao homem, à sociedade, aos valores, aos interesses dominantes, etc. Novas formas mais conscientes levam a posturas mais críticas frente às concepções implícitas nos modelos de ciência e nos paradigmas que usamos (GAMBOA, 2006, p.119).

Martins (2006) falando sobre o pesquisador na busca de elementos constitutivos do campo estudado no ato descritivo da investigação declara [...] “a necessidade de apreensão dos dados nas relações que eles mantêm com o contexto ao qual pertencem, procura-se verificar *como* os fenômenos se manifestam, tendo em vista uma compreensão holística, histórica e processual” (MARTINS, 2006, p.5).

Esta pesquisa focalizou a política de educação profissional implementada no Brasil nos governos do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República, no contexto neodesenvolvimentista. Trata-se, portanto, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), implantado no governo da Presidente Dilma Rousseff.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) incorpora a educação profissional como parte relevante da educação. Em seu terceiro capítulo, no art.39 estabelece que a educação profissional será integrada às distintas formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, direcionando o indivíduo ao desenvolvimento de suas habilidades para a vida produtiva (BRASIL, 2014). Além disso, a referida lei assegura que o aluno matriculado, ou até o egresso, como o trabalhador, jovem ou adulto, terá a possibilidade do acesso à educação profissional.

A educação profissional foi discutida e contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE) de nº13.005/2014, em seu artigo 2º quando estabelece dez diretrizes orientadoras para sua execução, e, dentre as diretrizes destaco a quinta – formação para o trabalho e para cidadania. Dessa maneira, dentre as metas do PNE, a meta onze (11) propõe triplicar as matrículas da educação técnica de nível médio, garantindo no segmento público pelo menos cinquenta (50%) dessa expansão.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é um programa criado pelo governo federal, instituído pela lei 12.513/2011; tem como foco atender

prioritariamente os alunos do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores, beneficiários federais de transferência de renda, alunos que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. Portanto, o objetivo do Pronatec é ampliar as oportunidades educacionais de formação profissional e tecnológica qualificada.

Desta maneira, o Pronatec é implementado e financiado pelo governo federal, oferecido de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais distritais e municipais de educação profissional e tecnológica, como também as instituições privadas poderão ser ofertantes dos cursos do Programa, desde que devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação (MEC).

O Pronatec é implementado por meio de uma série de subprogramas, projetos e ações, que totalizam cinco: a bolsa-formação, o Brasil Profissionalizado, o sistema rede escola técnica e aberta do Brasil (E-TEC Brasil), a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, e, a oferta de vagas gratuitas pelo chamado sistema S - Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional Comercial (SENAC), etc.

O Senai é uma instituição privada do ensino técnico, faz parte do sistema de federação das indústrias. Esta instituição foi criada em 1942, surgiu para atender a necessidade de formação de mão-de-obra para a indústria, formação esta que esteve tanto a cargo do Estado quanto do Sistema S, institucionalizado na era Vargas em 1940. Em Mato Grosso o Senai chegou em 1977, atualmente neste estado existem oito (8) unidades fixas, além das unidades móveis. Em Cáceres o SENAI emergiu em 1988, nesta unidade o Pronatec foi implantado desde que foi sancionada a lei em 26/10/2011, em novembro desse mesmo ano já iniciaram as articulações de cursos técnicos e profissionalizantes.

Desde 1942, o Senai oferta cursos técnicos profissionalizantes atendendo a necessidade de mão-de-obra para a indústria, formando indivíduos para inserção no mundo do trabalho. Em relação ao mundo do trabalho, vale lembrar que posterior ao período pós-guerra, devido à crise mundial e às incertezas e inconstâncias dos mercados financeiros, novos arranjos e tentativas de organização industrial surgem, dando início a um novo regime de acumulação. Entretanto, esses acontecimentos foram decisivos para entrar num período de reestruturação e intensificação do trabalho (HARVEY, 2008).

Dessa forma, emerge então um novo modelo de produção industrial (toyotismo), tido como paradigma de desenvolvimento. Essas mudanças vivenciadas ocorreram em diversos lugares, principalmente na América Latina (ALVES; ANTUNES, 2004). Todavia, foram

mudanças que intensificaram fortemente o mundo do trabalho, percebemos isso nos estudos de Ciavatta (2007), Alves e Antunes (2004), Antunes (2000/2012), Frigotto (s/d) que denunciam a precarização/exclusão do trabalho.

Com a instalação do programa de Reforma da Administração Pública em 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), passa-se ao setor privado a função das políticas sociais, por este ser considerado modelo de eficiência. Este plano é voltado para novas formas de gestão na tentativa de maior eficiência e qualidade para o cidadão. Portanto, a implementação das políticas públicas educacionais, antes executadas pelo poder público, é paulatinamente transferida ao setor privado, com inúmeras ações financiadas pelo setor público. Isto ocorre a partir das décadas 1980 e mais intensamente em 1990 com a reforma do Estado em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil. Neste contexto, identificamos o Sistema S, mais especificamente o Senai na oferta da educação profissional através de cursos técnicos por meio do Pronatec, em Cáceres/MT.

A opção pelo tema e desenvolvimento deste trabalho está intrinsecamente ligada às vivências, ao meio social no qual estive inserida, por isso acredito ser relevante abordá-la. Por se tratar de uma experiência pessoal utilizarei neste momento a primeira pessoa do singular, contudo no desenvolvimento dos capítulos utilizarei a primeira pessoa do plural, pois para a constituição deste trabalho foram necessárias discussões com vários autores, diálogos com diversos sujeitos que subsidiaram e colaboraram nesta pesquisa.

Em minha trajetória pessoal, profissional e intelectual, alguns fatos concorreram para o incremento desta pesquisa. Ainda adolescente iniciei minha jornada de trabalho, passando por algumas empresas comerciais. Entretanto, existiu uma que marcou minha vida, dada a intensidade de exploração que a mesma exercia sobre seus funcionários. Trabalhei em uma loja de calçados em que a jornada de trabalho era de doze (12) horas seguidas, com apenas uma hora de almoço. Nesta empresa não era permitido sentar-se em momento algum, cuidávamos do atendimento ao cliente, da limpeza da loja e das cobranças. Recebíamos por porcentagem, se não alcançássemos o valor de um salário mínimo a empresa “generosamente” completava, como se não fosse direito do trabalhador receber um salário mínimo. Além disso, não esqueço das constantes fugas que tinha que fazer, dada a visita inesperada dos fiscais do trabalho, por não ser devidamente registrada com carteira de trabalho, ou seja, não gozava dos direitos trabalhistas.

Apesar disso, acreditava que tinha um bom trabalho, pois conforme discute Paulo Freire (1987) em “A Pedagogia do Oprimido”, “[...] Até o momento em que os oprimidos não

tornem consciência das razões de seu estado de opressão “aceitam” fatalistamente a sua exploração [...]” (FREIRE, 1987, p. 29, grifo do autor).

Paulo Freire (1987) vai dizer que a tomada de consciência dá abertura a caminhos para manifestação das contrariedades sociais. Além disso, sustenta que ninguém se conscientiza sozinho, mas na relação com o outro, com o mundo. Portanto, foi nesta relação de diálogo e reflexão com a academia que eu pude passar por essa tomada de consciência. Estas reflexões me levaram a pensar que:

[...] A luta pela humanização pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 1987, p.16, grifo do autor).

Com o ingresso na academia em agosto de 2010, após as muitas leituras que desenvolvemos neste período, as que mais me chamavam a atenção, que me incomodavam eram aquelas ligadas à área da sociologia, pensadores clássicos como: Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber. Porém, destas as que mais me intrigavam eram sobre Marx, sobre a sociedade dividida em classes (capitalistas - que detêm a posse dos meios de produção e o proletariado - cuja única posse é a força de trabalho que vendem ao capital). Marx defendia que as formas como os homens se organizavam nas relações de produção geravam desigualdades e, por conseguinte, a luta de classes e propunha uma sociedade no qual os meios de produção fossem de toda coletividade e não de uma determinada classe; todas essas questões me angustiavam por entender a hegemonia materializada pela opressão e exploração de uma classe sobre a outra, oprimindo.

Enquanto acadêmica participei como bolsista de um projeto de alfabetização de jovens e adultos, que era promovido por uma empresa privada, a referida empresa firmou acordo informal com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) na disponibilização dos acadêmicos na execução do projeto de alfabetização.

O fato de a empresa privada ofertar algo que é de responsabilidade do Estado me intrigou bastante, levando-me a desenvolver minha monografia sobre o envolvimento do empresariado na educação, no caso específico sobre o papel da referida empresa na educação.

A ideia de me aprofundar nestes estudos se concretizou após participar como bolsista da iniciação científica, na área de Ciências Humanas, no período de 2013-2014 de um projeto de pesquisa com o tema: Análise do Sistema Integrado de Gestão da Aprendizagem da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e suas Implicações para a Gestão e o Desempenho Escolar. Vinculados à este projeto de pesquisa participávamos do grupo de

estudos sobre “Estado, Políticas e Gestão da educação”- estudos sobre parcerias entre o poder público e organizações do setor privado.

Por tudo isto, meus questionamentos só aumentavam, fato que me levou a desenvolver a análise sobre a educação profissional ofertada pela empresa privada (SENAI), mas financiada pelo Estado (PRONATEC). Com este propósito, apresentei um projeto de dissertação ao Mestrado em Educação da UNEMAT, cujo tema foi a relação entre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o SENAI na Implementação de Cursos Técnicos no Município de Cáceres-MT.

Desenvolver um estudo sobre os cursos técnicos profissionalizantes se torna relevante, principalmente ao observar como historicamente foi se desenvolvendo a formação de indivíduos para atender a mão de obra do mercado capitalista, que nega a efetiva cidadania política, econômica, social e cultural, conforme afirma Frigotto (1996).

Pude perceber ainda a importância do desenvolvimento desse estudo, ao constatar que, grande expansão da oferta dos cursos de educação profissional e tecnológica ocorrem por meio das parcerias público privadas. A presença do Senai como ofertante dos cursos profissionalizantes via Pronatec é forte, considerado como um dos maiores ofertantes do Pronatec, pesquisas apontam que 54% dos alunos que fazem cursos técnicos se encontram no Senai (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

Esta pesquisa se desenvolve na região pantaneira, sudoeste do estado de Mato Grosso, na cidade de Cáceres, banhada pelo Rio Paraguai, conhecida pelo famoso Festival Internacional de Pesca (FIP), a qual descrevo mais adiante no capítulo III. Nesta cidade, adentrando a unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), presente há mais de vinte anos neste município, é que surge o *loco* da pesquisa.

Contribuíram para o desenrolar e incremento da pesquisa os sujeitos entrevistados. Além destes, outros sujeitos que colaboraram foram os autores e autoras que analisam a política educacional brasileira e as grandes transformações já ocorridas mundialmente. Contudo, além da análise bibliográfica, a análise documental foi fundamental para o conhecimento das diretrizes, enfim, para desvendar o que existe nos respectivos dispositivos legais que dão fundamentação a esta pesquisa.

Ao considerar as grandes mutações que ocorreram mundialmente, transformações políticas, sociais e econômicas, especialmente no mundo do trabalho e que o propósito do Pronatec é oferecer e assegurar cursos de qualificação para os trabalhadores, analisamos então a relação público-privada entre o poder público e Senai na implementação de cursos técnicos. Sobre esse aspecto, questiono: como se dá a relação público-privada entre o Pronatec e o Senai

na implementação de cursos técnicos no município de Cáceres, especialmente no tocante ao financiamento?

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a relação público-privada entre Poder Público Federal (União) e o Senai na implementação do Pronatec em Cáceres, MT. E como objetivos específicos:

- Identificar e analisar as relações entre educação profissional e o mundo do trabalho na atualidade, mediadas pelos cursos do Pronatec Bolsa-Formação;
- Conhecer e analisar o financiamento do Pronatec para implementação de cursos pelo Senai/Cáceres-MT, quanto a: repasses financeiros e gastos efetivos com o Programa;
- Mapear e discutir os mecanismos de controle e acompanhamento do governo federal na implementação desses cursos.

Mensurar o tempo da pesquisa não é tarefa fácil, pois a mesma é fruto de inquietações presentes antes mesmo do ingresso ao Mestrado em Educação. Todavia, se a avaliarmos após esse ingresso implica compreendermos o tempo das leituras; o tempo significou as reflexões em grupos de estudo, tempo para o cumprimento dos créditos exigidos pelo Programa do Mestrado em Educação, tempo das orientações para definição do foco da pesquisa. Enfim, falar do tempo da pesquisa implica também falar do tempo de análise dos dados, da interlocução com os autores. Mas frente a exigência de delimitação espaço temporal da pesquisa acadêmica, delimitamos o período entre 09/03/2015 – data de ingresso ao Mestrado em educação até 30/01/2017 – data limite de entrega de pesquisa enviada ao Conselho de Ética.

Estes escritos desenvolvem a temática sobre a formação profissional, que estão inseridos na linha de pesquisa “Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT).

Para o desenvolvimento e apresentação da dissertação, a estruturei em três capítulos e as considerações finais. **No capítulo I - Percurso Teórico-Methodológico da Pesquisa:** apresento a origem, problema e objetivo da pesquisa, destacando as técnicas de coleta de dados, o local da pesquisa, os sujeitos e a organização dos dados.

O capítulo II – A alternativa Público-Privada no Contexto das Transformações Mundiais e a Reconfiguração do Estado: Implicações no Trabalho e na Educação - trato da crise mundial e suas alternativas, o surgimento do Terceiro Setor, a Reforma da Administração Pública no Brasil dos anos de 1990, bem com discuto a educação profissional numa conjuntura neoliberal e a formação para o trabalho. Ainda neste capítulo, analiso a

alternativa público-privada na Educação Profissional e a implementação de parcerias, e, descrevo os parceiros do Pronatec Bolsa-Formação, e, discuto sobre alternativa público-privada na Educação Profissional.

No terceiro e último capítulo – A Implantação do Pronatec no Âmbito da Política Educacional Brasileira no Município de Cáceres: A Parceria Governo Federal & Senai – inicio com a caracterização do Estado de Mato Grosso, também o faço com o Município de Cáceres. É feita também a caracterização da estrutura física do Senai neste município; apresento ainda a estrutura política e administrativa do Senai no Brasil e no Município de Cáceres. Assim, destaco a relação entre Pronatec e Senai, e, finalizo este capítulo analisando o financiamento da educação profissional no âmbito das parcerias entre o Governo Federal e o Senai em Cáceres.

Nas considerações finais aponto que a relação público-privada entre o Pronatec e Senai na implementação de cursos técnicos no município de Cáceres, é uma relação que corresponde aos princípios formativos do setor produtivo, na aquisição de habilidades e competências e maiores qualificações para a empregabilidade. Constatamos que é um programa que tem ações voltadas para pessoas de baixa renda, com vistas à inserção destes sujeitos no mercado de trabalho, mesmo que de forma aligeirada e imediatista. A fiscalização do poder público ao programa, tem ocorrido de maneira morosa. Constatamos irregularidades nos sistemas de monitoramento, acompanhamento e fiscalização da União ao programa implementado, podendo resultar em descrédito na execução dos programas federais.

CAPÍTULO I

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Apresento neste capítulo os percursos metodológicos, que deram sustentação ao desenvolvimento da pesquisa sobre a Relação Público-Privada na Implantação do Pronatec Município de Cáceres, MT. Revelo a metodologia aplicada na pesquisa, bem como apresento a preferência pelos referenciais teóricos, os dispositivos usados para a coleta de dados, o local de investigação, a seleção e entrevista aplicada aos sujeitos entrevistados.

1.1 Origem, problema e objetivo da Pesquisa

A educação profissional no Brasil tem recebido grandes investimentos do governo federal, partindo de um projeto de desenvolvimento e inclusão para jovens e trabalhadores que buscam inserção no mundo do trabalho e maior escolaridade. A Continuidade de políticas dessa natureza pode ser vista no Governo Lula (2003-2010) e no Governo Dilma¹ (2011-2018) que dá prosseguimento ao projeto de educação profissional e estabelece o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e pode estar relacionado com o novo desenvolvimentismo do país representado, especialmente, pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Podemos entender por neo ou novo desenvolvimentismo um projeto nacional de equidade social, isto conforme Sicsú, Paula e Michel (2005). Estes explicam que “[...] Na concepção novo-desenvolvimentista, o Estado deve ser forte para permitir ao governo a implementação de políticas macroeconômicas defensivas ou expansionistas [...]” (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005, p.3). Esta alternativa, como projeto político econômico emergiu aos sinais de esgotamento do neoliberalismo, diante de um Estado que tem como missão regular a economia.

O Pronatec foi criado pelo Governo Federal, instituído pela Lei Federal nº 12.513 de 26/10/2011, cujo objetivo é maximizar a oferta de educação profissional e tecnológica a estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos,

¹ Vale ressaltar que a Presidenta foi reeleita em 2014 e destituída do cargo em 2016 por meio de uma farsa jurídico-política, também conhecida por golpe de Estado - "impeachment".

trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, por meio de uma série de subprogramas, projetos e ações.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é uma instituição privada de ensino técnico, faz parte do Sistema de Federação das Indústrias. O SENAI foi criado em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei 4.048 do Presidente da República Getúlio Vargas, e em 1943 no Estado de São Paulo surge a primeira Escola SENAI “Roberto Simonsen” e surgiu para atender a necessidade de formação de mão-de-obra para a indústria. Em Mato Grosso (MT), o Senai chegou em 01 de janeiro de 1977. Atualmente, MT possui 08 (oito) Unidades fixas, além das conveniadas e móveis. No ano de 2015 a diretora regional foi Lélia Rocha Abadio Brun. O Senai em Cáceres existe desde 1988, realiza ações nas áreas de gestão, tecnologia da informação, segurança no trabalho, têxtil e vestuário, automotiva eletroeletrônica, construção civil, alimentos e bebidas, metal mecânica (SENAI, 2014).

Conforme explicação do Gerente da Unidade de Educação Profissional e tecnológica (UNIEP) do Departamento Regional de Cuiabá (DR), todos os estados do País possuem um DR, e para a instalação do mesmo deve haver um consenso entre a organização federativa (Federação das Indústrias) e associativa (sindicatos patronais), para que se resolva pela instalação. Já para a instalação de Unidades Operacionais, nos municípios onde têm escolas, é feito um estudo de viabilidade técnica e econômica, que envolve a análise do perfil do município, atividade industrial, população, etc.

O Ministério da Educação analisa a oferta dos cursos técnicos de nível médio no país, bem como as necessidades da sociedade contemporânea, objetivando promover constantemente a atualização do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (BRASIL, 2015). O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Pronatec contempla 220 cursos no país, distribuídos em 13 eixos tecnológicos. Segundo dados do DR do Senai/Cuiabá, para Cáceres foram realizadas em 2014, quatro mil, cento e setenta e cinco (4.175) matrículas, resultando em três mil, seiscentos e vinte e sete (3.627) alunos concluintes. Já em 2015, diminuiu consideravelmente o número de matriculados com apenas quatrocentos e setenta e uma (471) matrículas e sessenta e nove (69) evadidos, resultando em quatrocentos e dois (402) alunos concluintes. Essa queda no número de matrículas, pode ser devido ao contingenciamento de recursos para as políticas sociais, em razão do ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff.

Para compreendermos a ingerência de novos agentes na execução da educação técnica profissionalizante, é preciso entendermos as mutações que correram mundialmente, nas esferas política, econômica e social, e, inclusive mudanças no papel do Estado. Sobre essas mudanças, Harvey (2008), explica que a crise mundial e a instabilidade dos mercados financeiros

mundiais, o esgotamento do modelo econômico manifesto em 1973, especialmente com a crise do petróleo. Isto concorreu para que o mundo capitalista fosse sufocado pelo excesso de fundos e com poucas oportunidades produtivas para investimento, significando uma forte inflação.

Dessa forma, Harvey (2008), assegura:

[...] A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras (HARVEY, 2008, p.136).

Portanto, a partir destes acontecimentos desencadearam-se intensas mutações no processo de produção capitalista, nas relações sociais e trabalhistas, esses acontecimentos foram determinantes para entrar numa era de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. Harvey (2008) afirma que:

[...] A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY, 2008, p.137; 140)

Assim, nova experiência da organização industrial, da vida social e política tomam forma, essas experiências representam as primeiras iniciativas para um novo regime de acumulação. Harvey (2008) a chama de “acumulação flexível” que se caracteriza na oposição direta à rigidez do fordismo, pois se sustenta na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Alves e Antunes (2004) discutindo sobre “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”, ressaltam que estamos vivenciando em diferentes partes do mundo, especialmente na América Latina, a precarização/exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência. Estes autores afirmam que:

Nessa fase de mundialização do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constrange ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica [...] (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 349).

Portanto, a reestruturação produtiva ascendeu a partir da década de 1970, com a crise de acumulação de capital (MÉSZÁROS, 2009) e da queda do modelo taylorismo/fordismo no processo de produção e acumulação industrial. Esta se fundamenta nas transformações no meio de produção, podendo ser compreendida como processo de solidificação do modelo flexível do trabalho industrial.

Para Alves e Antunes “[...] O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista” (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 339, grifo do autor). Dessa forma, o paradigma toyotismo como modelo de produção industrial passa a ser o padrão de desenvolvimento, o capital exige os princípios do toyotismo para captura da subjetividade operária, como requisito do desenvolvimento da nova materialidade do capital (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 346).

Em uma crítica a este modelo Alves e Antunes (2004) argumentam:

[...] com a *aparência* de um despotismo mais brando, a sociedade produtora de mercadorias torna, desde o seu nível microcômico, dado pela fábrica toyotista, ainda mais *profunda* e *interiorizada* a condição do estranhamento presente na subjetividade operária e dissemina novas objetivações fetichizadas que se impõem à classe-que-vive-do-trabalho. Um exemplo forte é dado pela necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho (ALVES; ANTUNES, 2004, p. 347).

Antunes (2012) em seu artigo “A nova morfologia do trabalho no Brasil” ao abordar sobre a reestruturação e precariedade nas relações de trabalho, argumenta que as novas realidades do trabalho no Brasil são marcadas por fortes processos de reestruturação produtiva e organizacional. Contudo, somente a partir da década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos no processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a aderirem a novos padrões organizacionais e tecnológicos, “mas foi somente em 1990 que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil” (ANTUNES, 2012, p. 47). E ainda complementa:

[...] para os capitais produtivos (nacionais e transnacionais), interessa a mescla entre os equipamentos informacionais e a força de trabalho qualificada, polivalente, multifuncional, apta para operá-los, percebendo, entretanto, salários muito inferiores àqueles alcançados pelos trabalhadores das economias avançadas, além de regida por direitos sociais amplamente flexibilizados (ANTUNES, 2012, p. 48).

Antunes (2012) faz uma crítica ao falar sobre os imperativos do capital que tornam o trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e explorado, tornando-se geradora de trabalho precarizado, informalizado como um meio de acesso ao desemprego estrutural. E denuncia, “estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, etc” (ANTUNES, 2012, p.59, grifo do autor).

O papel do Estado tornou-se o de “[...] subsidiador e promotor do processo ideológico, legal e financeiro de transferência da ação social para o terceiro setor ou voluntariado”

(MONTAÑO, 2010, p.235). Suas ações são voltadas para fins capitalistas, mediante uma ideologização do terceiro setor.

Nesta perspectiva, Shiroma (2007) diz que através de grupos públicos não-governamentais “[...] o Estado convoca a iniciativa privada a compartilhar as responsabilidades pela educação, reafirmando a velha tese da social-democracia de que, se a educação é uma questão pública, não é necessariamente estatal [...]” (SHIROMA, 2007, p.97).

Que relação há entre o Pronatec e o contexto acima descrito? A relação entre formação do trabalhador para adequação ao mercado capitalista existe desde a gênese e ascensão desse modo de produção. No Brasil, a formação de mão-obra para a indústria e comércio nascentes esteve tanto a cargo do Estado quanto do chamado sistema S, institucionalizado em grande parte na era Vargas, em 1940.

O Sistema S é constituído por entidades tradicionais no Brasil que prestam serviço à população brasileira na formação técnica, ensino regular e promoção social. Emergiram neste período para atender às necessidades do mercado de trabalho com a qualificação de mão-de obra. A estratégia da *parceria público-privada* como política de educação profissional no Brasil não é algo inédito. Guimarães (2013) destaca, que desde a década de 1940 esse processo iniciou-se num período em que vários países da América Latina criavam sistemas estatais de educação técnica, no Brasil investiu-se na criação do Sistema S, uma rede de escolas privadas coadunadas a confederações de empresas de diversos blocos da economia, como indústria (SENAI), comércio (SENAC), financiadas com recursos que são considerado públicos, pois segundo Marcela Pronko (2013) - “Essa era uma reivindicação de todo empresariado: que ninguém poderia formar os trabalhadores que eles precisam tão bem quanto eles próprios”. E complementa que eles só encontraram espaço para implantação desse sistema no Brasil (apud GUIMARÃES, 2013, p.10).

Atualmente este espaço não só existe, como foi alargado pelas políticas da educação profissional no Brasil, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Segundo o professor Gabriel Grabowski (2013, apud GUIMARÃES, 2013), da Universidade Feevale e pesquisador na área de educação e trabalho, o Pronatec é o mecanismo que o governo Dilma está usando para firmar um diálogo com o mercado, segundo ele “O governo disponibiliza o programa e o dinheiro e diz para as empresas executarem. Entrega inclusive a gestão a elas. Foi exatamente o que Getúlio Vargas fez em 1942 com o Sistema S” (apud GUIMARÃES, 2013, p.11).

Os ideais proclamados na Revolução de 1930, baseados na industrialização e urbanização reforçam o projeto nacionalista de desenvolvimento, trazendo novos rumos na

economia do país. Significando desenvolvimento nacional por meio da implantação da produção industrial, da economia agroexportadora passou-se para uma economia de mercado e industrial, atendendo ao mercado interno e competindo no mercado mundial. (PEREIRA, s/d).

Sobre estas mudanças, Maria Ciavatta (2007) em seu artigo sobre a “Formação Integrada Caminhos para a Construção de uma Escola para os que vivem do Trabalho” afirma que em 1940 a educação profissional assumiu a orientação que vinha sendo dada pelos empresários paulistas; assim ela avalia que:

De acordo com essa orientação, prevaleceu a formação dos trabalhadores para o mercado de trabalho, segundo as necessidades imediatas da indústria, de modo especial para o trabalho manual e para operar a maquinaria, dentro do modelo taylorista-fordista da divisão do trabalho e das linhas de montagem. Nos anos 1990, com a introdução das novas tecnologias (microeletrônica, informática etc.), a nova organização do trabalho e a conseqüente reestruturação produtiva, alterou-se o discurso no tratamento dos trabalhadores, de empregados a “colaboradores”, mas se manteve a prática política da divisão do trabalho entre os que sabem, planejam, decidem e os que sabem menos, o suficiente para operar, “colaboram” e têm suas relações de trabalho “flexibilizadas”, isto é, terceirizadas ou desregulamentadas. (CIAVATTA, 2007, p.04, grifo do autor).

Dessa forma, considerando todas as transformações que ocorreram mundialmente e, que a finalidade do Pronatec é ofertar e assegurar cursos de qualificação para os trabalhadores, favorecendo e dando oportunidades para a qualificação profissional, pretendemos compreender e analisar a relação público-privada entre Poder Público federal (União) e Senai na implementação do Pronatec em Cáceres, MT.

Freitas (2008) ressalta que a procedência do problema pode estar na literatura, como na pesquisa de outros pesquisadores já feitas anteriormente, ou pode estar diretamente na realidade. E complementa que “[...] a escolha do problema e dos sujeitos da pesquisa tem a ver com sua visão de mundo e com as contradições que você quer encontrar. As contradições têm que estar presentes para serem descritas, documentadas” (FREITAS, 2008, p. 13).

Nessa perspectiva, Freitas (2008) esclarece que:

[...] é problema porque tem contradição, e mais, se é problema e tem contradição, há forças em oposição, portanto a superação se dá por uma das forças em jogo e posso estudar bem as soluções e antever as possíveis soluções dentro do problema e seu entorno (FREITAS, 2008, p. 14).

Dessa maneira, compreender a origem da contradição nesta lógica indica que para pensar a realidade pode-se aceitar a contradição, andar por ela e apreender o que dela é essencial. Para Pires (1997):

[...] Neste caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade), o real aparente, o objeto, assim como ele se apresenta à primeira vista e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que há de

essencial no objeto, objeto síntese de múltiplas determinações concreto pensado (PIRES, 1997, p.87).

Talvez no nível epistemológico a fundamental pretensão seja desvendar a essência do fenômeno estudado (SILVA, 2015). “As categorias filosóficas impregnam o estudo, assim como as categorias empíricas, que vão revelando o objeto, fazendo aflorar a sua essência” (SILVA, 2015, p.9). Sobre essa questão, esta autora nos esclarece que:

[...]Essência e aparência estão presentes em todos os fenômenos, constituindo a sua unidade. Por essência, é entendida a representação dos aspectos principais, próprios e internos do fenômeno estudado, seus traços peculiares. A aparência representa a sua manifestação externa, o que aparece a primeira vista (SILVA, 2015, p.8).

Portanto, a aparência pode revelar a essência como ocultá-la, ou mostrá-la parcialmente, ou deformá-la. O conhecimento do objeto começa pelo que se manifesta (aparência) e evolui buscando entender a sua essência.

É a partir desse pensamento que se dará o desenvolvimento dessa pesquisa, que voltara-se para a temática do público e privado na oferta da educação profissional e tecnológica, analisada no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil.

Martins (2006), enfatiza que é necessária uma submersão, um aprofundar do pesquisador para apreensão dos dados dada a complexidade da realidade existente,

[...] qual seja, a submersão do pesquisador no campo real da existência, campo este que comporta um dinamismo pré-dado e altamente complexo. Esta atitude é proposta como fundamental para que a realidade possa ser compreendida e interpretada [...] (MARTINS, 2006, p.6).

Dessa forma, com o propósito de conhecer a realidade acima proposta, me reporto a Freitas (2008) que afirma que a realidade é histórica, não é perene, se é histórica ela é mutável. Portanto, é porque ela pode mudar que temos compromisso político com a transformação, com a mudança (FREITAS, 2008). Segundo este autor [...] “A realidade está permeada de contradições em desenvolvimento, portanto, não pode haver uma verdade perene” (FREITAS, 2008, p. 10). E ainda afirma [...] “estamos imersos em centenas de contradições entrelaçadas, complexas.” E, por causa disso [...] “a contradição me provoca, me força a tomar posições” (FREITAS, 2008, p. 10).

Nestas circunstâncias, aspiramos compreender as contradições existentes na relação público-privada entre o Governo federal e Senai na aplicação do Pronatec Bolsa-Formação, entender principalmente por que a execução do programa federal é preponderante nos meios privados e não públicos, dada a qualidade das escolas da rede federal, enfim, do setor público.

Em razão disto, nesta pesquisa utilizamos a abordagem crítico-dialética, que segundo estudos de Gamboa (1998) tem como sustentação teórico filosófica o Marxismo, o

Materialismo Histórico e Dialético. Triviños (2001) afirma que quando o marxismo sustenta-se na dialética filosófica, a interpretação se torna muito mais definida,

[...] a interpretação é um dos veículos de conhecimento dos fenômenos empregado pelo marxismo, e não o único, como ocorre noutras tendências teóricas [...] a interpretação, como busca de significados dos fenômenos, no marxismo, é um processo impregnado de todos os pressupostos que definem esta tendência teórica (TRIVIÑOS, 2001, p. 105).

Freitas (2008), sustenta que o uso do método de Marx, persiste sendo uma das melhores maneiras para conseguirmos construir historicamente e de estudar a realidade, [...]“penetrar nessa realidade e construir categorias de entendimento sobre ela. E de modificá-la” [...] (FREITAS, 2008, p.2).

Nesse contexto, na tentativa de entender a realidade, e da possibilidade de mudanças na realidade, ressaltamos as transformações que aconteceram mundialmente e como estas afetaram a vida política, social e econômica, especialmente no mundo do trabalho, resultando em incluídos e excluídos. Com o novo modelo industrial instaurado, consequências profundas ocorreram para o trabalhador intensificando sua jornada de trabalho, explorando e precarizando com a retração de seus direitos. Nestas circunstâncias, o homem como sujeito histórico precisa se libertar dessas condições opressoras e/ou se conscientizar em rumo à sua emancipação.

Para Gamboa (2006), esta abordagem trata de apreender o fenômeno em seu percurso histórico e em suas inter-relações com outros fenômenos, procura compreender os processos de transformação, as contradições e potencialidades. Nesta abordagem o homem conhece para transformar e o conhecimento tem sentido quando notifica as alienações, as opressões e as misérias da atual fase de desenvolvimento da humanidade; indaga de forma crítica os determinantes econômicos, sociais e históricos. O conhecimento crítico do mundo e da sociedade e o entendimento de sua dinâmica transformadora oportunizam ações (práxis) emancipadoras (GAMBOA, 2006).

Sobre esta abordagem, Silva (2015) sustenta que “a dialética é mais que um método para se chegar à verdade no estudo de um fenômeno material, visto que expressa também uma concepção de ser humano, de sociedade, da natureza e da relação ser-no-mundo” (SILVA, 2015, p. 5).

Nesta ótica, o homem é considerado como um ser social inserido no conjunto das relações sociais, visto como capaz de transformar a realidade, ator e criador da história; transforma a natureza através do trabalho, cria e constrói o ambiente social no qual vive etc. Gamboa (1998). E acrescenta,

Embora histórica e socialmente determinado, "cidadão organizado sob a vontade coletiva" e fruto do processo histórico, é capaz de tomar consciência de seu papel

histórico, educar-se pelas ações políticas e libertar-se através da prática revolucionária [...] agente ativo, capaz de participar, falar, criar, assumir seus projetos num contexto histórico-social [...] ser transformador da natureza através do trabalho, criador e construtor do ambiente social no qual ele mesmo vive. O homem não só é objeto determinado pela situação sócio-econômica, produto de sua própria existência e das condições históricas senão que também é sujeito a quem cabe modificar e transformar a realidade (GAMBOA, 1998, p. 111).

A educação é vista como uma prática nas formações sociais e resulta de suas determinações econômicas, sociais e políticas; faz parte da superestrutura, ou seja, a educação é o espaço da reprodução das condições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestação de novas formas sociais; é tida como uma forma de luta política no sentido da tomada de consciência, podendo ser vista como instrumento de emancipação do homem e como meio de adaptação do homem a seu meio social, instrumento utilizado pela classe dominante para assegurar sua dominação (GAMBOA, 1998). Dessa forma, a educação “é reduzida institucionalmente a desempenhar o ‘papel ideológico’ de justificar e diferenciar as classes sociais” (GAMBOA, p. 111, 1998, grifo do autor).

A educação ofertada pelo setor privado, está longe de ser um mecanismo de emancipação do homem, de tomada de consciência política aonde estiver inserido. Pelo contrário, os cursos ofertados pelo Pronatec Bolsa-Formação mediante o setor privado, corresponde aos valores próprios de mercado, específicos para atender à sua demanda, são cursos na sua maioria aligeirados com vistas a um treinamento para o mercado de trabalho, conforme preconiza o modelo toyotista, formar um sujeito polivalente, multifuncional, com diversas qualificações.

A história por sua vez, tem um caráter instrumental no conhecimento das variações, dos momentos e das articulações dos fenômenos, permitindo recuperar seu surgimento e sua evolução. Refere-se ao movimento da sociedade como um todo, movimento de base econômica que gera a luta de classes e expressa uma visão dinâmica e conflitiva da realidade; a luta de classes configurada na criação da história pelo homem continua historicamente pelo processo educativo.

A realidade pode ser entendida como totalidade, concreticidade e visão de mundo. A realidade é concebida como um todo complexo, dinâmico e contraditório; referido à sociedade, esse todo se dá organizado num modo de produção em movimento devido à correlação de forças existentes que podem ser mudadas pela ação transformadora dos homens (GAMBOA, 1998).

Conforme o enfoque crítico-dialético, “[...] o conhecimento da realidade, do mundo, das dinâmicas sociais e a ação transformadora dos homens, se orientam à obtenção de maiores níveis

de liberdade, adquiridos através de permanentes lutas e da superação das contradições sociais [...]” (GAMBOA, 2006, p.116). Portanto, a realidade vista como totalidade é o

[...] contexto amplo e complexo em que vive o homem, como "espaço cultural" construído e elaborado pelo homem e como o "todo societário que constitui um bloco histórico, entendido este, como a real situação sócio-política, econômica e cultural (GAMBOA, 1998, p. 113, grifo do autor).

A concreticidade pode ser entendida como objetiva, que apresenta fatos, situações concretas de vida de determinado grupo humano em condições reais, sociais, econômicas e culturais em que vive determinado grupo humano ou a comunidade objeto do estudo (GAMBOA, 1998).

A visão de mundo refere-se à

[...] concepção unitária, coerente e organizada do mundo que o homem constrói na sua relação com a natureza e com os outros homens, varia segundo as funções sociais de cada sujeito, é historicamente determinada e se processa geralmente de forma ideologizada (GAMBOA, 1998, p.113).

São considerados nesta abordagem segundo Gamboa (1998) “os fenômenos educativos e sociais privilegiados, os núcleos conceituais básicos, autores e clássicos cultivados, pretensões críticas com relação a outras teorias, tipos de mudança propostos” (GAMBOA, 1998, p.57). Portanto, busca-se a relação entre teoria e prática, faz-se crítica a visão estática da realidade, tem-se o interesse de transformação dos fenômenos estudados, valorizando a dimensão histórica e desvendar possibilidades de mudanças, tem como base de seus princípios a matéria, a dialética, consciência e a prática social, busca-se uma interpretação dialética do mundo (GAMBOA, 1998).

Gamboa (1998) ressalta que nesta perspectiva são considerados conceitos de ciência, causalidade e cientificidade. No conceito de ciência a construção do conhecimento é um processo de compreensão da essência, como o caminhar do empírico real ao concreto abstrato, ou seja, o conhecimento parte do real objetivo percebido através de categorias abstratas para chegar à construção do concreto no pensamento, passando pelo crivo das referências teóricas suficientes para estruturar e analisar o concreto pensado. A própria ciência é uma construção histórica, uma categoria histórica, um fenômeno em constante evolução, inserido no movimento das formações sociais como produto da ação do homem. Sendo assim, é a construção que serve de mediação entre o homem e a natureza, relação ativa entre sujeito e objeto, na qual o homem como sujeito direciona a teoria e a prática num processo transformador da natureza. Dessa forma, considera a ação como categoria epistemológica fundamental (GAMBOA, 1998).

Outro conceito relevante nessa abordagem é a causalidade, que dentre as várias definições de Gamboa (2006) destaco a visão Aristotélica – “uma ação que um ser exerce

diretamente sobre o outro” (GAMBOA, 2006, p.45). É a inter-relação entre os fenômenos, entre -o todo com as partes e vice-versa, da tese com a antítese, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica e intelectual. Portanto, há uma relação lógica entre a tese, a antítese e a síntese; refere-se também à sequência histórica de fatos; há uma inter-relação derivada das condições específicas da luta de contrários e das contradições internas, na relação dialética entre sujeito-objeto (GAMBOA, 1998).

Além disso, outro conceito importante é o de cientificidade, assim, deve-se considerar:

A validade da prova científica se fundamenta na lógica interna do processo de análise e síntese, no referencial teórico que permite explicar a relação do todo com as partes e a recuperação da totalidade no processo da pesquisa, e no método dialético que aborda o fenômeno em suas contradições numa perspectiva histórica e dinâmica (GAMBOA, 1998, p.109).

Neste sentido Gamboa (s/d) sustenta que, nesta abordagem o conhecimento é construído por uma relação dialética entre sujeito e objeto que estão dentro de um contexto de realidade histórica (cultura), não é uma adequação e simples descoberta, mas construção de algo novo que muda ambos durante o processo (GAMBOA, s/d). Assim, Gamboa ratifica que:

O processo de construção do conhecimento nesta abordagem conforme o nome indica, é um processo dialético que vai primeiramente do todo para as partes e depois das partes para o todo realizando a síntese e relacionando-o ao contexto. Na abordagem dialética é necessária uma relação, ora de aproximação e ora de afastamento. Ora com predomínio do subjetivo, ora do objetivo (GAMBOA, s/d, p.6).

Outra questão nesta abordagem muito importante de ser ressaltada é a relação entre sujeito e o objeto do conhecimento, a tentativa de superação na dicotomia da separação entre sujeito e o objeto. Gamboa (1998) salienta as “diversas maneiras de relacionar o sujeito e o objeto na relação cognitiva, ou definir os critérios sobre a ‘construção do objeto’ no processo do conhecimento” (GAMBOA, 1998, p.57, grifo do autor).

A “concreticidade” se constrói na síntese objeto-sujeito que acontece no ato de conhecer. O concreto é construído como ponto de chegada de um processo que tem origem empírico-objetiva, passa pelo abstrato, de características subjetivas, e forma uma síntese, validade na mesma ação de conhecer, quando o conhecido (concreto no pensamento) é confrontado com seu ponto de partida através da prática (GAMBOA, 1998, p.125, grifo do autor).

Sobre as categorias dialéticas, Gamboa (1998) sustenta que estas [...] “devem ter conteúdos objetivos na medida em que são reflexos do mundo exterior. Nesse sentido não podem separar o homem do mundo, mas uni-lo com ele por serem objetivas e refletirem os processos da natureza e da sociedade tal como existem na realidade” (GAMBOA, 1998, p.22).

Para Silva (2015) a dialética “assim se trata de uma produção da atividade cognitiva, a partir do que se colhe da realidade objetiva (externa), configurando formulações que visam apreender as coisas do mundo, construir um entendimento sobre elas” (SILVA, 2015, p. 4).

Nesta perspectiva “o homem não só é objeto determinado pela situação econômica, produto de sua própria existência e das condições históricas senão que também é sujeito a quem cabe modificar e transformar a realidade” (GAMBOA, p. 111, 1998).

[...] nenhum fenômeno se encontra isolado, pelo contrário, se insere numa rede de contextos e determinantes progressivamente mais amplos e complexos. Nesse sentido, nenhum fenômeno pode ser considerado um todo autônomo, isolado ou separado de uma totalidade maior que é a própria realidade, realidade que por ser histórica não se esgota na percepção presente. A sociedade interpretada como um todo complexo e com limites progressivamente mais amplos, em suas condições atuais é apenas parte da sua totalidade histórica (GAMBOA, 2006, p.83).

Vale ressaltar nesta abordagem, que se utiliza tanto o método dedutivo quanto o indutivo, para Gamboa (2006) “a dialética inclui a dinâmica do caminho de volta, do todo às partes e das partes ao todo” (GAMBOA, 2006, p.90).

A referida pesquisa possui caráter quanti-qualitativo, uma vez que os dados qualitativos têm sustentação em dados estatísticos sobre o Programa, mas sem a pretensão de quantificar os resultados, nem mesmo generalizá-los. Na busca da compreensão dos dados obtidos, faz-se necessário uma análise, interpretação que dependerá da abordagem teórica que servirá para nortear a pesquisa. Triviños (2001), ressalta que:

A explicação no marxismo é de natureza qualitativa. Geralmente está apoiada em informações quantitativas. Além disso, é dialética. Isto a apresenta como um processo diacrônico, isto é histórico. Jamais a explicação marxista completa de um fenômeno poderá ser fotográfica, fixa. A concepção de causa do marxismo é muito diferente da do positivismo. Existe uma relação dialética entre causa e efeito. A causa de um fenômeno, em determinado momento, pode ser efeito do mesmo fenômeno; e o efeito transforma-se em sua causa. Existe uma permanente relação dialética entre causa e o efeito, como já assinalou Hegel (TRIVIÑOS, 2001, p. 101).

Para Freitas (2008) a dialética é carregada de conteúdo e ao carregar a lógica de conteúdo surgem as contradições, pois a realidade é contraditória. Na tentativa de compreender como a realidade se comporta, unindo pensamento e realidade, as contradições que [...] “fazem parte do mundo são incorporadas na dinâmica do pensamento e o pensamento dialético emerge como usa o pensamento por contradição” (FREITAS, 2008, p. 4).

A realidade é uma multiplicidade de relação em desenvolvimento através do qual o pesquisador tem que se confrontar e procurar compreender nas suas linhas mais centrais, isso é o mais importante (FREITAS, 2008). Portanto, a abordagem qualitativa se representa como a melhor escolha para o desenvolvimento da pesquisa, neste enfoque metodológico, o paradigma qualitativo defende que a ideal forma para se atrair a realidade, é aquela que permite ao pesquisador se colocar no lugar do outro [...] “apreendendo os fenômenos pela visão dos pesquisadores” (MARTINS, 2006, p.6).

Optou-se nesta pesquisa pelo estudo de caso, pois é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2010). Para Freitas (2008) as

Técnicas de estudo de casos são particularmente úteis neste processo, pois permitem um aprofundamento da descrição e um grande volume de informação sobre o caso estudado. Mas a escolha do caso a ser estudado é fundamental, pois deve conter as contradições do problema de pesquisa que são de interesse do pesquisador bem como manifestá-las em seu estado mais avançado (FREITAS, 2008, p.10).

O estudo de caso para Triviños (2001) é um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa de maneira aprofundada, e afirma que esta definição determina duas condições essenciais dele: a abrangência da unidade e também sua complexidade (TRIVIÑOS, 2001).

Sendo assim, para cumprimento dos objetivos de nossa pesquisa, os procedimentos metodológicos iniciais da pesquisa consistiram na análise de documentos num período que vai de 2011, ano em que o Pronatec foi implementado no Senai/Cáceres à 2015: tais como, o projeto de Lei do Pronatec e respectivas Portarias e resoluções, relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o Pronatec, documentos oficiais expedidos pelo Senai (quadro de matrículas, Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno), e, outros dados que foram surgindo no desenvolvimento da pesquisa. Assim, procuramos identificar quais são os cursos ofertados pelo Pronatec em Cáceres, o número de matriculados que finalizaram os cursos, também os evadidos, bem como o financiamento dos mesmos. Realizou-se também, seleção e leitura de bibliografia relacionada ao objeto de estudo. Desta maneira, a pesquisa foi desenvolvida mediante a realização de estudos bibliográficos, análise documental e entrevistas, com uso de roteiro semiestruturado.

A pesquisa documental constitui rica fonte de dados. Para Gil (2002):

Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc. (GIL, 2002, p.46).

A entrevista semiestruturada, foi realizada com nove (09) sujeitos, sendo o gerente geral – formado em Administração, a secretária escolar – cuja formação é Tecnóloga em Turismo, o analista de mercado – formado em Administração/História, o coordenador administrativo (financeiro) – formado em Administração, um assistente de educação – formado em Ciências Contábeis e quatro professores – um formado em Administração de Empresas, outra em Ciências Contábeis, e apenas a assessora e a coordenadora possuem graduação em Pedagogia. Essas duas últimas, exerceram a função de professoras na implantação do Pronatec

(2011/2012). As entrevistas foram agendadas e realizadas no dia 13/10/2015, e, com a permissão dos sujeitos foram gravadas, mas, optamos pelo anonimato dos sujeitos entrevistados, que no decorrer do trabalho foram identificados pela função exercida.

Segundo Triviños (2001) a entrevista semiestruturada é uma das ferramentas que a pesquisa qualitativa usa para atingir seus objetivos, para ele

A entrevista semi-estruturada se transforma num diálogo vivo do qual participam duas pessoas, com objetivos diferentes, mas que podem se tornar convergentes. Ambos, entrevistado e pesquisador, procuram construir um conhecimento relativamente comum para determinada realidade pessoal e coletiva (TRIVIÑOS, 2001, p. 86).

Durante o desenvolvimento da pesquisa as perguntas básicas, elaboradas para a entrevista aos sujeitos, suscitaram outras surgidas das respostas e do comportamento dos entrevistados, que no mesmo processo foram analisadas pelo pesquisador (TRIVIÑOS, 2001). Sendo assim,

A pessoa do pesquisador é considerada importante instrumento para a observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados e em face desta tarefa, poderá utilizar recursos tais como filmagens, fotografias, gravações, documentos históricos, registros escritos etc com o objetivo de ampliar a confiabilidade de suas percepções [...] (MARTINS, 2006, p.05).

O acesso aos dados constituiu-se uma tarefa árdua, talvez por tratar-se de empresa privada, apesar de receber recursos públicos. Todavia, as dificuldades para aquisição dos mesmos, também ocorreram nos órgãos públicos. Primeiramente, protocolei no dia 26/03/2015 um pedido formal de permissão para a pesquisa à empresa Senai/Cáceres, o qual encaminharam ao Departamento Regional em Cuiabá pedindo a permissão à diretora regional, estes aprovaram no dia 09/04/2015 o protocolo de pedido para o desenvolvimento da pesquisa.

Passados seis meses efetivei o pedido verbal para as entrevistas, e no mesmo mês me retornaram marcando para o dia 13/10/2015, data na qual realizei todas no mesmo dia, conforme agendado pela empresa, as entrevistas foram gravadas com a permissão dos sujeitos. Entretanto, no decorrer das entrevistas solicitei documentos que disseram não poder disponibilizar, que só o Departamento Regional em Cuiabá teria e poderia disponibilizar.

Dessa forma, em março de 2016 telefonei na unidade do Senai/Cuiabá, expliquei sobre a pesquisa e que a mesma tinha sido autorizada exatamente pela Regional. Portanto, carecia de dados para o desenvolvimento da pesquisa. O atendente disse que dispunha dos dados dos quais precisava, mas que carecia da autorização de sua superior, de sorte que eu lhe enviasse a autorização da pesquisa para poder me encaminhar os dados. Depois de quinze dias sem retorno, telefonei novamente ele disse que não tinha recebido ainda autorização. Passados dez dias,

enviei e-mail perguntando sobre os dados e obtive em 29/03/2016 a seguinte resposta: “A direção do SENAI - MT não autorizou o repasse da informação”.

Concomitante às tentativas de acesso aos dados no Senai, contactei também por telefone a central de atendimento do MEC, que me orientou a enviar e protocolar processo solicitando esses dados ao Gabinete Nacional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). De modo que protocolei quatro solicitações, solicitei esses dados ao Sistema Nacional de Informações da educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), o qual depois de alguns dias me respondeu em (01/04/2016) que, a solicitação de dados de quaisquer programas, devem ser enviadas ao Gabinete da SETEC. Desta maneira, protocolei a solicitação ao Gabinete nacional da SETEC.

Ao enviar pedido à SETEC em 31/03/2016 disseram que o repasse de recursos do Pronatec não é realizado para as unidades de ensino, que eu deveria pedir ao Departamento Nacional do Senai, e sobre a prestação de contas eu deveria consultar o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Consultei, no entanto, não havia encontrado nenhum dado, em decorrência disso, encaminhei solicitação de dados junto ao FNDE, porém sem êxito.

Resolvi então procurar o Departamento Nacional do Senai via telefone, ocasião na qual conversei com o Gerente Executivo da Educação Profissional e Tecnologia – UNIEP de Brasília, o mesmo ficou de dar resposta depois de verificar o porquê de o Departamento Regional não ter disponibilizado os dados. Passados alguns dias, o Gerente Executivo enviou-me e-mail no dia 25/04/16 pedindo que telefonasse para ele, em conversa pediu que eu novamente enviasse pedido de dados à unidade do Senai/Cáceres. Depois de o fazer, no dia 04/05/16 enfim recebi e-mail do DR de Cuiabá que após solicitar o Projeto de Pesquisa me repassou alguns dados solicitados no dia 09/05/16 e outros dados posteriores à esses foram também disponibilizados conforme pedido de solicitação.

Efetivei pedidos via protocolo, ao Sistec, FNDE, ao Gabinete da SETEC e à SETEC. Enquanto solicitava ao Senai, neste íterim, consegui o celular do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do (SETEC/MEC), conversamos pelo WhatsApp, expliquei que havia encaminhado o pedido de dados mediante protocolo ao Gabinete da SETEC, então o Secretário me pediu que enviasse à Chefe de Gabinete novamente e me garantiu que se fossem dados sobre o Pronatec os mesmos seriam disponibilizados. Foi quando me passou e-mail da chefe de Gabinete da SETEC, então explicitizei o pedido, a mesma me disse que identificou um protocolo de pedido de dados sobre o Pronatec ao Gabinete pendente devido a demanda, mas que no prazo de um mês receberia os mesmos, isto é, em 30/04/2016 - o que não ocorreu.

Todavia, no mês seguinte a SETEC disponibilizou via on line no site do MEC dados referentes ao Pronatec (como instituições ofertantes, cursos ofertados, etc.) desde a implantação até 2016, inclusive como tinha solicitado esses dados, fui informada no dia 18/05/16 pela chefe de Gabinete da SETEC e também pela equipe da SETEC sobre a liberação dos mesmos via on line.

Efetivei novamente pedido por e-mail no dia 28/06/2016 ao Gerente do DR de Cuiabá sobre alguns dados, dentre eles cito o dado que não me foi passado, sobre quanto é repassado aos alunos para a assistência estudantil, o mesmo me orientou a buscar esse dado na Lei do Pronatec. Todavia, esse dado não consta na referida lei devido ao fato de que não existe normatização específica para a assistência estudantil, mas um valor hora-aula total que custeie todas as despesas da Bolsa-Formação, deixando livre a instituição na aplicação do mesmo.

Ainda no intuito de alcançar mais dados, solicitei no dia 06/07/2016 ao Diretor da Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica (DIR/SETEC), o Termo de parceria entre o Senai e Pronatec na implementação da Bolsa-Formação, contudo não obtive resposta. Vale lembrar que, nesse período após o processo de “impeachment” da Presidenta Dilma Rousseff que ocorreu em maio de 2016, mudou toda a equipe da SETEC inclusive no site havia somente o nome do novo Secretário da SETEC e do Diretor da DIR.

Recebi esclarecimentos em Abril/2016, pela chefe de Gabinete da SETEC, neste período ainda se constituía a antiga equipe da SETEC, quando lhe solicitei informações sobre a prestação de contas das instituições ofertantes do Pronatec Bolsa-Formação. A mesma explicou que esses dados estavam disponíveis em SiGPC acesso ao público. No entanto, ao acessar não encontrei nenhum registro de prestação de contas do Senai em tal sistema. Assim, no receio de inserir poucos dados no sistema, podendo ser uma suposta razão para o não acesso, entrei em contato por telefone com a SETEC, explicando que tinha sido orientada pela chefe de Gabinete a entrar no referido sistema. Todavia, não consegui as informações. Diante disso, a atendente me encaminhou para várias pessoas da SETEC, e ao final, ao FNDE, estas explicaram que se foi inserido Pronatec-TD (Transferência Direta) e colocado o nome da cidade e mesmo assim não apareceu resultado, é sinal de que não há prestação de contas realizadas, ou seja, a instituição ofertante responsável pela mesma, ainda não efetuou prestação. Assim, no dia 12/07/2016 novamente entrei no sistema para ver se haviam inserido a prestação de contas, em Mato Grosso constou que apenas a Secitec havia realizado.

No dia 13/07/2016 enviei novamente e-mail à chefe de Gabinete da SETEC, questionando sobre o fornecimento dos dados no SiGPC, se era possível as instituições terem efetivado a prestação e não ainda não constar no sistema por este aguardar parecer conclusivo

da SETEC. Dez (10) dias depois a mesma esclareceu que, “*teoricamente tudo está no Sigpc*”, explicou que o Pronatec-TD com o filtro por Estado aparecem dados somente das redes públicas estaduais e municipais; que eu deveria pesquisar por “Pronatec Mantenedoras” pois as informações sobre o repasse de recursos efetuados para as mantenedoras de instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio, exclusivamente para a iniciativa da Bolsa-Formação, poderão ser alcançadas por todos os interessados por meio de consulta ao link <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes>. Assim, através deste endereço tive acesso aos repasses financeiros às instituições ofertantes, e, visitando o site do FNDE encontrei dados sobre as prestações de contas do Departamento Nacional do Senai, as quais foram esclarecidas pela ex-Chefe de Gabinete da SETEC que as entidades dos SNA recebem o repasse via Departamento Nacional, inferi que desta forma se dá a prestação de contas, sendo este o motivo inicialmente pelo qual não encontrei dados do Senai por município.

No intuito de iniciar a análise dos dados solicitei mais documentos ao DR, como o termo de parceria entre o Senai e o governo federal, que alegaram não ter o referido documento, solicitei também o quantitativo dos cursos implementados de 2011-2015 com suas respectivas cargas horárias, ao responsável pelo Senai/Cáceres - o Gerente do DR de Cuiabá. Contudo, apenas parte dos dados foram enviados, dificultando a análise; a resposta ao pedido encaminhado no dia 02/08/16 foi: não fazemos o acompanhamento de Carga Horária anual, o acompanhamento é feito pela Carga Horária total do curso, assim sendo, *não vou conseguir* lhe auxiliar nessa solicitação.

Enfim, o caminho percorrido para a descoberta e conquista de dados para o desenvolvimento da pesquisa foi difícil e obscuro, o não acesso a determinados documentos que deveriam estar disponibilizados ao público, dificulta o controle social. Embora tenha solicitado, não consegui o termo de adesão como parceiro ofertante pois este documento esclarece sobre o funcionamento das parcerias, contém informações sobre os gastos que o setor público realiza na implantação e implementação e esclarece sobre os direitos e deveres de cada parte.

O pesquisador deverá ficar atento para os elementos constitutivos do campo estudado, observar como os fenômenos se manifestam, tendo em vista uma compreensão holística, histórica e processual. Contudo Martins (2006) alerta,

[...] se queremos descobrir a essência oculta de um dado objeto, isto é, superar sua apreensão como real empírico, não nos bastam descrições acuradas (escritas, filmadas, fotografadas etc !!!), não nos bastam relações íntimas com o contexto da investigação[...] (MARTINS, 2006, p.10).

Assim, cabe prosseguir em direção à descoberta das múltiplas determinações ontológicas do real. O conhecimento da realidade conseqüentemente é um meio diante do qual assimilando esta realidade a reproduz intelectualmente (MARTINS, 2006).

Gamboa (2006) esclarece que “quando falamos de *síntese de múltiplas determinações* nos referimos à construção do objeto determinado pelos contextos, quer dizer, pelas condições materiais e históricas que permitem sua existência e sua manifestação como fenômeno” (GAMBOA, 2006, p.90). Sobre essa questão, Silva (2015) afirma que a “análise dialética não deixa nada de lado, vai incorporando, retendo, recriando descobertas (afinal, ela é “rica em múltiplas determinações”)” (SILVA, 2015, p.17).

Martins (2006) alerta [...] “não pode nos bastar apenas o que é *visível aos olhos*, pois o conhecimento da realidade, em sua objetividade, requer a *visibilidade da máxima inteligência dos homens*” (MARTINS, 2006, p.11, grifos do autor).

[...] para a epistemologia materialista-histórico-dialética não basta constatar *como* as coisas funcionam nem estabelecer conexões superficiais entre fenômenos. Trata-se de não se perder de vista o fato histórico fundamental de que vivemos numa sociedade capitalista, produtora de mercadorias, universalizadora do valor de troca, enfim, uma sociedade essencialmente alienada e alienante que precisa ser superada (MARTINS, 2006, p.16).

Gamboa (2006) ratifica esta compreensão afirmando que:

Nas pesquisas dialéticas, o homem é concebido como ser social e histórico, que, embora determinado por contextos: econômicos, políticos e culturais é o criador e transformador de tais contextos. De acordo com o enfoque crítico-dialético, o conhecimento da realidade, do mundo, das dinâmicas sociais e a ação transformadora dos homens, se orientam à obtenção de maiores níveis de liberdade, adquiridos através de permanentes lutas e da superação das contradições sociais (GAMBOA, 2006, p.116).

Sobre as pesquisas com abordagem crítico-dialética Gamboa (1998) esclarece que as mesmas,

[...] utilizam técnicas bibliográficas e históricas com estudos de textos, documentos, registros etc., priorizando a análise do discurso. Com menor frequência utilizam as estratégias da Pesquisa-Ação e a Pesquisa Participante e esporadicamente técnicas estatísticas no tratamento dos dados (medidas de frequências e porcentagens) (GAMBOA, 1998, p.108, 109).

Sendo assim, conscientes da relevância do balanço de produção para a pesquisa científica e, neste caso, para auxiliar na delimitação do nosso objeto de estudo, sua aproximação e distanciamento com pesquisas já realizadas, recorreremos ao portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a finalidade de identificar as produções científicas já existentes sobre a relação entre o Pronatec e Senai na implementação de cursos profissionalizantes. Este portal tem como objetivo favorecer o fortalecimento dos programas de pós-graduação de forma democrática com acesso online a nível internacional,

disponibilizando às instituições de pesquisa e ensino as produções científicas. Esta biblioteca virtual foi desenvolvida visando diminuir as dificuldades com respeito ao acesso as informações no Brasil, sendo a mesma financiada pelo governo brasileiro. Portanto, é um dispositivo essencial ao desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil.

Gamboa (2006), corrobora com a busca das produções científicas quando afirma:

Todo pesquisador, por mais original e precoce que ele seja, está chamado a realizar uma leitura diferenciada (leitura epistemológica) de outras pesquisas. Sem dúvida se trata de uma maneira de familiar-se [sic] com a produção científica, a que consegue com a leitura crítica de outras pesquisas, relatórios de investigação ou teses (GAMBOA, 2006, p.37).

Nesse sentido, iniciei as consultas ao banco de teses da Capes com o propósito de obter maiores informações sobre o que se tem pesquisado nos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, a respeito da implementação de cursos técnicos e profissionalizantes por meio do Pronatec e Senai.

Dessa forma foram utilizados os seguintes descritores:

Quadro nº 01 - Descritor 1

| Nº | |
|----|---|
| 1 | A Relação entre o Pronatec e Senai na implementação de cursos profissionalizantes |
| 2 | Pronatec |
| 3 | Senai |
| 4 | Pronatec/Senai |

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

Iniciando a busca, verifiquei que estavam disponíveis apenas as teses e dissertações referentes aos anos posteriores à 2010, o que não foi problema dado ao fato de a implantação e aprovação do Pronatec ter sido sancionado a partir de 2011.

Desse modo, iniciei a busca com o descritor: A Relação entre o Pronatec e Senai na Implementação de Cursos Profissionalizantes, mas nenhum registro foi encontrado, talvez devido ao fato de serem muitas palavras juntas. Em seguida, procurei apenas pelo descritor Pronatec, por este descritor foi encontrada uma dissertação de quatro autores do ano de 2012.

Quadro nº 02 - Descritor 2

| Nº | Ano | Nível | Autor | Título | Instituição | Área |
|----|------|--|--|---|-------------------------------------|---------------|
| 1 | 2012 | Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas | Maria Angélica Lozano Medina, Luís Herique de Campos, Caio de Resende Trogiane, Liliane Varanda Pereira | Desafios para a implementação do Programa Pronatec/Osasco Sem Miséria Proposta de Plano de Ação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Trabalho e Inclusão | Escola de Administração de Empresas | Administração |

Fonte: Elaborado pela Autora, 2016.

Esta dissertação de mestrado foi realizada por quatro autores do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas, da Escola de Administração de empresas de São Paulo, com o seguinte título: Desafios para a Implementação do Programa Pronatec: Osasco sem miséria.

Para que esta pesquisa fosse realizada, foi feita uma proposta de parceria com a Fundação Getúlio Vargas para que alunos concluintes do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP), realizassem o trabalho final de conclusão do curso, cooperando para a melhoria da implementação do Pronatec/OSM através da análise da situação-problema e da proposta de soluções específicas.

Neste trabalho tinha-se como finalidade identificar as causas fundamentais dos baixos índices de resposta e adesão do público-alvo e alto índice de evasão dos alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria em Osasco. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI), órgão responsável por conduzir esse trabalho localmente, em contato com a coordenação do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas da FGV-SP solicitou que se elaborasse um diagnóstico sobre os índices baixos de resposta e adesão do público ao Programa e sobre a alta evasão dos alunos matriculados.

O Pronatec BSM (Brasil Sem Miséria) atua em parceria com o Sistema “S” (Senai e Senac) atendendo a pessoas em situação de pobreza, com nível de escolaridade entre o 1º e o 9º anos do Ensino Fundamental. Assim, no intuito de conhecer os problemas e dificuldades do Programa para atrair e manter o público-alvo nos cursos ofertados, foram feitas entrevistas e levantadas hipóteses pela equipe da SDTI. Após as pesquisas, foram encontrados 27 problemas

divididos em cinco eixos: Concepção da Política, Características do Público-Alvo, Divulgação do Programa, Operação do Programa e Oferta dos Cursos. Entre eles se destacam: instrumentos de comunicação inadequados, cursos fora da área de interesse dos alunos, falta de estrutura adequada de apoio a mães com filhos durante o curso, dificuldade de socialização dos beneficiários, dificuldade de deslocamento dos beneficiários e desconfiança por parte do público das ações e dos programas governamentais. A partir daí foi proposto um plano de ação à Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão (SDTI), responsável pela execução do Pronatec/Osasco Sem Miséria.

Outro descritor utilizado foi Senai, haviam cento e quarenta e três (143) trabalhos. Destes, cento e trinta e sete (137) são dissertações de mestrado e seis (06) teses de doutorado. Porém, não havia nenhum que tratasse sobre o tema: A relação público-privada na implantação do Pronatec no município de Cáceres, como também não encontrei nenhuma pesquisa com o descritor Pronatec/ Senai.

Dada a escassez de produções na temática resolvi pesquisar com os descritores acima na expectativa de encontrar artigos, procurei na biblioteca eletrônica que abrange periódicos científicos brasileiros, a Scielo (Scientific Electronic Library Online), mas não encontrei. Recorri ao banco de teses da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e também da UNEMAT, mas não encontrei nenhuma produção.

Entretanto, resolvi fazer uma busca pelo google acadêmico e encontrei um artigo proveniente de uma dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), cujo título é Pronatec: estudo de caso realizado em um curso técnico de nível médio, em Belo Horizonte, no ano de 2014 (Autoras: Marina Lindaura M. Contarine e Maria Auxiliadora M. Oliveira).

Quadro de artigos científicos, dissertações e doutorado com o descritor Pronatec:

Quadro nº03 - Descritor 3

| Nº | Ano | Nível | Autor | Título | Instituição |
|----|------|--|---|---|---|
| 1 | 2014 | Artigo Científico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC) Minas | Marina Lindaura Maranhã Contarine, Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira | Pronatec: Estudo de Caso realizado em um curso técnico de nível médio, em Belo Horizonte | Universidade Católica de Minas Gerais (PUC) Minas |
| 2 | 2013 | Dissertação | Luise Anita Wulff Al Allan | Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, Senai, Pelotas | Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas |
| 3 | 2014 | Doutorado em Psicologia | Cláudia Basso | Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do Pronatec | Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade federal de Santa Catarina |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O artigo de Marina Lindaura Maranhã Contarine e Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira (2014), teve como objeto de estudo o Pronatec, especificamente, a análise de um Curso Técnico de Nível Médio, oferecido por uma unidade do Senai em Belo Horizonte.

Nesta pesquisa constatou-se que o Pronatec e o curso pesquisado foram bem avaliados pelos sujeitos da pesquisa, indicando que a implantação do Pronatec na instituição pesquisada a princípio foi um processo que acarretou adaptações. Os sujeitos pesquisados (gestores, alunos e instrutores), avaliaram o Pronatec e o Curso de Edificações como bons; enfatizaram a relevância de o curso ser gratuito, ofertar apostilas bem elaboradas e transporte; avaliaram a infraestrutura da instituição como satisfatória. Contudo, elencaram algumas críticas: a não obrigatoriedade do estágio; a falta de orientação para realizá-lo em outras instituições; os instrutores consideraram carência de um processo seletivo para ingressar no curso do Pronatec;

a distância da instituição que realizava o curso; a defasagem dos alunos nos conteúdos da Educação Básica; a falta de Plano de Carreiras e Salários; Exercício do magistério por Instrutores em vez de Professores; embora com infraestrutura adequada, um reduzido espaço livre disponibilizado para atender às necessidades de uma demanda crescente de alunos.

Em outra busca pelo google encontrei uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, no ano de 2013, com o seguinte tema: Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico Emprego – PRONATEC, SENAI Pelotas, da autora Luise Anita Wulff Al Alam (2013).

Este estudo teve como finalidade analisar o resultado do Pronatec, desenvolvido no Senai Pelotas, focaliza ex-alunos participantes do programa e os instrutores. Para os entrevistados esta política apresenta limites, como a falta de formação básica dos alunos; a não qualificação para abertura de negócio próprio; falta de conhecimento dos interessados sobre as exigências do curso e a falta de adequação do nível dos cursos para os beneficiários preferenciais do programa. Contudo, consideram o Programa como possibilidade de aprendizagem, ascensão profissional, e convivência social. Os entrevistados apresentam ideias e contribuições na expectativa de que resulte na melhoria do programa: diversificar a oferta de cursos, assegurar equipamentos bons e adequados ao número de alunos, ofertar creches, oferecer capacitação de nivelamento básico, esclarecer sobre habilidades requeridas para o curso, controle mais rígido na distribuição de vales e incentivar às pessoas mais humildes.

Em vista disso, a análise demonstrou que o Programa não está atendendo plenamente ao perfil de usuários previsto na política de qualificação e que pouco alterou a “empregabilidade” dessas pessoas.

A tese de doutorado de Cláudia Basso (2014) da Universidade Federal de Santa Catarina tem como título “Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do PRONATEC”. Nesta pesquisa a finalidade principal foi compreender os aspectos pessoais e contextuais da permanência de estudantes da área da tecnologia em cursos técnicos do Pronatec no Senai /SC. De natureza qualitativa, a pesquisa contou com uma amostra de 41 participantes, sendo 27 homens (65,8%) e 14 mulheres (34,2%), com idades entre 15 e 34 anos (M=16,0), estudantes do 2º semestre nos cursos Técnico em Informática (34,2%), Técnico em Automação (34,2%) e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (31,6%). Os resultados mostraram que a permanência ou evasão dos estudantes no curso técnico do Pronatec está ligada à qualidade do curso e à utilização de estratégias autorreguladas de aprendizagem e; no aspecto vocacional/profissional, além da identificação com a profissão, as oportunidades do mercado de trabalho e as necessidades de emprego. Desta

maneira, se faz necessário que o Governo e as Instituições de Ensino ofertantes dos cursos técnicos do Pronatec promovam efetivos programas e projetos de permanência que garantam a permanência dos alunos investindo na qualidade dos profissionais e laboratórios e demais estruturas da instituição.

De modo geral, as pesquisas acima, evidenciam algumas dificuldades na implantação e implementação do Pronatec nas unidades do Senai, como problemas de evasão, baixos índices de adesão e que o programa não está correspondendo ao previsto na política.

Verificamos na dissertação de mestrado (TROGIANI *et al.*, 2012) sobre a execução, em Osasco, do Pronatec-Brasil Sem Miséria (PBSM) que o programa no município também enfrenta dificuldades em atrair e manter o público alvo nos cursos que são ofertados por instituições coadunadas ao Sistema S, particularmente Senai e Senac.

Isto é discutido por Cassiolato e Garcia (2014) ao afirmar sobre o Pronatec que:

[...] nessa fase ainda de aprendizado e ajustes na implantação do programa, outro fator agravante deve ser enfrentado: o elevado índice de evasão, em torno de 50% nos cursos de qualificação profissional – FIC. Essa evasão de alunos compromete bastante a efetividade das ações do PRONATEC e é também uma incidência preocupante nos cursos técnicos (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p.56).

Considerando ainda os dados que apontam o Senai como um dos maiores ofertantes do Pronatec, Cassiolato e Garcia (2014) ressaltam que as pesquisas apontam que 80% dos alunos se encontram no Senai e Senac à procura de cursos técnicos, e a presença do Senai como ofertante é forte, pois oferta 54% de Bolsa-Formação Estudante (2012), SENAC 26%, Redes Estaduais 0,13% e Rede Federal 0,07% (Fonte: SISTEC/MEC). Já na Bolsa-Formação Trabalhador (2012) Senai oferta 46%, o Senac 32%, a Rede Federal 0,15%, Rede Federal 0,03%, Senar 0,03% e Senat 0,03% (Fonte: SPP/MEC) (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

Diante disso, e ao observar a carência de produções no banco de teses da Capes, considero pertinente e necessário, o desenvolvimento do tema para a produção da pesquisa científica sobre a relação público-privada na implantação do Pronatec no município de Cáceres, MT. No entanto, a leitura dos estudos apontados acima, apesar de muito interessantes divergem do foco que proponho não podendo assim contribuir com esta pesquisa, pois a maioria das pesquisas acima apresentadas apontavam para as questões referentes à alunos e cursos do Pronatec, sendo que meu foco consistirá na relação público privada entre o Governo Federal e o Senai na implementação de cursos profissionalizantes por meio do Pronatec.

CAPÍTULO II

A ALTERNATIVA PÚBLICO-PRIVADA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES MUNDIAIS E DA RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO: IMPLICAÇÕES NO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO

Este capítulo busca compreender a crise estrutural do capital e as estratégias que utiliza para escapar da crise. Apresenta breve discussão sobre o Estado, inclusive aponta alterações no papel do Estado decorrente de tais alternativas. Além disso, discute o surgimento do Terceiro Setor, a reforma da Administração Pública do Estado e o processo de implementação da mesma. Aborda a crise mundial ocorrida em 2008 que trouxe consequências para o Brasil; e, por último problematiza a emergência de formação para o trabalho nesse novo contexto neoliberal e de Terceira Via.

2.1 A Crise Mundial e suas Alternativas

Desde 1980 distintas correntes teóricas têm subsidiado pesquisas sobre a Reforma e Reestruturação do Estado, destas, apresento o neoliberalismo e Terceira Via que imputam ao Estado a crise estrutural, inclusive elaboram alternativas para a superação da mesma, que apresentamos no desenrolar do texto. Todavia, existem estudos de teóricos como Mézarós (2002), Harvey (2008), Chesnais (2012), Antunes (2002), Montañó (2008), que sustentam que a crise está no capital e não no Estado, que a crise fiscal do Estado é consequência da crise estrutural do capital. Com base nestes autores, defendo que a crise está no capital, destaco estudos recentes como o de Peroni (2013), Costa (2011), que propõem discussões sobre a reforma e reestruturação do Estado e o papel do mesmo na atual conjuntura.

Partindo do princípio que o capitalismo passa por uma crise estrutural, Mézarós (2009) sustenta que é vã a ação dos governos e instituições globais em face da crise estrutural do capital. Que esta crise não tem nada de nova, mas é duradoura, ou seja, esta crise está em desenvolvimento, vivemos numa crise estrutural cada vez mais profunda. Mézarós (2009) salienta que:

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário”- do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas

transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2009, p.96).

Mészáros (2009) afirma que é irônico e absurdo que os apologistas de tal sistema, creiam que ele seja democrático e base de modelo para qualquer democracia concebível. Além disso, no entendimento deste autor,

[...] a permanência e aprofundamento da crise estrutural de um injusto sistema de produção e de troca - o qual agora está empenhado ativamente em produzir uma crise alimentar global, incluindo a sempre mais difusa destruição da natureza, sem tentar remediar suas miseráveis desigualdades (MÉSZÁROS, 2009, p. 29).

E acrescenta: “Eis porque Marx é mais relevante hoje do que alguma vez já foi. Pois apenas uma mudança sistêmica radical pode proporcionar a esperança historicamente sustentável e a solução para o futuro”. (MÉSZÁROS, 2009, p. 30). Diante disso, Montaño (2008), compreende que o capitalismo para Marx “é gestado e se desenvolve contendo uma contradição imanente e ineliminável à sua lógica, que leva à constante presença de uma crise estrutural” (MONTAÑO, 2008, p.28). Sumarizando esta ideia, a organização sócio econômica é uma contradição estrutural imanente na dinâmica da sociedade econômica capitalista. Podemos exemplificar com a grande concentração de mercadorias geradas no capitalismo, na qual apenas uma pequena parcela da população pode consumir, ou seja, a grande produção de mercadorias se torna incompatível com a centralização de capital em poucas mãos, apenas uma minoria pode usufruir.

Harvey (2008) esclarece que o colapso do sistema fordista-keynesiano, inicia-se a partir de 1973, considerado como um período de ligeiras modificações, de fluidez e incertezas. Segundo ele, “[...] o mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação” (HARVEY, 2008, p.136). Deste modo, no esforço de impedir a crescente inflação em 1973 expôs capacidade em demasia nas economias ocidentais, impulsionando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários e graves dificuldades nas instituições financeiras (HARVEY, 2008).

As décadas de 1970 e 1980 são classificadas como um período de reestruturação econômica e de “reajustamento social e político” (HARVEY, 2008, p.139). Desta forma, Harvey (2008) exemplifica essa situação com o mercado de trabalho que passa por profundas alterações,

[..] Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados

ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis [...] (HARVEY, 2008, p.143).

Concebendo a ideia de que o capitalismo vivencia uma crise estrutural, e que as contradições se intensificam, Peroni (2007) compreende que a crise fiscal faz “parte de um movimento maior de crise do capital, e não a causadora da crise” (PERONI, 2007, p.2):

Assim como no pós-guerra suas estratégias foram principalmente o fordismo/Keynesianismo nos países centrais e o fordismo/Estado desenvolvimentista nos países periféricos, neste período suas estratégias são o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a globalização e a Terceira Via (PERONI, 2007, p.1).

Compreendemos que a partir dos anos 1980 emergiram nos meios político e econômico, movimentos como a globalização, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a Terceira Via, considerados estratégias à superação da crise estrutural do capital (PERONI, 2008). Devido à essa crise tem-se redefinido o papel do Estado e este tem transferido importantes funções ao setor privado.

O neoliberalismo e a Terceira Via tem se apresentado como modelo à solução aos problemas do Estado. Uma das ações dessa política é a inserção de mecanismos de mercado nas ações dos governos, como por exemplo, o estabelecimento de parcerias entre setores público e privado.

Peroni (2013a) explica que existem três principais escolas que divulgam o pensamento neoliberal, que influenciaram e ainda influenciam internacionalmente as políticas públicas. A Escola Austríaca que tem como representante Hayek; a Escola de Virgínia (Public Choice) na qual se desenvolve a concepção de quase-mercado por Buchanan; e, a Escola de Chicago com Friedman onde se estuda a teoria do Capital Humano de Theodore Schultz.

Estado neoliberal ou neoliberalismo conforme Torres (2009), são expressões usadas para caracterizar um novo tipo de Estado que emergiu nas últimas décadas. Neste sentido, Torres (2009), argumenta que “os governos neoliberais propõem noções de mercados abertos e tratados de livre-comércio, redução do setor público e diminuição do intervencionismo estatal na economia e na regulação do mercado” (TORRES, 2009, p. 107).

Além disto, Torres (2009) sustenta que “um aspecto central desse modelo é a redução drástica do setor estatal, especialmente mediante a privatização das empresas paraestatais, a liberalização de salários e preços e a reorientação da produção industrial e agrícola para exportação” (TORRES, 2009, p.108). Entretanto, para os governos neoliberais, o melhor Estado é o Estado mínimo.

Torres (2009) apresenta algumas premissas do ajuste estrutural compatíveis ao neoliberalismo, como minimizar o gasto público, reduzir programas que são considerados gasto público e não investimento; a venda de empresas estatais, paraestatais ou de envolvimento estatal; dispositivos de desregulamentação para evitar a intervenção estatal. E acrescenta,

[...] Junto com isso, propõe-se a diminuição da participação financeira do Estado no fornecimento de serviços sociais (incluindo educação, saúde, pensões e aposentadorias, transporte público e habitação populares) e sua subsequente transferência ao setor privado (privatização) (TORRES, 2009, p.109).

Neste sentido, Frigotto (2009) apresenta excelente análise das prerrogativas neoliberais, afirmando que a ideia central que fundamenta o ideário neoliberal é a de que o Estado (setor público) é o responsável pela crise, pela ineficiência, e que o mercado e o privado são exemplos de eficiência, qualidade, produtividade e equidade. Portanto, é a partir desta ideia que emerge a tese do Estado mínimo, de que é preciso acabar com todas as conquistas sociais, como o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Dessa forma, “tudo isto passa a ser comprado e regido pela férrea lógica das leis do mercado. Na realidade, a idéia de Estado mínimo significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital” (FRIGOTTO, 2009, p.79). Segundo estes princípios, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. Portanto, é necessário minimizar o papel do Estado para superar a crise. Conforme Moraes (2002):

A proposta neoliberal de “reforma” dos serviços públicos, como se sabe, é orientada por uma idéia reguladora: a idéia de privatizar, isto é, de acentuar o primado e a superioridade da ratio privada sobre as deliberações coletivas. Daí suas diferentes maneiras de manifestação. Privatizar, no sentido estrito do termo, é apenas uma delas: transferir a agentes privados (empresas) a propriedade e gestão de entes públicos. Mas há outros modos de fazer valer o mandamento. Pode-se delegar a gestão, sem necessariamente transferir a propriedade. Pode-se ainda manter na esfera estatal a gestão e a propriedade, mas providenciando reformas que façam funcionar os agentes públicos “como se” estivessem no mercado, modelando o espaço público pelos padrões do privado (MORAES, 2002, p. 20, grifo do autor).

Para os neoliberais a solução é minimizar o papel do Estado, pois as políticas sociais como formas de distribuição de renda é que produzem a crise fiscal. Portanto, cabe ao mercado coordenar a sociedade civil, acompanhar o Estado para que seja mais eficiente. (PERONI, 2008). Todavia, todas essas alternativas de soluções aos problemas do Estado emergem com contradições como denuncia Costa (2011):

O sinal do esgotamento dessa política, as inúmeras contradições por ela geradas em países de capitalismo avançado e a agudez com que atingiu os países pobres, cujo Estado de bem-estar social nem sequer fora implementado, impulsionaram o surgimento de outra corrente teórica, a Terceira Via, em meados da década de 1990 (COSTA, 2011, p.48).

A Terceira Via, outra alternativa de superação à crise estrutural do capital, concebe o mesmo pensamento do Neoliberalismo de que a crise está no Estado. Contudo, propõe apenas a reestruturação, a redefinição do Estado e a parceria com o Terceiro Setor.

Antony Giddens (1999) considera que a Terceira Via,

Se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social – democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social – democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo (GIDDENS, 1999, p.36).

Para este autor o objetivo da Terceira Via é a democratização da democracia, para tal, presume-se um Estado democrático, com os seguintes aspectos “descentralização, dupla democratização, renovação da esfera pública-transparência, eficiência administrativa, mecanismos de democracia direta e governo como administrador de riscos” (GIDDENS, 1999, p. 87).

De acordo com Peroni (2008) a Terceira Via propõe reformas dentro do capitalismo visando fortalecê-lo, e, esclarece que a mesma apresenta-se como uma alternativa ao neoliberalismo e à antiga social-democracia. Apesar de ter o mesmo diagnóstico de que a crise está no Estado, oferece estratégias diferentes de superá-la. Dessa forma, “O neoliberalismo propõe a privatização, a passagem praticamente total para o mercado, ficando para o Estado apenas a coordenação, não mais a execução” (PERONI, 2008, p.113). A Terceira Via defende a Reforma do Estado e a parceria com o terceiro setor.

Para Montañó (2008) o terceiro setor é entendido como, a sociedade civil, como segundo setor o mercado, a esfera privada, das atividades econômicas entre empresas e demais agentes econômicos e como primeiro setor, o Estado, a esfera pública, da política.

Dessa forma, o primeiro setor que é o governo é responsável pelas questões sociais. Já o segundo setor pelas questões particulares. Com a “crise fiscal” do Estado, iniciam-se as investidas do setor privado nas questões sociais, por meio de diversas instituições que compõem o Terceiro Setor. Este setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais e tem como finalidade produzir serviços de cunho público. Montañó (2008) sustenta que:

Apenas o terceiro setor conseguiria articular o público e o privado. A única diferença com o pensamento liberal é que neste há dois setores: o estatal e o mercado (como o não-estatal, portanto, identificado/incluindo a sociedade civil), ao passo que no pensamento dos autores do terceiro setor haveria três, e não dois setores, diferenciando aqui a sociedade civil do mercado. Se essa diferença é significativa, ela não é suficiente para superar a segmentação operada na totalidade social e a desarticulação entre público e privado nos âmbitos estatal e mercantil, supostamente apenas articulados no terceiro setor (MONTAÑO, 2008, p.39).

Vistas as alternativas que se apresentaram para solucionar os problemas do Estado. No subcapítulo abaixo analisaremos o surgimento do Terceiro Setor, estratégia da Terceira Via que propõe a Reforma do Estado.

2.2 O Surgimento do Terceiro Setor

O advento do Terceiro Setor nos reporta ao ideário neoliberal e de Terceira Via, que comungam com o pensamento de que o culpado pela crise é o Estado, por este não conseguir mais atender às demandas e carências sociais. Contudo, apresentam alternativas divergentes – o neoliberalismo propõe um Estado mínimo e a privatização, já a Terceira Via apresenta como solução a reforma do Estado e a parceria com o Terceiro Setor.

Peroni, Oliveira e Fernandes (2009) explicam que a Terceira Via ao propor

[...] a parceria público-privada, também reduz o papel do Estado na execução das políticas sociais, repassando principalmente para o público não-estatal ou terceiro setor, e o que permanece sob a esfera estatal passa a ter a lógica de mercado, que é considerado mais eficiente e produtivo (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p.765).

Fundamentados nestes apontamentos, ressaltamos que é nestas circunstâncias de reforma do Estado que o Terceiro Setor é incentivado a esse modo de participação, e no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995) podemos encontrar os componentes centrais apresentados pelo governo para que este setor se responsabilize pela efetivação de políticas sociais assumindo responsabilidades estatais (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

Santos e Gutierrez (2012) comentam que na década de 1990, um dos principais argumentos da reforma era para se acabar com a burocracia, atraso, patrimonialismo, ineficiência e falta de produtividade da máquina estatal, através de um paradigma de administração pública denominada de gerencial, regida com os valores do mercado, em nome de maior modernidade, agilidade e eficiência. Assim, novos atores entraram em cena na relação entre Estado e sociedade, nos serviços considerados não exclusivos do Estado (área social e científica) mediante as parcerias público-privadas. E, complementam que, falar em Estado e fazer apologia ao espaço público passou a ser quase uma “blasfêmia”, porque tudo considerado com maior eficiência, eficácia, produtividade está centralizado no empreendimento e gestão privados. Segundo estas autoras, disseminam-se diferentes tipos de organizações do Terceiro Setor no Brasil:

São criadas pelo governo brasileiro estratégias híbridas para superação da crise do Estado tendo como referência ou o mercado (privatizações) ou o quase mercado

(público não estatal, representado pelas Organizações sociais, Organizações não-governamentais e outras) havendo uma verdadeira satanização do público-estatal (SANTOS; GUTIERRES, 2012, p.43).

Entendemos que o poder público tem o dever de garantir esses direitos sociais, mas, para o neoliberalismo e a Terceira Via, o Estado pela sua incapacidade não deve mais ser o executor, mas repassar as políticas sociais ou para o setor privado ou para o Terceiro Setor. Contudo, dessa forma acabam suprimindo os direitos já conquistados ou em processos de materialização (PERONI, 2012).

Peroni (2013a) explica que a parceria público-privada ocorre principalmente com o Terceiro Setor, este é caracterizado como o público não-estatal e pressupõe a existência do primeiro e segundo, Estado e mercado. E, ainda apresenta o pensamento de Montañó (2002) sobre o Terceiro Setor, o qual argumenta que o Terceiro Setor muda inclusive a questão social, com o repasse da responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, que deverá solucionar mediante ajuda, autoajuda e/ou obtendo serviços como mercadorias. Ainda acrescenta que assim, as políticas sociais perdem seu princípio universalista, uma vez que passam a ser focalizadas; as políticas sociais tornam-se precarizadas com a descentralização administrativa, pois são transferidas as competências sem os recursos necessários para sua execução. E, ainda, passam a falsa ilusão de que a sociedade civil está participando.

Peroni (2013a) alerta sobre o “caráter não governamental assumido pelo terceiro setor, que implica não ser submetido ao controle institucional, aponta uma importante questão na medida em que essas organizações têm um poder cada vez maior” (PERONI, 2013a, p.244). Essa questão vem ao encontro de nossa constatação, quando verificamos na implementação dos cursos do Pronatec pelo Senai/Cáceres, que a morosidade e dificuldades no acompanhamento e fiscalização do governo federal ao Programa implementado, legitima e fortalece as ações dos entes privados na execução dos cursos técnicos.

A Reforma do Estado deve ser entendida numa conjuntura de redefinição do papel do Estado, não sendo este mais o responsável direto pelas políticas sociais, não mais consideradas como atividades exclusivas do Estado, todavia sua execução foi descentralizada para a sociedade, através da privatização, publicização e terceirização. A privatização para Bresser Pereira (1998):

[...] é um processo de transformar uma empresa estatal em privada. Publicização, de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, mas pública não-estatal. Terceirização, é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio (PEREIRA, 1998, p.61).

Assim, dentre as principais características da administração pública gerencial ou como vem sendo chamada “Nova Administração Pública”, efetivada em 1990, destaque: “terceirização

das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser licitadas competitivamente no mercado” (PEREIRA, 1998, p.81).

Sendo assim, para o neoliberalismo e Terceira Via, o Estado não deve ser mais quem execute as políticas sociais, deve assim transferir ou para o setor privado, ou para o público chamado não-estatal que é o Terceiro Setor. “Portanto, quando as instituições do terceiro setor, por meio das parcerias, pretendem “qualificar” o serviço público, a proposta de qualidade não é neutra: são concepções de sociedade em disputa” (PERONI, 2013a, p.246, grifo do autor).

Sobre essa questão, Montaña (2008) critica as contradições entre o público e privado no debate do terceiro setor:

[...] procura-se um ideológico terceiro setor supostamente neutro, articulador dos interesses privados e públicos (despolitizando esta esfera societária e tornando-a espaço de parcerias entre classes). No entanto, nestes movimentos ideológicos esconde-se o projeto que retira do Estado o máximo possível de suas funções públicas (permanecendo fundamentalmente suas funções privadas), deixando as relações no âmbito do mercado comandadas pela concorrência, e as relações na sociedade civil marcadas por uma ideológica parceria e voluntarismo supostamente em prol de um “interesse comum” (MONTAÑO, 2008, p.47, grifo do autor).

Assim, ressaltamos o ensino profissional vinculado ao ensino médio por meio do Pronatec, que desde novembro de 2011 - ano em que foi implantado - oferta cursos técnicos no município de Cáceres, em parceria com o Senai. Isto é possível porque no artigo 8º da Lei 12.513/2011 do Pronatec possibilita a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas na oferta de cursos técnicos. E, na Portaria 817 Art. 33, destaca que: “A sociedade civil organizada e o setor produtivo serão incentivados a cooperar com a SETEC-MEC, no que couber, no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das ações da Bolsa-Formação resultantes do processo de pactuação” (BRASIL, 2015, p.13).

Com o estímulo e investida da iniciativa privada na execução do ensino profissional, ocorre uma cedência do Estado a uma proposta e oferta de uma formação profissional. A Terceira Via e Terceiro Setor fazem parte de alterações no papel do Estado, a sua materialização nas políticas educacionais vem se solidificando mediante as parcerias entre o Terceiro Setor e sistemas públicos de educação, intensificando assim a relação entre o público e o privado.

Com o diagnóstico de que a crise está no Estado, e que o mesmo é ineficiente, a execução das políticas sociais, segundo a Terceira Via:

[...] devem estar sob o protagonismo da sociedade civil através do terceiro setor [...] Assim, o terceiro setor é uma das alternativas da Terceira Via, tanto para que o Estado não seja mais o principal executor das políticas sociais como para que o conteúdo mercantil possa, através das parcerias, aprofundar a lógica de mercado nas políticas públicas, “qualificando-as” (PERONI, 2013b, p.13, grifo da autora).

Concordamos com Wood (2003) quando discute que as formas de caracterizar a sociedade civil como uma forma social no mundo moderno é a sua nova maneira de constituição de poder social, pois ocupa papéis coercitivos que antes pertenciam ao Estado, mas que foram movidos para o mundo privado, como os ditames do mercado, exploração de classe, etc. Wood (2003) assevera “[...] trata-se da privatização do poder público que criou o mundo historicamente novo da ‘sociedade civil’ ” (WOOD, 2003, p. 217, grifo da autora).

Sobre essa questão de afastamento do Estado, Costa (2012) diz “o que podemos afirmar com relação à realidade material, concreta, na qual surge e se desenvolve o Terceiro Setor, é que nela o Estado está bastante presente na regulação de políticas, no financiamento desse setor” (COSTA, 2011, p.68). E ainda exemplifica sobre a materialização do Terceiro Setor na execução de políticas sociais, dos espaços que vêm sendo ocupados por distintas entidades – empresariais, filantrópicas, Organizações Não-Governamentais (ONGS); que desenvolvem ações na tentativa de substituição do papel do Estado.

O crescimento e fortalecimento do Terceiro Setor nas políticas públicas sociais nos leva a concordar com Peroni (2013b) quando ratifica que, com a parceria público-privada o terceiro setor ganha forças, pois “o privado acaba influenciando ou definindo o público, não mais apenas na agenda, mas na execução das políticas, definindo o conteúdo e a gestão da educação, com profundas consequências para a democratização da educação” (PERONI, 2013b, p.30).

Neste sentido, percebemos que a educação profissional ofertada pelo Pronatec em Cáceres como política pública social tem sido um canal para legitimar a Nova Administração Pública posterior à Reforma do Estado, sob a direção do setor privado.

As correntes acima apresentadas e discutidas (Neoliberalismo e Terceira Via), foram fundamentais para a elaboração e nortearam o Plano de Reforma da Administração Pública, que no subcapítulo abaixo analisamos.

2.3 A reforma da Administração Pública no Brasil dos anos 1990

Este item tem por finalidade apresentar aspectos da reforma da administração pública, dos anos 1990 e que levou a mudanças no papel do Estado e da própria administração, acusada, pelos propositores da reforma, de burocrática e ineficiente e cujas medidas repercutem nas políticas educacionais. Ao argumentar sobre a Reforma do Estado o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, justifica e faz menção ao desenvolvimentismo. O ex-presidente alega que diversas tradições nos Estados Unidos, anglo-saxônicas, da Europa Continental e da Inglaterra

têm sido criticadas por propostas que não são nem neoliberais, nem do Welfare State, mas, em vez disso, com propostas de Robert Reich², de que os americanos tentaram reinventar o governo. Entretanto, todos estes partem da constatação de que não dá para escapar da realidade do mercado, que aloca recursos e benefícios debaixo do imperativo da eficiência capitalista.

Neste sentido, o ex-presidente discutindo as experiências internacionais ratifica que:

[...] a nova temática não é "nossa". Ela tem a ver com as conseqüências da internacionalização da produção, com a pressão avassaladora dos mercados competitivos, mas também com a crise fiscal do Estado contemporâneo e, principalmente, com uma mudança profunda quanto aos meios e quanto aos agentes das garantias sociais que são indispensáveis para o funcionamento das sociedades modernas (CARDOSO, 1998, p.7, grifo do autor).

Em relação a isso, Fernando Henrique Cardoso atesta que por razões político-ideológicas, falta de informação ou por confusão a esta nova postura, que alguns a confunde com o antigo “neoliberalismo”. Para ele,

[...] o que se trata é da reconstrução do Estado para ser capaz de, respeitadas as limitações do mercado, atender com não menor devoção aos anseios de solidariedade e de novas formas de atuação. Nunca, porém, de destruição ou de minimização do Estado e da ação dos governos (CARDOSO, 1998, p.7).

FHC apresenta alguns argumentos justificando a decisão para a reforma do Estado, inicia seus argumentos afirmando que nosso Estado na era Vargas significou o fortalecimento de um Estado intervencionista no plano econômico e desatenção nos processos democráticos-representativos; na Constituição de 1946 período acentuado nos aspectos político representativos da democracia; e, no período burocrático-autoritário dos governos militares enfatizando o intervencionismo no plano econômico. A presença dos capitais internacionais/capitais privados concedeu espaço para tecnocracia desenvolvimentista. Entretanto, destaca Juscelino Kubistchek que ampliou o setor privado e internacional do sistema produtivo, aumentou espaço democrático e salientou desenvolvimento econômico.

Já no período pós ditadura os governos implementaram políticas fundamentadas na Constituição de 1988, que no plano econômico tendeu a preservar o intervencionismo, fomentando tendências autárquicas. Desta maneira, para o ex-presidente todos estes delineamentos do Estado brasileiro, resultaram em dificuldades para se ajustar à homogeneização dos mercados, bem como em dar respostas no plano social e político. Desta forma, “impõe-se, pois, a reforma deste Estado” (CARDOSO, 1998, p.8).

O ex-presidente apresenta alguns pontos que segundo ele são essenciais para o fortalecimento do Estado: no orçamento da União, ela entra apenas com uma mínima parte aos programas de infra-estrutura, de sorte que incentive a iniciativa privada ao cumprimento do

² Secretário de Trabalho no primeiro governo de Bill Clinton.

planejado; descentralização administrativa para estados e municípios nos programas sociais e aumento do controle social; e, substituição do velho controle burocrático, vinculado a interesses particularistas de clientelas patrimonialistas, por agências reguladoras (Anatel, Aneel, etc), com responsabilidade pública.

Este governo defende ainda, que no ato da privatização e concessão de serviços públicos, não atue mais de forma burocrática, mas com novos atores fazendo-se presente na função social e reguladora. Nas áreas sociais, a ação do governo com o esforço da reforma é para acabar com o clientelismo e o burocratismo, e exemplifica com a destinação de verbas diretas à educação.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Carlos Bresser Pereira foi Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998), principiou a Reforma da Gestão Pública de 1995, e, em 1999, tornou-se Ministro da Ciência e Tecnologia. Ao discorrer sobre a grande crise cíclica nacional, desde os anos de 1980, Bresser Pereira (2001), defende que “era uma crise do Estado” oriundas das distorções que o Estado passara em anos anteriores. Desta forma, a solução não seria trocar o Estado pelo mercado, “[...] mas reformar e reconstruir o Estado para que este pudesse ser um agente efetivo e eficiente de regulação do mercado e de capacitação das empresas no processo competitivo internacional” (PEREIRA, 2001, p.22).

[...] Com a grande crise da dívida externa, entrava também em crise o modelo desenvolvimentista. As elites brasileiras, entretanto, e principalmente a aliança burocrático-industrial que promovera o desenvolvimento desde 1930, recusou-se a reconhecer a crise, e durante 10 anos tentou manter de pé o velho modelo. A Constituição de 1988 é plena de contradições exatamente porque é o resultado dessa tentativa irrealista, que resultaria, afinal, em 1990, em hiperinflação (PEREIRA, 2001, p.20).

Bresser Pereira (2001) argumenta que a competitividade internacional entre as nações se torna urgente, levando as organizações privadas e públicas a se adequarem, tornando-se mais eficientes. Desta maneira, abre-se caminho para a reforma gerencial da administração pública, objetivando reconstruir o Estado nos moldes de uma economia globalizada e com uma política democrática.

Quando FHC modifica a Secretaria da Administração Federal (SAF) para Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e nomeia Luiz Carlos Bresser Pereira como ministro, inicia-se então o processo da Reforma Gerencial de 1995. Segundo Bresser Pereira ele não demorou para definir os objetivos e diretrizes para sua missão. Por meio da leitura do livro de Osborne e Gaebler (Reinventando o Governo) e também de sua viagem à Inglaterra logo no começo do governo, passou então a tomar ciência da bibliografia naquele país e tudo o que havia se desenvolvido sobre Nova Gestão Pública.

Em relação a isto Giddens (1999) ratifica que, a ideia de o governo imitar o mercado foi a fundamental tese do livro de David Osborne e Ted Gaebler (*Reinventing Government*). Esta obra influenciou no começo da década de 1990 as políticas de Clinton. Contudo, Giddens (1999) enfatiza que [...]“Reinventar o governo certamente significa por vezes adotar soluções baseadas no mercado. Mas deveria significar também a reafirmação da eficácia do governo diante dos mercados” (GIDDENS, 1999, p.85). Desta maneira, o referido autor, teórico e idealizador da Terceira Via assim compreende o Estado, um Estado que precisa ser redefinido e estabelecer parcerias junto ao Terceiro Setor para que este possa executar as políticas sociais.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) e a emenda constitucional da reforma administrativa, teve como fundamento as experiências ocorridas em países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, especialmente o Reino Unido que implantava a segunda reforma administrativa da história do capitalismo, totalmente influenciada por princípios neoliberais, os quais entendem que o Estado não deve ser o responsável direto pelo desenvolvimento social e econômico, mas o promotor e fomentador de tal desenvolvimento. Pode-se exemplificar no PDRAE a questão do repasse do dinheiro público ao privado, para a execução das políticas sociais, como se o privado fosse mais eficiente, inclusive a entrega da gestão.

Segundo Bresser Pereira (2001) por meio do documento elementar da reforma, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) - “documento cujos princípios continuam orientando a ação reformadora do governo, procurou-se definir as instituições e estabelecer as diretrizes para a implantação de uma administração pública gerencial no país” (PEREIRA, 2001, p.23). Bresser Pereira (2001) afirma que a Reforma Gerencial teve três amplitudes: institucional, cultural e de gestão.

Com a implementação do programa da reforma da administração pública, transfere-se para o setor privado a tarefa das políticas sociais que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, MARE, 1995, p.9) é “voltado para a descentralização da prestação de serviços pelo Estado e para a aplicação de novas formas de gestão e de controle que possibilitem uma maior eficiência e qualidade de atendimento ao cidadão”. Esta reforma tem como finalidade essencial: redefinir a função do Estado, fortalecer seu papel na regulação dos mercados e no incentivo às atividades sociais de interesse da coletividade; maximizar a capacidade administrativa do Estado, modernizar a administração pública e direcioná-la para a busca da eficiência e da qualidade no atendimento aos cidadãos; ajudar no ajuste fiscal, inclusive nos Estados e Municípios, onde existe um claro problema de excesso de pessoal (BRASIL, 1995).

[...]o Plano de Reforma do Estado no Brasil teve influências do neoliberalismo, tanto no diagnóstico, de que a crise está no Estado, quanto na estratégia de privatização que é parte do Plano, mas também sofreu influências da Terceira Via, que é atual social-democracia e tanto o Presidente da época, quanto o Ministro da Reforma do Estado, Bresser Pereira, além de filiados ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), eram intelectuais orgânicos da Terceira Via (PERONI, 2007, p.4).

No final de 1990, começo do século XXI, o neoliberalismo no cenário político sul-americano principia sinais de esgotamento no plano econômico, desequilíbrios macroeconômicos, diminuição dos direitos sociais, aumento do desemprego estrutural. Neste contexto emerge o novo-desenvolvimentismo no Brasil, envolvido pelo pacto do governo petista Luís Inácio Lula da Silva. Sobre essa questão, Branco (2009) atesta que o propósito do novo-desenvolvimentismo era:

[...] entrar, como uma espécie de Terceira Via, na disputa pela hegemonia ideopolítica para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo (BRANCO, p.2009, p.74, grifo do autor).

Numa crítica ao novo-desenvolvimentismo, Branco (2009) discute que as leis burguesas tornam iguais diferentes indivíduos, na imagem do cidadão, camuflando as verdadeiras desigualdades sociais, como bens, propriedade privada, relações trabalhistas de salário e resultante exploração. Aponta o Estado como o penhor de pressupostos legais para a acumulação de capital em detrimento da exploração das classes subordinadas, pois “[...] No plano político e econômico, o Estado é o guardião, em última instância, da ordem burguesa que produz e reproduz as desigualdades sociais de diversas formas, com central importância na existência da propriedade privada” (BRANCO, p.2009, p.79).

A expressão desenvolvimentismo em poucas décadas já tornou-se antiquada para a configuração do capitalismo contemporâneo, daí o termo novo-desenvolvimentismo. Tem como objetivo estruturar um projeto nacional de desenvolvimento econômico, na qual para o cumprimento desse objetivo carece de determinado padrão de intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Nesse caso, para Branco (2009) no novo-desenvolvimentismo o Estado tem como função:

[...]atuar no incentivo ao direcionamento dos ativos financeiros privados, retidos pelos investidores em momentos de turbulência econômica, política e social, para o investimento produtivo, a principal despesa capitalista criadora de renda e emprego para a população em geral (BRANCO, p.2009, p.76).

A intervenção do Estado na economia não é vista como intromissão do setor público na iniciativa privada. Os novo-desenvolvimentistas compreendem que a fundamental forma para se reduzir as desigualdades sociais são “[...] as políticas econômicas de corte keynesiano

— controle de capital, expansão do gasto público, câmbio fixo e redução das taxas de juro — e a promoção da equidade social, entendida como igualdade de oportunidades” (BRANCO, p.2009, p.77).

Os novo-desenvolvimentistas fazem apologia de que para construção de uma economia de mercado forte, necessita-se de um Estado forte que atue como instância reguladora das atividades econômicas “[...] O Estado seria uma espécie de ente político promotor de condições propícias para o capital investir seus recursos financeiros e gerar emprego e renda para a população em geral” (BRANCO, p.2009, p.77).

O nacional-desenvolvimentismo exerceu grande influência política e ideológica nas discussões nacionais desde 1930 até 1990 com a emergência do neoliberalismo. Contudo, com a maximização das taxas de crescimento econômico e pouca melhora nos indicadores sociais, no segundo mandato do governo Lula, a ideologia desenvolvimentista retorna, e, com outra roupagem (novo, neo e/ou social desenvolvimentismo) inaugurada no governo petista (BRANCO, 2012).

Na década de 1990, os males sociais da agenda neoliberal foram percebidos com maior profundidade, as consequências foram desastrosas, com aumento do desemprego estrutural, perda dos direitos sociais básicos, precariedade nas relações trabalhistas, privatização de bens públicos (saúde, previdência e educação). No século XXI surge o novo desenvolvimentismo após o neoliberalismo experienciar marcas de esgotamento, e prontamente se apresenta como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo. Surgindo, no centro da intelectualidade tucana, Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Reforma do Estado, foi um dos primeiros a escrever e desenvolver estudos sobre o novo desenvolvimentismo como um projeto político que supere os ideais do neoliberalismo. Portanto, os primeiros estudos do novo desenvolvimentismo brasileiro apareceram no primeiro mandato do governo Lula (BRANCO, 2012).

O Ministro da Educação Aloizio Mercadante Oliva (2010) desenvolvendo Tese sobre “As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil” ressalta o papel do Estado e destaca o social-desenvolvimentismo. O Ministro alega que o social tornou-se eixo estruturante do desenvolvimento econômico do governo Lula, pois conferiu grande relevância às políticas públicas direcionadas ao enfrentamento das desigualdades, maximização de direitos e inserção social. Para o Ministro da Educação, com o advento do governo Lula,

[...] barrou a ofensiva neoliberal, retomou o processo de consolidação dos direitos sociais e operou uma inflexão na trajetória da economia brasileira ao promover mudanças no padrão histórico de desenvolvimento do país, em direção a um Novo Desenvolvimentismo (OLIVA, 2010, p.252).

Sobre essa questão, compreendemos que no governo petista há um incremento nas políticas públicas sociais, mas não um impedimento aos princípios neoliberais, pelo contrário, uma continuação em suas propostas governamentais, principalmente quando analisamos algumas de suas medidas como é o caso do Pronatec, que pode ser executado não somente pelo setor público, mas fomentado para ofertantes privados, e dos Sistemas S, como é o nosso foco de estudo. Branco (2012) denuncia que embora estivesse presente no plano de campanha do Governo Lula (2002) o rompimento com o neoliberalismo através de políticas de inserção soberana no mercado mundial, inclusão social e crescimento econômico dirigido pelo plano estatal. Ele critica “[...] De 2003 a 2006, o governo Lula teria aceito sem maiores contestações as políticas neoliberais e, a partir de 2007-08, teria voltado ao projeto original do novo desenvolvimentismo” (BRANCO, 2012, p.626). Sobre essa questão alerta, “[...] É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar dos governos FHC, do que num corpo de doutrina para orientar a ação do Estado [...]” (BRANCO, 2012, p.633). Este autor ainda destaca em sua pesquisa, algumas lideranças da América Latina, alguns países que embora não tivessem posições neoliberais investiram nela, e ressalta o Brasil, que não manteve a linha de resistência depois da posse mas “[...] aderiram ao neoliberalismo por intermédio do social-liberalismo: o governo Lula é o caso mais emblemático dessa adesão ao projeto de supremacia burguesa” (BRANCO, 2012, p.624).

Vale destacar no período do governo Lula, a crise financeira global predominante, que no entendimento de Streeck (2012) pode ser definido como o colapso do sistema financeiro norte-americano ocorrido em 2008 convertido numa crise econômica e política de dimensões globais. Depois de sucessivas eras de inflação, déficits públicos e endividamento privado com o sistema global financeiro que ficou prestes a se desintegrar.

Como resultado da globalização da economia e do comércio mundial, a crise que teve sua gênese nos Estados Unidos em 2008 se espalhou com enorme rapidez. A bolha imobiliária americana explodiu a partir de 2006, principiando um período de contração com a queda dos preços das casas e os vários mutuários sendo aptos para refinarciar seus empréstimos, maximizando taxas de inadimplência. Nessa conjuntura, os problemas dos mercados hipotecários e dos títulos lastreados em hipotecas se estenderam por mais dois anos. Contudo, somente em 2008 que explodiu o pânico financeiro,

A crise de origem financeira se transmitiu para a economia real interna norte-americana e para o restante do mundo de forma rápida e forte, provocando recessão e declínio do comércio e queda nos níveis de confiança. O FMI estimou que o PIB mundial se retraísse em torno de 1,1% em 2009 relativamente ao ano anterior, sendo que nas economias avançadas a queda esperada era 3,4% (CURVO, 2011, p.184).

Sobre a natureza das crises Chesnais (2012) explica que para compreendê-la é preciso uma visão holística, sendo possível entendê-la na relação que ela se estabelece com o desenvolvimento da sociedade global. Segundo ele, as crises emergem quando o capital se vê prisioneiro pelas barreiras e contradições que ele mesmo criou, “[...] o capital, por mais centralizado que seja, não tem poder de se libertar das contradições que lhe são substanciais, assim como não pode impedir o momento em que se encontra frente a seus “limites imanentes” (CHESNAIS, 2012, p.4, grifo do autor). ”

[...]quanto mais a revelação da superacumulação terá sido diferida, tanto mais a crise será importante e tanto mais longa e difícil será a busca de novos meios para “ultrapassar os limites imanentes”. É desta maneira que a história invade a teoria das crises (CHESNAIS, 2012, p.3, grifo do autor).

Carlos Lessa (2008) ao ser entrevistado pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU), afirma que, o Brasil já foi afetado pela crise de alguma forma, pois com a queda violenta bolsa de valores, o real se desvalorizou, aumentou a taxa de câmbio, e as empresas brasileiras que possuíam empréstimos no exterior estavam achando complicado a renovação dos mesmos (LESSA, 2008, s/p.). E ele explica que,

[...]os Estados Unidos, principal mercado para a China, vão reduzir as compras, fazendo com que a crise se estenda até lá. As repercussões da crise no continente Asiático vão demonstrar a extensão de como e quanto o Brasil será abalado nas exportações. Nós somos exportadores de produtos primários que, nos últimos anos tiveram os preços melhorados, devido à presença chinesa. Se a crise norte-americana chegar até a China e os chineses reduzirem o ritmo das suas compras, isso será muito preocupante para o Brasil (LESSA, 2008, s/p.).

Chesnais (2012) adverte que toda esta situação traz implicações políticas gravíssimas para os trabalhadores, pois permeia o caráter pró-cíclico das políticas de privatização, contribuindo para acontecer uma nova recessão, que estava a caminho. E, complementa:

[...] Em particular, a China continuará, mas com maior dificuldade do que antes, a estabelecer um piso à contração mundial. É da plena integração da Índia e da China na economia mundial que veio o salto qualitativo na dimensão do exército industrial de reserva à disposição do capitalismo mundial visto em seu conjunto. Complementariamente, é na China que se encontram alguns dos mais importantes centros de superacumulação e de superprodução [...] (CHESNAIS, 2012, p.2).

A inserção da China e sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) é o coroamento nos mecanismos de acumulação mundial. Portanto, “[...]junto com a integração, no fim do período, da China no mercado mundial, fazem com que a superacumulação seja a mais importante barreira que o capital reencontrou novamente diante dele” (CHESNAIS, 2012, p.5).

No momento em que a crise financeira apresentou suas dificuldades em 2007 e 2008, e, os instrumentos de endividamento provocaram contração de crédito, certas indústrias e alguns setores de construção e imobiliário revelaram a sobrecapacidade de produção (CHESNAIS, 2012). “Ao final de 2008 e em 2009, houve uma destruição de ‘capital físico’ de capacidades de produção na Europa e nos Estados Unidos. Seus efeitos de saneamento com vista a uma ‘retomada’ foram compensados pelo prosseguimento da acumulação na China” (CHESNAIS, 2012, p.6, grifo do autor). Este autor explica ainda que as vendas da China representam quase 10% das exportações mundiais, resultando num efeito depressivo de rebote aos países que sofrem a concorrência dos produtos chineses, provocando a queda de suas exportações.

A destruição das capacidades de produção na indústria manufatureira de numerosos países de que pouco se fala (têxtil em Marrocos, no Egito e na Tunísia, por exemplo), mas também em outros de que se fala mais (onde ela foi a contrapartida de exportações de produtos resultantes das fileiras tecnológicas de metais ferrosos e não ferrosos e da agro-indústria - caso do Brasil), expressa o peso que a superprodução chinesa faz cair sobre o mercado mundial como um todo (CHESNAIS, 2012, p.6).

Streeck (2012) ao discutir sobre a crise mundial e as dívidas públicas internacionais, alerta que para se chegar na estabilização financeira, quem pagará por isto não serão os detentores de dinheiro, mas,

O cidadão comum irá pagar - pela consolidação das finanças públicas, pela bancarrota de Estados estrangeiros, pelas crescentes taxas de juros da dívida pública e, se necessário, por mais um resgate de bancos nacionais e internacionais - com suas economias particulares, com cortes em benefícios públicos, com redução de serviços públicos e com impostos mais altos. (STREECK, 2012, p.16).

Como bem ratificou Streeck (2012) ao final quem paga a conta é o cidadão comum, através da redução dos serviços públicos. Sobre essa questão de redução dos direitos sociais, Peroni (2013b) ao discutir a crise do sistema bancário, e o endividamento dos Estados ao financiarem a crise, destaca o crescimento da exploração aos trabalhadores, que têm que trabalhar muito mais por menos salário.

A exemplo de outros países, após curto intervalo de gestão da crise no Brasil, pelos governos do Partido dos Trabalhadores, as contradições alcançaram níveis alarmantes e a conjuntura política pós vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2014, aliada à crise econômica, amplamente utilizada pelos super-ricos e seus representantes eleitos, forneceu o substrato material para a instabilidade jurídico, política, social, econômica e, portanto, o aumento da correlação de forças entre os representantes de interesses do capital econômico e financeiro, nacional e internacional, de um lado, e os representantes dos trabalhadores, por

outro. Nesse contexto (re)floresceu e desenvolveu no país ideias ultraconservadoras, neoliberais, reacionárias, que orientou o golpe de Estado (GENTILI; 2016), e estabeleceu-se um governo impopular, portanto, sem votos e que segue implementando medidas de destruição do Estado social e de direito no Brasil. Exemplo disso, são as inúmeras medidas de destituição de direitos arduamente conquistados pela classe trabalhadora ao longo de anos, como as Propostas de Emendas Constitucionais, a exemplo da ex PEC CD 241 e SF 55, transformadas na Emenda Constitucional 95. Essa Emenda institui o Novo Regime Fiscal no Brasil; congela investimentos públicos em saúde e educação por 20 anos, e a Medida Provisória 746/16, “vulgarmente” chamada de reforma do Ensino Médio, que alterou profundamente a Educação Profissional no país.

Esta Medida Provisória 746/16, emana da urgência para aprovação e implantação, para impedir possibilidades para debates, cuja implementação se inicia de maneira autoritária, sem diálogo, contrariando o princípio de gestão democrática. Do mesmo modo ocorreu no período da reforma do Estado, no governo de FHC, faltou debate amplo com a sociedade, governou de modo autoritário e centralizador, adotando medidas Provisórias, motivo pelo qual não ocorreu maiores contestações à reforma do Estado.

Finalizo esse tópico com a fala de Harvey (2013) em entrevista a Red Pepper sobre seu novo livro “As 17 Contradições do Capitalismo”, quando procura diferenciar os interesses do capitalismo de uma forma geral, e os interesses específicos da classe capitalista, ou parte dela. Para ele, “alguns saíram queimados” durante a crise, contudo, a grande parte saiu indefinidamente bem,

Segundo estudo recente, nos países da OCDE a desigualdade econômica cresceu significativamente desde o início da crise, o que significa que os benefícios da crise concentraram-se nas classes mais ricas. Em outras palavras, os ricos não querem sair da crise, porque a crise lhes traz muitos lucros (HARVEY, 2013, s/p.).

Percebemos que as políticas adotadas pela máquina estatal, para a superação da crise, contribuem tão somente para o processo de acumulação do capital e expansão do mercado internacional, desembocando em extremas desigualdades sociais, políticas econômicas. Neste contexto, discutimos abaixo sobre a educação profissional em um Estado que adota princípios neoliberais.

2.4 A Educação Profissional em uma Conjuntura Neoliberal e a Formação para o Trabalho

Este capítulo tem o propósito de discutir sobre a educação profissional e a formação para o mundo do trabalho, suas mutações e contradições num contexto de crise mundial capitalista. O fortalecimento da crise mundial do capital, ocorrida a partir dos anos de 1970, acarretou em grandes mudanças no Estado e em alterações nas suas funções. Resultando e afetando de forma mais direta as políticas públicas sociais, principalmente a educação com implicações para a mesma sob a égide neoliberal. Dessa forma, analisaremos a situação da educação no entendimento que a mesma faz parte da forma de organização da sociedade capitalista na qual o neoliberalismo e a Terceira Via, são as políticas que norteiam o processo de estruturação e desenvolvimento da educação.

O filósofo húngaro István Mészáros (2008) discute sobre o papel da educação atual e apresenta uma reflexão daqueles que lutam contra o domínio do capital, contra a opressão, alienação e exploração, especialmente no trabalho. O autor discute que a educação não é um negócio, nem mercadoria, portanto esta não deve qualificar para o trabalho, mas para a vida, pois não é possível pensar a educação num processo dissociado da vida em sociedade; defende uma educação para a sociedade na qual o capital não explore; pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o propósito de manter o homem dominado. Entretanto, apresenta a probabilidade da superação da lógica do capital, através de processos amplos educacionais, no sentido de uma mudança social, para uma sociedade que vá além do capital. Assim, Mészáros (2008) propõe universalizar a educação e o trabalho para todos igualmente, sugere uma formação onilateral, articulando trabalho-educação.

Mészáros (2008) discute que a educação formal não é a força ideologicamente primeira que consolida o sistema do capital, nem é capaz sozinha de fornecer alternativa emancipadora radical. Ademais, não é qualquer concepção de educação, mas uma educação que se contraponha à lógica do capital. Pois nos últimos 150 anos, a educação foi utilizada para proporcionar conhecimento e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital,

[...] como “gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma internalizada”, isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos, ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p.35, grifo do autor).

Nessa mesma linha, sobre a educação brasileira Mendonça (2001) afirma que a mesma foi

[...] criada e cevada para servir à elite, e que as influências liberais, que aqui chegaram, adaptaram-se aos interesses de grupos, gerando uma forma especial de liberalismo, alicerçado mais nesses agregados sociais que no povo. E complementa, “a cultura política autoritária predominou, intercalada por espasmos de democracia. Nesse

quadro, a educação pública foi se desenvolvendo, administrada por um Estado tutelador, superior ao povo” (MENDONÇA, 2001, s/p., grifo do autor).

Dessa forma, Mendonça (2001) denuncia que a educação foi se desenvolvendo para atender aos anseios da classe dominante. Portanto, para Mészáros (2008), se as transformações não forem estruturais, o sistema de reprodução permanecerá, porque as instituições de ensino são apenas parte deste processo, emergindo conforme o período histórico vigente, surge como supridora dos propósitos da classe dominante e do capital. Os sistemas escolares se tornaram um aparelho ideológico do capital, cumprindo a função na divisão social do trabalho. Mészáros (2008) acrescenta [...] “não só o controle do trabalho estruturalmente subordinado mas também a dimensão do controle da educação tinham de ser mantidos num compartimento separado, sob o domínio da personificação do capital na nossa época” (MÉSZÁROS, 2008, p.68).

Neste sentido, a educação tornou-se uma parte essencial no processo de acumulação de capital e na consolidação de um consenso que torna possível a proliferação de um injusto sistema de classes; a escola é vista como uma mercadoria, e as regras educacionais são impostas pelo sistema econômico. Em lugar de ser mecanismo de emancipação humana, é instrumento de perpetuação e reprodução desse sistema. A educação atual está sujeita ao processo de interiorização das condições de legitimidade do atual sistema que explora o trabalho como mercadoria.

Para Mészáros (2008) as determinações do sistema do capital são irreformáveis, o capitalismo incorrigível, todas as reformas que ocorrem ou ocorreram são paliativas. Ainda argumenta que é necessário romper com a lógica do capital no sistema educacional, pois é impossível reformá-lo com mudanças isoladas, mas acrescenta - o que precisa ser mudado é todo o processo de interiorização.

[...] o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível [...] procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema do capital é uma contradição em termos [...] É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p.27).

A educação é vista por Mészáros (2008) num sentido mais amplo; não se referindo aos níveis de ensino ou sistemas escolares, mas à educação como um processo abrangente, essencial da existência do homem, como sujeito capaz de conhecer e transformar seu entorno de forma consciente. Até mesmo a educação escolar pode se tornar significativa, se associada à educação de maneira ampliada, ou seja, à vida, nos processos educacionais abrangentes.

[...] muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser prontamente manipulados e controlados pela estrutura educacional formal legalmente salvaguardada e sancionada (MÉSZÁROS, 2008, p.53).

Dessa forma, Mészáros (2008) argumenta que a educação está além da instituição formal, “ é a nossa própria vida”, desde a emergência de nossas respostas críticas, como nosso encontro com a poesia e a arte, até às variadas experiências de trabalho, até o nosso envolvimento de formas divergentes de conflitos e confrontos durante a vida “incluindo as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. Apenas uma pequena parte disso tudo está diretamente ligada à educação formal” (MÉSZÁROS, 2008, p.53).

Discutindo sobre educação, Gadotti (1999) em seus estudos sobre “Histórias das ideias Pedagógicas” destaca alguns críticos da educação burguesa, dentre eles, Karl Marx e faz o seguinte questionamento: “Devemos mudar a educação para alterar a sociedade, ou a transformação social é a primeira condição para a transformação educativa? ” (GADOTTI, 1999, p.130). De um lado, Marx vai dizer que seria preciso modificar as condições sociais para se estabelecer um novo sistema de ensino; e, por outro lado, vai afirmar que um novo sistema de ensino mudaria as condições sociais. No entendimento de Gadotti (1999), para Marx a educação tem o papel de acompanhar e agilizar o processo de desenvolvimento integral do homem e as transformações das relações sociais; mas isto deve ocorrer de forma concomitante (GADOTTI, 1999).

Apesar de Marx e Engels nunca terem desenvolvido estudos especificamente sobre ensino e educação, podemos encontrar algumas questões em alguns de seus escritos:

A emancipação dos indivíduos, sua libertação das condições opressoras só poderia se dar quando tal emancipação alcançasse todos os níveis, e, entre eles, o da consciência. Somente a educação, a ciência e a extensão do conhecimento, o desenvolvimento da razão pode conseguir tal objetivo (MARX; ENGELS, 2011, p. 8).

Entendemos que conhecer a realidade é um passo essencial na luta para a transformação social, e o papel da educação para isto é fundamental. Contudo, ela não é suficiente para transformar a realidade, mas é essencial para que os indivíduos compreendam a realidade, encontrem alternativas que contribuam para os processos de mudanças para uma sociedade que vá além do capital.

Os processos educacionais e os processos sociais estão intimamente coadunados, de forma, que se torna impossível uma reforma educacional sem a correspondente mudança social. Assim, a proposta é de uma educação emancipadora, libertadora, tem como finalidade transformar o trabalhador num sujeito político, crítico. Nesta perspectiva, a educação precisa lutar de forma radical contra o modelo hegemônico econômico e político estabelecido.

Conforme os princípios neoliberais, a educação é entendida somente como uma instituição que habilita pessoas para a ação na esfera econômica, ligada diretamente ao mercado de trabalho. Para Souza (s/d):

[...]os trabalhadores buscam na sua qualificação saídas para ingressarem nesse mercado de trabalho cada vez mais competitivo e são estimulados a procurar a educação como forma de valorizar sua empregabilidade. A categoria empregabilidade é aqui entendida como a capacitação [sic] da mão de obra de se manter empregada (SOUZA, s/d, p.7).

O reitor da UFRJ, Roberto Leher (2015), aponta os impactos da lógica mercantilizada sobre a educação brasileira de como grupos financeiros tentam dominar a educação pública, e exemplifica citando o Pronatec quando afirma que, “grande parte dos cursos são aligeirados para a formação de uma força de trabalho simples - tanto aquela que já estará inserida no mercado quanto aquela que constitui o que podemos denominar de um exército industrial de reserva” (LEHER, 2015, s/p).

Em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff dá prosseguimento à política de expansão da educação profissional através do lançamento do Programa Nacional de Educação Profissional e Emprego (PRONATEC), dispondo de várias iniciativas com o objetivo de maximizar o acesso a essa modalidade de ensino. Nas políticas adotadas pelo governo do PT, podemos compreender que houve uma continuidade na política econômica, em relação ao governo anterior, pois as ações do Estado são voltadas para a reprodução e acumulação do capital, intensificando de maneira acentuada o modelo de Estado neoliberal de terceira Via. Contudo, apesar das continuidades houve também muitos avanços na política social, na questão dos direitos sociais.

Dado o exposto, entendemos que o Pronatec atende uma lógica neoliberal, quanto às exigências ao mercado capitalista, como política pública supridora aos anseios do mercado. Portanto, corresponde ao mercado, ao novo desenvolvimentismo, na oferta de qualificação profissional de modo aligeirado, para a inclusão do jovem ao mercado de trabalho.

Lima (2013) destaca a crescente subordinação da educação ao capitalismo e às necessidades impostas pela sua crise, e discute a privatização da educação e das escolas públicas. Dessa forma nos traz a seguinte conceituação de privatização:

[...] desde a erosão das responsabilidades estatais em benefício de privados, desregulação, concessão a privados, parcerias, construção de redes nacionais de ensino, já não públicas, mas híbridas ou baseadas em parcerias público-privadas, escolas públicas com estatutos de fundação e regidas pelo direito privado, escolas públicas cuja gestão foi concessionada a privados, financiamento através da captação de alunos e respectivos “cheques-ensino” pagos pelo Estado, interferência crescente no currículo, na prática pedagógica, na avaliação, etc., por parte de instituições privadas, empresas, fundações, organizações não-governamentais diversas, ou do chamado “terceiro setor” (LIMA, 2013, p.178-179, grifo do autor).

Para este autor, a privatização pode ser compreendida com a inserção de maneiras de gestão específicas de organizações privadas, classificadas ideologicamente como bem administradas, mais eficazes e rápidas, voltadas para as carências do consumidor, incentivando

a competitividade, isto é, prosseguindo nos princípios normativos da ‘Nova Gestão Pública’, que Lima (2013) designa como ‘cânone gerencialista’.

Conforme afirma Arelaro (2007) “[...]o Estado usa seu poder de “mando” para legitimar o processo de mercantilização e de privatização do ensino e da educação” (ARELARO, 2007, p.913, grifo do autor). Assim, sobre essa questão comungo com Arelaro (2007) quando desabafa:

[...]só nos resta um dever: remar contra a corrente do capitalismo desumano considerado inexorável e propor, resistindo com novas práticas, que política pública e educacional, para ser “competente”, tem que ter cheiro, voz e ação das “gentes”. Tem que ter ruptura. Tem que ter povo. Humanizado. Informado. E com o sonho de um dia ser feliz, numa sociedade menos injusta e, aí sim, *socialmente competente* (ARELARO, 2007, p.917, grifo nosso).

As mudanças ocorridas a nível mundial afetaram a educação favorecendo uma formação mercantilista para o mercado, para a expansão do capital. Nesta situação, a educação profissional caracterizada no Pronatec, favorece e estimula a parceria público-privada na oferta de cursos técnicos profissionalizantes na formação para o trabalho.

Podemos compreender nos escritos marxianos, que trabalho carrega consigo um sentido negativo. Encontramos na concepção de trabalho em Marx como trabalho estranho ou alienado (MANACORDA, 2007). Sobre trabalho Manacorda (2007) nos esclarece que é, em Marx, um conceito historicamente determinado, “que indica a condição da atividade humana no que denomina *economia política*, ou seja, a sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e a teoria ou ideologia que a expressa” (MANACORDA, 2007, p.58, grifo do autor).

Os escritos de Marx e Engels (2011) sobre o sistema de Ensino e divisão do trabalho, esclarecem que a divisão do trabalho emergiu de forma eficaz, somente quando se operou a divisão entre trabalho material e intelectual. Neste sentido Manacorda (2007) discute que “[...]o produzir da atividade humana como trabalho (alienado) é um resultado histórico, devido à divisão originária do trabalho [...] Essa divisão se torna real quando se apresenta como divisão entre o trabalho manual e o trabalho mental ” (MANACORDA, 2007, p.59).

Nesse sentido, o mesmo autor continua expressando a sua opinião a respeito da divisão do trabalho, dizendo que o homem:

[...] vive, em suma, no reino da necessidade, mas não ainda no da liberdade [...] A divisão do trabalho, portanto, dividiu o homem e a sociedade humana, mas tem sido a forma histórica do desenvolvimento da sua atividade vital, da sua relação-domínio sobre a natureza [...] a supressão da propriedade privada era, sim, designada como a completa emancipação de todos os sentidos humanos e de todas as qualidades humanas[...] (MANACORDA, 2007, p.62).

Segundo Marx e Engels (2011) a sociedade na qual vivemos não nos dá a liberdade de aperfeiçoarmos no campo que quisermos, mas numa atividade exclusiva, pois é a sociedade que regula a produção geral, não permitindo fazer uma coisa hoje, outra amanhã, “caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, e tudo isto a meu bel-prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico” (MARX; ENGELS, 2011, p.29).

[...]desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de o ser se não quiser perder os seus meios de subsistência (MARX; ENGELS, 2011, p.28).

Neste sentido, percebemos que no atual sistema isto não mudou, basta verificarmos nos cursos ofertados pelo Pronatec, que os mesmos são impostos pela necessidade do setor produtivo, a formação do trabalhador visa atender às necessidades do mercado, e não visa a formação plena das potencialidades dos indivíduos; por isso não vivemos no reino da liberdade, mas no reino da necessidade.

Manacorda (2007) ao citar Marx (1952) nos traz ainda a concepção de trabalho numa perspectiva positiva da atividade humana, como possibilidade absoluta de riqueza, enquanto sujeito e trabalho como atividade vital, jamais como um sujeito singular ou abstrato, “mas sempre do indivíduo concreto e social, em grandiosa relação com a natureza e a história [...]” (MANACORDA, 2007, p.66). Portanto, apresenta trabalho como princípio “[...]positivamente, como existência do trabalho não como objeto, mas como atividade e possibilidade universal de riqueza[...]” (MANACORDA, 2007, p.64)

Marx (2011) vai dizer que a universalidade do sujeito não se efetiva a partir do pensamento nem na imaginação, mas

[...] está viva em suas relações teóricas e práticas. Encontra-se, pois, em condições de apreender sua própria história como um processo e de conceber a natureza, com a qual forma realmente corpo, de maneira científica (o que lhe permite dominá-la na prática) (MARX; ENGELS, 2011, p.59).

Em “Marx e a Dialética da Sociedade Civil”, Ivo Tonet (2014) discorrendo sobre Trabalho Associado enfatiza que “Uma das consequências mais importantes da entrada em cena do trabalho associado é a diminuição do tempo de trabalho necessário” (TONET, 2014, p.337). Nesta linha de pensamento, deve-se produzir a riqueza material necessária que satisfaça de forma ampla a necessidade de todos. Tonet (2014) traz a seguinte definição de trabalho associado:

[...]o trabalho associado é uma forma de trabalho livre porque são os próprios produtores que determinam o que deve ser produzido, como isto deve ser produzido

e como deve ser distribuído todo o produto. Não são poderes estranhos e alienados que comandam a produção (TONET, 2014, p.335).

Sobre essa questão de tempo de Trabalho, Frigotto (1996) sustenta que a humanidade nunca teve em suas mãos, [...]“capacidade científica e técnica para satisfazer as necessidades humanas e diminuir o tempo de trabalho necessário à subsistência ampliando assim o tempo livre, isto é, tempo de fruição, de gozo, de lazer, de lúdico” [...] (FRIGOTTO, 1996, p.2).

Em relação a isso Fraga (2014) argumenta que “Marx contrapõe as potencialidades do ser genérico humano, que qualifica como universal, como autoconsciente e livre, a sua negação pelas condições materiais do trabalho estranhado” (FRAGA, 2014, p.129). Pois o trabalhador não se apropria nem usufrui do objeto produzido, e não sendo possuidor de sua produção necessita vender-se para sobreviver. Além disso, complementa que o trabalho não produz somente objetos como mercadorias, mas também o homem como mercadoria (FRAGA, 2014). Fraga (2014) sustenta que “Marx denuncia justamente a *base* ‘antiética’ fundamental do capitalismo, que radica *socialmente* na apropriação privada do trabalho excedente e que, na verdade, revela-se como um problema entre classes sociais” (FRAGA, 2014, p.132, grifo do autor).

Para Marx a entrada do trabalho associado em cena, resultaria na extinção das categorias típicas do capitalista: propriedade privada, trabalho assalariado, valor-de-troca, mais-valia, capital, mercadoria, dinheiro, etc., isto é, deixa para trás todo tipo de exploração e dominação do homem pelo homem, alcançando a completa emancipação do ser humano. Segundo Tonet (2014) Marx chama este momento de síntese entre “reino da necessidade” trabalho associado e “reino da liberdade” (tempo livre).

O texto de Ivo Tonet (2014) sobre Trabalho Associado e extinção do Estado, suscita discussões sobre Marx e a dialética da sociedade civil, no qual o trabalho é visto como categoria fundante do ser social, e se o trabalho é a categoria que de certa forma molda o ser social e se essa forma de sociabilidade (modo de produção) possui uma forma específica de trabalho como base, então o componente fundamental, mas, claro não exclusivo para uma revolução é uma alteração radical no modo do trabalho (TONET, 2014).

Com a divisão do trabalho, acarreta imediatamente a desumanização do homem, onde o mesmo se apresenta unilateral e incompleto, é um processo histórico com desenvolvimento contraditório. Contudo, segundo Manacorda (2007) Marx vê na união entre ensino e trabalho a possibilidade para a restauração da completude e unidade do homem.

A união entre ensino e trabalho, que ele não inventa, mas já encontra pregada e praticada por pedagogos e reformadores sociais e até atualizada na própria fábrica, revela-se, portanto, parte de um processo de recuperação (*Zuruecknahme*) da

integralidade do homem, comprometida pela divisão do trabalho e da sociedade, mas cujo próprio desenvolvimento das forças produtivas, que são forças materiais intelectuais, domínio do homem sobre a natureza, permite, e até exige, a restituição (MANACORDA, 2007, p.76).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, que são forças materiais intelectuais, com a criação de uma totalidade de forças produtivas, entre estas, a ciência é possível a recuperação da integralidade ou onilateralidade do homem. A concepção que Marx tem do trabalho e do homem é que na medida em que este se humaniza com a natureza, faz uma única história (natural e humana) num só processo, modifica a si mesmo.

[...]na medida em que começa a produzir as próprias condições de uma vida humana sua, isto é, os meios de subsistência e as relações que estabelece com outros homens ao produzi-la na divisão do trabalho; na medida em que conhece e quer a própria atividade e a configura como uma relação não limitada a apenas uma parte da natureza, mas, pelo menos potencialmente, como uma relação universal ou onilateral com toda a natureza como seu corpo orgânico [...] (MANACORDA, 2007, p.74).

Diante da realidade da alienação humana, é proposto a onilateralidade, um desenvolvimento integral, completo, total, “multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (MANACORDA, 2007, p.87). Este autor nos dá a seguinte definição de homem onilateral, é o advento histórico do ser humano na plenitude de suas habilidades produtivas, concomitante à integralidade de capacidades de consumo e realizações, principalmente a satisfação de bens espirituais e materiais, dos quais o trabalhador tem estado omitido em decorrência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2007).

Desta maneira, Frigotto (1996) ao discorrer sobre a Cidadania e Formação Técnico Profissional, sustenta que desde a gênese da sociedade capitalista se constitui a classe trabalhadora, que é formada dos excluídos dos meios e instrumentos de produção. Sob esse ideário é que se legitima os processos educativos e formativos dualistas. Nesta conjuntura capitalista, Frigotto (1996) destaca a formação educacional para o trabalho neste contexto,

[...] no campo educativo desenvolve-se um discurso tanto pelo governo como pelos empresários da necessidade de uma formação científica e tecnológica de alto nível que forme trabalhadores polivalentes e com elevado grau de abstracção, requisitos indispensáveis à reestruturação produtiva (FRIGOTTO, 1996, p.11).

Assim, Paiva (2000) adverte “estamos, pois, frente a um momento de vitória do capital sobre o trabalho que coincide com níveis inéditos de acumulação e riqueza social” (PAIVA, 2000, p.51). E denuncia como a conquista do trabalhador industrial no último século, com padronização salarial, tempo de trabalho tem sido substituída pela microeletrônica e suas exigências de despadrãoização, flexibilização e precarização.

Em uma crítica a esse modelo emergente Antunes (2000) argumenta que:

[...] a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado uma imensa *sociedade dos excluídos e dos precarizados*, que hoje atinge também os países do Norte [...] (ANTUNES, 2000, p.35, grifo do autor).

Todas essas mudanças resultam em incluídos e excluídos do mercado formal de trabalho. Já nos anos de 1990, temos altas taxas de desemprego, resultando para os excluídos a exclusão dos benefícios sociais e sobrecarregando os incluídos num processo de intensificação do trabalho. Sobre essa questão Paiva (2000) nos traz excelente estudo sobre “Qualificação, Crise do Trabalho Assalariado e Exclusão Social”. Esta autora esclarece que “[...] Flexibilidade, precarização são conceitos contemporâneos que estão ligados à retração dos direitos e da proteção social dos trabalhadores ” (PAIVA, 2000, p.52).

Sobre o mundo do trabalho, Antunes (2000) explica as alterações que ocorreram para a classe trabalhadora:

Estas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2000, p.43).

Paiva (2000) discute o reordenamento social das profissões, na qual presenciamos um processo onde a qualificação se eleva e se intensifica “na busca de alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo auto-emprego ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes” (PAIVA, 2000, p.52). Sendo preciso a utilização desses instrumentos para completar a renda, buscando cada vez mais alternativas profissionais. Esta autora alerta que as condições impostas à inserção ao mercado de trabalho são complexas, exigindo do sujeito maiores forças psíquicas dada a competitividade e virtude individuais, indispensáveis no mundo do trabalho, que *é a aquisição de qualificação e/ou competências*.

Sobre essa questão, de aquisição de competências e qualificações, destacamos o Pronatec como política educacional, que foi criado sob a justificativa de que o mercado carece de pessoas mais qualificadas, um dos grandes argumentos para a criação do mesmo é a falta de mão de obra qualificada que atenda às necessidades da indústria, e, a competitividade internacional do país.

Neves (2002) ao fazer exposição sobre a natureza das políticas sociais do Estado capitalista denuncia que “[...] o Estado encarrega-se da reprodução ampliada da força de trabalho, com vistas a propiciar diretamente, pela sua interferência, altas taxas de mais-valia e de exploração” (NEVES, 2002, p. 14). Para isto, amplia diversas iniciativas na pesquisa

científica e em inovações tecnológicas, nas reestruturações industriais, no ensino, na formação profissional, saúde, moradia, etc (NEVES, 2002).

Sobre a função do Estado e sua importância na educação profissional Frigotto (1996) faz uma crítica à educação implementada, sustentando que essa educação está subordinada à lógica unidimensional da produção e do mercado, resultando em ideias e práticas dualistas, fragmentadas, dissociando a formação geral da específica, o técnico do teórico e político. E, gradativamente a educação deixa de ser um direito para transformar-se numa mercadoria, num serviço (FRIGOTTO, 1996).

[...] com uma educação que separa a formação técnica e profissional específica da formação geral cria-se as condições necessárias e suficientes para uma formação abstracta e polivalente ou se constitua em espaço de requalificação ou preparação para a empregabilidade [...] (FRIGOTTO, 1996, p. 13, 14).

Desta maneira, é nestas circunstâncias acima descritas que analisamos a parceria público-privada do Senai na oferta de cursos profissionalizantes ao município de Cáceres, como um loco específico de qualificação e requalificação para a empregabilidade com vistas ao mercado de trabalho. Pois segundo Paiva (2000) neste modelo emergente,

[...] torna-se tarefa das instituições que oferecem educação tentar tornar sua clientela empregável, adequando seus cursos à demanda e incluindo na formação de elementos subjetivos capazes de assegurar maior adesão dos quadros às instituições e seus objetivos (PAIVA, 2000, p.58).

Sendo assim, não basta o sujeito do atual mundo do trabalho ter conhecimento, mas criatividade, motivação; pois não se trata somente de qualificar para o trabalho, mas para a vida na qual também se envolve o trabalho, com uma flexibilização e preparo para enfrentar o emprego, o desemprego e o auto emprego, como também “circular com desenvoltura em meio a muitas ‘idades’ de tecnologia, com a possibilidade de entender e usar as máquinas mais modernas e de fazer face a suas inúmeras consequências na vida social e pessoal” (PAIVA, 2000, p.56, grifo do autor).

As instituições ofertantes de educação profissional, no oferecimento dos cursos técnicos profissionalizantes destinados à classe trabalhadora, utilizam uma política que conduz os sujeitos “desempregados/as, subempregados/as, trabalhadores/as precários/as, excedente de mão-de-obra - a idéia de que, mediante as diferentes modalidades deste tipo de formação, todos se tornarão empregáveis” (DEL PINO, 2000, p.79). O merecimento do indivíduo empregado não está no seu direito social ao emprego, mas em conseguir posicionar-se no competitivo mercado de trabalho. Peroni (2013a) critica a concepção individualista da Terceira Via, sendo este princípio comum também ao neoliberalismo, na qual o sucesso ou o fracasso dependerá das virtudes e competências de cada indivíduo. Nesta concepção se defende que “cada indivíduo

é responsável por individualmente abrir o seu caminho e as transformações vão se dar na esfera pessoal e não societária” (PERONI, 2013a, p.239).

Desta maneira, conduz-se a responsabilidade social para o indivíduo, “a educação sai da esfera do direito social e passa a ser uma aquisição individual, uma mercadoria que se obtém no mercado segundo os interesses de cada um/a e a capacidade de cada um/a obter o que quiser [...]” (DEL PINO, 2000, p.80).

Ainda na opinião do mesmo autor:

[...]Os desempregados é que ficam com a responsabilidade de buscar “requalificação” e “reconversão profissional” a fim de tornarem-se empregáveis. Ou mesmo buscarem algum tipo de ocupação no mercado informal ou na economia de sobrevivência[...] (DEL PINO, 2000, p.79, grifo do autor).

Na política de educação profissional, a probabilidade de integrar o sujeito ao mercado de trabalho, sua inclusão é possível somente se conseguir adquirir habilidades elementares que produzem competências válidas e reconhecidas pelo mercado, [...] “não há no capitalismo a possibilidade concreta de satisfação de empregos. Não há geração de empregos em condições suficientes para atender a todos e a todas” [...] (DEL PINO, 2000, p.80).

Sabedores dessa realidade, a forma como as instituições de educação profissional tem trabalhado e divulgado subtende-se uma formação profissional que pode gerar emprego. Dessa forma, Del Pino (2000) alerta que “na verdade, o que ela gera é o que realmente promete: empregabilidade [...]” (DEL PINO, 2000, p.80).

A respeito dessa empregabilidade, podemos constatar mais uma vez a opinião desse autor, manifesta nos dizeres a seguir:

No interior da escola e dos cursos de requalificação têm de ser desenvolvidas as relações que permitem fazer com que alunos/as e professores/as pensem e sintam que todos se tornarão empregáveis. O discurso da empregabilidade afirma que a requalificação pode gerar as condições de se chegar ao emprego (DEL PINO, 2000, p.79).

Nestas circunstâncias focalizamos o Senai, como instituição de qualificação e requalificação, pois a referida instituição através de seus funcionários assegurou que grande parte dos alunos mal terminam o curso e já se inscrevem em outro, com o objetivo de maiores qualificações.

O propósito essencial da educação profissional é o desenvolvimento completo do ser humano entendido por princípios éticos, sociais e políticos, de forma a manter a sua dignidade e a incrementar ações próximas à sociedade fundamentada nesses valores.³ Todavia, esse

³ Esses valores são desenvolvidos na Formação Profissional numa perspectiva marxista discutida por Frigotto (1996), Ciavatta (2007).

entendimento amplo de educação se diferencia da tradicional educação profissional, que desde sua gênese é direcionada a se unir aos fins e princípios do mercado, “ao domínio de métodos e técnicas, aos critérios de produtividade, eficácia e eficiência dos processos” (Brasil, 2004, p.11). Exige-se do trabalhador quantidades de qualificações e, adquirir competências laborais.

Sobre essas qualificações e competências laborais para o mercado de trabalho, veremos no próximo subcapítulo sobre a Bolsa-Formação, modalidade do PRONATEC em que se busca expandir a educação profissional visando a inserção do sujeito ao setor produtivo através de cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada. Em suma, recai sobre o trabalhador a responsabilidade do emprego, “transferiu-se para o indivíduo a responsabilidade daquilo que é criação social, a geração das formas de sobrevivência humana” (BRASIL, 2004, p.12). Desta forma, transfere para o sujeito e obscurece a função do Estado na promoção da educação, na aquisição e garantia da empregabilidade. Adiante discutimos sobre a relação público-privada na educação profissional e a implementação de parcerias.

2.5 A alternativa público-privada na Educação Profissional e a implementação de parcerias

Neste ponto do texto, discutimos sobre a alternativa público-privada que se efetiva mediante a parceria entre o setor público e terceiro setor, especificamente o setor empresarial, ou seja, a relação público-privada entre o Pronatec/Poder Público e Senai/Cáceres na implementação de cursos profissionalizantes.

A acelerada ampliação das parcerias público-privadas na educação (PPPE) abarca mais atores privados em diferentes segmentos dos sistemas públicos, desde a definição de políticas, oferta da educação e até mesmo a gestão educacional. Todavia, a educação dada sua complexidade, social e política “deve permanecer, em grande parte, se não totalmente, no setor público, servindo a interesses públicos” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1133).

Os autores mencionados acima, discorrendo sobre “A Origem das Parcerias Público-Privada na Governança Global da Educação” ao explicar sobre a emergência e expansão global da PPP, destacam a progressão do neoliberalismo como projeto alternativo da década de 1980 e as mudanças ocorridas na vida social, política e econômica. Com a chegada do neoliberalismo (quase-mercados, concorrência e as formas de privatização), a educação foi confrontada a se reconstruir conforme os princípios do livre mercado.

Para compreender o que significa a parceria público-privada (PPP) e as mudanças na relação entre o público e o privado na gestão educacional da atualidade, é necessário observar

a década de 1970 para a crise do projeto de desenvolvimento capitalista no período pós-guerra, e para o subsequente ingresso da economia de livre mercado como o modo hegemônico de organização da vida política e social. Segundo Robertson e Verger (2012), “Ideias de livre mercado circulam desde os anos de 1930, mas não tinham sido capazes de garantir apoio nos círculos políticos e na agenda da política” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1136). Entretanto, foi o ideário keynesiano que preponderou na reconstrução pós-guerra, em defesa de uma gestão estatal das políticas econômicas e sociais.

Para Robertson e Verger (2012), o renascimento das parcerias em 1990 aponta para uma Terceira Via, entre Estado e mercado. E, argumenta:

[...] as parcerias foram um corretivo para a presença demasiada do Estado (Keynesianismo), por um lado, e a ausência dele, por outro (privatização). A agir como uma ponte entre cada setor, as parcerias atuavam como um canal, permitindo o aproveitamento de valores de cada parceiro, a serem capitalizados no futuro (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1139).

Robertson e Verger (2012), apresentam o pensamento de um grupo de especialistas⁴ da PPPE, na qual destacam o papel do Estado na gestão da educação. Conforme estes especialistas, a PPPE implica no distanciamento do Estado do oferecimento direto da educação, mas em permanecer sua atenção no financiamento aos fornecedores, intervindo na avaliação e regulação desses serviços educacionais. Por conseguinte, definem a PPPE como

[...] o guarda-chuva perfeito, pois enquanto o propósito subjacente e as lógicas de gestão da educação são garantidos de acordo com a lógica de mercado, dada a presença do setor privado como responsável pela oferta, o Estado assegura o ambiente político favorável e, o mais importante, o seu financiamento (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1143).

Abrucio (1997) em seu estudo sobre - *O impacto do modelo gerencial na administração pública*, destaca a obra - *Reiventando o Governo* de David Osborne e Ted Gaebler (1994) que dentre os princípios apresentados, salienta os fundamentos do governo referente à administração pública, nesta obra propõe-se mensurar o desempenho das agências por meio de resultados, a procura da qualidade total como método administrativo, com a ênfase no cliente, transferindo poder aos cidadãos e a tentativa de se assegurar a equidade. Desta forma, na visão deste autor, reformar o sistema da administração pública, significa inserir métodos direcionados para a produção qualitativa de serviços públicos com a atenção voltada aos

⁴ Representantes de rede de empreendedores de políticas e especialistas em educação (Organizações internacionais, empresas de consultoria transnacionais de educação e universidades globais – como o Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), o International Finance Corporation (FIC), Centro de Professores Britânicos (CfBT) e Universidade de Harvard. Inclusive lançaram um manual sobre PPP na Educação.

clientes e cidadãos. Este autor complementa e justifica, que estes não só devem ser bem atendidos,

[...] mas que devem ser também chamados a participar do governo, definindo os destinos de suas comunidades [...] a melhor resposta para tornar melhor um serviço público é chamar a comunidade a participar de sua gestão, seja fiscalizando, seja trabalhando voluntariamente na prestação de serviços — constituindo-se numa resposta adequada tanto para a questão da eficiência como para o problema da transparência (ABRUCIO, 1997, p.31-32).

Sobre a Reforma da Administração Pública do Brasil, já discutimos no início deste capítulo, sobre como os estudos de Osborne e Gaebler influenciaram os países da América Latina em 1990, inclusive o Brasil, a aderir a tal reforma, e, que este princípio de participação da sociedade civil na gestão pública mediante parcerias, é resultado de tal paradigma, e que o mesmo aponta para a adoção de parcerias com o setor privado e com as ONGs.

Entretanto, Peroni (2008) discute sobre a crise que se intensificou em 1990, quando o Estado passa a ser visto como ineficaz à execução das políticas sociais, porém, o setor privado é considerado modelo eficiente para resolver os problemas sociais, daí a necessidade de repassar as políticas sociais ao setor privado por meio de privatização ou mediante implementação de parcerias. Dessa forma Peroni (2008) analisa que:

Por meio das parcerias, podemos verificar principalmente dois movimentos: o público não-estatal, e o quase-mercado, pois as instituições que fazem parceria com o sistema público são do terceiro setor, ou chamadas de públicas não estatais, e as parcerias ocorrem como forma de estabelecer a lógica do privado no público, o chamado quase-mercado (PERONI, 2008, p.115).

Nesse sentido, os espaços públicos principalmente educacionais têm sido influenciados pela lógica de que o mercado é o modelo de qualidade e as parcerias público-privadas surgem da necessidade de tornar o público eficiente e produtivo (PERONI, 2008). Esta autora ao analisar o Plano de Reforma do Estado no Brasil explica que o mesmo “propõe que as empresas públicas sejam privatizadas ou transformadas em organizações sociais, organizações parceiras do Estado não dirigidas pelo poder público, mas recebendo fundos públicos” (PERONI, 2007, p.4).

Peroni (2008) denuncia que muitos sistemas públicos de ensino estabeleceram parcerias com instituições privadas que vendem produtos com a promessa de qualidade na educação. Neste sentido, desde o governo de FHC com a Reforma do Aparelho do Estado e as mudanças por ele instauradas, verifica-se um Estado conduzido por uma ideologia de educação mercadológica. Portanto, a partir desta reforma o modelo de mercado, de gestão gerencial é levado para os sistemas públicos de ensino modificando a lógica de gestão escolar e preconizando a busca de qualidade, produtividade, eficiência, redução de custos, dentre outros.

Em relação à efetivação dos serviços públicos estabelecidos na vinculação com o público não-estatal, Costa (2011) argumenta que isto,

[...] continuou em pleno vigor no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), ocorrendo um aprofundamento com a aprovação da Lei nº 11.079, de 30/12/2004, denominada Lei de Parcerias Público-Privadas (PPP), e inúmeras medidas tomadas posteriormente, no sentido de efetivar essa relação entre União, Estados e Municípios brasileiros e o setor privado (COSTA, 2011, p.53).

Nestas circunstâncias, identificamos o Pronatec como uma política do governo petista que dá prosseguimento aos princípios neoliberais do governo anterior no estabelecimento de parcerias. Deste modo, destaco um dos parceiros ofertantes do Pronatec, que é o Senai, considerado como um dos maiores ofertantes de cursos técnicos profissionalizantes. Inclusive, o PNE 13.005/2014 em sua meta onze (11) credita aos sistemas públicos que até cinquenta (50%) destes cursos sejam ofertados pelo setor público, subtendendo-se que, os outros cinquenta (50%) podem ser ofertados pelo setor privado e/ou outro segmento da sociedade civil.

Organizada entre setores público e privado na execução de objetivos de interesse público, a denominação de parceria se refere às formas de sociedade sem constituir em nova pessoa jurídica (REGULES, 2006). Portanto, esse autor compreende que “[...] é parceria a colaboração espontânea das organizações do terceiro setor em programas que a Administração promove, sem a necessidade de constituição de uma nova pessoa jurídica” (REGULES, 2006, p.114).

Nesse mesmo sentido, o autor corrobora sua opinião afirmando que:

[...] o termo “parceria” passou a designar a reunião de esforços entre o poder público e o setor privado para a concretização de objetivos de interesse público, a partir de iniciativas legislativas (termo de parceria), bem como da sua aceitação pela doutrina no âmbito do Direito Público (REGULES, 2006, p.113, grifo do autor).

Adrião e Peroni (2010) explicam que “o termo parceria designa, genericamente, os acordos formalmente firmados pelas esferas governamentais com setores da iniciativa privada” (ADRIÃO; PERONI, 2010, p.02).

Conforme Oliveira (2012) as parcerias adquirem espaço com a legislação desse período, como a Lei das Organizações Sociais (OS), Lei 9.637, de 1988, e a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Lei nº 9.790, de 1999, estabelecida pelo Decreto 3.110 de 1999. Esta autora argumenta que as parcerias fazem parte da política de reforma da administração pública, quando afirma que:

A política de indução às parcerias [...] já estava indicada no Plano Diretor da reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), documento elaborado em 1995, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), na gestão do ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que aponta como estratégias da reforma da administração pública [...] (OLIVEIRA, 2012, p.20).

Peroni, Oliveira e Fernandes (2009) suscitam discussões no artigo “Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira” de forma sucinta nos traz excelente esclarecimento a respeito das OS e OSCIP, quando afirmam que:

[...] As organizações sociais são privadas, criadas pelo poder público e já nascem sob a forma de contrato de gestão de um patrimônio público. As organizações da sociedade civil de interesse público já eram privadas e se relacionam com o Estado por meio de parcerias [...] (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p.769).

O Pronatec desde sua sanção e implementação, estabeleceu que seria mediante parcerias o desenvolvimento do mesmo, tanto através de organizações da sociedade civil, quanto de órgãos públicos. Podemos verificar isto na Lei 12. 513/11 em seu artigo 3º quando ratifica que,

O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem e instituições de educação profissional e tecnológica habilitadas nos termos desta Lei (BRASIL, 2011, p.2).

No artigo “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-Pronatec: um olhar a partir das relações entre o público e o privado”, Santos e Rodrigues (2013) discutem sobre as iniciativas do Pronatec e a relação dos agentes públicos e privados na consecução da mesma, destacam que o Governo federal através da Exposição de Motivos Interministerial nº19, de 28/04/2011, quando encaminha ao Congresso Nacional Projeto de Lei do Pronatec, ratifica a existência da necessidade de unir forças para assegurar a expansão da educação profissional e tecnológica com qualidade, contando com o envolvimento da rede privada, e finaliza expressando que as entidades do Sistema S têm relevante papel a desempenhar neste processo. Essa questão de parceria vai ao encontro do que Santos e Rodrigues (2013) analisam sobre o papel do Estado no Novo-Desenvolvimentismo, pois destaca-o como estância reguladora das atividades econômicas que cria condições favoráveis para o capital efetivar seus investimentos financeiros. Portanto, o papel do Estado segundo estes autores se estabelece no Novo-Desenvolvimentismo mediante o repasse de verbas públicas para a iniciativa privada, denominada Parcerias Público-Privadas (PPP).

Todavia, Paludo (2008) nos lembra que isto só foi possível porque após as décadas de 1970, devido as grandes mudanças que ocorreram e da desconstituição do Estado-providência, surge este novo conceito, esta nova significação para o chamado contrato liberal:

[...] Ele perde a idéia de contrato entre classes e agrupamentos coletivos com interesses sociais divergentes. Os governos, por meio do que dizem ser uma renovação da ação política, acabam adequando as políticas às transformações econômicas e sociais que ocorrem desde os anos de 1970/1980. O que pode ser compreendido como uma resposta à perda de legitimidade do Estado e uma busca de solução dos problemas

sociais, cada vez mais complexos, na modalidade de redes e parcerias (PALUDO, 2008, p.02).

Arelaro (2007) critica as parcerias público-privadas por se apresentarem como sinônimo de “qualidade”, como gestão competente para a eficácia educacional, opondo-se aos instrumentos da gestão democrática. E, complementa que, cada vez mais o Estado procurará parceiros para compartilhar sua responsabilidade educacional, desde o atendimento da demanda e da oferta, através de:

[...] contratos e convênios com escolas e sistemas privados de ensino para “transferência” sumária de métodos e técnicas de ensino e de compra de materiais “unificados” e adequados para o “sucesso” nas provas ou exames nacionais – reservando-se ao Estado a função exclusiva de definir o “produto esperado” (educação para a cidadania?) e os mecanismos de aferição da qualidade do “produto efetivamente produzido” (aluno “civilizado” e cidadão?) (ARELARO, 2007, p.916-917, grifo do autor).

Sobre essa questão, de o Estado buscar parceiros para partilhar a responsabilidade educacional, Cury (2005) lembra que isso já ocorria na educação desde o Império, ressaltando o decreto de 1821 que evidenciava quem cuidaria da educação escolar no Brasil: o Estado e a iniciativa privada. Assim, este autor apresenta o decreto o qual justifica a relação entre o público e o privado na educação escolar no Brasil, da seguinte maneira:

O Estado, diz o decreto, é educador e é assim *como convém ser*. Mas, o erário público, impotente, não aguentaria universalizar esse *indispensável estudo das primeiras letras*. Daí o repasse parcial dessa responsabilidade para a iniciativa privada (CURY, 2005, p.4, grifo do autor).

Desta maneira, podemos entender que historicamente desde esse período, o público já era considerado “impotente”, insuficiente. Ou seja, o setor privado influenciando os governos e se mostrando apto e eficiente para a execução do ensino público sob a justificativa de o Estado não conseguir universalizar a educação.

No campo histórico, a gênese da formação técnica no Brasil ocorreu especialmente em instituições privadas que evidenciaram a dualidade estrutural presente na educação profissional. O Pronatec traz em sua essência um paradigma expansionista e de gestão público-privado (SALDANHA, 2013).

Saldanha (2013) ressalta que a Reforma do Estado em 1990, foi caracterizada pelas parcerias público-privadas. Por conseguinte, as PPP fazem parte das políticas de educação profissional, o Pronatec reflete uma educação profissional com gestão e execução privadas e com financiamento público. Sobre essa questão, Saldanha (2013) suscita o seguinte questionamento: “O direito à Educação Profissional está garantido sob essas bases de expansão?” (SALDANHA, 2013, p.8).

Costa (2011) responde à esta pergunta, quando sustenta que o Estado desde sua reforma elege outro ator para a implementação dessa política pública – a educação profissional

[...] a Terceira Via apela para a responsabilização de um novo ator – o Terceiro Setor – para substituir o papel do Estado na execução dessas políticas, dentre elas, a da educação, por meio de parcerias. O Estado deixa de agir diretamente na execução de políticas (sociais) públicas, no entanto, financia o Terceiro Setor e, por meio das parcerias entre o público e o privado, institui a política pública (COSTA, 2011, p.52).

Sobre essa questão, Peroni (2013b) acrescenta que:

[...] com a parceria público-privada e o fortalecimento do terceiro setor, o privado acaba influenciando ou definindo o público, não mais apenas na agenda, mas na execução das políticas, definindo o conteúdo e a gestão da educação, com profundas consequências para a democratização da educação (PERONI, 2013b, p.30).

Em relação ao setor privado, Stephen J. Ball e Deborah Youdell (2007)⁵, suscitam discussões sobre a “Privatização oculta na Escola Pública” quando elaboram relatório constando que há uma preocupação com a crescente tendência entre os governos internacionais na inserção de formas de privatização na educação pública a nível global. Estes argumentam sobre como a forma de privatização tem sido introduzida no sistema público educacional, todavia afirmam que essa tendência está oculta, camuflada pelo termo “reforma educacional” e que esse modo de privatização tem muitas facetas (no momento da realização deste relatório esta pesquisa estava em andamento, a mesma foi realizada em vinte e cinco países). Portanto, explicam que a privatização da educação pública é quando se dá abertura para que o setor privado possa gerenciar ou deliberar aspectos da educação pública. E apontam essa forma de privatização como endógena, ou seja, quando se utiliza técnicas, ideias, práticas do setor privado no setor público. E, privatização exógena – quando o setor privado diretamente gerencia e/ou executa os serviços educacionais.

Assim, os autores discutem que historicamente os governos fazem contratações de serviços educacionais, como transporte escolar, alimentação e limpeza. Entretanto, em alguns países como Estados Unidos, Filipinas, Colômbia, Nova Zelândia e Reino Unido, os governos já contratam diretamente o setor privado para a execução dos serviços educacionais primordiais.

Neste contexto, apesar de entender e defender que a educação deva permanecer, em grande parte, se não totalmente, no setor público, servindo a interesses públicos conforme discutem Robertson e Verger (2012), percebemos que a mesma cada vez mais tem sido repassada pelo setor público e implementada pela iniciativa privada, como é a situação do

⁵ Oriundo do Instituto de Educação da Universidade de Londres, em participação ao 5º Congresso Mundial de Educação Internacional.

Pronatec Bolsa-Formação, que tem como seu maior ofertante o setor privado/Senai, caso que apresentamos no tópico seguinte.

2.5.1 O Pronatec Bolsa-Formação e seus Parceiros

Este item discorre sobre a Bolsa-Formação, explica o seu desenvolvimento e implementação, seus propósitos e destinatários, como apresenta os dispositivos legais que a fundamenta, apresenta também seus agentes ofertantes/demandantes e sua aplicação de 2011 a 2015.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) desde sua implantação em outubro de 2011 até final de 2014, já realizou mais de oito (8) milhões de matrículas, das quais 2,3 milhões são de cursos técnicos e 5,8 milhões em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (GALLINDO, et al, 2015). Sobre essa questão, o Secretário Marcelo Feres (2015) da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), justifica o desafio que o Pronatec tem até 2018 de ofertar doze (12) milhões de vagas, destacando sua articulação com o Plano Nacional de Educação (PNE). A meta dez (10) do PNE busca assegurar o oferecimento do ensino profissional para no mínimo, vinte e cinco (25) % dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a meta onze (11), cujo propósito é de triplicar as matrículas de educação profissional (FERES, 2015).

A implementação do Pronatec se concretiza por meio de uma série de subprogramas, projetos e ações. Os subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira anteriormente totalizavam seis: *a Bolsa-Formação*, na qual são oferecidos cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, usando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica; *o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) Técnico*, é uma extensão do Programa de financiamento estudantil que possibilita linha de crédito à trabalhadores e estudantes ao ensino técnico e profissionalizante. Nesta iniciativa existem duas modalidades: Fies Técnico estudante e Fies Técnico Empresa, que é um financiamento concedido a empresários que desejam investir na qualificação profissional de seus colaboradores; *o Brasil Profissionalizado*, destina-se à equipagem de laboratórios e construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais; *o Sistema Rede Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC Brasil)*, através do qual são oferecidos cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância;

a *Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*, que consiste na criação e consolidação de unidades dos Institutos Federais, e, a *oferta de vagas gratuitas pelo chamado Sistema S*, isto é, o acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, através do qual são aplicados os recursos do SENAI e do SENAC, recebidos da contribuição compulsória, em cursos gratuitos para trabalhadores (SENAC, 2014). No entanto, neste texto abordamos a Bolsa-Formação, porque é a iniciativa do Pronatec através da qual o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) implementa cursos técnicos no Município de Cáceres, MT.

Cassiolato e Garcia (2014) nos esclarecem que de 2003 à 2008 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação-SETEC/MEC já executava antes da implementação do Pronatec, quatro dessas ações, as que vieram acrescentar foram: o FIES Técnico e a Bolsa-Formação em 2011. Contudo, “o FIES Técnico foi uma proposta de financiamento, nos moldes do FIES para o ensino superior, que não chegou a ser implementada”, conforme esclarecimento da Central de Atendimento da equipe SETEC (SETEC, 2015). Resultando, desta maneira em apenas cinco iniciativas do Pronatec.

Sobre a tramitação da Lei do Pronatec nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e sua “rápida” aprovação pelos parlamentares, Cassiolato e Garcia (2014) compreendem que isto ocorreu porque “[...]veio atender a um anseio dos trabalhadores pobres e a satisfazer uma necessidade da estrutura produtora de bens e serviços do país. Daí o fato de ter sido aprovado como o foi no Congresso Nacional [...]” (CASSIOLATO; GARCIA, 2014, p.28).

O Pronatec Bolsa-Formação tem como propósito, conforme a Portaria 817 de 2015 em seu Art.2º: reforçar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica; investir na formação de profissionais para suprir às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País; aumentar e variar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País; cooperar para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; *estimular a ascendência de escolaridade*; agregar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; democratizar os modos para o acesso à educação profissional e tecnológica; e *incentivar a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda* (BRASIL, 2015).

Vale ressaltar dois objetivos do Pronatec Bolsa-Formação, pertinentes do ponto de vista da formação de jovens e adultos: a *ascendência de escolaridade* – existem estudos como o de Lima et al. (2016), que fazem uma crítica a respeito do Pronatec Bolsa-Formação. Destacam o FIC, acham difícil atingir a elevação de escolaridade integrada à educação

profissional e tecnológica, pública e de qualidade, pois o programa é colocado no rol de uma política de educação profissional aligeirada, configurando um tipo de oferta que está longe de dar conta de solucionar esse problema que atinge a maior parte da população brasileira (LIMA et al, 2016). E, o outro objetivo, parece contraditório - é o incentivo à *articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda*. A contradição estaria no ponto de que as instituições ofertantes devem encaminhar ao SINE os alunos concluintes para a inserção no mundo do trabalho, conforme o Manual de Gestão da Bolsa-Formação (2011), não demonstrando nesse encaminhamento uma eficaz articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Pois como vimos no item anterior, o que as instituições ofertantes garantem são pessoas “qualificadas e empregáveis”.

Através da referida lei se estabelece a implementação da Bolsa-Formação, mais recentemente pela Portaria nº 817 de 13 de agosto de 2015, foram revistas e discutidas as normas para execução na oferta da bolsa- formação no âmbito do Pronatec. Portanto, sua implementação se dará na elaboração de duas modalidades: *a Bolsa-Formação Estudante*, que são cursos técnicos para estudantes em idade própria, ou concomitante e/ou integrada na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA); para alunos que já concluíram o Ensino Médio; e, cursos de formação de professores em nível médio, na modalidade normal; e, *Bolsa-Formação Trabalhador*.

A formação profissional no Ensino Técnico é direcionada para compreender os métodos de aperfeiçoamento dos setores de produção e serviços, como qualificar os estudantes ao emprego de novas técnicas e tecnologias no trabalho, isto é, prepara o estudante para atuar no setor produtivo em distintas áreas. Estes cursos técnicos detém uma carga horária que se aproxima de 800 a 1200 horas, com duração aproximada de um ano e meio a dois anos. A condição para o acesso ao curso técnico é estar matriculado ou ter terminado a escolarização básica. Todos estes quesitos estão estabelecidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 3/2008, aplicando a toda a educação profissional e tecnológica (<http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>).

A Bolsa-Formação Trabalhador, oferecerá cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou qualificação profissional, são cursos que têm como foco uma formação específica. Sobre a FIC, Cassiolato e Garcia (2014) em entrevista com gestor da SETEC/MEC, destaca sua fala quando o mesmo diz que os cursos FIC é como se fosse uma janela, um ponto de partida para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

No caso do Pronatec, esses cursos possuem carga horária mínima de 160 horas e duração média de 200 horas, no prazo aproximado de três meses. Dessa forma, conforme as delimitações do Conselho Nacional de Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível médio, devido a esta carga horária o aluno recebe certificado, e acima de 800 horas a 1200 horas permite-se o diploma de qualificação técnica. O critério para o acesso aos cursos de qualificação firma-se desde a não exigência do Ensino Fundamental concluído até a exigência de Ensino Médio completo. Estas exigências estão fundamentadas no Guia Pronatec de Cursos FIC e podem ser consultadas no site <http://pronatec.mec.gov.br/fic/>.

A Bolsa-Formação equivale ao patrocínio de toda despesa ligada ao curso por estudante, abrangendo e englobando assistência estudantil, materiais didáticos e/ou escolares, materiais necessários para envolvimento e interação nas aulas, bem como o pagamento dos profissionais. Conforme a Portaria 817/2015 no artigo 79, o cálculo do montante a ser repassado se baseia em: VFR (valor financeiro repassado) = VHA (valor hora-aula) x CHT (carga horária total) x NMC (número de matrículas confirmadas).

O artigo 7º da referida portaria, corresponde à efetivação do pagamento de bolsa de estudo no modo de mensalidades, no caso de cursos técnicos subsequentes oferecidos por instituições privadas e/ou “ao pagamento de bolsa de estudo na forma de mensalidades, no caso de cursos técnicos concomitantes ofertados por instituições privadas de educação profissional técnica de nível médio, incluindo eventual assistência estudantil” (BRASIL, 2015, p.2).

Desta forma, os insumos necessários envolvem desde materiais didáticos, escolares gerais e específicos, até mesmo uniformes quando adotados pela instituição de ensino por escolha do ofertante, e, seguro contra acidentes pessoais para os beneficiários.

De maneira geral, o público-alvo da Bolsa-Formação prioritariamente são estudantes do Ensino Médio da rede pública, incluindo da EJA; trabalhadores (empregados, não-remunerados, domésticos, autônomos etc); beneficiários titulares e dependentes de programas federais de liberação de renda; estudantes que tenham realizado o Ensino Médio integral na rede pública, ou, em instituições privadas na condição de bolsista integral; podendo as vagas serem preenchidas por outros públicos, caso o público prioritário não as preencha. O atendimento preferencial aos cursos da Bolsa-Formação, é destinado às pessoas com deficiência; aos trabalhadores beneficiários do Programa seguro-desemprego em cursos FIC. Será estimulado o envolvimento dos povos indígenas, comunidades quilombolas, jovens e adolescentes oriundos de medidas socioeducativas, etc. (BRASIL, 2015).

Os agentes da Bolsa-Formação são os parceiros demandantes e ofertantes: Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC-MEC) e da Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação (DIT-MEC); o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPCT) que acordarem Termo de Cooperação como parceiros ofertantes; as instituições públicas das redes estaduais, distrital e municipais, tais órgãos gestores que estabelecerem Termo de Adesão como parceiros ofertantes; Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais, distrital e municipais com cursos técnicos antecipadamente autorizados pelos Conselhos de Educação e que firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes; IES privadas e de educação profissional técnica de nível médio, instituições privadas devidamente habilitadas pelo MEC, que firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes; fundações públicas, incluindo públicas de direito privado, sobretudo as dedicadas à educação profissional e tecnológica que acertarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes; Ministérios e outros órgãos da Administração Pública Federal que celebrarem Acordo de Cooperação Técnica como parceiros demandantes; secretarias estaduais e distrital de educação e as Secretarias ligadas ao MEC que acordarem Termo de Adesão como parceiros demandantes; por fim, as conhecidas instituições dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem (SNA), cujos órgãos gestores nacionais firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes (MEC, 2015).

Os agentes da Bolsa-Formação devem cumprir as determinações firmadas na Lei nº 12.513/2011, bem como suas alterações, observados outros documentos legais e infralegais sobre o Pronatec e Bolsa-Formação. Portanto, deverão executar as determinações estabelecidas, segundo a Resolução 23 de 28 de junho de 2012, no artigo 5º: A SETEC/MEC, é o setor responsável por planejar, formular, coordenar e avaliar as políticas públicas de educação profissional e tecnológica em geral e a oferta da Bolsa-Formação em específico; o FNDE, é uma autarquia coadunada ao MEC, responsável pela efetivação de transferências de recursos financeiros; o Estado ou Distrito Federal que, por meio do órgão gestor da educação profissional e tecnológica, tenha assinado o Termo de Adesão à Bolsa-Formação do Pronatec, a partir disso será denominado Parceiro Ofertante, cuja rede estadual ou distrital de educação profissional e tecnológica seja responsável por ofertar e ministrar os cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou qualificação profissional no âmbito da Bolsa-Formação; e as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, bem como os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Defesa (MD) e do Turismo

(MTUR), entre outros órgãos e entidades da administração pública que aderirem à Bolsa-Formação na condição de parceiros demandantes (BRASIL, 2012).

As *instituições demandantes* são as que buscam e indicam possíveis alunos aos cursos do Pronatec. Exemplos: Prefeituras por meio das Secretarias de Assistência Social, Secretarias de Educação Municipal ou Estadual (só para alunos matriculados no Ensino Médio), Ministério da Defesa, Ministério do Turismo, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego (por meio do SINE), Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, Ministério das Comunicações, Secretaria dos Direitos Humanos (Viver sem Limites) e o Programa Nacional Mulheres Mil e do Proeja que também foram incluídos a partir de 2014.

Desta maneira, as instituições ofertantes dos cursos Pronatec devem procurar essas possíveis instituições demandantes e firmar uma parceria possibilitando ofertar os cursos que desejam. As *instituições ofertantes* são as que oferecem os cursos em parceria com instituições de Educação Profissional e Tecnológica. Conforme o Art.48 da Portaria 817, os cursos da Bolsa-Formação poderão ser oferecidos pelas seguintes instituições: instituições públicas e SNA (cursos FIC); instituições públicas, SNA e instituições privadas (cursos técnicos subsequentes); e, instituições públicas, SNA e instituições privadas de educação profissional técnica e de nível médio, no caso dos cursos técnicos concomitantes e técnicos integrados na modalidade EJA (BRASIL, 2015).

✓ Responsabilidade dos Parceiros Ofertantes

Caberá aos parceiros ofertantes apontar um coordenador-geral para a realização de todas as ações ligadas à Bolsa-Formação e enviar essa designação à SETEC. Este coordenador deverá ser um servidor público, quando for o caso de instituição pública, empregado da administração a nível nacional, quando for os SNA, ou, empregado da administração da mantenedora, se for o caso das instituições privadas.

Deverão ainda os parceiros ofertantes, pactuar com os demandantes no caso das instituições públicas e dos SNA, a oferta da Bolsa-Formação; objetivando atender às demandas deverão apresentar propostas de vagas, considerar o perfil dos beneficiários, os cursos ofertados e a localização geográfica da oferta e o número de vagas; as propostas de vagas deverão ser inseridas no Sistec, de acordo com a forma estabelecida no edital ou em cada pactuação, reconhecendo a unidade de ensino, se remota ou polo de educação à distância, bem como número de vagas e previsão de carga horária; executar a oferta de vagas aprovadas pela SETEC; produzir o projeto pedagógico do curso conforme as diretrizes curriculares nacionais da EPT,

sendo que o mesmo precisa ser aprovado no órgão competente antes de ofertar as turmas. Além disso, registrar o curso no Conselho Profissional antes de principiar a oferta do curso.

Outra questão extremamente relevante, que a Portaria 817/2015 estabelece, é a responsabilidade que as ofertantes têm de publicar no portal eletrônico da instituição, os projetos pedagógicos, planos de cursos, os regimentos e normatizações internas e demais documentos norteadores dos cursos ofertados no plano da Bolsa-Formação. No entanto, enquanto procurava por dados para o desenvolvimento da pesquisa, não encontrei nenhum dos referidos documentos em sistema eletrônico da unidade do Senai/Cáceres. Por este motivo, solicitei ao DR de Cuiabá estes documentos, os quais me explicaram que o Regimento Interno, PPP da unidade Senai/Cáceres são os mesmos utilizados pelo DR de Cuiabá, foi quando me cederam os respectivos documentos pelo fato de não estarem disponíveis on line.

Conforme a referida Portaria, deverão também os parceiros ofertantes, orientar as unidades de ensino, ligadas ou subordinadas sobre a normatização para aplicação à oferta de vagas da Bolsa-Formação; notificar os possíveis beneficiários da Bolsa-Formação reunido com os parceiros demandantes, sobre as peculiaridades, finalidades, áreas de atuação e perfil profissional de curso concluído ofertado; usar integralmente os recursos financeiros da Bolsa-Formação transferidos pelo FNDE; atualizar dados cadastrais das unidades de ensino no Sistec, inclusive as remotas e os polos de educação à distância; manter atualizadas também no sistema e cadastrar todas as ofertas de turmas e vagas, informando o local de realização de cada turma; garantir infraestrutura física e tecnológica para o incremento adequado dos cursos em todos os lugares de oferta; não poderá recorrer a outra instituição para efetivar a oferta ou realização de atividades pedagógicas e educacionais. Devem ainda, assegurar que no ato da matrícula os beneficiários assinem o Termo de Compromisso, e neste momento deverão verificar a documentação apresentada e a escolaridade mínima requerida, e, o perfil do beneficiário; ratificar no Sistec as matrículas dos candidatos pré-matriculados, desde que tenham no ato da matrícula disponibilizado os documentos necessários, respeitando a disponibilidade de vagas; arquivar na unidade de ensino ofertante do curso os registros de turmas e beneficiários da Bolsa-Formação, como lista de presença, termos de compromisso, comprovantes de matrícula assinado impresso ou digital, no prazo de vinte (20) anos após o término de encerramento do curso, os mesmos devem ser disponibilizados ao MEC, aos órgãos de controle, ao Ministério Público, desde que solicitados; garantir aos beneficiários acesso à biblioteca e laboratórios sem restrições; realizar no Sistec o cancelamento de matrícula de beneficiário e substituir a cancelada por nova matrícula; controlar frequência e desempenho escolar dos beneficiários; registrar mensalmente a frequência e a situação de cada matrícula no Sistec; comunicar no

Sistec a situação final das matrículas dos estudantes e na conclusão dos cursos ofertados; emitir certificados e diplomas dos estudantes e registrá-los no Sistec; deverão ainda realizar e enviar pesquisa de egressos à SETEC/MEC, de seis (6) a doze (12) meses após conclusão do curso; é ainda da competência das instituições ofertantes a seleção e contratação dos profissionais para a atuação junto à Bolsa-Formação conforme estabelece o artigo 96 da Portaria 817/2015. Enfim, vale destacar, outra responsabilidade das ofertantes que não tem ocorrido, que é a prestação de contas dos recursos recebidos para a execução da Bolsa-Formação. Segundo relatório de Auditoria (2014) nenhuma instituição efetivou a prestação de contas desde os anos 2011 e 2012 e continuam recebendo os recursos sem a devida prestação de contas. No entanto, não houve prestação de contas porque o Sistec, não tinha aberto seu sistema para essa prestação de contas, portanto, não houve cobrança por parte do FNDE às instituições ofertantes. Isso pode representar uma falha no Pronatec, a qual pode resultar numa repercussão do mau uso de recursos públicos pelos parceiros ofertantes e/ou demandantes na execução dos cursos técnicos profissionalizantes. Como veremos mais à frente quando apresentamos o relatório de Auditoria Anual de Contas.

✓ Responsabilidade dos Parceiros Demandantes

Os parceiros demandantes têm a obrigação de nomear oficialmente um coordenador de iniciativas coadunadas à articulação e implementação da Bolsa-Formação, e, enviar essa designação à SETEC; anunciar aos parceiros ofertantes sobre suas demandas particulares de formação profissional; difundir a Bolsa-Formação em seu território de atuação e notificar aos possíveis beneficiários em conjunto com os parceiros ofertantes, sobre o propósito, características, setores de atuação e o perfil profissional de término dos cursos ofertados; impulsionar e selecionar candidatos à Bolsa-Formação em sua área de atuação, considerando as características do público exigido, observar os demais pré-requisitos dos cursos, de acordo CNCT e Guia Pronatec de Cursos FIC, ou documento orientador equivalente, editado pela SETEC-MEC; realizar a pré-matrícula do público selecionado para a Bolsa-Formação, registrado no Sistec, sendo esta uma atribuição restrita ao parceiro demandante; atualizar a caracterização da demanda junto à SETEC, abrangendo a modalidade, perfil dos beneficiados e cursos a serem oferecidos, a localidade, a quantia de vagas, as regras e instrumentos que serão usados no processo de seleção; no processo de mobilização verificar as características dos candidatos com o perfil do público exigido; firmar cooperação com órgãos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e com organizações da sociedade civil, na propagação, seleção e pré-

matrícula dos beneficiários da Bolsa-Formação; comunicar à SETEC e FNDE quaisquer anormalidades na execução da Bolsa-Formação, até mesmo o não oferecimento dos cursos pelos parceiros ofertantes de turmas registradas no Sistec; colocar à disposição da SETEC e parceiros ofertantes a lista atual dos dados das unidades demandantes, quando existir responsáveis pela difusão, seleção e pré-matrícula dos beneficiados nos Estados, Distrito Federal e municípios; incitar a participação de pessoas com deficiências, observadas as condições para a acessibilidade, como equipamentos adequados, estrutura física, material pedagógico, etc.; delimitar sua modalidade de demanda conforme necessidade e característica de seu público e cursos de acordo com sua área de competência.

✓ Responsabilidade da SETEC

À SETEC cabe regulamentar os cursos de EPT no âmbito da Bolsa-Formação, através do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e do Guia Pronatec de cursos de FIC; deve coordenar, manter e atualizar o Sistec, enfim, zelar pelo seu desenvolvimento; atuar na cooperação com os parceiros demandantes e dar apoio na articulação com os parceiros ofertantes; aprovar o compromisso firmado pelo Sistec regularmente dos parceiros ofertantes; avaliar e monitorar a realização dos cursos e a execução da pactuação da parte dos parceiros ofertantes; orientar parceiros ofertantes e demandantes, bem como o FNDE; estabelecer o valor hora-aluno, para transferência a cada parceiro ofertante; solicitar ao FNDE a realização de transferência de recursos para a Bolsa-Formação, definindo o repasse a cada parceiro ofertante; dar publicidade de seus atos no diário oficial da União; avaliar a prestação de contas que os parceiros ofertantes enviam ao FNDE, emitindo parecer de rejeição ou aprovação; informar ao FNDE qualquer anormalidade na efetivação da Bolsa-Formação; delimitar os requisitos de sistema para a gestão da oferta e cumprimento do Bolsa-Formação para que a Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação (DIT/MEC) possa implementar; notificar ao DIT/MEC a ocorrência de inconformidades do Sistec; preservar atualizado o manual de Gestão da Bolsa-Formação (BRASIL, 2015).

✓ Competências da Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação (DTI/MEC)

Dentre as responsabilidades da DTI do MEC, destaco as fundamentais para a operacionalização e desenvolvimento da Bolsa-Formação, as quais cito: desenvolver a

manutenção e atualização dos sistemas para a gestão da oferta e realização da Bolsa-Formação, principalmente do Sistec; dispor à SETEC, parceiros ofertantes, demandantes instrumentos para retirada de dados, como emissão de relatórios e acesso às informações referentes ao planejamento e efetivação da Bolsa-Formação; assegurar a consistência dos dados; corrigir possíveis erros e/ou inconformidades no sistema, etc.

✓ Responsabilidade do FNDE

É da competência do FNDE: Publicar atos sobre repasse de recursos financeiros, de prestação de contas, como também o pagamento para a execução da Bolsa-Formação; efetivar sempre que solicitado pela SETEC a execução financeira da Bolsa-Formação; transferir recursos correspondentes aos valores da Bolsa-Formação mediante solicitação da SETEC, aos SNA e aos Estados, Municípios, e ao Distrito Federal, ou a instituições de educação profissional e tecnológica da administração indireta, estadual, distrital e municipal; consumir descentralização financeira de recursos condizentes ao da Bolsa-Formação para as instituições da Rede Federal de EPCT; portar-se à abertura de conta corrente própria em agência do Banco do Brasil S.A. apontada pelo parceiro ofertante no ato de transferências diretas de recursos para as redes estaduais, distrital e municipais de EPCT e para os SNA; notificar através do portal eletrônico do FNDE sobre as transferências de recursos da Bolsa-Formação; recolher e registrar prestações de contas enviadas pelas ofertantes, efetivar análise e emitir parecer e encaminhá-la à SETEC; notificar à SETEC quaisquer eventualidades que possam comprometer a normatização estabelecida para consecução da Bolsa-Formação; sempre que solicitada conceder informações à SETEC, etc.(BRASIL, 2015).

✓ Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

O Sistema Nacional de Informações da educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) é o mais importante e principal meio de informação do Ministério da Educação para monitoramento, avaliação e análise de prestação de contas nesse âmbito.

Segundo o Manual de Gestão da Bolsa-Formação (2011), a Bolsa-Formação será organizada e monitorada pelo Sistec, este sistema terá como função: reunir as ofertas de Cursos Técnicos e de FIC, das unidades ofertantes ligadas aos SNA, à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT) e às Redes Estaduais; possibilitar permissão de análise e confirmação do MEC das ofertas de Cursos Técnicos e Cursos FIC que forem tidos

como de interesse público; permitir a distribuição de cursos selecionados pelo MEC entre os demandantes; permitir a pré-matrícula dos beneficiados da Bolsa-Formação pelos parceiros demandantes ou unidades a eles vinculados; permitir também a confirmação de matrícula pelas unidades ofertantes, daqueles que antes fizeram a pré-matrícula e se apresentaram para confirmá-la no programa; possibilitar a manutenção, informações atualizadas sobre frequência e desempenho dos beneficiados às unidades ofertantes; permitir o acompanhamento do MEC; contabilizar totalizando a oferta em horas-aula das unidades ofertantes, deduzindo o total devido de cada parceiro (BRASIL, 2011).

Para participar da Bolsa-Formação, parceiros ofertantes e demandantes cadastrarão as unidades que compõem suas redes no SISTEC. O processo de cadastramento dar-se-á por um sistema hierárquico em três níveis pelo qual os parceiros demandantes e ofertantes cadastram órgãos ou entidades supervisores de demanda e oferta que, por sua vez, cadastram as unidades demandantes e ofertantes encarregadas de operacionalizar a mobilização de beneficiários e a oferta de cursos (BRASIL, 2011, p.26).

No nível um do manual de gestão da Bolsa-formação no Sistec (2011), estão os *parceiros demandantes e ofertantes*. Estes têm autonomia para alterar cadastro de órgãos de supervisão de demanda e oferta, são os únicos interlocutores diretos do MEC. No nível dois estão os *órgãos supervisores de demanda e oferta*. Estes são atores intermediários, que têm como missão ajudar os parceiros na organização da oferta ou demanda para a Bolsa-Formação. No nível três estão as *unidades demandantes e ofertantes*. As demandantes terão que mobilizar, captar, selecionar e realizar a pré-matrícula dos candidatos. Já as unidades ofertantes, serão encarregadas de confirmar a matrícula de beneficiados e ofertar a eles os cursos técnicos e/ou FIC.

Para a operacionalização do Sistec é preciso que cada unidade demandante ou ofertante seja devidamente cadastrada pelo órgão supervisor a qual é subordinada que deverá inserir o CPF do gestor encarregado de operar em seu nome; sendo que, o gestor de cada unidade (demandante ou ofertante) poderá qualificar assessores que poderão auxiliá-lo na operação do sistema. Todavia, não será permitida a operação do Sistec por qualquer gestor ou assessor em nome de demandantes e ofertantes.

Seja no caso de parceiros, de órgãos supervisores ou de unidades demandantes e ofertantes, os usuários habilitados para operar o sistema de gestão da Bolsa-Formação no SISTEC terão – para receber permissão e obter *login* e senha de acesso – que realizar o próprio cadastro no Sistema de Segurança Digital do Ministério da Educação (BRASIL, 2011, p.28).

✓ Execução da Bolsa-Formação

A responsabilidade do MEC na execução da Bolsa-Formação é o de planejar, coordenar, monitorar e avaliar tal política. Todavia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável pelo financiamento das bolsas, ou seja, a análise da prestação de contas é executada de forma dividida; o MEC realiza a análise técnica e o FNDE a análise financeira.

Diferente dos Institutos Federais de Educação que recebem recursos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo (SIAFI); os SNA, redes de ensino estaduais, municipais e privadas recebem os repasses financeiros em conta bancária específica.

O Pronatec Bolsa-Formação é resultado da redefinição do papel do Estado, pois sua política consiste num modelo de gestão flexível, descentralizado e colaborativo de prestação de serviços de educação profissional e tecnológica (EPT). Portanto, é flexível porque há um regime de parcerias entre órgãos públicos (parceiros demandantes) e parceiros ofertantes. Nesta parceria não há um contrato, convênio, acordo, ajuste, mas, as redes de ensino estabelecem um termo de adesão (se for rede pública não federal) para financiar a Bolsa-Formação e termo de cooperação (se rede federal) com o MEC, “assumindo o compromisso de ofertar vagas gratuitas e de prestar contas das matrículas realizadas ” (BRASIL, 2015, p.3). Além disso, o padrão é descentralizado porque envolve parcerias entre a União, Estados e Distrito Federal e os Municípios com as redes de ensino de todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), públicas e privadas. É regime colaborativo porque envolve a participação de parceiros ofertantes e demandantes de forma voluntária, estabelecendo atribuição específica para cada ente federado, esse regime propicia a articulação dos sistemas, que se efetiva na esfera das decisões governamentais sob o princípio de adesão voluntária.

O referido Termo de Adesão, no caso do Senai, é composto de cinco cláusulas que poderá ser rescindido por ambas as partes, desde que não cumpram as condições estabelecidas no termo, ou seja, o não cumprimento da responsabilidade poderá resultar em cancelamento do termo. Na segunda cláusula deverá o parceiro ofertante cumprir todas as atribuições e/ou exigências que competem ao parceiro ofertante, estas já apresentadas no tópico anterior. Todavia, o que se percebe nessa relação público-privada é o não cumprimento de determinadas atribuições da instituição ofertante, sem nenhum prejuízo para a instituição, como: não disponibilização em portal eletrônico do projeto pedagógico, plano de curso, regimento interno; não prestação de contas na data prevista, apesar disso, novas pactuações têm sido renovadas.

A execução do Pronatec Bolsa-Formação, conforme o Manual de Gestão da Bolsa-Formação (2011), passa por algumas etapas, que são: pactuação – que é a formalização de uma intenção, na qual o MEC avaliará e distribuirá as vagas entre os parceiros demandantes. Na

pactuação cada parceiro ofertante analisa alguns fatores e projetos para estruturar um relatório, como número de vagas anuais que poderá ofertar em Cursos Técnicos e em Cursos FIC.

A definição de oferta de turmas efetivada pela unidade ofertante, é a segunda etapa, organizam os cursos, turmas e local. A oferta obriga a unidade ofertante a criar a turma, exceto se não tiver mais que cinquenta (50%) do número de vagas. Assim, fica desobrigada da oferta a instituição que não conseguir o número de vagas previstas.

O processo de seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação, é a terceira etapa, deverá ser feita pelas unidades demandantes, que ocorrerá da seguinte maneira: mobilização e divulgação da oferta, coleta de inscrições, seleção de beneficiários, pré-matrícula de beneficiados pela Bolsa-Formação.

A quarta etapa do processo da Bolsa-Formação é a matrícula, processo no qual a unidade ofertante confirma a matrícula dos pré-matriculados. Nesta confirmação os beneficiados deverão se apresentar e assinar termo de compromisso emitido pelo Sistec, que será guardado pela instituição ofertante. No caso de não comparecimento dos beneficiários para a confirmação da matrícula, passa-se então a quinta etapa da oferta Bolsa-Formação, contudo, nesta etapa não há garantia de vagas, serão matriculados na ordem em que se apresentarem às unidades. As unidades ofertantes poderão na segunda chamada, convocar quaisquer pré-matriculados que não tenham se apresentado. Estes poderão ser pré-matriculados pelos parceiros demandantes em outras turmas sem necessidade de nova seleção. Finalizado o prazo de matrícula para segunda chamada, as unidades ofertantes poderão matricular pessoas não vinculadas à Bolsa-Formação, só não podendo ultrapassar o equivalente de cinquenta por cento do número original de vagas ofertadas “[...] Como não serão computadas para fins da Bolsa-Formação, sendo oferecidas à margem do programa, tais matrículas tampouco devem ser cadastradas no sistema eletrônico de gestão do programa” (BRASIL, 2011, p.31). Todavia, no meu entendimento desta questão das matrículas restantes, o fato de não ser preciso que ocorra o cadastramento no sistema eletrônico de gestão do programa, isto pode resultar em dificuldades para o controle social, pois o repasse financeiro pelo FNDE será efetivado de qualquer maneira com base no número de alunos prioritários matriculados, o não prioritário no caso, dispensa o cadastramento de matrículas. Entretanto, questiono - como saber se realmente foram beneficiados e receberam a oferta do curso, no caso dos alunos que dispensam o cadastramento?

Na sexta etapa, caberá à unidade ofertante a efetivação dos cursos e acompanhamento pedagógico dos Cursos Técnicos e Cursos do FIC, deverá manter atualizado cadastro de frequência e desempenho acadêmico dos alunos no Sistec. A não atualização poderá resultar na suspensão do cômputo das horas ofertadas pela unidade ofertante.

A sétima etapa consistirá na emissão de certificados, na qual a unidade ofertante encerra o curso e emite os certificados para os que encerraram eficazmente. As unidades ofertantes deverão encaminhar os concluintes ao SINE para a inserção no mundo do trabalho. Contudo, como já vimos no capítulo anterior, são pessoas empregáveis, mais qualificadas, mas, sem nenhuma garantia de inserção ao mercado de trabalho.

E, por fim, a última etapa se concretiza no cálculo que o MEC faz na conciliação de vagas e cômputo de horas, através do banco de dados do Sistec, onde se verifica o número de horas-estudante ofertadas por cada unidade ofertante à ele vinculado. Dessa maneira, esse valor de horas é comparado ao valor transferido e/ou descentralizado ao parceiro, para mensurar se o saldo é credor ou devedor da União para com aquele parceiro (BRASIL, 2011).

- ✓ Parecer da Auditoria sobre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

Segundo relatório de auditoria (2014) o número de parceiros ofertantes em 2011 eram duzentos e quarenta e seis (246) e em 2014 já eram dois mil seiscentos e trinta e uma (2.631) unidades de ensino ofertando o Pronatec- Bolsa-Formação. Só o Senai em 2011 iniciou com 124 unidades e em 2014 contava com 473 unidades de ensino na oferta da Bolsa-Formação.

Segundo dados da auditoria o maior ofertante do Pronatec Bolsa-Formação foi o Senai, com um milhão cento e cinquenta e um mil, novecentos e oitenta e um (1.151.981) beneficiários de 2011 a 2014, isto dos três milhões cento e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e sete (3.121.867) beneficiários do Bolsa-Formação neste período. Observe o quadro abaixo (BRASIL, 2014, p.8):

Quadro nº 04 -Beneficiários da Bolsa-Formação entre 2011 – 2014.

| Redes de Ensino | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Total Geral |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|
| Senai | 12.123 | 295.427 | 265.862 | 578.569 | 1.151.981 |
| Senac | 9.469 | 198.781 | 248.656 | 403.722 | 860.628 |
| Rede Federal | 1.133 | 82.932 | 147.980 | 215.268 | 447.313 |
| Rede Privada | - | - | 116.496 | 176.054 | 292.550 |
| Rede Estadual | - | 29.458 | 47.566 | 76.291 | 153.315 |
| Senar | - | 18.345 | 26.819 | 37.149 | 82.313 |
| Senat | - | 5.841 | 47.233 | 80.231 | 133.305 |
| Rede Municipal | - | - | 95 | 367 | 462 |
| Total Geral | 22.725 | 630.784 | 900.707 | 1.567.651 | 3.121.867 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: com base em dados da SETEC - Data Referência 31/05/2014.

No relatório de auditoria se constatou que a SETEC estaria “repactuando novas bolsas-formação e autorizando a realização de novas transferências às redes de ensino sem realizar a etapa de aprovação de prestação de contas [...]” (BRASIL, 2014, p.16). Além disso, verificou-se a “falta de normatização dos parâmetros de qualidade exigidos para a consecução do Projeto e aprovação da prestação de contas [...]” (BRASIL, 2014, p.16).

A Controladoria-Geral da União (2014) destacou algumas recomendações pendentes na Bolsa-Formação que na ausência destas atrapalha totalmente o desempenho do Pronatec Bolsa-Formação: ausência de metodologia prévia para calcular custo da Bolsa-Formação paga às redes públicas e aos sistemas S; os dados do Sistec são inconsistentes, não garantindo qualidade da informação pois este sistema não guarda histórico das alterações realizadas; não houve implementação de procedimentos de cobrança, recebimento e análise de prestação de contas pela SETEC e FNDE. E ainda destaca que,

[..]o processo de homologação da SETEC para liberar as transferências às redes de ensino não garante a oferta dos cursos pactuados entre demandantes e ofertantes, porque as vagas são convertidas em hora-aula na assinatura do termo de adesão (BRASIL, 2014, p.17).

Desta maneira foi recomendado nesta auditoria (2014) medidas para solucionar questões como o custo, qualidade dos serviços educacionais, e confiabilidade das informações do sistema e o quadro de pessoal responsável pela coordenação, monitoramento e avaliação da Bolsa-Formação.

O MEC no uso de suas atribuições concede poderes à SETEC e ao FNDE para desenvolvimento do Pronatec, principalmente a Bolsa-Formação. Entretanto, foi instituído o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, tendo a incumbência de estimular articulação e avaliação dos programas direcionados à formação profissional no campo da administração pública federal, apoiar e avaliar o cumprimento anual das iniciativas que compõem o programa.

A responsabilidade da SETEC é de planejar, formular, coordenar e avaliar as políticas da educação profissional e tecnológica em geral e, a oferta da Bolsa-Formação, isto porque é a coordenadora nacional do Pronatec. A SETEC atribui à Diretoria de Integração das Redes (DIR/SETEC) de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a gestão da Bolsa-Formação, que deverá ser assessorado de recursos materiais e humanos, tecnologias ajustadas ao concebível funcionamento do Projeto e à adequação entre parceiros demandantes e ofertantes. Desta maneira, foi instituída, pela Secretaria, o Comitê Permanente de Gestão e Controle Interno (CPG). Este órgão interno tem a missão de elaborar e implementar formas e rotinas de acompanhamento, avaliação e fiscalização do Pronatec, que é composto pelo Chefe de Gabinete da SETEC, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de EPT, Diretor de políticas de EPT, Diretor de Integração das Redes de EPT e o Assessor do Gabinete (BRASIL, 2014).

O FNDE é uma autarquia coadunada ao MEC, que é responsável em efetivar as transferências de recursos financeiros aos SNA, redes estaduais e municipais e às instituições privadas de ensino, também pelas transferências de orçamento à Rede Federal de EPCT (Educação Profissional Científica e Tecnológica). O conselho deliberativo dessa autarquia é presidido pelo Ministro de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de deliberar ações normativas relacionadas à prestação de assistência financeira a estados, Distrito Federal, Municípios e entidades não governamentais para atos e projetos de educação e à liberação de bolsas de estudo ou assistências direcionadas ao desenvolvimento educacional.

Foi relatado também pela auditoria, que no termo de adesão e/ou cooperação das redes de ensino não existem itens que descrevam as metas, os prazos, garantias, padrões de qualidade e classificação dos cursos. Além disso, a sociedade não tem acesso a esses termos, atrapalhando e prejudicando o controle social. Ademais, a SETEC estabelece termos simplificados de adesão/cooperação, onde não se declara a primazia dos cursos, metas e ações que poderiam

conduzir a ação das redes ofertantes em vantagem ao Programa Bolsa-Formação. Neste referido documento não há delimitação de padrões de qualidade dos serviços, nem há estipulado prazo de duração para execução do termo, nem se estabelece punições no caso de atrasos na oferta e aplicação de recursos (BRASIL, 2014).

Conforme este termo, as bolsas são informadas por quantidade de horas-aula, atrapalhando o acompanhamento da realização dos cursos do Programa. Conforme a constatação da auditoria,

O saldo financeiro existente ao final de cada exercício deve ser reprogramado para o período seguinte, contudo a falta de termos detalhados e a falta de cobrança e análise da prestação de contas impede que as novas pactuações e transferências sejam recalculadas com base no atesto do cumprimento das pactuações anteriores e nos saldos remanescentes de recursos (BRASIL, 2014, p.30).

Abaixo segue modelo de termo apresentado pela auditoria:

Quadro nº 05 - Modelo de Termo de Adesão e/ou Cooperação.

| Nº Processo | Port. SETE C Nº Data | Código de PI | Quantidade de Hora Aluno | Valor Descent ra lizado Para Custeio | Dt. Emissã o | Valor Empenhado Pela Instituição | Valor Pago Pela Instituição |
|--|--|-----------------------------|---|---|-----------------------------|---|--|
| Instituto 23400000 0 31201386 | Federal do Ceará (IFCE) Não se Aplica aos anos de 2013 e 2014 | QFP05 P0601 P | 700.795 | 17.825.10 2,61 | 29/04/1 3 | 10.093.108,1 7 | 4.295.284,99 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados da Auditoria/2014.

As instituições de ensino da rede privada, firmam termo de adesão de maneira eletrônica num módulo específico do Sistec, através do representante legal da mantenedora.

Pois este programa (SISTEC) não está disponível ao público, sendo necessário um cadastro, senha, login para o acesso.

A realização do pagamento às mantenedoras é mensal, a partir de pedido da SETEC, depois de confirmação de matrícula e frequência de cada aluno, mostradas pela instituição de ensino. Deve-se garantir pela mantenedora o controle da situação da matrícula e frequência do aluno e registrá-la mensalmente no Sistec. Contudo, a auditoria denuncia “as dificuldades de operacionalização do SISTEC comprometem a aferição da frequência do aluno no curso matriculado” (BRASIL, 2014, p.31). Na análise do controle interno, o fato de não dispor de um mecanismo de compromisso regular, constante com o ofertante por parte da SETEC, atrapalha a averiguação das metas pactuadas e a aplicação de penalidades, quando houver condições não executadas. A não divulgação dos termos atrapalha o controle social. Portanto, recomenda-se por parte da auditoria que se aperfeiçoe o modelo dos termos de adesão/cooperação com os ofertantes, definindo as cláusulas que especifiquem as metas, prazos, padrões de qualidade e detalhamento dos cursos. Além disso, recomendam que no prazo de noventa (90) dias, oportunizem o acesso público dos termos de cooperação/adesão das redes de ensino ofertantes, para garantir maior transparência e controle social. Além do mais, não existe uma definição minuciosa de como será a maneira da análise da prestação de contas para assegurar o emprego dos recursos e a execução dos recursos das Bolsas-Formação. E denunciam “[...]Não existe processo de prestação de contas nem análise e aprovação do cumprimento das vagas pactuadas com os ofertantes” (BRASIL, 2014, p.32). No terceiro capítulo deste trabalho, veremos que a prestação de contas por parte do Senai ocorreu somente em maio de 2015, contudo, ainda não houve análise da prestação de contas.

Em relação a essa questão, os procedimentos de prestação de contas por meio da cobrança e análise, são efetivadas de forma compartilhada, na qual a SETEC faz a análise técnica da execução das Bolsas-Formação aprovadas, e ao FNDE caberá o exame financeiro da aplicação dos recursos. Contudo, verificou-se que até a data da auditoria, o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) do FNDE, não estava aberto para que os parceiros ofertantes efetivassem a prestação de contas dos recursos recebidos. E, constatam que desde 2011 e 2012 foram transferidos 1.733.688.084,58 – 1,7 bilhão de reais *sem prestação de contas*. Entretanto, o FNDE persiste transferindo recursos para as redes de ensino em 2013 e 2014, mesmo sem cobrança e análise de prestação de contas. Mesmo quando a Lei 12.513 afirma nos artigos 6º e 8º que as transferências deverão ocorrer às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais ou municipais ou dos SNA, quando observada a prestação de contas da aplicação dos recursos.

A SETEC explica que repactua semestralmente as vagas ofertadas pelas redes de ensino embasados no entendimento das matrículas registradas no Sístec. Mas, a ausência de prestação de contas, não assegura a comprovação da realização do objeto e da execução frequente dos cursos. É certo que se não permitissem a pactuação enquanto não efetivassem a prestação de contas, certamente o fariam o mais rápido possível.

De acordo com a Portaria MEC nº 168, de 07/03/2013 as repactuações podem ser feitas a cada semestre, e as prestações de contas são efetivadas até outubro do ano seguinte ao da realização das transferências. Contudo, com a Portaria 817/2015 no artigo 92 este prazo para prestação de contas foi alterado para até o dia 30 de abril de cada exercício, a prestação de contas dos recursos creditados na conta corrente específica do parceiro ofertante entre o dia 1º de janeiro e o dia 31 de dezembro do ano anterior, para a efetivação da Bolsa-Formação. Conforme as Resoluções CD/FNDE nº 03 e 04/2012 do Conselho Deliberativo do FNDE a única obrigação da instituição de ensino é permanecer com os documentos comprobatórios da realização do Pronatec Bolsa-Formação ao menos por vinte (20) anos.

O monitoramento in loco é uma das formas que a SETEC se utiliza, indo no local dos cursos e das instituições ofertantes objetivando comprovar as matrículas realizadas e para subsidiar futuras prestações de contas. Como já fora destacado anteriormente, o sistema de monitoramento não está normatizado, fazendo com que as instituições desconheçam os padrões de qualidade de ensino exigidos pela SETEC.

Dessa forma, cabe ao poder executivo a definição e o estabelecimento de normas para critérios mínimos de qualidade de ensino. Na Lei 12.513/2011 em seu artigo 6º e parágrafo 6º ordena que “o Poder Executivo disporá sobre normas relativas ao atendimento ao aluno, às transferências e à prestação de contas dos recursos repassados no âmbito do Pronatec” (BRASIL, 2011, p.4).

A auditoria (2014) conclui que a

Diretoria de Integração de Redes de Educação Profissional e Tecnológica da Setec não normatizou a forma de análise da prestação de contas para garantir a aplicação dos recursos e a comprovação da concessão das bolsas-formação, portanto, não cobrou das unidades de ensino o cumprimento de suas obrigações, em desconformidade com a lei do Pronatec (BRASIL, 2014, p.34).

Sobre essa questão o gestor da SETEC ratificou que a definição para a prestação de contas dos recursos destinados à bolsa-formação, está num processo de conclusão. Quando tiver definido os critérios, serão disponibilizados pelo FNDE para que os SNA, os municípios/estados iniciem o procedimento de prestação de contas.

O Presidente do Conselho Deliberativo do FNDE no uso de suas atribuições através da Resolução nº 14, de 4 de dezembro de 2015, concede ampliação do prazo para prestação de contas dos recursos financeiros repassados aos serviços nacionais de aprendizagem, como ao Distrito Federal, a estados e municípios referentes ao exercício de 2014 do Programa Bolsa-Formação/Pronatec. Essa ação se justifica ao considerar:

[...] a necessidade de ajustes no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), após constatação de divergências nos dados referentes às horas-aluno produzidas por cada parceiro ofertante de vagas em cursos apoiados por transferências de recursos no âmbito da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) referentes ao exercício de 2014, dados esses que subsidiaram a prestação de contas junto ao FNDE dos recursos recebidos (BRASIL, 2015, s/p.).

Por esse fato, ampliou-se o prazo para prestação de contas durante o exercício de 2014 aos SNA, ao Distrito federal, estados e municípios que ofertam a Bolsa-Formação, esse prazo foi estendido para o dia 28 de fevereiro de 2016. Contudo, verificamos que até 31/10/2016 até essa prestação do exercício de 2014 ainda não havia ocorrido.

A Portaria do MEC nº 168/2013 estabelece que a SETEC deverá coordenar o desenvolvimento, a atualização e manutenção do SISTEC/MEC, como mecanismo de gestão da oferta e realização da Bolsa-Formação. A SETEC delegou a função de gerência sobre o suporte de informática da Sistec à Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação (DTI/MEC). Todavia, as falhas verificadas pela auditoria nos instrumentos de operacionalização do sistema na implementação da Bolsa-Formação, resultam na diminuição da confiança e segurança dos dados inseridos no sistema. Alguns problemas ocorridos: *sobrecarga de dados*, fazendo com que as matrículas fossem realizadas fora do sistema, fato que impede a contagem das matrículas efetivadas para efeito de repactuação de novas vagas; o sistema não possibilita *cancelamento de matrícula* de aluno desistente, este aluno continua contabilizado e a instituição ofertante recebendo indevidamente o valor da Bolsa-Formação. Cabendo à instituição informar os desistentes, fato que não ocorreu pois não houve prestação de contas, que é realizada mediante inserção de dados no Sistec e porque o próprio sistema não permite retirar aluno desistente, fato que discutiremos mais à frente. Esta situação levou a edição de uma nova Portaria do MEC nº 168/2013 que torna obrigatória a reconfirmação da matrícula após 20% e antes de totalizar 25% da carga horária total do curso FIC ou do curso técnico da carga horária dos quatro primeiros meses.

Outra falha observada, foram irregularidades nos cursos FIC, noventa e dois (92) cursos registrados com carga horária inferior a cento e sessenta (160) horas e setenta e sete (77) com carga horária superior a quinhentas (500), sendo que a permitida conforme o Guia Pronatec

de Cursos FIC é entre cento e sessenta (160) a quatrocentas (400) horas; da mesma forma, este erro ocorreu com os cursos técnicos, nove (9) cursos foram registrados com carga horária inferior a 800 horas e oitocentos e noventa e sete (897) com carga horária superior a mil e quinhentas (1500); mil setecentos e vinte e um (1.721) cursos registraram apenas um ou dois alunos matriculados; inserção de cursos registrados no Sistec que não estão no Guia Pronatec de Cursos FIC (BRASIL, 2014).

Segundo a normatização da Portaria 817/2015 os cursos técnicos oferecidos através da Bolsa-Formação devem constar do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), da mesma maneira, os cursos FIC ofertados pela Bolsa-Formação devem constar no CNCT. Portanto, conforme estabelece a Portaria 817/2015 em seu artigo 14:

Para atender ao projeto pedagógico do curso aprovado pelas instâncias competentes, as instituições de ensino poderão promover a oferta da carga horária superior à prevista no CNCT e no Guia Pronatec de Cursos FIC, com o devido registro da carga horária total do curso no Sistema Nacional de Informações de Educação Profissional e Tecnológica – Sistec, sem financiamento da carga-horária adicional por meio da Bolsa-Formação (BRASIL, 2015, p.4).

Conforme a análise do controle interno da auditoria (2014):

O SISTEC é a base oficial para registro de informações sobre a Bolsa-Formação e consiste em uma importante ferramenta de gestão, monitoramento e avaliação da SETEC e dos demais usuários do Sistema (parceiros demandantes, instituições de ensino, candidatos/alunos beneficiários). A função do SISTEC é prover os usuários de informações úteis, confiáveis e tempestivas para subsidiar o processo decisório, proporcionado a melhoria dos resultados do Programa (BRASIL, 2014, p.47).

As Bolsas-Formação são financiadas pelo governo, tendo como premissa o número de horas-aula. O custo da Bolsa-Formação é padronizado, os SNA, redes públicas federal, estaduais e municipais, têm o valor de R\$ 10,00 hora-aula, já incluído o valor para assistência estudantil, para todos os cursos. Este custo padrão foi estabelecido a partir da média dos custos aplicados pelo Senai, Senac e rede federal, “[...] com base em planilhas de preços genéricas, agregadas por Estado e não detalhadas por custos unitários” (BRASIL, 2014, p.35).

De acordo com Portaria 817/2015, o valor a ser pago pela Bolsa-Formação, deve ser definido pelo Poder Executivo e implantado através de Resolução do FNDE, para os cursos ofertados através do processo de pactuação de vagas, como também poderá ser proposto pelo ofertante e aprovado pela SETEC/MEC, conforme entendemos ser este último o aplicado no caso do Senai.

O Parágrafo único da Portaria 185/2012 afirma que, “ No caso dos serviços nacionais de aprendizagem, os recursos serão transferidos aos departamentos nacionais, que poderão

repassá-los aos departamentos regionais ou instituições de ensino de cada serviço” (BRASIL, 2012, p.3).

Sendo assim, para calcular o montante a ser repassado às instituições ofertantes, as matrículas de cada curso deverão ser transformadas em horas-aluno. No artigo nº 79, parágrafo 1º da Portaria 817/2015 afirma que: “O total de horas-aluno de um curso ofertado por uma unidade de ensino corresponde ao produto das matrículas do curso pela sua carga-horária total, em horas de sessenta minutos” (BRASIL, 2015, p.21).

Na análise do controle interno do cálculo de definição do custo médio da bolsa para as redes ofertantes, salvo a rede privada, detectou-se que as planilhas de preços são genéricas, reunidas por estado e não é especificada por custos unitários. Entretanto, cada ofertante a realiza de um modo diferente, dificultando aferir o valor padrão pago pela Bolsa-Formação. Dessa forma, constatou-se que faltou uma metodologia que permita a comparabilidade das planilhas das redes ofertantes.

Conforme a Portaria 817/2015 no artigo 80, para os cursos Técnicos, o pagamento da Bolsa-Formação será efetivado a partir da carga-horária mínima. Poderá ocorrer repasse de recursos com carga horária até vinte (20%) além da carga horária mínima prevista; em cursos que existir exigência legal de estágio curricular, poderá repassar até vinte e cinco (25%) além da carga horária mínima prevista no CNCT de forma não cumulativa, para o financiamento do estágio curricular obrigatório.

O artigo 84 da referida Portaria ratifica que “As instituições públicas e os SNA solicitarão periodicamente à SETEC-MEC o repasse de recursos, evidenciando o valor a ser repassado e a carga-horária realizada, em função das matrículas e horas-aluno executadas e registradas no Sistec” (BRASIL, 2015, p.22). Desse modo, o repasse será realizado pelo FNDE após solicitação do mesmo pela SETEC às instituições ofertantes. Poderá ocorrer o repasse somente das matrículas reconfirmadas pela unidade de ensino no Sistec.

Após a instituição da Portaria 817/2015, é estabelecido que as unidades de ensino passem a registrar mensalmente no Sistec a frequência e situação de matrícula do estudante. Esse registro mensal no caso do FIC deverá ocorrer até o décimo dia do mês subsequente, e no curso técnico até o vigésimo dia do mês subsequente. Dessa forma, o registro mensal de frequência realizado pela instituição é condição primeira e indispensável para liberação e continuidade do repasse de recursos. Desta maneira, a partir desta Portaria 817, não só a instituição deverá confirmar a frequência do aluno, mas ele próprio, por meio de uma senha confidencial e intransferível, deverá confirmar frequência no Sistec.

No caso dos cursos técnicos ofertados pelos SNA, trimestralmente, a cada três registros de frequência mensal realizado pela unidade de ensino, o aluno deverá registrar até o último dia do mês subsequente. E, no caso de cursos FIC, deverá ao final do curso efetuar o registro, entre o mês da data de conclusão do curso e o mês subsequente efetuar-lo. Em situações adversas, em que não se tenha cobertura de internet o aluno deverá assinar uma declaração de frequência, devendo ser registrada no Sistec pela instituição ofertante. Essa confirmação de frequência iniciará a partir de 2016.

A partir do primeiro semestre de 2016, será concedido o financiamento integral da carga horária ao curso que atingir índice igual ou superior ao Índice Institucional de Conclusão-IC, igual ou superior a oitenta e cinco (85%) de concluintes. Contudo, no Art.90 estabelece que para as instituições que não atingirem o IC de referência, a diferença entre o IC recebido pela unidade de ensino e o índice de oitenta e cinco por cento será transformada em horas-aluno e deverá ser compensada pela instituição de ensino (BRASIL, 2015).

Dessa forma, para compensar a carga horária a instituição de ensino poderá de forma gratuita, ofertar as horas-aluno devidas, ou devolver ao FNDE os valores referentes às horas-aluno na prestação de contas. O parceiro ofertante que recebe os recursos por transferência direta em conta corrente específica, quando lhe for repassado o recurso entre primeiro (1) de janeiro a trinta e um (31) de dezembro, deverá realizar a prestação de contas até trinta (30) de abril do ano seguinte, conforme as resoluções do FNDE. Pois os valores transferidos para a execução da Bolsa-Formação demanda “accountability”, isto é, prestação de contas.

O artigo 98 da Portaria 817/2015 atesta sobre a responsabilidade da fiscalização dos recursos repassados para execução da Bolsa-Formação,

A fiscalização da utilização dos recursos repassados para execução da Bolsa-Formação é de competência do MEC, do FNDE, do Tribunal de Contas da União – TCU e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, mediante a realização de auditorias, inspeções e de análise dos processos que originarem as prestações de contas, observado o cronograma de acompanhamento estabelecido pelos órgãos fiscalizadores (BRASIL, 2015, p.24).

Desta maneira, o Conselho Deliberativo do FNDE consolidará através de resoluções, a normatização complementar para a execução financeira da Bolsa-Formação. Portanto, por meio de propostas da SETEC poderá se fixar os auxílios, os valores da bolsa, mensalidades a serem transferidas aos ofertantes para realização de suas ações e a prestação de contas dos recursos transferidos às redes estaduais, distrital e municipais de ECPT e dos SNA.

Sendo assim, o não cumprimento justificado das instituições de ensino, de suas responsabilidades estabelecidas pela Lei 12.513/2011 e suas respectivas resoluções e portarias, poderá implicar em interrupção imediata de novas ofertas, como o descredenciamento das

unidades de ensino para a oferta da Bolsa-Formação, e, ressarcimento à União dos recursos recebidos, se for entendida como irregular. Esta resolução é ratificada pela Portaria 817/2015, todavia essa resolução já estava normatizada na Lei maior do Pronatec a de nº12.513/2011, da não transferência de recursos às unidades se não cumprir as responsabilidades estabelecidas, fato que não ocorreu com as respectivas unidades ofertantes uma vez que, desde a implantação do Pronatec Bolsa-Formação não houve a requerida “prestação de contas”. Segundo a Lei 12.513/2011 no Artigo 6º do parágrafo 1º “As transferências de recursos de que trata o **caput** dispensam a realização de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos” (BRASIL, 2011, p.3). Não há, assim, um instrumento jurídico para cobrar as instituições, a não ser o Termo de Adesão como parceiro ofertante.

Fica evidente os problemas que emergem com o público não-estatal e como o hibridismo dele resultante dificulta a atribuição de responsabilidades a um e outro parceiro, público e privado. A relação tornou-se de difícil alcance para apuração de responsabilidades e parece haver certa cumplicidade para que isso ocorra, dada as fragilidades e irregularidades já apresentadas desde a implantação do Pronatec. Isto ocorre desde a abrangência da política, correspondendo às perspectivas internacionais, capacitando grande contingente de trabalhadores possibilitando a empregabilidade, mesmo que de forma aligeirada e promovendo a competitividade internacional do país.

Sobre essa situação, Freitas (2011) ao discutir sobre os testes e formas de monitoramento dos fluxos de qualificação e mão de obra para o mercado, destaca: “[...]o óbvio controle ideológico da educação, para a indústria educacional os objetivos são mais imediatos e referem-se à conversão da educação em mais espaço mercadológico” (FREITAS, 2011, p.10).

Neste subcapítulo discutimos sobre a Bolsa-Formação, seus destinatários, bem como seus parceiros, e verificamos dificuldades dos parceiros ofertantes que não efetivaram a prestação de contas, embora continuem ofertando os cursos técnicos, situação que viola a referida Lei do Pronatec quando afirma que o repasse de transferências deverá ocorrer mediante observação da prestação de contas. No entanto, constatamos que essa prestação de contas não ocorreu porque o sistema (SiGPC) não abriu a funcionalidade de envio para que a mesma ocorresse, como constatou-se dificuldades na execução eficaz do programa através da relação público-privada. No capítulo seguinte, discutimos sobre a implantação do Pronatec no município de Cáceres, como uma alternativa público-privada na educação profissional.

CAPÍTULO III

A IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC NO ÂMBITO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DE CÁCERES: A PARCERIA DO GOVERNO FEDERAL & SENAI

Este capítulo se desenvolve na tentativa de compreender a relação público-privada entre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Senai na implementação de cursos técnicos no município de Cáceres-MT. Inicialmente apresento sucinta caracterização socioeconômica e educacional do estado de Mato Grosso, da mesma forma o fazemos com o município de Cáceres. Em seguida, apresentamos a estrutura e funcionamento do Senai/Cáceres, bem como a relação público-privada entre o Governo Federal e o Senai na implementação e financiamento dos cursos técnicos, via Pronatec.

3.1 Caracterização do Estado de Mato Grosso

O estado brasileiro de Mato Grosso é o terceiro em extensão territorial, com 903.329 km², numa densidade demográfica de 3,36 habitantes por km². A densidade demográfica pode até ser considerada baixa, mas houve grande crescimento desde 1980 que era 1,3 habitante por km², comprovando seu crescimento populacional, num aumento demográfico de quase 700% (COSTA, 2005). Mato Grosso possui aproximadamente três milhões, trinta e cinco mil, cento e vinte e dois (3.035.122) habitantes, distribuídos em cento e quarenta e um (141) municípios neste território.

Esse crescimento é oriundo grande parte de migração, pois 45% da população é formada pela migração, grande parte advindos dos estados do Centro-Sul, nas décadas de 1960-1970 em áreas rurais e 1980-1990 em áreas urbanas do país. Entretanto, o processo de colonização do estado tem sua gênese em movimentos principiados por grupo de paulistas em 1870-1880; isto se intensificou em 1937 e foi motivado no governo de Getúlio Vargas para uma ocupação dos “espaços vazios” com grandes incentivos fiscais e doações de extensas terras férteis. Todavia, Costa (2005) esclarece que, a intenção governamental era de impedir aglomerações nos grandes centros urbanos, promovendo trabalho para desocupados na oferta

destas terras. Contudo, esta autora destaca a desconsideração dos governos com os indígenas, legítimos proprietários desses “espaços vazios” (COSTA, 2005).

A política governamental de incentivos fiscais do Estado favoreceu os grandes proprietários, que usaram a terra para a criação de gado ou para especulação imobiliária e/ou investimento imobiliário. Dessa forma, desenvolvendo um processo de concentração de terras que favorecia os agricultores com mais recursos de ampliarem suas terras, constituindo grandes latifúndios (COSTA, 2005).

Rosa (2015) ao fazer uma caracterização social e econômica do Estado de Mato Grosso, explica que a integração do mesmo na conjuntura do processo de acumulação flexível e mundialização do capital se fortalece nos anos 1960-1970, decorrente das mudanças nas relações sociais,

[...] de produção e de poder no campo e na cidade, na busca de integração aos princípios do capital. Essas alterações, tendo como alvo a modernização, articularam-se às mudanças que ocorriam no contexto nacional, iniciadas após a década de 1930, decorrentes da transição do regime de acumulação agroexportador dependente para o urbano-industrial dependente (ROSA, 2015, p.103).

Essas ações principiadas no século XX, objetivavam assegurar a modernização do Estado, bem como sua inclusão na economia nacional e mundial, para que isso ocorresse era preciso a concessão de créditos, subsídios de insumos, garantias às propriedades e incentivos fiscais como já citado.

O crescimento e avanço para esta região através de posseiros, pequenos agricultores e empresários, é resultado do desenvolvimento do capitalismo, modernização e intensificação da pecuária, utilização de insumos industriais na agricultura. Para Costa (2005) “o processo de ocupação da fronteira é contraditório. Ao mesmo tempo em que serve à acumulação de capital no campo, possibilita o desenvolvimento da agricultura em pequenas propriedades” (COSTA, 2005, 84).

Amaral (2014) analisa que os incentivos fiscais contribuíram para a expansão da soja nesta região:

A expansão do plantio de soja traz uma nova configuração político-social-econômica para Mato Grosso, com o direcionamento de recursos públicos e investimentos privados para a região norte, incentivos fiscais consideráveis, especificamente a Lei Kandir, que regulamenta a isenção do ICMS sobre a exportação da soja em grão. Este movimento tem início no fim da década de 1990 e se consolida com a eleição de Blairo Maggi como governador do estado, em 2003, e sua reeleição para o período consecutivo (AMARAL, 2014, p.47).

Diante dessas isenções fiscais, percebe-se no decorrer dos anos um empobrecimento de uma parte significativa da população. Costa (2005) em seu texto dissertativo evidencia esses dados do IBGE-PNUD/2001: na zona urbana, 50% tinham renda entre meio e cinco salários

mínimos, 37% se declararam sem renda, 4% tinham renda acima de dez salários mínimos. Na zona rural 42% tinham renda entre meio salário mínimo e cinco salários mínimos, 51% declararam sem rendimentos e 0,78% possuíam renda acima de dez salários mínimos. Portanto, estes fatores contribuíram para o processo de migração para as cidades centrais do estado (COSTA, 2005).

Sobre o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, Pereira (2011) sustenta que,

Os dados sobre renda dos municípios de Mato Grosso, revelam que o crescimento econômico não é equilibrado espacialmente. A produção torna-se mais concentrada em termos de espaço e as disparidades de renda e produção são inevitáveis. Uma geração de pesquisa econômica confirma isso: não existe um bom motivo para esperar que o crescimento econômico se dissemine de forma regular no espaço. Mas a concentração econômica exclui algumas populações (PEREIRA, 2011, p.31).

Esta autora destaca como existem em Mato Grosso populações desfavorecidas do ponto de vista geográfico, o desenvolvimento não leva a prosperidade para todo lugar, os mercados favorecem uns lugares mais que outros. De um modo injusto a prosperidade não chega a todos, nem em todo lugar concomitante, e exemplifica:

No Brasil, China e Índia, assim como, em Mato Grosso, por exemplo, as taxas de pobreza das regiões atrasadas são mais do dobro daquelas das regiões dinâmicas. Mais de dois terços das pessoas pobres em Mato Grosso, cerca de 600 mil pessoas, sobrevivem com menos de 0,5 Salário Mínimo por mês, enquanto nos municípios de alta renda, como Campos de Júlio, a renda média mensal é de 26 salários mínimos (PEREIRA, 2011, p.32).

Mato Grosso está na posição 11ª no Ranking de desenvolvimento do país. Em Mato Grosso em 2008, 7% dos municípios concentravam 52% do PIB:

Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande, Sorriso, Primavera, Sinop, Lucas do Rio Verde, Campo Novo dos Parecis, Sapezal e Nova Mutum, tinham os 10 maiores PIB entre os municípios e, juntos, eram responsáveis pela geração de 52% das riquezas produzidas em Mato Grosso, e por 48% da população. Em outro extremo, o conjunto de 28 municípios (cerca de 20% do total) gerava 1,7% dessas riquezas. Os cinco municípios de menor participação no PIB em 2008, foram: Araguinha (0,02%); Luciara (0,03%); Serra Nova Dourada (0,03%); Novo Santo Antonio (0,03%) e Reserva do Cabaçal (0,04%) (PEREIRA, 2011, p.34).

A economia de Mato Grosso cresceu menos que a do resto do país no período de 2004-2008. Assim, o PIB do estado é de R\$ 53 bilhões, 1, 7% do PIB do Brasil (48,6% do setor de serviços, 25,4% agropecuária, 14% indústria e 12% na administração pública).

Houve uma significativa melhora neste período, o desenvolvimento moderado dos municípios, apontam para uma tendência de redução das desigualdades entre os municípios. Pois os municípios que tiveram crescimento do PIB, foram os menores municípios e mais desfavorecidos, isto é, as cidades de médio-porte (20 a 50 mil habitantes) e/ou menores, foram as que mais cresceram, segundo os dados:

Cerca de 570 mil pessoas (19% da população) vivem em 19 cidades de médio porte (20 a 50 mil hab.), as quais apresentaram ao longo do período de 2004-2008, o maior crescimento econômico de Mato Grosso (12,3% ao ano), bem como, o mais intenso crescimento populacional (3,3% ao ano), enquanto a média do estado foi, respectivamente de 9,4% e 1,8% (PEREIRA, 2011, p.41).

Os dados apontam que 36,3% da população reside em quatro municípios do estado (Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop), a renda média municipal per capita é a mais baixa (R\$ 16,6 mil) inferior à média do estado, ainda que é o que produz a maior concentração de riqueza para a economia de Mato Grosso. No entanto, os municípios menores de (até 5 mil hab.), “representam cerca de 28% do total de municípios do estado e menos de 5% da população e da economia. Apesar de pequenos estes municípios, em sua maioria, essencialmente agropecuários, têm renda média municipal superior a média nacional e do estado” (PEREIRA, 2011, p.42). Contudo, apesar desses dados, ainda há elevada desigualdade de renda municipal per capita, pois 54% da população, aproximadamente 1,6 milhão num estado com mais de três milhões de habitantes, vivem em municípios de baixa renda per capita de até R\$ 15.299/ano.

No Plano Plurianual de Mato Grosso (2012-2015) os dados consideram:

[...] o índice de pobreza mais amplo (renda familiar per capita de até meio salário mínimo), Mato Grosso registrava, no mesmo ano de 2009, 23,8% da sua população como pobre, índice acima da média do Centro-Oeste, a taxa estimada foi de 22,9%, mas bem abaixo da média do Brasil que foi de 29%. Assim, em 2009, Mato Grosso tinha cerca de 7% das pessoas em estado de miséria (renda domiciliar per capita abaixo de um quarto do salário mínimo) e 23,9% de pobres (renda domiciliar per capita abaixo de meio salário mínimo) (MATO GROSSO, 2011, p.57).

Um outro aspecto relevante nesta região é destacado por Amaral (2014), neste estado a educação é oferecida pelo setor público através da rede (estadual, federal, municipal e diferentes modalidades do setor privado). Esta autora esclarece que,

[...] A esfera pública estadual oferece à população Educação em diferentes níveis, tendo sob a responsabilidade da Secretaria de Estado e Educação - SEDUC - a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC – a oferta do Ensino Superior através da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (AMARAL, p.119).

No caso da Educação Básica a referida rede é composta por 723 unidades escolares que trabalham, além do ensino regular, com modalidades variadas: Educação Especial, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação no Campo. O número de matriculados na rede em 2015, de acordo com o Censo Escolar⁶, foi de 398.745 alunos.

⁶ Dados do INEP - <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acessado em 03.07.2016.

Abaixo seguem dados recentes mais completos das unidades escolares da Educação Básica de Mato Grosso:

Quadro nº 06 - Unidades Escolares da Educação Básica de Mato Grosso (Dependência administrativa por localização).

| Escola | Estadual | Federal | Municipal | Privada | Total |
|----------------------|-----------------|----------------|------------------|----------------|--------------|
| Rural | 206 | 4 | 666 | 4 | 880 |
| Escola Urbana | 542 | 7 | 863 | 382 | 1.794 |
| Total | 748 | 11 | 1.529 | 386 | 2.674 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados do INEP/2013

Podemos verificar que a Educação Básica em Mato Grosso conta com 2.674 escolas, sendo 880 rurais e 1794 urbanas. Conforme dados do Inep⁷, conta em 2013 com 872.739 matrículas.

Segundo dados de Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010 do IBGE, em Mato Grosso existem 2.537.090 habitantes (pessoas acima de 10 anos ou mais de idade), destes 2.083.420 residem na zona urbana e 453.670 residem na zona rural. Dessa população 2.338.505 são alfabetizadas, 1.946.720 residem na zona urbana e 391.785 residem na zona rural. Portanto, a população de Mato Grosso é composta por 92,2% de alfabetizados, isto considerando o total de habitantes de pessoas acima de dez (10) anos conforme os dados do IBGE (IBGE, 2010).

Realizada essa rápida caracterização do estado de Mato Grosso, nos voltamos para a descrição do município de Cáceres, o loco da pesquisa.

3.2 Caracterização Município de Cáceres

Considerado como um dos maiores municípios de Mato Grosso, Cáceres está localizada na região sudoeste de MT, localizada no pantanal mato-grossense, com fronteira

⁷ Dados INEP- Painel.mec.gov.br

internacional na divisa com a Bolívia; e conta com uma área de 24.612 km², sendo a densidade demográfica aproximada de 3, 61 km² por habitante; e com seus limites ao norte - Glória D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Curvelândia, Lambari D'Oeste e Porto Estrela. Ao sul - Poconé, República da Bolívia e Corumbá; a leste - Poconé; a oeste - República da Bolívia e Porto Esperidião (MATO GROSSO, 2010).

Cáceres continua sendo um pólo regional, por oferecer serviços que não existam, quer na qualidade, quer na quantidade nos municípios que polariza (saúde, educação, lazer, exportação, etc...) Note-se, que em mar/2007, as estatísticas do Min. da Saúde, indicavam o registro de 245 profissionais de medicina, em 31 especialidades médicas atuando nos três hospitais, rede pública e em clínicas particulares de Cáceres (MATO GROSSO, 2010, p.34).

Desta forma, Cáceres é referência na área da saúde com destaque ao Hospital Regional, que atende pacientes de toda região circunvizinha; da mesma maneira, diversas pessoas saem dos municípios circunvizinhos no intuito de buscar o ensino superior na UNEMAT que recebe alunos de distintos lugares.

Cáceres possui duas instituições públicas de nível superior: o *Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso* (IFMT), que oferta desde a educação profissional de nível básico, técnico e tecnológico a programas de alfabetização para EJA integrados ao técnico. E, a *Unemat* que oferece onze (11) cursos regulares (licenciaturas e bacharelados), além destes, o ensino à distância e modulares. Contudo, o ensino superior é ofertado também pelo segmento privado, sendo oferecido por quatro instituições, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância.

Nos estudos de Costa (2011) ela apresenta caracterização do município de Cáceres, ressaltando importantes dados educacionais. E, destaca que ano de 2000, Cáceres contava com cento e treze (113) *escolas municipais* - vinte e nove (29) urbanas, oitenta e quatro (84) rurais. Em 2011, quinze (15) *escolas estaduais* - catorze (14) na zona urbana, uma (1) na zona rural, quatro (4) são de ensino fundamental, duas (2) de ensino médio e nove (9) de ensino médio e fundamental; uma destas somente atende a EJA). Além destas, a *rede privada* totaliza quinze (15) unidades, de educação infantil à superior. Portanto, da Educação Infantil ao Ensino Médio são cento e quarenta e três (143) unidades de ensino neste município.

Todavia, houve nesse quantitativo uma grande redução, principalmente da rede municipal, das cento e treze (113) escolas municipais, passou para quarenta (40) escolas (18 rurais e 22 urbanas), totalizando apenas 68 unidades escolares em 2013. Observe o quadro abaixo:

Quadro nº 07 - Unidades escolares da educação básica de Cáceres (localização por dependência administrativa).

| Escola | Municipal | Federal | Estadual | Privada | Total |
|----------------------|------------------|----------------|-----------------|----------------|--------------|
| Escola Rural | 18 | 1 | 2 | - | 21 |
| Escola Urbana | 22 | - | 14 | 11 | 47 |
| Total | 40 | 1 | 16 | 11 | 68 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados do MEC/INEP (2013)⁸

A principal atividade econômica é fundamentada na pecuária extensiva, dando apoio à laticínios e frigorífico, a pecuária de corte e de leite, é a base produtiva dominante; existe um número razoável de famílias que buscam seu sustento através da pesca, na qual encontram apoio no Sindicato dos Pescadores de Cáceres. Além disso, Cáceres possui um criatório de jacaré desde 2008, reconhecido pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) como primeiro e único Frigorífico de Jacaré da América Latina, permitindo a comercialização da carne para o território nacional e internacional. São três criatórios comerciais, um frigorífico e um curtume (IBGE, 2010).

Em meados dos anos 1950, o Estado distribuiu terras e assentou colonos, como consequência disso novos municípios emergiram. Emanciparam-se de Cáceres: o distrito de Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Jauru, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Figueirópolis, Porto Estrela, Glória D'Oeste e Lambari D'Oeste (IBGE, 2010).

A população estimada para Cáceres em 2015 é de noventa mil quinhentos e dezoito (90.518) habitantes, mas segundo censo do IBGE (2010), Cáceres possui 87.942 habitantes, correspondendo a 44.098 homens e 43.844 mulheres, 50,14% da população é composta por homens e 49,86% por mulheres. Verifica-se que onze mil trezentos e setenta e quatro (11.374) habitantes residem na zona rural, e, setenta e seis mil quinhentos e sessenta e oito (76.568) residem na zona urbana, totalizando oitenta e sete mil novecentos e quarenta e dois (87.942) habitantes. Destes, setenta e um mil seiscentos e dois (71.602) são alfabetizados, ou seja, 81,4% são alfabetizados.

⁸ Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/5102504>

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) representa características regionais, como, educação, renda e longevidade, de acordo com o Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2013). No Censo de 1991 o IDHM de Cáceres era de 0,42; em 2000 aumentou para 0,58 e em 2010 para 0,70. Abaixo seguem dados da situação do IDHM/2010 de Cáceres conforme o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013).

Quadro nº 08 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

| Posição no Rancking | IDHM | IDHM Renda | IDHM Longevidade | IDHM Educação |
|--------------------------------|-------------|-----------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1665° | 0,70 | 0,69 | 0,81 | 0,63 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Estes dados do IDHM/2010 foram elaborados de todos os municípios brasileiros, que ao todo são 5.565, na qual Cáceres ficou na posição do rancking – 1665°. Só no estado de Mato Grosso, conforme o IBGE/2013, são cento e quarenta e um (141) municípios; verificando o IDHM dos municípios mato-grossenses, Cáceres está entre os trinta e cinco (35) primeiros com o IDHM mais alto. Desta maneira, Cáceres se encontra com o IDHM considerado alto, com 0,70, ou seja, integra a faixa alta da escala. Contudo, em comparação aos outros municípios se encontra numa escala baixa se comparado sua posição no rancking, dentre os 5.565 municípios do Brasil.

O produto interno bruto (PIB), é o valor de bens produzidos em território nacional, é o valor global dividido pela quantidade de pessoas/habitantes. A média nacional do PIB per capita em 2012 foi de R\$ 22.642,40 por habitante. O PIB per capita de Cáceres está abaixo da média, com R\$ 12.443,44 por habitante, o IDH do município ainda é inferior à média brasileira (DATASUS, 2015). Todavia, o PIB per capita de Cáceres a preços correntes em 2013 passou à R\$13.304,44 conforme síntese das informações apresentadas pelo IBGE.

Apesar disso, Cáceres está na posição 43° com 12,3%, está entre os municípios de Mato Grosso com maior crescimento médio anual do PIB entre 2003-2008, ganhando de Cuiabá com 8,3% que teve crescimento médio anual do PIB inferior à média do estado (9,4% a a) no período de 2004-2008.

A questão socioeconômica de Cáceres foi apontada por Costa (2011) como grave e preocupante, devido a grande quantidade de pessoas vivendo a baixo da linha de pobreza. Os

dados do IBGE (2000) constatam que se em 1991, 48,59% das pessoas viviam com até meio salário mínimo, no ano de 2000 aumenta para 59,35%.

Contudo, podemos observar nos dados que o Atlas de Desenvolvimento de 2013 nos traz, que dos anos 1991, 2000 e 2010, verificamos que a renda per capita cresceu, a extrema pobreza diminuiu, reduzindo a desigualdade em Cáceres, MT:

Quadro nº 09 - Renda Per Capita de Cáceres.

| Renda Per Capta | 1991 | 2000 | 2010 |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| R\$ | 271,34 | 442,80 | 590,43 |
| % de extremamente pobres | 18,42 | 11,33 | 4,69 |
| % de pobres | 48,06 | 30,73 | 14,28 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: A partir de informações do Atlas de Desenvolvimento/PNUD 2013.

Os dados do Atlas de desenvolvimento/2013 revelam ainda no quesito: trabalho e renda, que a % de vulneráveis à pobreza em 1991 era de 71,49%, em 2000 estava de 58,23% e em 2010 37,01%. Assim, os dados mostram que:

A renda per capita média de Cáceres cresceu 117,60% nas últimas duas décadas, passando de R\$271,34 em 1991 para R\$442,80 em 2000 e R\$590,43 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 63,19% no primeiro período e 33,34% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 18,42% em 1991 para 11,33% em 2000 e para 4,69% em 2010 (PNUD, 2013, p.11).

Apesar da melhora, a questão socioeconômica ainda é difícil confirmando a entrevista feita aos colaboradores, professores do Senai, quando afirmavam que grande parte dos alunos estavam ali, pois precisavam do recurso financeiro da Bolsa-Formação do Pronatec para auxiliar na renda familiar.

Sobre a questão de infraestrutura, Cáceres carece de restauração de pavimentação das vias públicas e calçadas, bem como serviços urbanos que precisam de melhorias. Conforme informações do PDD (2010) apenas 29,30% das vias são pavimentadas, deste total 10,1% são cobertas com bloquetes e 70,70% não são pavimentadas. Além disso, sobre essa questão de infraestrutura, a população de Cáceres utiliza várias maneiras de disposição final de esgoto, 11% em redes de esgoto ou pluviais, 33,55% em fossas sépticas, 42,16% em fossa rudimentar.

Desta forma, entende-se que o município de Cáceres não possui em sua completude um sistema de esgotamento sanitário, mas sistemas individualizados construídos (MATO GROSSO, 2010). Todavia, houve melhorias no quesito habitacional, observe o quadro abaixo:

Quadro nº 10 - Habitação/Condições de Moradia de Cáceres.

| Indicadores de Habitação e/ou condição de moradia- Cáceres, MT | 1991 | 2000 | 2010 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados | 1,21 | 18,20 | 7,91 |
| % da população em domicílios com água encanada | 46,95 | 64,95 | 95,51 |
| % da população em domicílios com energia elétrica | 74,76 | 87,84 | 99,04 |
| % da população em domicílios com coleta de lixo. omente para população urbana | 51,36 | 82,70 | 92,35 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados do Atlas de desenvolvimento 2013/PNUD/IPEA.

O Rio Paraguai tem sido um grande atrativo para o turismo, por meio da pesca, através do famoso Festival Internacional de Pesca (FIP) que acontece anualmente, ocorrendo normalmente no mês de setembro. Neste período realizam-se diversas atrações culturais e esportivas (campeonatos de vôlei de praia, futebol de areia, shows regionais e nacionais, oficinas de artes, etc) atraindo pessoas de diversos lugares para este evento, desenvolvendo assim o turismo e potencializando o comércio neste período.

Utiliza-se como meio de transporte urbano bicicletas, como há o crescente número de motocicletas, que tem gerado certa tensão dada a falta de infraestrutura viária, de pavimentação das vias, fato que tem levado a constantes acidentes. A utilização de moto-táxis revela a necessidade de circulação de transporte urbano de massa.

As atividades comerciais, serviços diversos como, educação, saúde, justiça, segurança, transporte, etc.; foram atividades que transformaram a estrutura urbana, *ou* seja, estruturou-se como zona de serviços de apoio às atividades produtivas a sua volta.

Após exposição breve dos dados econômicos e sociais do município e de seu desenvolvimento, apresento descrição da estrutura física da Unidade Senai no referido município.

3.3 Caracterização da Estrutura Física do Senai/Cáceres

O Senai/Cáceres situa-se num local estratégico, no centro da cidade, na rua Coronel Ponce, nº 637; em seu quarteirão existem muitas residências e nos quarteirões seguintes centros comerciais e Escolas Estaduais; o bairro possui 5.017 habitantes de população residente, segundo censo do IBGE (2010).

A referida unidade está presente em Cáceres a mais de duas décadas, desde 1988. No entanto, neste local acima citado se estabeleceu desde 2009, com uma área construída aproximadamente 1.096 metros quadrados, divididos em dois blocos, o bloco administrativo e atendimento.

O Senai Cáceres atende vinte e um (21) municípios, tendo estes como seus parceiros na implementação de cursos técnicos, no entanto no início do ano 2016, atendeu somente quatro municípios dada a diminuição de recursos destinados ao Pronatec. Esta unidade no momento oferece os seguintes cursos: Técnico em Segurança no Trabalho, Eletricista e Operador de Computador.

Possuindo uma estrutura física moderna, a frente da unidade é estruturada de forma horizontalizada, à esquerda possui um estacionamento para carros e bicicletas, no centro é a entrada, a recepção que funciona sempre com um porteiro, e à direita funciona diversas salas com distintos propósitos, são elas: sala da tesouraria; sala de laboratório de informática; sala da coordenação pedagógica; sala do gerente geral; sala da secretaria escolar; salão da recepção; sala de suporte de TI (Tecnologia da Informação); sala da biblioteca; sala de xérox que é terceirizada; uma pequena sala climatizada para professores; sala do curso de Eletricista de distribuição; sala de laboratório de Olimpíadas e outra sala de laboratório de Montagem de Computador, que no momento não está tendo este curso (visita feita à unidade em março de 2016). Existem ainda, quatro (4) containers que funcionam como sala de aula, dois deles são usados como laboratório de informática e os outros como salas de aulas para outros cursos caso necessário. Portanto, nesta unidade contam com dezesseis (16) salas de aulas climatizadas e adequadas para oferta dos cursos técnicos profissionalizantes.

3.3.1 Estrutura Política e Administrativa do Senai no Brasil e no Município de Cáceres

A nova era de crescimento da indústria exigia que fossem tomadas algumas providências no que diz respeito à preparação da mão-de-obra. Entretanto, não existia

infraestrutura adequada no sistema educacional para a implantação do ensino profissional. Devido à isso, a organização do Ensino Médio profissional desenvolvia-se lentamente, e a indústria exigia uma formação mínima do operariado. Foi então organizado um convênio com as indústrias de um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial. Recorreu-se ao Governo e com a permissão deste criou-se o Senai, que tinha como missão segundo Romanelli (1991):

[...] organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país, podendo também manter, além dos cursos de aprendizagem, que eram mais rápidos, segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais, “cursos de formação e continuação para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem” (ROMANELLI, 1991, p.166, grifo do autor).

O emergir do desenvolvimento industrial, foi um período sustentado pela utopia liberal, nos moldes fordista, fazendo da fábrica a escola, um lugar de formação para os princípios e valores do industrialismo, com o consentimento, é claro, dos empresários brasileiros. Todavia, ao longo desse período na década de 1920, já havia a consciência da necessidade de criação de escolas técnicas de formação para a indústria (NEVES, 2002).

Desta forma, os empresários outorgaram ao Estado “[...] o gerenciamento de seus interesses e o controle das classes subalternas, inclusive o seu projeto político-pedagógico de conformismo da força de trabalho ao industrialismo [...]” (NEVES, 2002, p.69).

Em 1933 se organizaram em Confederação Industrial do Brasil, alterada em 1938 para Confederação Nacional da Indústria (CNI). Nesta época, com o envolvimento crescente da sindicalização dos agentes do capital, resultou no recuo e esvaziamento dos sindicatos operários. Entretanto, sem o retorno dos operários nos sindicatos ficava difícil a execução do projeto de monitoramento político-ideológico das classes subalternas. Desta maneira, o Estado nomeou a esses sindicatos funções específicas de intermediação política, usando para isto a instalação de cooperativas de crédito, de consumo, de escolas, assistência médica, etc. Nesta perspectiva de alterações dos sindicatos em agências paralelas aos sistemas educacionais é que surge o Senai em 1942 (NEVES, 2002).

Romanelli (1991) discute o dualismo no sistema educacional, quando fala das escolas de aprendizagem, que transformaram-se ao lado das escolas primárias em escolas das camadas populares, que na sua maioria passaram a ser mantidas pelo Senai e Senac, ligadas ao sistema “paralelo” de ensino profissional. Contudo, o ensino profissional oficial tinha uma matrícula inferior à do sistema paralelo, ficou notório que o sistema oficial de ensino nos segmentos secundário e superior, permaneceu sendo o sistema das elites, ou pelo menos das classes médias e altas.

O decreto nº 494 de 10 de janeiro de 1962 aprova o Regimento do Senai (SENAI, 2009). Desta forma, no artigo 1º do capítulo I do Regimento, conforme o Decreto-lei nº 4.048 de 1942, fica estabelecido que o Senai seria organizado e administrado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), tendo como objetivos principais: realizar a aprendizagem industrial em escolas mantidas e instaladas pela Instituição ou sob forma de cooperação, bem como acompanhar os empregadores na realização e execução dos programas de treinamento para os diferentes tipos de qualificação; e, o no artigo 2º “O SENAI funcionará como órgão consultivo do Governo Federal em assuntos relacionados com a formação de trabalhadores da indústria e atividades assemelhadas” (SENAI, 2009, p.10).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é uma entidade de direito privado. Desta forma, suas despesas serão custeadas “por uma contribuição mensal das empresas das categorias econômicas da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca” [...] (SENAI, 2009, p.10). Contudo, conforme o regimento no “Art. 9º Os bens e serviços do SENAI gozam da mais ampla isenção fiscal” (SENAI, 2009, p.11).

Na condição de uma entidade de ensino, a referida instituição será fiscalizada pelo Ministério da Educação e Cultura. Além disso, serão destinados anualmente em seus orçamentos parte de suas receitas líquidas da contribuição compulsória à gratuidade em cursos e programas de educação profissional, ponderando as diretrizes e regras definidas pelo Conselho Nacional.

Entretanto, essas vagas deverão ser conduzidas a pessoas de baixa renda, especialmente, o trabalhador, desempregado/empregado, matriculado ou que tenha finalizado a educação básica. Contudo, neste trabalho não analisamos a oferta de vagas gratuitas oriundas da contribuição compulsória, mas da oferta do Senai como parceiro ofertante do Pronatec Bolsa-Formação.

Os documentos institucionais do Senai/Cáceres, como o *Projeto Político Pedagógico* e *Regimento Escolar Unificado* são os mesmos usados pela Diretoria Regional (DR) de Cuiabá, pois Cáceres é uma das oito (8) unidades do DR de Cuiabá, e a Unidade de Cáceres não possui documentos próprios.

Estes documentos foram solicitados para a pesquisa ao DR de Cuiabá, por não estarem disponíveis on line. Embora, a Portaria 817/2015 no art. 22, inciso IX estabeleça que os ofertantes da Bolsa-Formação disponibilizem no portal eletrônico da instituição, tornando público - os projetos pedagógicos, planos de cursos, os regimentos e normatizações internas e demais documentos norteadores dos cursos ofertados no plano da Bolsa-Formação.

✓ Regimento Escolar Unificado

No Regimento Escolar Unificado o Senai é apresentado como entidade jurídica de direito privado, organizada e dirigida pela Confederação Nacional da Indústria, cuja missão é a de fomentar a educação profissional e tecnológica, a inovação e a delegação de tecnologias industriais, beneficiando para aumentar a competitividade industrial brasileira (SENAI, 2015).

A finalidade da educação profissional e tecnológica segundo o Regimento é de preparar o sujeito para a aquisição de condições de mutação profissional, através de conhecimentos, competências, numa concepção de uma educação continuada, beneficiando e oportunizando a empregabilidade em distintos contextos de desempenho.

No art.12 do capítulo V do Regimento Escolar Unificado, apresenta caracterização das unidades operacionais, que são as instituições de cunho educacional, cultural e de promoção social, direcionada para a Educação Profissional em diferentes segmentos. Estas, devem ser sustentadas, supervisionadas e acompanhadas pelo Senai/MT; subordinadas à acompanhamento técnico-pedagógico da equipe gestora, manter cursos de educação profissional nas variadas modalidades, como Projetos e Programas próprios ou em parcerias com Órgãos Governamentais e não Governamentais, por meio de convênios ou contratos, observando a legislação de ensino vigente e normas do Senai (SENAI, 2015).

Sendo assim, cada Unidade Operacional poderá expandir seu serviço através da criação de unidades remotas, estabelecidas em outros locais organizados por empresas ou entidades parceiras, administradas pela estrutura e constituição da Unidade Operacional, desde que aprovada por órgão competente. Além do mais, essas unidades operacionais se observados os parâmetros gerais estabelecidos pelo Senai, têm autonomia pedagógica, administrativa e de gestão, e, como já vimos anteriormente a Unidade de Cáceres possui vinte e dois (22 municípios parceiros).

Dessa forma, a estrutura funcional das unidades operacionais compreende: gerência, secretaria escolar, núcleo de relações com o mercado, núcleo administrativo e financeiro, núcleo de educação profissional e tecnológica e núcleo de soluções em tecnologia e inovação.

A gerência da unidade operacional, executa e coordena as atividades administrativas e pedagógicas. No art. 19 do Regimento Escolar Unificado, dentre as vinte (20) atribuições do gerente de uma unidade operacional, destaco duas: Administrar os recursos financeiros da Unidade Operacional; elaborar o orçamento anual da Unidade Operacional e acompanhar a sua execução. Estas atribuições foram destacadas pelo motivo de que em entrevista ao gerente geral da unidade do Senai em Cáceres, sobre como ocorrem os repasses financeiros ao SENAI e qual

o montante de recursos repassados anualmente para execução dos cursos, houve uma certa contradição entre o que está estabelecido no Regimento sobre a atribuição do gerente e em sua resposta. O mesmo respondeu que, [...] *quando se fala de financeiro, a gente não tem controle nenhum aqui, tudo Cuiabá [...] não tenho valores que são repassados para o Senai e nem o valor também por aluno.*

Cabe à Secretaria Escolar a responsabilidade nas atividades administrativas da secretaria, atendimento, organização dos arquivos, escrituração escolar de acordo a legislação e normas vigentes.

Compete ao Núcleo de Relações com o Mercado realizar atendimento aos clientes internos e externos, pessoa jurídica e do processo de oferta e comercialização dos serviços prestados pela unidade, visando intensificar a quantidade de negócios.

O Núcleo Administrativo e Financeiro é o setor de coordenação vinculado à gerência, executado por um coordenador comissionado às questões administrativas e financeiras. Das vinte e duas (22) atribuições deste setor, destaco como parte mais relevante: a execução e acompanhamento do controle orçamentário/contábil, prestações de contas e demais relatórios de atividades inerentes à área administrativa e financeira; efetivar controle do fluxo financeiro; controlar atividades de Tesouraria como: contas a pagar e receber; orientar a elaboração da Prestação de Contas anual e demais relatórios de atividades inerentes à área administrativa e financeira.

O Núcleo de Soluções em Tecnologia e Inovação é o meio pelo qual o Senai implementa além dos cursos de educação profissional neste Regimento, Projetos e Programas com organização própria e normatização específica em parceria com Órgãos Governamentais e não Governamentais, por meio de convênios e contratos.

É da responsabilidade do Núcleo de Educação Profissional e Tecnológica as ações de coordenação, planejamento, acompanhamento ao corpo docente e discente e instruções de todas as atividades pedagógicas da unidade operacional. O responsável que deverá coordenar esse núcleo deverá ter habilitação do curso de Pedagogia ou em uma das Áreas de Licenciatura, desde que tenha experiência em atividades de coordenação pedagógica e gestão escolar. Para execução dessa função, o Senai Cáceres conta com uma assessora pedagógica e uma coordenadora pedagógica habilitadas em Pedagogia.

São apresentados neste Regimento as funções e competências do Supervisor de Curso, Supervisor Técnico de Educação, Técnico em Educação e Apoio (Pedagogo). Além disso, apresenta as ações da Educação à Distância, aponta sobre a utilização da biblioteca escolar e as atribuições do bibliotecário; mostra o objetivo do Conselho de Classe, bem como do Conselho

Escolar, apresenta o estágio profissional supervisionado, esclarece ainda sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) atividade do curso de Habilitação Técnica; a Prática Profissional é parte da efetivação do curso de aprendizagem industrial básica desenvolvida no ambiente da empresa, observadas as leis e normas em vigor.

Fundamentados na legislação de ensino vigente, na normatização da Educação Profissional do Senai e no PPP institucional, as Unidades Operacionais do Senai ofertam cursos e programas de *Educação Profissional para o Trabalho, Formação Inicial e Continuada* e de *Educação Profissional Técnica de Nível Médio*, elaborados conforme as áreas e/ou eixos tecnológicos (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Classificação Brasileira de Ocupações – CBO), objetivando desenvolver competências para a vida produtiva e social. Os cursos são os seguintes: Educação para o Trabalho (Iniciação Profissional), Formação Inicial (Aprendizagem Industrial Básica e Qualificação Profissional Básica), Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Qualificação Profissional Técnica e Habilitação Técnica) e Formação Continuada (Aperfeiçoamento Profissional Básico, Aperfeiçoamento Profissional Técnico e Especialização Técnica). A educação profissional e tecnológica no SENAI-MT organiza-se nos seguintes tipos de cursos e modalidades:

Quadro nº 11 – Tipos e modalidades de Cursos ofertados pelo Senai.

| TIPOS DE CURSOS | MODALIDADES | DURAÇÃO DOS CURSOS Carga Horária mínima e máxima |
|---------------------------------|-----------------------------------|---|
| Educação para o Trabalho | Iniciação Profissional | 8h a 150 h |
| Formação Inicial | Aprendizagem Industrial Básica | 400h a 1.200h * |
| | Qualificação Profissional Básica | 160h a 1.200h |
| Educação Técnica de Nível Médio | Qualificação Profissional Técnica | 280h a 400h |
| | Habilitação Técnica | 800 a 1200h (sem Estágio e sem TCC) considerado o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em Dados do Senai/2013.

A Formação Inicial é a educação profissional direcionada a habilitar jovens e adultos, independentemente de escolaridade anterior e de regulamentação curricular de maneira livre em razão das necessidades da indústria e da sociedade. Possui duração irregular e carga horária mínima de 160 horas. A formação inicial no SENAI compreende os segmentos de qualificação profissional básica e aprendizagem industrial básica. Todavia, o Senai/Cáceres por meio do Pronatec oferta as seguintes modalidades: Qualificação Profissional Básica e Habilitação Técnica.

Sobre os Planos e Projetos de Cursos de Educação para o Trabalho e Formação Inicial e Continuada, o Regimento Unificado escolar determina, que, os de Aprendizagem Industrial Básica, “são formatados em conformidade com as tendências do mercado produtivo, pesquisas, diagnósticos, demandas de empresas, comitês técnicos setoriais e requisitos legais” (SENAI, 2015, p.32). Os documentos apontam ainda, que os Planos de Cursos são elaborados de forma participativa, pela coordenação de FIC do Senai, tendo o auxílio dos docentes/instrutores, coordenadores e especialistas. Os mesmos são organizados de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos/MEC, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Senai/DN e legislação vigente.

O Regimento destaca, que o processo seletivo será promovido na Unidade Educacional para a seleção dos candidatos à matrícula nas vagas dos cursos destinados. Deste modo, a matrícula escolar é o meio administrativo de registro do aluno num curso e/ou programa, que deverá ocorrer acompanhado do pai ou responsável, no caso se for menor.

Conforme o art.112, para o acesso à matrícula nos cursos de Educação para o Trabalho e Formação Inicial e Continuada: na *Aprendizagem Industrial Básica* é exigido que se tenha a idade mínima de catorze (14) anos e/ou que a conclusão do curso se efetive antes que complete vinte e quatro (24) anos; a escolaridade mínima requerida é que tenha finalizado o Ensino Médio ou cursar no mínimo o 9º ano do Ensino Fundamental; de dezoito (18) anos para áreas classificadas de periculosidade; pessoas com deficiência deverá ter no mínimo catorze (14) anos, e sem limite máximo de idade. Já na *Qualificação Profissional Básica*, a escolaridade mínima - Básica - exigida é o 5º ano do Ensino Fundamental efetivada. A Técnica - deve estar cursando no mínimo o 2º Ano de Ensino Médio, e, a Tecnológica - exige-se o Ensino Médio concluído. Além destas, existem as demais *categorias de Educação para o Trabalho e Formação Inicial e Continuada*, a escolaridade e idade devem ser comprovadas conforme o normatizado no Plano ou Projeto de Curso, e para os cursos em que a exigência é ser alfabetizado, não é preciso justificação da escolaridade.

Os requisitos para o acesso aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio: ter finalizado ou estar estudando no 2º ou 3º ano do Ensino Médio; ter no mínimo dezesseis (16) anos completos ou completa-lo até final do primeiro semestre letivo do curso, e, no caso de alunos advindos do processo seletivo de vagas de Gratuidade Regimental, deve-se finalizar o Ensino Médio. Desta forma, para o ingresso de aluno aos cursos profissionalizantes, o Regimento apresenta para o ato da matrícula toda documentação necessária estabelecida conforme as modalidades escolhidas. Além do mais, é preciso para o efeito da matrícula nos cursos e módulos de Habilitação Técnica, a solicitação do aluno para a rematrícula na Secretaria Escolar, observando o prazo estabelecido pela Unidade Operacional.

O Regimento trata sobre diversas ações referentes ao curso, como em caso de cancelamento do curso; evasão (será considerado evadido o aluno que tiver cinquenta (50%) ou mais de falta em relação à carga horária prevista); aproveitamento de estudo; desistência; transferência; retenção; recuperação; trancamento; superação; frequência; certificação etc.

Vale destacar que, no capítulo VI do Regimento apresenta-se a sistemática do ato de avaliação e recuperação escolar, na qual saliento alguns dos objetivos da avaliação: Apurar as competências já dominadas pelo aluno, de maneira que subsidie a sua formação profissional; constatar os avanços e dificuldades do estudante na aquisição, na recomposição das competências para reconduzi-lo na melhoria de seu desempenho, devido ao trabalho desenvolvido, tratado como recuperação contínua; e, por fim, averiguar as competências e habilidades desenvolvidas pelo estudante, de modo que possibilite a certificação para a continuidade de estudo, como para proporcionar a inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, a avaliação apontada objetiva o alcance das competências previstas no perfil profissional de conclusão do curso. Em relação a isso, verificamos no Regimento a preocupação com o desenvolvimento das habilidades e competências do estudante, uma lógica que atende ao mercado capitalista, a formação de um sujeito polivalente, flexível, competitivo. Esta é uma exigência do sistema capitalista, um trabalhador que adquira competências laborais e com diversas qualificações. Pois como já discutimos em capítulo anterior, a educação com os valores neoliberais é vista como instituição que qualifica pessoas para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, surgindo daí a necessidade de maiores qualificações para *preparação para a empregabilidade*, como afirma Frigotto (1996).

Nesta perspectiva, Souza (s/d) afirma que “a educação na lógica do capital tem o objetivo de inserir os indivíduos no do[sic] mercado de trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades” para a empregabilidade (SOUZA, s/d, p.7). Trazendo por trás deste princípio a ideologia de que o “[...] desemprego tem como causa a baixa empregabilidade

da mão de obra, ou seja, sua desqualificação em face das exigências do mercado de trabalho” (SOUZA, s/d, p.7). Portanto, conforme estes princípios “[...] A empregabilidade está ligada aos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação[...]” (SOUZA, s/d, p.7). Assim, entendemos que essa “necessidade” de maiores qualificações responsabiliza o sujeito na aquisição do emprego.

Freitas (2011)⁹, discute a inserção de testes nos sistemas de ensino, com o fim de verificar o nível de aquisição de habilidades e competências adquiridas pelos alunos, resultando na responsabilização e meritocracia. Deste modo destaca, como os “Institutos privados, ONGs, “movimentos” fartamente financiados por corporações empresariais procuram implementar a visão da educação como um subsistema do aparato produtivo, cujos objetivos são definidos, internacionalmente, pela OCDE via PISA” (FREITAS, 2011, p.1, grifo do autor). Assim, Freitas (2011) critica o tecnicismo – que é a visão de que a educação só pode melhorar mediante a adição de tecnologias e aumento do controle de diretores, professores e alunos, via avaliação de normas internacionais de desempenho, meritocracia, etc. Princípios de mercado que fomentam a competitividade, mas que infelizmente estão também presentes no sistema público de ensino. Por esse motivo, fica claro quando vemos presentes no Regimento do Senai a preocupação com o desenvolvimento de habilidades e competências, correspondendo às determinações internacionais.

Os princípios educacionais estabelecidos pelo mercado, conforme afirma Peroni (2010) trazem algumas implicações para a parceria, minimizando a autonomia do professor e valorizando a lógica de premiação por desempenho, como:

[...]estabelece valores como o da competitividade entre alunos, professores e escolas, como se a premiação dos mais capazes induzisse a qualidade via competição. A outra questão são as metas estabelecidas, que passam a dar mais ênfase ao produto final e não mais ao processo, como era característica da gestão democrática (PERONI, 2010, p.550).

Os modos de avaliação são variados, dependendo do curso, mas no geral são: pesquisas, provas teórico-práticas individuais ou em grupo, circunstâncias de aprendizagem, estudo de casos, projetos, visitas técnicas, relatórios, seminários, teatros, observação de desempenho dos estudantes, auto avaliação, assiduidade, bem como o uso de outros mecanismos. Para a promoção do estudante ao final no módulo deverá obter no mínimo a média

⁹ No texto “Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? ”, apresentado no III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no Simpósio PNE: diretrizes para avaliação e regulação da educação nacional.

6,0 e ter 75% de frequência na carga horária, o que alcançar a média 4,0 será submetido à avaliação final (SENAI, 2015).

Em razão disto, será considerado APTO (AP) o aluno que alcançar a média igual ou superior à seis (6,0), com frequência de 75% na carga horária nos cursos de educação profissional. Os estudantes que não atingirem a média e a carga horária estabelecida, serão retidos e considerados como Não Aptos (NAP). Contudo, no curso de Habilitação Técnica, o estudante será tido como Não Apto (NAP) se não tiver êxito em até duas (2) unidades curriculares, se exceder a duas (2) unidades, deverá ficar retido sendo necessário fazer o curso novamente. Todavia, será dispensado das unidades em que já foi aprovado.

O art.181 aponta sobre a autoavaliação das unidades do Senai que deverá acontecer anualmente. Dentre os objetivos, destaco: “Sensibilizar a comunidade escolar para a construção de uma cultura avaliativa visando à melhoria da qualidade na Instituição a prestação de contas aos estudantes, seus pais e à sociedade em que está inserida” (SENAI, 2015, p.57). Realço esta assertiva por se tratar de ser uma prerrogativa da empresa, na qual espera-se da referida empresa a prestação de contas sobre seus serviços sempre que solicitada.

Faz-se interessante destacar o art.199 quando aponta os vinte e um (21) deveres do docente/instrutor, em seguida no art.200 apresenta apenas seis (6) direitos do docente, posterior à isso no art.201 ressalta dezessete (17) proibições ao professor, sendo-lhes vedados diversos quesitos, destes, saliento o inciso II que afirma que é proibido “Dar conhecimento aos estudantes ou a terceiros, das informações de caráter reservado a instituição, ao estudante e ao docente/instrutor” (SENAI, 2015, p.63). Inclusive, no art.202 estão sujeitos às penalidades no caso do não cumprimento do art.201.

Ao final do Regimento Escolar Unificado, expõem-se os direitos, deveres e proibições ao corpo docente. Entretanto, apesar de se apresentarem aparentemente coerentes, realço o art.206, o inciso VI, pois entendo que o mesmo é uma afronta à democracia, ao direito de manifestar-se, tendo em vista que a gestão democrática é um princípio da educação pública e, sobretudo, porque a oferta desses cursos se dá integralmente com recursos públicos. Das vinte e quatro (24) proibições, evidencio a sexta, quando afirma que é vedado ao estudante “Promover na (o) Unidade Operacional/Local do Curso manifestações coletivas, ou delas participar, sem a devida autorização” (SENAI, 2015, p.66).

Diante disto, podemos concluir que a parceria público-privada traz profundas consequências e implicações para a construção da gestão democrática, pois não atende aos princípios democráticos, mas afronta-os e os enfraquece, inibindo a autonomia e participação, que são valores elementares da democracia. Peroni (2012) defende que,

[...] quando abrimos mão da gestão democrática pela lógica gerencial, que quer um produto rápido e adequado às exigências do mercado no período atual, estamos pactuando com outra proposta de educação e sociedade e desistindo ou minimizando a importância da construção da democracia que historicamente não tivemos (PERONI, 2012, p.29).

Por fim, quanto às penalidades aplicadas no caso do não cumprimento das proibições, cabe à Gerência da unidade operacional proceder com a penalidade dependendo da gravidade, podendo resultar numa advertência oral, advertência escrita e/ou rescisão de contrato.

No art. 58 do Regimento define o *Projeto Político Pedagógico* como:

[...] o compromisso educacional da Unidade Operacional em relação aos estudantes, às empresas e à comunidade escolar, refletindo o modelo de ensino adotado e a qualidade da formação almejada, tendo caráter estratégico e parâmetro essencial para planos, projetos e atividades de educação e tecnologia da Unidade (SENAI, 2015, p.25).

Deste modo, apresentamos abaixo alguns aspectos do Projeto Político Pedagógico da Unidade do Senai em Cáceres, MT, no que se refere a diretrizes, a missão, meta, os princípios fundantes para a execução da oferta da Educação Profissional a este município.

✓ Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)

Procuramos neste texto apresentar o PPPI de maneira mais sintetizada, devido ao fato de ter sido utilizado para sua constituição, documentos norteadores para sua composição, como o já apresentado Regimento Escolar Unificado, dentre outros.

Embora o PPPI da Unidade de Cuiabá permite que as unidades operacionais elaborem o seu próprio PPP, considerando o pólo geoescolar, e, o ajustando às particularidades e circunstâncias em que a unidade está inserida, podendo também destacar sua identidade cultural e pedagógica, em harmonia com as demais Diretrizes e Referenciais vigentes, apesar disso, a unidade de Cáceres utiliza como parâmetro o PPP do DR de Cuiabá (SENAI, 2009).

O PPPI traz como missão do Senai/Cáceres a promoção da Educação Profissional e Tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, cooperando para aumentar a competitividade da indústria Brasileira. Possui a visão de futuro “consolida-se como o líder estadual em educação profissional e tecnológica a ser reconhecido como indutor da inovação e da transferência de tecnologias para Indústria Brasileira, atuando como padrão internacional de excelência” (SENAI, 2009, p.10).

Além disso, tem como objetivo estabelecer concepções e perspectivas para a Educação Profissional no Senai/MT, coadunados às normatizações legais e institucionais nos níveis estadual e nacional, com o propósito de conduzir o desenvolvimento curricular, dando suporte

à organização de planos de cursos e as propostas das unidades de ensino. Dentre os objetivos estratégicos e metas, cabe ao Senai intensificar a Educação Profissional direcionada para a *empregabilidade*, desenvolver *competências* e reter o conhecimento, etc.

O PPPI atesta que o propósito de distintos tipos de saberes, a aquisição de novos conhecimentos tem como fim, que, “os cidadãos nele preparados adquiram condições de mobilidade profissional, seja por meio de transferência de saberes e competências transversais anteriormente adquiridas, ou por meio de aquisição de novas competências, na perspectiva da educação continuada” (SENAI, 2009, p.13). Ademais, “A finalidade básica da Educação Profissional nas Unidades de Ensino é a de conduzir ao permanente desenvolvimento para a *vida produtiva* e para o exercício da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento social e *econômico do país*” (SENAI, 2009, p.13, grifo nosso).

Todas estas questões são consequências já discutidas em Harvey (2008), sobre o surgimento de um novo regime industrial após a década de 1970, baseado num modelo flexível nos processos de trabalho, considerado padrão de desenvolvimento. Prevalecendo uma formação para os trabalhadores, como afirma Ciavatta (2007) *para o mercado de trabalho*, passando por grandes mudanças em nível mundial.

Em 1990, o Estado passa por reforma sob a égide de maior modernidade, eficiência e produtividade. Após essa reforma a parceria público-privada passou a ser uma política do Estado, passou-se a estimular o envolvimento de um novo ator na execução das políticas sociais, sabidamente nomeado de público não-estatal, de modo que a responsabilidade com as questões sociais, ficou ideologicamente diluída entre setor público e a sociedade civil.

O Pronatec é consequência da reformulação da função do Estado, surge nesse contexto para suprir às demandas do setor produtivo, qualificando trabalhadores ao mercado de trabalho, com a aquisição de diversas *habilidades* e *competências*, com o objetivo de adquirir mais *qualificações* dada a *competitividade do mercado*. Nesta situação, destacamos o Pronatec em parceria com o Senai/Cáceres que desde 2011 prossegue com a missão, objetivos e finalidades comuns.

A estrutura organizacional do Senai é semelhante à do Senai Cuiabá e se classifica em Conselho Regional, (Secretaria do Conselho Regional) e Diretoria Regional. A dimensão Político-Pedagógica do Senai se fundamenta em linhas gerais de ação, como: Multiplicidade e rapidez no atendimento às necessidades do mercado, da sociedade e das pessoas; Independência e articulação com a Educação Básica; Atendimento a demandas de Formação Inicial e de Formação Continuada de Trabalhadores (ambos são delimitados por três maneiras de atendimento da educação profissional – Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores,

Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Tecnológico). Visibilidade, leveza e consistência dos cursos e programas em todas as formas de atendimento de educação profissional; Padronização na estruturação de cursos regulares e diversificação na estruturação de cursos e programas para atendimentos sob medida; Avaliação e reconhecimento de competências adquiridas na escola ou no trabalho, com a finalidade de continuidade de estudos.

O SENAI atua no plano de Educação Profissional e de Serviços Técnicos e Tecnológicos na região com o intuito de solidificar e aprimorar o mesmo, atendendo as necessidades de empresas e pessoas que buscam por requalificação profissional, inserção ao mercado de trabalho e/ou aperfeiçoamento em funções. Para isto, os processos desenvolvidos são: *Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores* (tem como objetivo a inserção do cidadão ao mercado de trabalho, independente da escolaridade). E, a *Educação Profissional técnica de Nível Médio e Especialização*; a *Aprendizagem* – a aprendizagem industrial é a formação técnica, destinada à jovens maiores de 14 anos e menores de 24 anos. O SENAI/MT, além dos cursos de educação profissional, desenvolve *Projetos, Programas* com organização própria e regulamentação específica e em parceria com Órgãos Governamentais e não Governamentais através de convênios e contratos. E, a Unidade de Ensino realiza também *Serviços Técnicos e Tecnológicos* (Programa Alimentos Seguros - PAS, Senai Solidário, Programa de Ações Inclusivas - PSAI, Programa Indústria em Ação – PIA, Programa Qualidade de Vida, Olimpíada do Conhecimento). A *Responsabilidade Social* é outra maneira de atuação do Senai,

Nesta perspectiva, o projeto pedagógico das Unidades de Ensino mantidas por esta Instituição, deve intencionar intervenções no processo histórico de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas e de uma *diminuição da desigualdade social* (SENAI, 2009, p.43, grifo nosso).

A partir de 1990 fortaleceram-se mais o conceito de Responsabilidade Social da Empresa (RSE), levando as empresas a desenvolverem estratégias para melhoria da sua imagem. Enquadrar-se no perfil de empresa socialmente responsável hoje tem sido as novas condições de mercado. São exigências dos consumidores e investidores, partindo de uma necessidade imposta pela crise do capital e da redefinição do papel do Estado e da empresa (SOUZA, 2013). Esta autora argumenta que o Estado mudou sua maneira de ação nos investimentos sociais, para ela:

A reforma do aparelho do Estado iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso e capitaneada por Luiz Carlos Bresser Pereira no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) [...] devo considerar que, assim como o Estado mudou a

natureza de sua ação nas questões sociais, isso também ocorreu com as empresas, cujos dirigentes, além de perceberem que as ações de “RSE” constituíam-se em possibilidade de aumento de lucros, sempre têm interesses de caráter educativo das massas em prol da formação de consenso favorável ao modo de produção capitalista como se fosse o único, último e mais perfeito já existente na face da Terra. (SOUZA, 2013, p.24)

Devido a isso, não bastassem as exigências do mercado, executivos e empresários passaram a perceber que unificar a imagem da empresa ao desenvolvimento de uma ação alegada como sendo de responsabilidade social aumentam os lucros. (SOUZA, 2013)

Souza (2013) faz uma crítica ao termo “Responsabilidade Social da Empresa” (RSE) e “Terceiro Setor” que “atuam sempre em favor da sociedade em geral, e não de interesses privados, como se não houvesse luta de classes” (SOUZA, 2013, p.16). E ainda questiona se as ações de “RSE” geram despesas ou contribuem para a lucratividade dos acionistas das empresas que a desenvolve?

Souza (2013) salienta que a teoria da administração empresarial através das ações de RSE, se esta não gerar despesa à empresa, mas contribuir para a maximização dos lucros dos seus proprietários deixa em dúvida esta RSE, por isso a autora sempre se refere a “RSE” entre aspas pois questiona sua veracidade, justificando que, por negarem a validade e possibilidade histórica de haver responsabilidade social de empresas na sociedade capitalista, cujo objetivo primordial é a acumulação privada do trabalho do produto coletivo, que se realiza pela exploração da força de trabalho da classe proletária, sendo difícil de creditar a tais empresas a possibilidade delas terem responsabilidade social.

Deste modo, através de projetos e programas, o Senai *tenciona cooperar para que partes menos favorecidas da sociedade, como idosos, jovens, “trabalhadores excluídos da vida produtiva* e candidatos ao primeiro emprego tenham chance de ingresso ou reingresso no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que pretende desenvolver o homem no profissional de hoje e do amanhã” (SENAI, 2009, p.43, grifo nosso).

Como toda empresa privada, o Senai visa o lucro, o que ofusca a preocupação com o desenvolvimento social e redução de desigualdade como apregoam. Basta verificarmos que seus projetos são implementados mediante transferência de recursos públicos para sua execução – no caso do Pronatec, e/ou com a destinação anualmente de seus orçamentos parte de suas receitas líquidas da contribuição compulsória¹⁰ à gratuidade em cursos e programas de educação profissional. Ademais, tudo o que ofertam é preciso pagar por isso!

¹⁰ É de natureza tributária, ou seja, a obrigação convencional de entregar tais tributos ao Estado.

O PPPI apresenta diretrizes para a estruturação e desenvolvimento de currículos na modalidade da Educação Profissional em Mato Grosso. Essas diretrizes são baseadas nos seguintes pressupostos: *Cursos e programas estruturados com base em competências* – essa diretriz aponta para que os cursos e programas sejam elaborados com perfil fundamentado em competências profissionais, demandadas pelo trabalho, numa relação próxima entre formação profissional e necessidade do setor produtivo. Desta forma, o PPP dá a seguinte conceituação para competência:

[...] a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho [...] É a mobilização, pressupondo que saberes - conhecimentos, habilidades e atitudes têm sentido, se mobilizados e articulados, permitindo enfrentar diferentes situações. A educação profissional, pela sua especificidade de formar para o trabalho, tem uma aproximação natural com o enfoque de competências (SENAI, 2009, p.44).

Sendo assim, as diretrizes para estruturação e desenvolvimento de currículo da Educação Profissional (*Identidade dos perfis profissionais de conclusão com as competências requeridas pelo mercado de trabalho, Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização curricular*, para as *Diretrizes Gerais do SENAI-MT para a Educação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Diretrizes Gerais do SENAI para Educação Profissional Técnica de Nível Médio*) deverão observar os mecanismos constitucionais, leis, normas nacionais e dos sistemas de ensino, Regimento Escolar Unificado, diretrizes e normas institucionais como base de todos projetos e ações formativas. As propostas pedagógicas, cursos e currículos devem basear-se em “princípio constitucional do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas” (SENAI, 2009, p.46). Ainda faz parte das diretrizes, a *avaliação interna e externa, com vistas à revisão curricular*; o *Comitê Técnico Setorial* é uma das tentativas do Senai para assegurar a harmonia da organização curricular com o mercado de trabalho, promovendo a ligação do mundo do trabalho com o mundo da educação. O Comitê tem como objetivo contribuir para o reconhecimento e avanço das competências profissionais dos trabalhadores, sendo também sua responsabilidade a definição do perfil profissional fundamentado em competências, observando a parâmetros que possibilitem avaliar desempenhos e atualizar os perfis profissionais. Deverá compor o Comitê: Um representante da UNETEC que coordenará os trabalhos do Comitê, Gerente da Unidade de Ensino, Coordenador Pedagógico da Unidade de Ensino, Coordenador de Área do Curso em estudo, da Unidade de Ensino, um especialista da área que esteja atuando e outro especialista do meio acadêmico, três trabalhadores – um empresário, um empregado e um do Sindicato dos Trabalhadores (SENAI, 2009). Além disso, o PPP apresenta quais devem

ser as atribuições da Coordenação do Comitê; o *Projeto Pedagógico dos Cursos* é uma diretriz na qual concede às Unidades de Ensino, autonomia para elaborarem seus planos de cursos em trabalho conjunto com a UNETEC, que serão subordinados a apreciação da GETEC e Departamento Regional, e, posteriormente encaminhado ao Conselho Estadual de Educação-CEE/MT, para exame e aprovação. Portanto, o Plano de Curso das Unidades de Ensino deverá ser elaborado embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio de modo participativo pelos docentes, especialistas e dirigentes da Unidade de Ensino responsáveis pela formação profissional.

Ao final do PPPI, vai apontar como devem ser as Unidades de Ensino, sua estrutura operacional. Desta forma, a estrutura funcional da Unidade Operacional em geral compreende: Gerência; Secretaria Escolar; Assessoria de Gestão; Biblioteca Escolar; Núcleo Administrativo e Financeiro; Núcleo de Desenvolvimento de Educação; Núcleo de Relações com Mercado; Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologias. Além disso, deve compor uma Unidade Operacional: Órgãos Colegiados – estes constituem apoio à Gerência da Unidade de Ensino (*Conselho de Classe* – formado pelos docentes da Unidade, este conselho objetiva resolver problemas referentes a desempenho de alunos, *Conselho de Docentes* – órgão que visa a otimização do processo de ensino e aprendizagem, *Conselho Técnico* – assuntos técnico administrativos).

Dentre os doze (12) princípios da Educação Profissional nas Unidades de Ensino do Senai, destaco alguns: Coexistência no desenvolvimento de cursos e de programas nas escolas, nas empresas e em instituições conveniadas, diretamente relacionadas com o setor industrial; atendimento às demandas a nível de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Tecnológico, possibilitando, ainda, alternativas diversificadas de educação continuada; gratuidade nos cursos de Aprendizagem ministrados nas Unidades de Ensino; garantia de padrão de qualidade; vinculação entre a educação profissional, o trabalho e as práticas sociais etc (SENAI, 2009).

O quadro de pessoal docente e técnico administrativo deve “trabalhar na perspectiva da Pedagogia de Competências, adotada como diretrizes norteadoras da prática docente do SENAI” (SENAI, 2009, p.63).

O PPPI salienta algumas responsabilidades das unidades operacionais: Identificar novas capacitações conforme as necessidades das UOS; indicar no começo de cada semestre, as novas demandas de capacitação à GETEC/UNETEC, UEDE e UNIPOG; apontar, no princípio de cada semestre, docentes/cursos, técnicos e gestores para participarem dos cursos

previstos no PDPE; participar da elaboração e execução do Programa de capacitação em articulação com a GETEC/UNETEC/UEDE E UNIPOG.

As Unidades de Ensino implantarão o curso atendendo aos requisitos definidos no Plano de Curso. O acompanhamento da implantação do curso será realizado pelos Técnicos da Unidade de Desenvolvimento em Educação Inicial e Continuada – UEDE e da Unidade de Desenvolvimento em Educação Técnica e Tecnológica – UNETEC, que, após exame da ficha de acompanhamento do desenvolvimento do curso, farão uma avaliação parcial e outra final do curso.

No Projeto Político Pedagógico do Senai, consta que o docente deverá tomar importantes decisões sobre o Planejamento de Ensino e Avaliação da Aprendizagem, o que aparenta uma certa autonomia. No entanto, essa autonomia é administrada pela coordenação pedagógica, pois em seus encontros pedagógicos trabalha-se para que o professor siga as orientações metodológicas do Senai. Como afirmou o assistente de educação [...]fazemos trabalhos na reunião pedagógica com eles [...]como **trabalhar** desenvolvimento de competências [...]com esse desenvolvimento, **com esse conhecimento que vai adquirindo**, se ele não era um bom professor, ele se **tornava** um bom professor, e **trabalhava conforme** a metodologia do Senai, e aí **eles se adequaram** (Assistente de Educação, 2015).

No Planejamento de Ensino o professor irá refletir sobre o processo de ensino e registrar no Plano de Ensino, na Avaliação da Aprendizagem o professor fará “o julgamento do desempenho do estudante” (SENAI, 2009, p.66). O planejamento de ensino é definido pelo PPP “como atividade de reflexão, resultará na tomada de decisão, análise do conhecimento, habilidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento da Unidade Curricular” (SENAI, 2009, p.66). Dessa forma, compete aos docentes a elaboração do *Planejamento de Ensino*, orientados pela Coordenação Pedagógica e Coordenador da Área. O objetivo geral do curso registrado no Plano de Curso e das unidades curriculares é a identificação e *Análise de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes*, pois estas permitem identificar as competências no perfil profissional de conclusão de curso.

Para que isto ocorra, o docente enquanto essencial agente no processo ensino aprendizagem, precisa de *Seleção de Estratégias de Ensino* visando o nível de aprendizagem pretendido, de modo que proporcione ao estudante a oportunidade de vivenciar o que está sendo aprendido (SENAI. 2009).

A instituição de educação profissional procurará desenvolver e destacar a importância para os estudantes da *Promoção de Atitudes*, o desenvolvimento de atitudes sociais, “a importância do trabalho integrado dentro da Unidade de Ensino e entre esta e a Comunidade”

(SENAI, 2009, p.71). Sendo necessário a definição de estratégias, como campanhas educativas, palestras feitas por especialistas etc.

Dessa maneira, “a estruturação de conteúdos formativos é à base do trabalho. Para que a comunicação com o estudante seja efetiva, o texto didático precisa apresentar, explicitamente, todo o conteúdo de que o estudante necessita” (SENAI, 2009, p.72). Neste sentido, o docente deverá se pautar pela *Estruturação de Conteúdos Formativos* que é a base do trabalho. As *Diretrizes Metodológicas* contêm informações norteadoras das ações didático-pedagógicas a serem adotadas pelos docentes. Essas se subdividem em: Considerações, Enfoque Didático-pedagógico e Procedimentos Didáticos. As considerações, são essencialmente a explicação da unidade curricular no curso, isto é, as justificativas sobre seus objetivos e conteúdos em função de metodologias de ensino e sua forma de operacionalização. No enfoque Didático-Pedagógico especifica o método de ensino apresentado e em que medida ele direciona o trabalho pedagógico. E, nos procedimentos didáticos apontam quais ações docentes viabilizam o alcance dos objetivos de cada unidade curricular (SENAI, 2009).

Os Fundamentos do Trabalho do Senai se apoiam no conjunto de proposições educacionais, estruturadas ao longo dos anos. O acervo consta de: Meio impresso como livros, apostilas, folhetos, fascículos, cartazes; meio audiovisual como filmes, fitas de vídeo, fitas de áudio, transparências, sequências de slides; meio informatizado como, CD ROMS, cursos. Assim, estes recursos didáticos são desenvolvidos, conforme as necessidades dos planos de cursos.

Sobre o processo seletivo escolar, este tem cunho classificatório, propicia apurar se os candidatos têm os requisitos cognitivos mínimos para atingir bom desempenho nos cursos do SENAI. Dessa forma, embasados nos resultados, os candidatos são chamados à matrícula conforme a ordem de classificação. O processo seletivo escolar ocorre nas unidades operacionais, através de seis (6) etapas: Planejamento do processo seletivo; divulgação dos cursos; inscrição de candidatos; aplicação de provas de seleção, se necessário; informação profissional; e, divulgação dos resultados.

Através deste seletivo é possível informações para o Senai sobre os candidatos e/ou informações para os candidatos acerca do Senai. Neste processo, de acordo com o PPPI, as unidades definem e estabelecem pré-requisitos de inscrição e estruturação de provas objetivando identificar os “melhores” candidatos. Além disso, explicam que “as provas utilizadas para identificação dos ‘melhores’ candidatos devem ser construídas a partir de programas elaborados com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais” (SENAI, 2009, p.75, grifo nosso).

A seleção dos candidatos para os cursos de Aprendizagem Industrial é feita pela empresa contratante por meio dos pré-requisitos e perfis delimitados pelo Senai. Já nos cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, é realizado processo seletivo pela Unidade de Ensino quando o número de candidatos é superior ao número de vagas. Os testes são realizados mediante provas, de natureza classificatória, o candidato que não alcançar nenhuma pontuação será desclassificado. No caso de empate, o privilegiado será o de maior idade, e ainda se persistir empate, aquele que estiver inserido no mercado de trabalho. Já em relação ao Processo Seletivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, as inscrições e provas têm datas fixadas divulgadas pela Unidade de Ensino por meio de editais ou Informes da instituição, meios de comunicação e site do Senai. Para realização da inscrição para o processo seletivo o candidato deve ter, no mínimo, 16 anos ou vir a completar até o final do 1º semestre letivo (SENAI, 2009).

São utilizados mecanismos para aferição dos “melhores” candidatos. Inicialmente são determinadas as competências, os conhecimentos e habilidades que deverão ser avaliados na seleção. Foram definidas pelo Senai, as unidades curriculares: Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais da atualidade. Nesta prova objetiva-se averiguar a capacidade dos candidatos de efetivar análises, sínteses, operações e Conhecimentos Gerais que envolvem o raciocínio lógico.

Identificamos na fala da assessora pedagógica o seu posicionamento a respeito do processo seletivo, quando lhe perguntamos se ela via alguma desvantagem no Pronatec. Segundo a assessora pedagógica:

*As desvantagens que eu percebo no Pronatec, ele poderia ser mais **seletista**, digamos que ele tivesse [...] um vestibular, tivesse um processo **seletivo**, porque às vezes o aluno ele entra e não é a vaga que ele quer aí ele desiste, ele muda para outro curso, **ele evade muito fácil porque talvez ele entrou muito fácil**, então talvez um processo de melhoria se tivesse estabelecido um seletivo pra fazer, porque **é muito fácil hoje** ne, teve uma **seleção** que é quem fez o ENEM, então **selecionou** os alunos do ENEM, só que depois ele abre para quem está no ensino médio também, então daí não tem aquele pré requisito digamos que **seletivo**, estando no ensino médio e atendendo esse pré-requisito ele já pode estar se matriculando, e aí nós já temos esse problema da educação, e aí a gente tem uma lista, eu tenho um aluno que não é alfabetizado, eu tenho um aluno que ele é da EJA, então talvez **estabelecendo** estes **critérios** pudesse colocar mais **qualidade** no ensino (Assessora Pedagógica, 2015).*

Percebe-se que em nome de mais qualidade, a educação que o setor privado oferece é sempre excludente, competitiva, destinada para os “**melhores**”, em nome da equidade e/ou “igualdade de oportunidades”, contrariando primeiramente a LDB 9394/96 quando garante que a educação é um direito de todos, como também aos próprios princípios estabelecidos do

Pronatec que assegura pela Portaria 817/2015, no artigo 8º o público prioritário da Bolsa-Formação, deverão ser estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da EJA; além destes, os indígenas, pessoas de comunidades quilombolas, trabalhadores, beneficiários de programas federais, jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas com deficiência, etc.

Do mesmo modo, o analista de sistemas se posicionou, sobre o processo seletivo para o ingresso nos cursos do Pronatec. Segundo ele, deveria se estabelecer alguns critérios, como *criar algumas barreiras para melhorar a seleção do curso*. Assim, pudemos verificar sobre essa questão de seleção, em quase todas as entrevistas, inclusive o gerente geral quando afirmou que deveria haver uma *pré-seleção* de alunos para o ingresso aos cursos do Pronatec.

O setor privado lida com os ditos “melhores”, aqueles que em razão das condições de classe possuem um capital cultural que assegura lugares privilegiados no sistema educacional e, conseqüentemente, nas organizações pública e privada, de modo a reproduzir as condições de classe na hierarquia social. (BOURDIEU, 2007). Ampliando essa discussão, sobre as instituições escolares, especialmente àquelas que direcionam às posições de poder econômico e político, Bourdieu (2007) afirma que estas

[...]fazem com que o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir as aparências da “democratização” com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social (BOURDIEU, 2007, p.223, grifo do autor).

Como vimos acima no Projeto Político Pedagógico do Senai, são inseridos mecanismos de aferição para escolha dos “melhores” candidatos aos cursos ofertados. Talvez isto explique a reivindicação dos sujeitos entrevistados, quando dizem que deveria existir um processo seletivo nos cursos ofertados pelo Pronatec. Sobre essa situação depreendemos que, como a grande parte dos estudantes com os quais o setor privado se relaciona não são das classes populares, estes desconhecem as principais causas da evasão, distorção idade-ano e reprovação escolar, na escola pública, assim como a complexidade das organizações educativas e do próprio ato de educar. Sintetizando, mostram completo despreparo para lidar com a complexidade que envolve o ato de educar, pois são preparados para treinar trabalhadores para alguns postos de trabalho que não exige complexidade.

Nestas circunstâncias, questionamos a ideologia de que o parâmetro de qualidade está no mercado, e reivindicamos ao poder público que cumpra o dever de assegurar e ofertar a educação, dada as fragilidades evidenciadas na relação público-privada.

As diretrizes apontadas pelo PPPI para elaboração de recursos didáticos, ressaltam que os mesmos são estruturados “a partir da análise do contexto de seu emprego e de sua finalidade, contribuindo para o estudante cumprir as etapas necessárias e desenvolver suas competências durante o processo de aprendizagem” (SENAI, 2009, p.78). Após elaborar e concluir o material, a próxima etapa é a reprodução. Este processo é terceirizado por empresas equipadas com sistemas computadorizados.

Nas diretrizes para o desenvolvimento Curricular de Cursos, o foco principal delineado pela instituição centra-se na demanda do mercado, em sintonia com o paradigma de formação de competências. O PPPI justifica este modelo e destaca o papel do docente de educação profissional, afirmando que dele se requer competências que ultrapassem o domínio técnico e tecnológico:

A formação de profissionais dotados de capacidades e competências que lhes permitam enfrentar o complexo mundo do trabalho requer, em contrapartida, docentes com perfil adequado à promoção de situações de aprendizagem que colaborem não só para o enfrentamento das exigências af implícitas, mas também para a adoção de uma atitude transformadora (SENAI, 2009, p.81).

Em entrevista perguntamos ao assistente de educação no período de 2014, como se dá a seleção dos professores, este explicou da seguinte maneira:

[...]a coordenadora prefere selecionar os MELHORES, mas nem sempre o mercado atual disponibiliza uma quantidade interessante para fazer uma seleção, as vezes ocorre certa disciplina que você acaba acolhendo aquilo que você tem [...] Já o FIC que é Formação Inicial Continuada, esse é conforme você tem a mão de obra, você às vezes tem que formar o professor [...] Quando vai para a habilitação técnica a gente pega os MELHORES. Procura pegar os MELHORES professores que a gente tem, fazemos trabalhos na reunião pedagógica com eles, de como trabalhar desenvolvimento de competência que a minha antiga coordenadora trabalhava muito, e aí com esse desenvolvimento, com esse conhecimento que vai adquirindo, se ele não era um bom professor, ele se tornava um bom professor, e trabalhava conforme a metodologia do Senai (Assistente de Educação, 2015).

O setor público possui todo um acúmulo de experiência profissional e pesquisa na área da educação. Contudo, é tido como incapaz conforme os princípios neoliberais. Assim, as parcerias colocam desafios imensos para os setores público e privado. Na educação acima retratada do setor privado, se desconsidera do estudante, do trabalhador toda sua história, suas aprendizagens, e, submete-o a treinamento aligeirado para torná-lo empregável em um mercado de trabalho incerto. Com o professor, ou neste caso, o treinante, é orientado e/ou treinado para trabalhar conforme a metodologia do Senai, retirando dele sua autonomia, *pois se ele não era um bom professor*, com as orientações do Senai se tornará.

Sobre a prática pedagógica o PPPI ratifica que ela

[...] permeia todo o processo uma ação pedagógica impregnada da valorização do senso estético, da sensibilidade, da equidade, estimuladora do *fazer bem-feito*, do gosto pela *qualidade no trabalho*, da busca pela *perfeição* no exercício profissional, no realce do *mérito*, no respeito à diversidade (SENAI, 2009, p.82, grifo nosso).

Todos os atributos apresentados acima, considerados como indispensáveis ao papel do professor no atual sistema, podem ser entendidos a partir do modelo toyotista, que preconiza um sujeito polivalente, multifuncional, apto para atuar em diversas funções, pois como vimos acima, se requer do professor da educação profissional *competências que ultrapassem o domínio técnico e tecnológico*.

Antunes (2000) discute que nunca o trabalho foi tão intensificado, explorado e precarizado, mediante um modo camuflado e subversivo do capitalismo, ocorre a retração dos direitos do trabalhador. Pois o mesmo trabalha mais, intensificando a jornada de trabalho e não recebe mais por isso; sem falar de algumas nomenclaturas empregadas que sutilmente são injetadas pelo mercado sobre o trabalhador: não mais empregado, mas colaborador!

A Gestão Escolar é apontada no PPPI como suporte indispensável ao desenvolvimento curricular, para o processo de ensino e aprendizagem, empreendida principalmente pelo Gerente da Unidade de Ensino, pois a direção é vista como uma das funções essenciais da Unidade de Ensino, que é complementada pelas funções dos docentes e estudantes que ensinam e aprendem. Deste modo, a direção tem como primeira atribuição “[...] gerenciar o processo de ensino e aprendizagem, assessorado pelos Coordenadores e demais membros da equipe da Unidade [...]” (SENAI, 2009, p.84).

Neste ideário de Gestão escolar, evidencia-se uma concepção de que a Instituição de Educação Profissional deve funcionar sob a direção de um líder, pressupondo que todos os envolvidos sejam liderados. Contrariando assim, os princípios da LDB de gestão democrática, na qual todos os envolvidos gozem de autonomia e participação.

Peroni, Oliveira e Fernandes (2009) ao discutirem sobre a gestão educacional, alertam em como as proposições gerenciais têm permeado os espaços públicos e explicam que

Tal perspectiva de gestão da escola vem sendo passível de realização, em razão de que, no contexto da reforma do Estado brasileiro, a reforma da política educacional, objetivando a inserção competitiva do país, deliberou a centralidade da sua modernização. Este conceito de modernização sustenta o planejamento da gestão escolar em busca de resultados de eficiência e eficácia (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p.772).

Ao final do PPPI apresentam-se cursos e programas ofertados pelo Senai, sobre seus destinatários e funcionamento, como também sobre o processo de certificação aos estudantes concluintes; finaliza esclarecendo sobre as perspectivas para a Educação Profissional a Distância. Nas metas previstas para os cursos à distância estão a oferta de turmas em cursos

direcionados ao Sistema de Gestão, no curso de Complementação Pedagógica – aos docentes, e, aos técnicos do quadro de pessoal, outros de formação continuada na perspectiva de metodologia da formação por competência e, “na perspectiva de atendimento educacional, cursos de educação profissional, nas diversas modalidades, conciliando a EAD” (SENAI, 2009, p.89).

O Senai é um parceiro ofertante do Pronatec Bolsa-Formação na implementação de cursos técnicos no município de Cáceres, MT. De 2011 à 2015, conforme dados do Senai/Cáceres já efetivou onze mil e quarenta (11.040) matrículas entre cursos técnicos e FIC. Foram: cinquenta e cinco (55) tipos de cursos ofertados pelo FIC e cinco (5) tipos de Cursos Técnicos ofertados. Para execução dos cursos o Senai/Cáceres contou com vinte e um (21) parceiros/municípios, que implantaram os cursos em escolas municipais e/ou estaduais, prefeitura, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE etc.

Discrimino abaixo os municípios e quantidades de locais que os mesmos implementaram os cursos: dois (2) em Araputanga, quinze (15) em Cáceres, um (1) em Comodoro, um (1) em Conquista D’Oeste, um (1) em Curvelândia, dois (2) em Glória D’Oeste, um (1) em Indavaí, um (1) em Jauru, três (3) em Lambarí D’Oeste, cinco (5) em Mirassol D’Oeste, um (1) em Nova Lacerda, dois (2) em Pontes e Lacerda, dois (2) em Porto Espiridião, um (1) em Reserva do Cabaçal, um (1) Rio Branco, um (1) em Salto do Céu, dois (2) em São José dos Quatro Marcos, um (1) em Sapezal, um (1) em Vale do São Domingos e um (1) Vila Bela da Santíssima Trindade. Totalizando quarenta e cinco (45) locais que executam os cursos do Senai/Cáceres.

A implementação desses cursos, fruto dessa relação de parceria público-privada é analisada financeira e quantitativamente mais à frente no item seguinte, quando discutimos sobre o Financiamento do Pronatec na unidade do Senai no município de Cáceres, MT.

3.4 Financiamento do Pronatec Bolsa-Formação

O presente item tem como propósito apresentar o repasse financeiro do Pronatec Bolsa-Formação na unidade do Senai em Cáceres, dos anos 2011-2015, como apresentar as leis e resoluções que sustentam este financiamento, estas resoluções apresentam as regulamentações para sua execução. Ainda neste tópico, selecionamos alguns eixos temáticos retirados das falas dos entrevistados para análise: prestação de contas, assistência estudantil, fiscalização do governo federal.

3.4.1 Financiamento e transferência de recursos à Bolsa-Formação

Podemos conhecer e verificar o financiamento do Pronatec Bolsa-Formação através da Lei maior 12.513/2011 no art. 6º que trata sobre a transferência de recursos financeiros da União às instituições de educação profissional e tecnológica; também mediante as diversas Resoluções do FNDE, dentre elas destaco (Nº 62/2011, Nº 3/2012, Nº 7/2013, Nº 2/2014, Nº 3/2014). Além destas, destaco a Portaria 817/2015 mais recente, na qual consta sobre o financiamento em seu art. 7º.

O art. 6º parágrafo 3º da Lei 12.513/2011, estabelece que “O montante dos recursos a ser repassado corresponderá ao número de alunos atendidos em cada instituição, computadas exclusivamente as matrículas informadas em sistema eletrônico de informações da educação profissional mantido pelo Ministério da Educação” (BRASIL, 2011, p.3).

Através da Resolução Nº 3 de 6 de março de 2014 do FNDE, ocorre a alteração do art. 3º da Resolução nº 8, de 20 de março de 2013, que normatiza procedimentos para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, a estados e municípios, por meio dos órgãos gestores da educação profissional e tecnológica, objetivando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Desta maneira, através da Resolução Nº 3 de 2014 resolve no art.3º parágrafo 1º que: “O valor da hora-aluno de curso técnico na forma concomitante e de curso de formação inicial e continuada no âmbito da Bolsa-Formação corresponde a R\$ 10,00 (dez reais), incluída a assistência estudantil”. E, ainda no parágrafo 2º “O valor da hora-aluno de curso técnico na forma subsequente e de curso técnico na forma integrada, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, será apresentado pelos parceiros ofertantes e aprovado pela SETEC/MEC, para matrículas realizadas a partir de 2014” (BRASIL, 2014, p.1).

A Resolução Nº 7 de 20 de março de 2013 do FNDE traz de forma mais específica sobre os procedimentos para a transferência de recursos financeiros aos serviços nacionais de aprendizagem, objetivando à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), bem como para a execução e a prestação de contas desses recursos, a partir de 2013.

Ficou estabelecido desde a gênese do Pronatec Bolsa-Formação, em novembro de 2011, o custo médio da hora-aluno, fixado a princípio em R\$ 8,50. Regulamentado pela resolução FNDE Nº 62/2011, Art.5º:

O valor da hora-aluno estabelecido pela SETEC/MEC para o cálculo dos recursos a serem descentralizados a cada instituição da rede federal de ETCP é de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos), valor este que inclui custos relativos à oferta dos cursos e

à assistência estudantil, conforme previsto no § 4º do art. 6º da Lei no 12.513/2011 (BRASIL, 2011, p.5).

Esse valor foi reajustado duas vezes, passando para R\$ 9,00 (Resolução FNDE Nº 3/2012), em fevereiro de 2012, e para R\$ 10,00, em julho de 2012. Deste modo, o valor atual da hora-aluno é de R\$ 10,00 está estabelecido no art. 3º, parágrafo 1º, das Resoluções 7/2013 aplicável aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, editadas pelo FNDE, a quem cabe executar a transferência dos recursos de custeio do programa, através de solicitação da SETEC (BRASIL, 2013).

Quadro nº 12 – Valor da Bolsa-Formação:

| ANO | VALOR |
|-----------------------------------|------------------|
| 2011 | R\$ 8,50 |
| 2012 - (janeiro a junho) | R\$ 9,00 |
| 2012 - (a partir de julho) | R\$ 10,00 |
| 2013 | R\$ 10,00 |
| 2014 | R\$ 10,00 |
| 2015 | R\$ 10,00 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Este valor da hora-aluno representa o custo médio dos cursos para vários eixos tecnológicos e modalidades da educação profissional e tecnológica, conforme parágrafo 5º do art. 6º da Lei nº 12.513/2011, este valor abarca todas as despesas de custos das vagas, como o pagamento dos profissionais integrados nas atividades do programa.

No Art. 2º da Resolução Nº 3/2012 do FNDE, fica estabelecido que o repasse de recursos financeiros, como consta no inciso I do art. 1º, será realizado semestralmente ao departamento nacional de cada serviço nacional de aprendizagem através da assinatura de Termo de Adesão à Bolsa-Formação do Pronatec, sem precisão de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, conquanto que se *observe a obrigatoriedade de prestação de contas* da aplicação dos recursos conforme regulamentado pela resolução.

O documento do Tribunal de Contas (TC 008.089/2015-9), apresentado pela equipe de fiscalização da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto – SecexEducação, é feito um levantamento pertinente aos programas de educação técnica e profissional, com o fim de identificar possíveis fragilidades e riscos operacionais do Programa,

possibilitando assim maior conhecimento sobre o Pronatec, como permitiu a delimitação de estratégia das ações do TCU no que concerne ao controle dos recursos públicos federais aplicados no ensino técnico e profissional.

No período de 2011 a 2014, foram destinados ao programa R\$ 17,7 bilhões e foram efetivamente executados R\$ 10,2 bilhões (valores liquidados). A maior parte desses recursos foi direcionada ao Bolsa-Formação, que recebeu previsão orçamentária de R\$ 8,4 bilhões, dos quais R\$ 8,0 bilhões foram executados, o que correspondente a 78 % do total executado (BRASIL, 2015, p.39).

Os integrantes do Sistema S foram os maiores executores da Bolsa-Formação, ou seja, Senai, Senar, Senac e Senat receberam desde o início do programa, dos oito (8) bilhões executados, receberam cinco bilhões oitocentos milhões (5,8) bilhões.

Conforme já vimos anteriormente no capítulo sobre a Bolsa-Formação, o fluxo da oferta e efetivação dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação é implementado por meio de oito (8) etapas: pactuação; oferta de turmas; seleção e pré-matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; confirmação da matrícula de beneficiários da Bolsa-Formação; *transferência de recursos financeiros*; realização do curso e emissão de certificados; conciliação de vagas; e, prestação e análise de contas.

Sobre a *transferência de recursos financeiros*, o valor dos recursos a ser repassado, anualmente, para financiamento de vagas em cursos da Bolsa-Formação deverá corresponder, no máximo, ao número de vagas pactuadas pela respectiva instituição de ensino ofertante. Além disso, esse repasse deverá também, condizer ao custo total do curso por aluno, sendo inseridas as mensalidades, encargos educacionais, e o eventual pagamento de transporte e alimentação ao beneficiário, sendo proibida a cobrança aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço (BRASIL, 2016).

Assim, o repasse será calculado com base na comparação entre vagas pactuadas e matrículas confirmadas em turmas ofertadas, conforme registros no Sistec. A diferença verificada entre o valor repassado e o correspondente a matrículas confirmadas deverá ser devolvida, ou compensada no exercício subsequente ao do repasse.

De acordo com a Portaria 817, a reconfirmação da frequência incluirá todos os cursos ofertados, é um procedimento de controle de frequência por parte das instituições ofertantes e a subsequente reconfirmação pelo estudante no Sistec, os das redes públicas e os Serviços Nacionais de Aprendizagem, com previsão de implantação a partir de 2016, inclusive nos cursos formação inicial e continuada. Com essa nova regra, caso o estudante não compareça às aulas não realizando a confirmação da frequência, isto alterará o status do aluno no sistema para

correspondente situação de fato, podendo reduzir os casos de continuidade indevida de matrículas.

Além de o aluno ter de confirmar frequência, outra novidade que a Portaria 817/2015 trouxe foi o Índice Institucional de Conclusão (IC), que consiste em indicador a ser obtido pela relação entre os concluintes e o total de matrículas efetivadas nas turmas. No art. 88 considera que isto somente para os cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação, cuja finalização tenha ocorrido no semestre em questão. Neste sentido, ficou determinado para os cursos presenciais do Pronatec/Bolsa-formação a meta de se ter o IC igual ou superior 85%. Com isso, nos casos onde o índice de abandono for inferior ou igual a 15%, a instituição de ensino terá atingido a meta e receberá 100% dos valores repassados.

A instituição poderá escolher em devolver o recurso repassado relativo à diferença apontada entre o IC e 85% ou poderá transformar o quantitativo de horas-aluno para ser incluído na pactuação posterior, sem novos repasses de recursos. Além disso, “[...] trabalha-se com um percentual de conclusão de 85% como razoável e satisfatório, sendo os recursos referentes aos 15% de não concluintes considerados como a fundo perdido” (BRASIL, 2016, p.22).

A Lei 12.513/2011 (art. 6º) autoriza a transferência de recursos financeiros da União sem precisar realizar convênio, acordo, contrato ou instrumento congêneres. Entretanto, essa transferência é feita através de assinatura de termo de adesão ao programa como instituição ofertante, no caso do Senai. Todavia, apesar da flexibilidade deste termo, ficou mantido a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos, “obrigatoriedade” sem existência de mecanismos jurídicos que os force a prestar contas, como já vimos no capítulo anterior, sobre as irregularidades existentes no Programa relatadas pela auditoria.

Abaixo, segue tabela sobre as transferências financeiras ao Departamento Nacional do Senai pelo FNDE, como sabemos a mesma é enviada ao Departamento Nacional, que faz a distribuição entre as unidades:

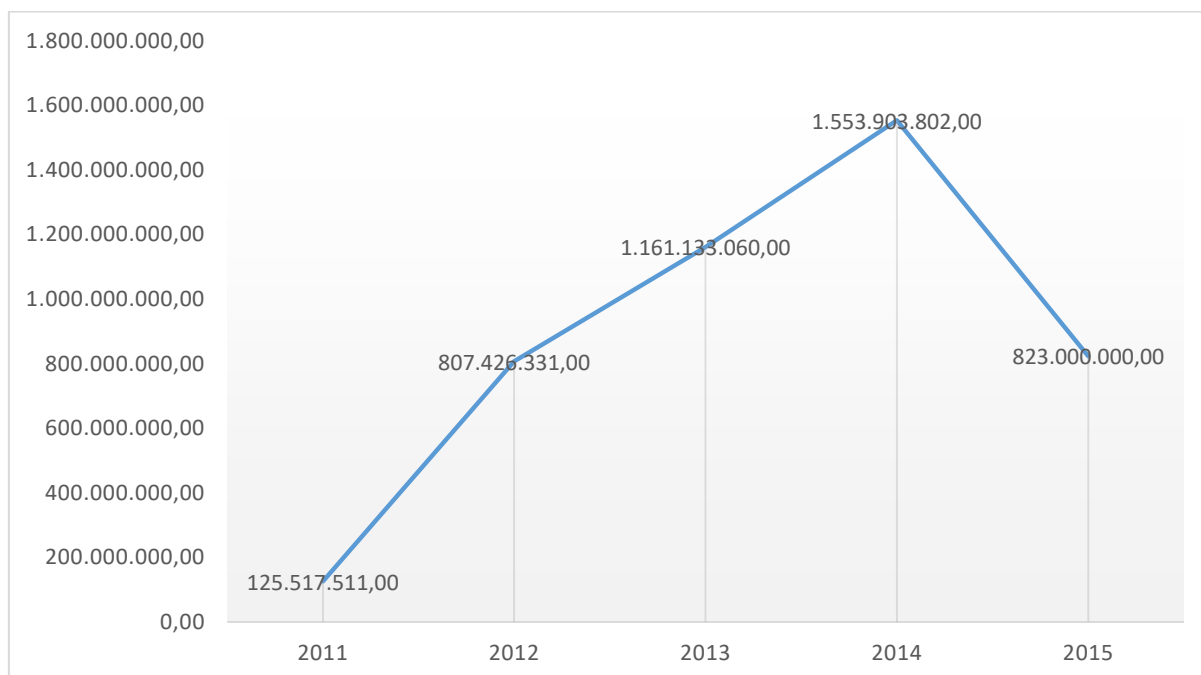
Quadro nº 13 - Transferências Financeiras do FNDE (2011-2015).

| Transferência do FNDE ao Departamento Nacional do Senai para execução Da Bolsa-Formação | |
|--|-------------------------|
| ANO | VALOR R\$ |
| 2011 | 125.517.511,00 |
| 2012 | 807.426.331,00 |
| 2013 | 1.161.133.060,00 |
| 2014 | 1.553.903.802,00 |
| 2015 | 823.000.000,00 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados do FNDE/SIGEF¹¹ e Portal da Transparência-CGU/2016.

Por meio da imagem, é possível percebermos o crescimento das transferências feitas pelo FNDE ao Senai, com também uma significativa queda que ocorreu no ano de 2015.

Imagem 01 - Transferências do FNDE ao SENAI (2011-2015)

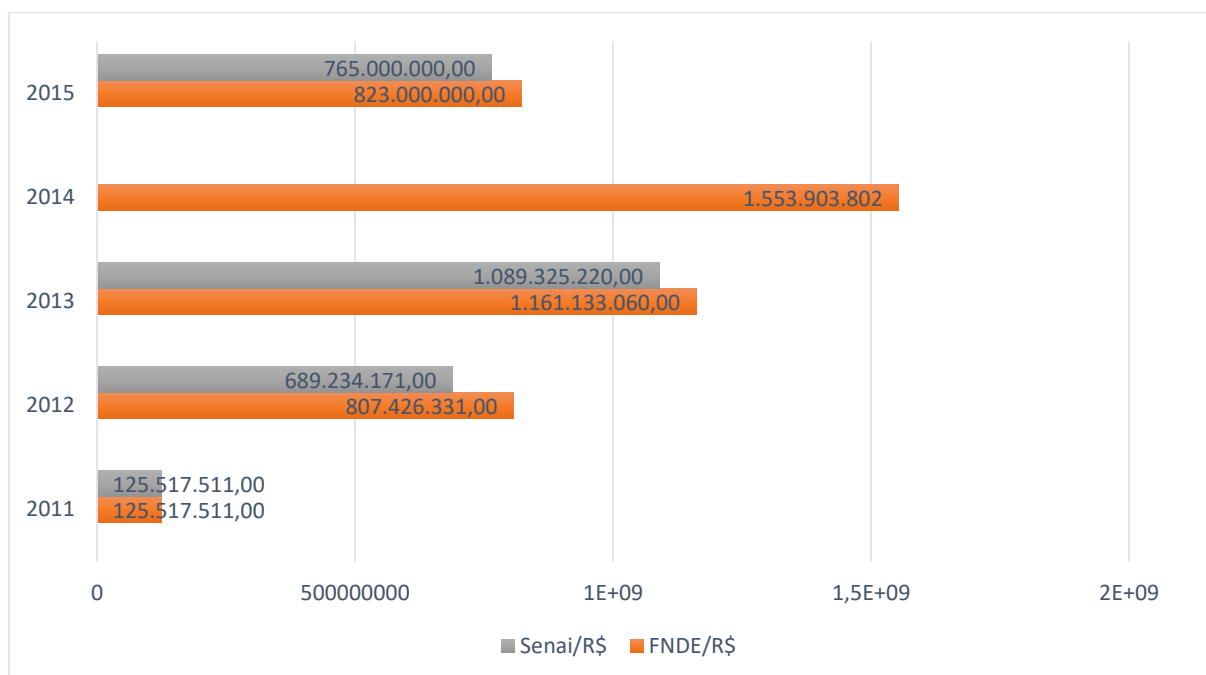
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados disponíveis pelo Portal da Transparência. Acesso: 28/07/2016.

¹¹ Dados disponíveis em: <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes/resultadoidentidade/ano/2011/programa/EF/cnpj/33564543000190>. Acesso: 28/07/2016.

Faz-se interessante destacar, a divergência que houve dos dados apresentados pelo FNDE de transferência de recursos ao Senai, e os dados que o Senai apresenta de prestação de contas, ambos apresentam registro da ordem bancária. Observe:

Imagem 02 - Comparações anuais de Transferência do FNDE e Prestação de Contas/Senai¹² (2011- 2015)



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados do FNDE.

Pudemos verificar que em todos os anos, exceto 2011 que equiparou os valores e 2014, ano em que o Senai não efetivou prestação de contas, até o presente momento, nos demais anos, sobressai o valor que o FNDE declara sobre o que o Senai efetiva prestação de contas.

Não temos os valores repassados ao Senai/MT, pois tanto a prestação de contas realizada pelo Senai no SiGPC, quanto o repasse do FNDE é efetivado ao departamento nacional do Senai/DF e não por unidades/municípios.

3.4.2 Assistência Estudantil da Bolsa-Formação

¹² Prestação de Contas (SiGPC).

De acordo com a Portaria 817/2015 a Bolsa-Formação corresponde ao custeio de todas as despesas referentes ao curso, isto inclui tudo o que for necessário para participação no curso (materiais didáticos, pedagógicos, escolares - gerais e específicos e uniformes). Portanto, a *assistência estudantil* consiste, conforme a Resolução Nº 3/2012, art. 10º no parágrafo 1º em “alimentação para todos os beneficiários, bem como de transporte para todos, salvo aqueles que residirem próximo ao local de realização das turmas, que tiverem acesso a transporte gratuito e que abrirem formalmente mão deste direito” (BRASIL, 2012, p.24). Poderá ainda, a assistência estudantil ser assegurada pelo fornecimento direto, “pelo parceiro ofertante ou terceiro por ele contratado, de vale-alimentação e passe estudantil ou vale-transporte, ou dos próprios serviços de alimentação e transporte” (BRASIL, 2012, p.24). Entretanto, se o fornecimento direto da assistência não for viável em razão da realidade local, a assistência poderá ser efetivada de maneira pecuniária (semanal ou quinzenalmente), com cunho excepcional, mas preferencialmente através de transferência bancária direta.

Apesar de ter solicitado informações ao Departamento Regional (DR) de Cuiabá sobre a assistência estudantil da unidade de Cáceres, sobre como é aplicada a mesma e de que modo, e quanto é repassado ao aluno, houve recusa na cedência dessa informação, da parte do DR alegando que esta questão de valores encontraria na lei do Pronatec.

Entretanto, através das entrevistas verificamos nas falas dos entrevistados questões pertinentes ao auxílio estudantil que nos ajudam a compreender como a mesma é aplicada na implementação da Bolsa-Formação, pois dos nove (9) entrevistados, oito (8) deles falaram dessa questão. Em entrevista ao gerente geral do Senai/Cáceres, sobre a assistência estudantil este afirmou que:

[...]quando se fala de Pronatec o governo só paga o valor por aluno frequentado, aquele aluno que não frequentava a aula não recebe, é, existe um controle muito rígido em cima de tudo isto, então efetivamente, se está presente paga, se não está não paga (Gerente Geral, 2015).

A fala de duas entrevistadas (Professora e Secretária Escolar) vai ao encontro da constatação do relatório de auditoria do TCU/2015 sobre a orientação do DN do Senai em repassar R\$ 2,00 a hora de ajuda estudantil, quando atestam que os alunos recebem R\$ 2,00 hora-aula de auxílio estudantil: *Muitas pessoas no começo procuram o Senai, já vem naquele foco porque ele recebe, assistência estudantil (Secretária Escolar, 2015).*

Da mesma forma, a professora confirma:

O valor da hora-aula era de R\$ 2,00 em 2012, era pago nos correios, depois passou a ser pago no Banco do Brasil por meio de ordem de pagamento em nome dos alunos e era o valor correspondente ao número de presença, se faltasse um dia, era menos oito reais que o aluno[...]o valor era repassado para assistência estudantil, lanche, transporte. E o valor era

calculado de acordo com a carga horária do curso. Num curso de 160 horas, recebia R\$ 320,00. No começo era dividido em duas partes (no começo e final do curso), depois passou a ser pago em várias vezes. Teve aluno que terminou o curso e não recebeu o valor da bolsa que tinha que receber[...] (Professora, 2015).

Além do valor repassado ao aluno, a professora explica que o Senai disponibiliza ao aluno um kit contendo camiseta de uniforme, um caderno, caneta e a apostila.

Conforme já apresentado no capítulo anterior sobre a Bolsa-Formação, no apontamento da CGU no Relatório de Auditoria Anual de Contas da SETEC, o valor de R\$ 10,00 hora-aula

[...] não leva em consideração as especificidades de cada curso, como eixo tecnológico, modalidade do curso, carga horária e complexidade da infraestrutura necessária para a oferta dos cursos, o que afronta o art. 6º, § 5º da Lei 12.513/2011. O relatório destaca que o valor atual da Bolsa-Formação foi calculado por meio da média dos custos aplicados pelo SENAI, Senac e rede federal de EPT, com base em planilhas de preços genéricos, agregadas por Estado, sem detalhamento de custos unitários (BRASIL, 2015, p.11).

Esta questão é apontada como uma dificuldade, risco e/ou fragilidade na Bolsa-Formação, a não existência de normatização que regulamente o valor atribuído a esse auxílio, contudo, vários ofertantes, e até mesmos os gestores da SETEC, utilizam como padrão o valor de R\$ 2,00 hora-aula para subsidiar despesas previstas. O TCU/2015 explica que essa questão foi averiguada,

[...] em entrevistas com SENAI Nacional, SENAI DF, Instituto Federal de Brasília e Escola Técnica de Saúde, em Planaltina, vinculada à Secretaria de Educação do Distrito Federal. Os gestores dessas entidades afirmaram, em entrevistas, utilizar esse parâmetro, em forma de pecúnia, repassada diretamente ao aluno (BRASIL, 2015, p.12).

O departamento nacional (DN) do SENAI, orienta que a assistência estudantil seja repassada em dinheiro, ou seja, o valor repassado ao aluno corresponde a 20.83% do valor total do curso. Entretanto, apesar da orientação são analisadas algumas situações, como localidades com circunstâncias peculiares, onde a prestação ocorre através do fornecimento de alimentação e transporte, sem prejuízo aos beneficiários.

Vale esclarecer e destacar que, as instituições continuam recebendo o valor integral de R\$ 10 referente aos alunos que desistiram mesmo após a finalização do prazo de substituição desses beneficiários. De acordo com os gestores da SETEC, não há a redução da parcela da assistência estudantil nesse repasse, e uma das questões que atrapalha esse processo de que esse valor seja descontado é a falta de normatização de um valor estabelecido que regule a assistência estudantil. Assim, “a ausência de tal procedimento acarreta distorções na operacionalização do

Programa, tendo em vista a apropriação indevida, pelos ofertantes, de parte dos valores da assistência estudantil não destinada a beneficiários” (BRASIL, 2015, p.12).

Outra inquirição suscitada, em entrevista a gestores e especialistas pela equipe de fiscalização do TCU/2015, sobre a assistência estudantil, é que o auxílio estudantil é fator preponderante para a diminuição da evasão no Programa. A efetivação do auxílio, possivelmente assegura maior probabilidade de permanência dos alunos nos cursos matriculados. Pois o recebimento desse valor se torna complemento de renda para a família do beneficiário, durante a realização do curso. Além disso, o referido relatório alerta que a ausência de normatização, vinculada às denúncias divulgadas na mídia sobre o atraso e não provimento da assistência estudantil recomenda que a situação em questão faz jus a uma averiguação mais profunda que analise todas as maneiras de prestação do serviço, os lapsos e irregularidades e/ou omissões na prestação de contas (BRASIL, 2015).

Na análise da auditoria do TC 024.329/2015-0 dos exercícios de 2013/2014, embora a *assistência estudantil* ajude o estudante da Bolsa-Formação no custeio de transporte e alimentação, e, esteja prevista no art. 6º da Lei 12.513/2011 e no art. 60 da Portaria-MEC 168/2013, ainda não foi devidamente regulamentado pelo MEC. Pois a ausência de normas específicas que regulamente questões como o valor mínimo da assistência estudantil por hora-aula tem levado as instituições a definirem internamente esse valor. Ou seja, a inexistência de norma que defina um valor mínimo para assistência estudantil e nem uma exigência às instituições ofertantes que efetivem a devolução, oportuniza a apropriação desses recursos pelos parceiros ofertantes de cursos da Bolsa-Formação. Se existissem normas esses valores seriam restituídos aos cofres públicos, pois verificou-se que os parceiros ofertantes da Bolsa-Formação “interromperam o pagamento em pecúnia da assistência estudantil daqueles alunos que abandonam o curso depois da reconfirmação da matrícula, mas não devolveram o respectivo saldo ao erário” (BRASIL, 2016, p.19). Diante disso, a SETEC se manifestou e resolveu:

Determinar, com base no princípio da economicidade e da eficiência, à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que adotem providências no sentido de regulamentar adequadamente a prestação da assistência estudantil pelas instituições de ensino ofertantes de cursos da Bolsa-Formação, em especial no que se refere: (i) ao valor mínimo do benefício; e, (ii) a dedução proporcional das faltas de cada aluno no valor integral do auxílio a que faria jus e (iii) a devolução, por parte das instituições ofertantes, do montante que deixar de ser pago aos beneficiários da Bolsa-Formação que desistem ou evadem-se do curso depois da reconfirmação da matrícula (BRASIL, 2016, p.20, grifo do autor).

Todavia, a SETEC entende que a obrigatoriedade da devolução dos recursos de ajuda estudantil, nos dias de ausência do estudante ou desistência do mesmo, não contribuirá para

melhoria dos resultados do Programa, nem transmitirá economicidade, se levar em consideração os custos envolvidos nesse processo. Dessa maneira, a análise dos comentários do gestor pela equipe do TC 024.329/2015-0 é que a introdução do IC, nos moldes da Portaria MEC 817/2015 não é compatível com a obrigatoriedade de devolução dos recursos da assistência estudantil, nos casos já expressos – ausência do estudante ou abandono, pois se deverá levar em consideração que, tanto os valores hora-aula, como os valores referentes à assistência estudantil terão que ser devolvidos, “[...]no montante da diferença entre o percentual de conclusão e o índice de 85% estipulado como meta, proporcionalmente às horas-aula ministradas” (BRASIL, 2016, p.22).

Sobre essa questão, a SETEC conclui que por mais que seja preciso regularizar a assistência estudantil, nos quesitos de um valor mínimo e devolução do montante isto poderia interferir na oferta do programa e desconsideraria as rodadas de negociações realizadas pela SETEC com as redes de EPT.

Deste modo, a equipe de auditoria considera a proposta de normatização da assistência estudantil por hora inoportuna, devido ao fato dos motivos elencados acima, pois os mesmos podem colocar em risco os resultados do programa. Assim, a equipe de auditoria esclarece que não será proposta a regulamentação quanto à dedução das faltas dos estudantes para fins de pagamento da assistência, o motivo é o custo do controle relacionado à operacionalização dessa ação que pode ser superior ao benefício dele oriundo, sem falar da resultante minimização do valor recebido pelo estudante, que é de cunho assistencial.

Em razão disto, a equipe de auditoria recomenda à SETEC que se aperfeiçoe a prestação de assistência estudantil e sua regulamentação, para que nas próximas pactuações se estabeleça o valor mínimo do benefício, bem como a devolução do montante que deixa de ser pago aos beneficiários que desistem após reconfirmação da matrícula.

3.4.3 A Execução dos cursos da Bolsa-Formação pelo Senai/Cáceres

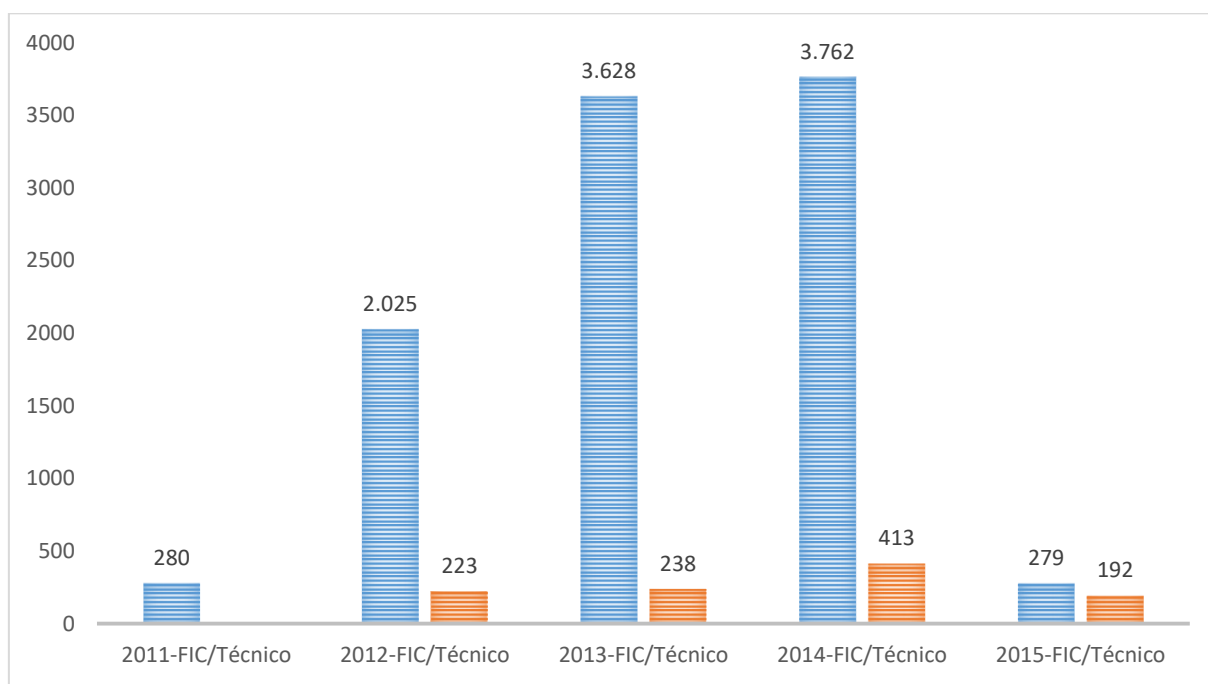
O referido texto apresenta a atuação do Senai na implementação dos cursos técnicos profissionalizantes, mediante o financiamento da Bolsa-Formação de 2011 à 2015 no município de Cáceres pelo governo federal. Apresenta o quantitativo financeiro de cursos, de alunos matriculados e evadidos, bem como a prestação de contas do financiamento Bolsa-Formação.

Os cursos iniciaram no Senai/Cáceres em 2011, no ano da sanção da lei do Pronatec 12.513, na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador que oferece cursos de Formação Inicial e

Continuada (FIC) e/ou qualificação profissional, com 280 matriculados. Já em 2012, com a inserção das duas modalidades: com 2.248 matriculados em cursos de FIC, e, cursos técnicos para estudantes, com 223 matriculados. Em 2013 teve um aumento significativo dos cursos: FIC com 3.628 e cursos técnicos com 238. No ano de 2014 foi o auge da Bolsa-Formação, com 4.175 matriculados (3.762 de FIC e 413 em cursos técnicos). No entanto, em 2015, teve uma grande queda no número de matrículas devido ao contingenciamento de recursos para as políticas sociais, em razão do ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff, com apenas 471 matrículas. Entre 2011 e 2015 totalizou 11.040 matrículas (9.974 em FIC e 1.066 em cursos técnicos).

Na imagem abaixo podemos visualizar o número de matriculados de 2011 à 2015 nos cursos técnicos e FIC e o crescimento do número de matriculados, contudo, em 2015 teve uma grande queda na oferta destes cursos:

Imagem 03 - Total de Matrículas (2011-2015).



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: A partir de informações cedidas pelo Senai/Cuiabá, MT.

Inicialmente o Senai nos forneceu apenas o número de matrículas anuais e número de matriculados anuais evadidos. Todavia no intuito de conhecer os cursos e respectivas cargas horárias, que implementaram através dos 22 municípios parceiros. Solicitamos, novamente, mais dados de forma mais especificada, quando nos enviaram os cursos com as cargas horárias e matriculados, mas num montante total dos cursos que deram de 2011-2015 sem especificar

que curso foi dado em qual ano; o quadro enviado pelo Senai de todos os cursos executados, pode ser encontrado no apêndice deste trabalho. Foram 55 cursos neste período de 2011-2015: 50 cursos *FIC* (agente de informações turísticas, agente de inspeção de qualidade, agente de limpeza e conservação, ajudante de obras, etc). E, cinco tipos de *Cursos Técnicos*: técnico em administração, técnico em eletrotécnica, técnico em logística, técnico em recursos humanos e técnico em segurança do trabalho.

Assim, podemos constatar que a quantidade de cursos oferecidos pelo Pronatec no Senai/Cáceres, atende à lógica de busca de maiores qualificações e empregabilidade como requisito ideológico fundamental à inserção ao mercado de trabalho.

Sobre essa questão, Deitos et al (2015) em seu artigo “Política de Educação Profissional no Brasil: Aspectos Socioeconômicos e Ideológicos para a Implantação do Pronatec”, explica que, um dos grandes argumentos e/ou justificativa do governo para a criação do Pronatec é a falta de mão de obra qualificada que atenda às necessidades da indústria, ou seja, se resumem em argumentos socioeconômicos e político-educacionais para a implantação do Pronatec. Deitos et al (2015) afirma que “é com decisiva determinação governamental que a educação é tomada como requisito indispensável ao processo de produção e desenvolvimento econômico” (DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015, p.988). Portanto, no caso do Pronatec, o governo firma a necessidade de se investir na qualidade da formação do trabalhador, financiando a expansão dos sistemas S, ou seja, por meio das parcerias público-privadas. Deste modo, as premissas e justificativas que sustentam a funcionalidade da política educacional sobre os postos de trabalho ofertados pelo mercado e sobre as probabilidades apontadas aos jovens e adultos trabalhadores para a *qualificação profissional*, corroboram que as exigências educacionais e profissionalizantes “são unilateralmente centrais na determinação de ganhos salariais como os de ingresso e permanência nos postos de trabalho” (DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015, p.990). Ou seja, a ideologia que o setor produtivo quer passar é: mais qualificação = aumento de salário + permanência em trabalho. Situação que é descartada conforme pesquisa de Deitos et al (2015), aumentaram-se as qualificações e/ou escolarização, mas isso não lhes garantiu nem aumento de salário, e nem permanência no emprego.

Por meio do site do MEC¹³, foi possível averiguar a quantidade de matrículas realizadas em cada curso mensalmente ofertado pela Bolsa-Formação, incluindo as decorrentes de inscrição no Sisutec, por rede ofertante e por curso. Contudo, o quantitativo do MEC se

¹³ <http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/5102504>.

distanciava do número que recebemos do Senai. No site do MEC haviam 8.868 matriculados em 52 cursos. E, nos dados do Senai foram 11.040 matriculados distribuídos em 55 cursos, havendo inclusive diferenças na carga horária dos cursos do MEC e Senai.

Apesar de ter recebido alguns dados do Senai (cursos, carga horária dos anos de 2011-2015), estes não foram suficientes para análise. Necessitei de dados mais detalhados dos cursos efetivados: ano, cursos, carga horária, matrículas e evadidos por ano (2011-2015). Todavia enviaram estes dados de forma totalizada, não especificando o ano e a carga horária referente a cada ano, dificultando a análise, pois segundo o gerente do Senai, eles “não fazem” o acompanhamento de carga horária anual, o acompanhamento é feito pela carga horária total do curso. Portanto, como no quadro enviado estava o montante dos cursos mas sem especificar a quantidade de carga horária anual, isto me impedia de contabilizar através somente destes dados o quanto já havia sido repassado ao Senai, tendo em vista que houve alterações do valor hora-aula desde a implementação do Pronatec Bolsa-Formação, conforme as resoluções do FNDE: Nº 62/2011, Nº 3/2012, Nº 7/2013:

Diante disso, como o único dado que nos faltava era a carga horária especificando o ano, mas tínhamos sua totalidade, resolvemos então analisar os dados por estimativas, através da estatística descritiva podemos descrever os dados. Para isso fizemos um somatório dos valores de cada ano, destacando que como no ano de 2012 tivemos dois valores, precisamos tirar a média que foi através da soma dos dois valores ($9,00+10,00=19$) e depois dividi-lo por dois ($19/2=9,5$). Desta maneira, teremos: $8,5+9,5+10,00+10,00+10,00= 48$ e dividimos o resultado por $5=9,6$.

Deste modo, a média dos valores de repasse financeiro da hora-aula por aluno foi de R\$ 9,6. Assim, pudemos verificar o percentual de aumento no período através da seguinte fórmula:

$$8,5 = 100$$

$$10 \quad x$$

Logo, o resultado do aumento de percentual no período analisado foi de 117,65%.

Considerando que cada curso tem sua carga horária específica, efetivamos então o somatório das mesmas, multiplicando pelo número de matrículas e pelo valor da hora-aula. Conforme já apresentamos, a Portaria 817/2015 no artigo 79, define o cálculo do montante a ser repassado, este se baseia em: VFR (valor financeiro repassado) = VHA (valor hora-aula) x CHT (carga horária total) x NMC (número de matrículas confirmadas).

Assim, para a execução de cinquenta (50) cursos FIC com nove mil novecentos e setenta e quatro (9.974) matriculados de 2011-2015, foram repassados ao Senai/Cáceres pelo

governo federal conforme média aritmética R\$15.657.760,00 para a efetivação do mesmo. E, para os cinco (5) cursos técnicos, com mil e sessenta e seis (1.066) matriculados neste mesmo período, foram repassados R\$ 13.073.280,00 totalizando um montante de R\$ 28.731.040,00 em cursos para a Bolsa-Formação.

O aluno recebe assistência estudantil em média 20.83% do valor por curso que depende de sua carga horária, chega a ser em média R\$ 2,00 a hora/aula. Isto significa que de 2011-2015 nos cursos FIC, os alunos *deveriam* ter recebido só de auxílio estudantil R\$ 3.261.511,40 e, dos cursos técnicos o valor R\$ 2.723.164,20 como assistência estudantil. Totalizando só em assistência estudantil R\$ 5.984.675,60. Digo *deveriam*, porque como constatou-se através do relatório do TCU/2016 que não há nada normatizado sobre a assistência estudantil, no sentido de saber o que efetivamente, foi pago aos estudantes.

Contudo, apesar desses valores terem sido repassados à Instituição do Senai/Cáceres, outra questão muito importante a ser discutida sobre o *financiamento da Bolsa-Formação* é o número de evadidos. Em relação ao número de matriculados dos cursos técnicos e FIC, em 2012 teve um total de 15.4% de evadidos, em 2013 7.56%, 2014 11.60% e em 2015 12.78%.

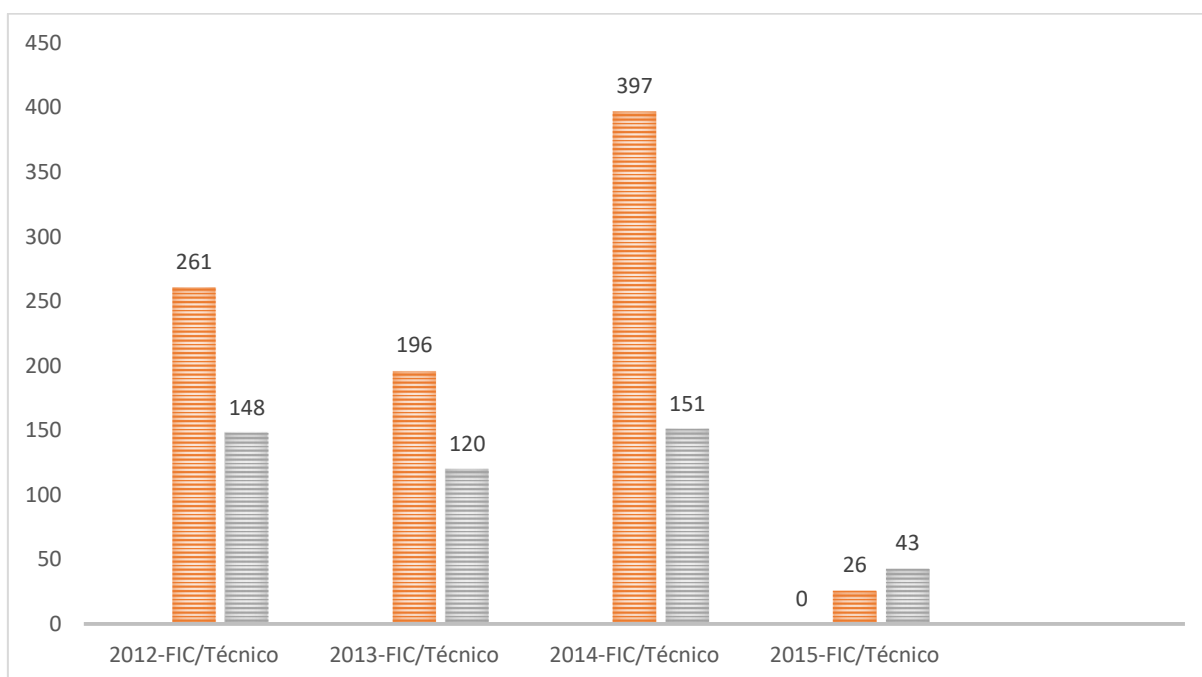
Quadro nº 14 - Total de Alunos Evadidos (2011 – 2015).

| Modalidade | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Total Geral |
|--------------------|------|------|------|------|------|-------------|
| FIC | - | 261 | 196 | 397 | 26 | 880 |
| Técnico | - | 148 | 120 | 151 | 43 | 462 |
| Total Geral | - | 409 | 316 | 548 | 69 | 1.342 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados do Senai/Cuiabá, MT.

Mediante a imagem, podemos visualizar o número de alunos evadidos, no período de 2011-2015.

Imagem 04 - Matrículas Evadidas do Senai (2011-2015).

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: A partir de informações cedidas pelo Senai/Cuiabá, MT.

Os dados acima apontam para um número significativo de evadidos, mil trezentos e quarenta e dois (1342) alunos, ou seja, uma média de 10.84% de evadidos em relação aos matriculados (11040-1342=9.698). Entretanto, este valor total de matriculados (11.040) já repassado à instituição para a execução dos cursos, mas em que houve a ocorrência de evasão poderá ser compensados. A Portaria 817/2015 no artigo 90, parágrafo único normatiza que a instituição ofertante para compensar a carga horária, poderá ofertar as horas-aluno gratuitamente na pactuação de vagas seguintes, como poderá optar em devolver ao FNDE os valores referentes às horas-aluno quando na prestação de contas.

3.4.4 Prestação de Contas dos Recursos do Pronatec Bolsa-Formação

Conforme o Regimento nacional do Senai, as prestações de contas dos Departamentos e Delegacias Regionais e a do Departamento Nacional devem atender as instruções do Tribunal de Contas da União (SENAI, 2009). A prestação de contas deve, também, obedecer ao disposto no art. 22, inciso XXXIII da Portaria 817/2015, conforme já apresentado.

Sobre essa questão, questionamos os entrevistados sobre como ocorre a prestação de contas, e os professores, coordenadora pedagógica e secretária escolar disseram não saber como ocorre. No entanto, o gerente geral, analista comercial e o coordenador administrativo disseram:

Por ser uma instituição de ensino, ela funciona como se fosse uma escola, tem diário, tem matrícula, documentos, frequência, fechamento do curso quando é curso por carga horária, a gente tem auditorias nossa, nós tivemos agora recentemente auditoria do próprio CNI, nós tivemos auditoria do MEC, então tudo isto é comprovado por documentos por processos feitos normais; quero dizer, eu tenho diário, frequências de aluno, tenho tudo[...] (Gerente geral, 2015).

[...] nós recebemos, constantes auditorias tanto nos processos de gestão quanto de pagamentos, então nós tivemos recentemente auditoria do MEC, onde ele já verificou essas questões [...] nosso diretório regional/Cuiabá, a prestação é feita direta por eles, onde, toda questão de licitação, tudo o que for necessário para fazer licitação a gente faz ou pregão ou qualquer outro chamado, justamente para manter dentro desses padrões exigidos de fiscalização do tribunal (Analista Comercial, 2015).

[...] todo dia 10 e 20 a gente manda umas contas a pagar informando o que a gente pagou, e o que temos a pagar, então a planilha enviada ao DR, que tem informações de relatórios[...] (Coordenador Administrativo, 2015).

Diante da fala dos entrevistados pudemos entender que as prestações de contas efetivadas no Senai/Cáceres, são realizadas através de auditorias do MEC ou do Senai, através de investigação de documentos, registros, etc. Assim, a mesma ocorre como já dissemos de duas maneiras: **Auditorias** – ocorre quando um auditor vai até a instituição e verifica mediante documentos, dados, registros sobre a veracidade dos cursos implementados, e, também por meio da **inserção de dados no SiGPC**, no qual cada parceiro ofertante representado pela respectiva mantenedora (órgão que firma o termo de adesão ao Pronatec), deverá registrar no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) do FNDE, até 30 de abril do ano seguinte ao de recebimento dos recursos, conforme a Portaria 817/2015.

Entretanto, a inserção de dados no SiGPC é de responsabilidade de um gestor selecionado pelo departamento regional. Embora tenhamos inquirido ao gerente do Senai/Cuiabá sobre quem é o gestor responsável na execução da prestação de contas do departamento regional de Mato Grosso no SiGPC, não obtivemos resposta. E, ao solicitar o termo de adesão como parceiro ofertante, o mesmo afirmou que o que existe é o termo de adesão firmado entre o governo federal e o departamento nacional do Senai em Brasília. Sabemos que no caso dos SNA, o termo de adesão é firmado com o departamento nacional, no caso do Senai o termo de 2014 de parceiro ofertante do Pronatec está disponível on line e foi assinado pelo dirigente máximo do Senai Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti. Porém, o gerente geral do Senai/Cáceres em entrevista fala de um termo de parceria:

[...] quando a gente abre uma turma, exemplo, auxiliar administrativo para Lambarí D'Oeste, eu tenho que ter documento de parceria, eu tenho que ter o local, eu tenho que ter o relatório de vistoria do local e aí quando eu vou abrir o sistema me pede essa informação (Gerente Geral, 2015).

Em relação ao termo de parceria, ao perguntar ao gerente de Cáceres se o Senai possui esse termo, ele responde que:

Como nós somos filiais, é a regional que tem essa parceria, que substabelece para as filiais. (Gerente Geral, 2015).

Assim, o gerente geral do Senai/Cáceres ao explicar sobre a relação de parceria entre o Pronatec e Senai, confirma que existe esse termo de adesão firmado entre o governo federal e o Conselho Nacional da Indústria (CNI) do Brasil, que faz os repasses para as regionais. Contudo, verificamos que esse termo é firmado com o dirigente máximo do Senai, embora o presidente do CNI seja quem responda pelos processos de Prestações de Contas do Senai. Observe o quadro abaixo:

Quadro nº 15 – Prestação de Contas do Senai.

| | | | |
|--------------------------|--|-----------------|------------------------------|
| Nome Completo | Robson Braga de Andrade | E-mail | presidente@cni.org.br |
| CPF | 134.020.566-15 | Endereço | SBN Edifício Roberto Simosen |
| Bairro | ASA NORTE | CEP | 70040903 |
| Município | Brasília | CNPJ | 33564543000190 |
| Razão Social | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI | Programa | Pronatec-TD |
| Tipo de Concessão | Repasso Automático | Situação | Adimplente |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados do FNDE.

A Resolução 3/2012 no art.6º inciso III alíneas b e c, complementa como deve ocorrer essa prestação: aponte oficialmente à SETEC/MEC um funcionário com ligação empregatícia com a instituição como gestor responsável por coordenar nacionalmente a oferta de vagas e o processo de elaboração da prestação de contas dos recursos recebidos do FNDE; garantir que “cada departamento regional, se houver, indique um funcionário com vínculo empregatício como gestor responsável por coordenar a oferta de vagas e pela documentação necessária à prestação de contas da Bolsa-Formação em seu âmbito de atuação” (BRASIL, 2012, p.6).

No art.14, parágrafo 2º da citada resolução acima, se a prestação de contas registrada no SiGPC estiver em desacordo com o estabelecido não terá o seu recebimento registrado no SiGPC. E se a prestação de contas registrada no SiGPC estiver em conformidade com o estabelecido, será realizado pelo FNDE análise financeira e disponibilizará o acesso à SETEC/MEC para que, no prazo de até trinta dias úteis contados a partir do seu recebimento, a SETEC manifeste ao FNDE parecer conclusivo sobre o alcance das metas físicas do programa

que prestará mediante o SiGPC as informações. Este prazo é o que está previsto em lei, contudo a SETEC não executou ainda nenhum parecer conclusivo das prestações de contas desde 2011. Assim, pudemos verificar que a prestação de contas do Senai ocorreu de forma em que há pendências. Observe o quadro abaixo:

Quadro nº 16 - Prestação de Contas do Senai (2011 – 2015).

| ANO | ENTIDADE/UF | FASE | SITUAÇÃO |
|------|-------------|--------------------------------|------------|
| 2011 | Senai/DF | Aguardando Análise Financeira | Adimplente |
| 2012 | Senai/DF | Aguardando Análise Financeira | Adimplente |
| 2013 | Senai/DF | Aguardando Análise Financeira | Adimplente |
| 2014 | Senai/DF | Não consta prestação de contas | - |
| 2015 | Senai/DF | Aguardando Análise Financeira | Adimplente |

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Nota: Com base em dados do FNDE/Acesso: 28/07/2016.

Nos dados acima, verifica-se que em 2014 não há dados no sistema sobre a prestação de contas, e não há nenhuma justificativa. Entretanto, vale destacar que esse foi o ano em que o Senai/Cáceres mais efetivou matrículas de todos os anos de implementação do Programa, com quatro mil cento e setenta e cinco (4.175) matriculados.

Pode-se inferir que, assim como os repasses financeiros do governo federal ao Senai são realizados ao departamento nacional e este faz a distribuição entre as unidades, deduz-se que a prestação de contas também ocorre da mesma maneira de modo geral, pois só encontramos dados da prestação de contas do Distrito Federal, onde se encontra a sede nacional do Senai. Não encontramos dados por município do Senai, no caso analisado, o município de Cáceres.

O FNDE/Diretoria Financeira através do documento nº 7239 da Prestação de contas do Senai, informação nº18/2016-DIAFRI/COPRA/CGCAP/DIFIN/FNDE, analisa financeiramente os exercícios dos anos 2011/2012/2013 e os respectivos repasses em cada ano. Neste documento afirma que o Senai registrou as prestações de contas dos recursos referentes a estes anos no SiGPC em 15/05/2015.

No referido documento, apresenta análise dos recursos repassados em 2011 no valor de R\$125.517.511,00, em 2012 R\$689.234.171,00 e 2013 1.161.133.060,00 no qual atesta que consta no extrato bancário de 2011 em conta específica do programa termos não especificados, como “pagamentos diversos” rompendo com o disposto na Portaria nº413/2015. Assim, este extrato bancário no valor de R\$8.825.584,00 é tido como despesa não comprovada. Também consta no campo “Reprogramar Saldo” o valor de R\$116.407.517,003, correspondente ao crédito do exercício de 2011 no valor de R\$125.517.511,00 reprogramando em sua integralidade para o exercício do ano seguinte.

Já no exercício de 2012 consta no campo reprogramar o valor de R\$33.466.997,62 que corresponde ao crédito do exercício de 2012, R\$689.234.171,00, reprogramando em sua integralidade para o exercício seguinte, adicionado do valor dos rendimentos resultantes da aplicação financeira dos recursos (R\$4.272.811,53). Consta no extrato bancário da conta específica do Programa, pagamentos não registrados na relação de pagamentos, impedindo o estabelecimento do nexo de causalidade entre as despesas efetivadas e o objeto de transferência. Desta forma, o valor não comprovado, portanto impugnado é de R\$403.319.108,98. Além disso, consta no extrato bancário novamente o termo “pagamentos diversos” resultando em despesa não comprovada.

No exercício de 2013 consta no campo “reprogramar saldo” o valor de R\$17.654.401,02, correspondente ao crédito do exercício de 2013 (1.089.325.220,00) que será reprogramado em sua integralidade para o exercício posterior, adicionado do valor dos rendimentos resultantes da aplicação financeira dos recursos (2.960.609,72). Neste ano também novamente ocorre despesas não comprovadas no valor de R\$768.899.293,67, pois no extrato bancário consta pagamentos não registrados na “relação de pagamentos”.

O documento 7239 da Diretoria Financeira do FNDE, sugere que submeta-se os autos à área técnica, à Coordenação Geral de Execução de Programas de Concessão de Auxílio (CGAUX), para a submissão à SETEC/MEC, a qual deve se manifestar sobre a consecução das metas físicas do programa, se deve ser acatada a execução descentralizada desta transferência, sugere-se alterar a situação da prestação de contas para “aguardando análise técnica” e manter a situação de obrigação de prestar contas- como “adimplente” no SiGPC.

Se houver parecer desfavorável da SETEC/MEC, o FNDE emitirá parecer conclusivo não aprovando a prestação de contas e notificará ao parceiro ofertante a não aprovação e os motivos da rejeição, indicando até no prazo de quarenta e cinco dias corridos, contados a partir da data de recebimento da notificação para a devolução dos recursos impugnados. No entanto, terá esse prazo sem prejuízo da suspensão dos repasses. Ademais, se exceder ao prazo, se o

mesmo se esgotar, o parágrafo 9º ratifica que “sem que o parceiro ofertante regularize suas pendências, a prestação de contas não será aprovada pelo FNDE” (BRASIL, 2012, p.13). Contudo, não havendo irregularidades financeiras, o FNDE emitirá parecer de aprovação das contas.

Em 20/03/2015 o Senai foi notificado por duas omissões (exercícios 2012 e 2013), pois o prazo para prestar contas finalizou-se em 06/02/2015 e, até a presente data, não havia sido confirmado o envio da prestação de contas para o FNDE por meio do SiGPC - Contas Online. Desta forma, evidencia-se que a obrigação de prestar contas não foi cumprida na forma exigida pela Resolução/CD/FNDE nº 02/2012.

No exercício de 2012, o parecer da SETEC ao Senai foi considerando a compatibilidade entre o objeto pactuado e o objeto executado, entendendo que houve cumprimento parcial do objeto, ensejando a compensação de 25.020.899 horas-aluno para o exercício seguinte, conforme previsto no Art. 91 da Portaria MEC No. 817, de 13 de agosto de 2015.

Em 2013 e 2015 o Parecer da SETEC ao Senai considerou a compatibilidade entre o objeto pactuado e o objeto executado, entendendo que houve cumprimento total do objeto, sem a necessidade de compensação de horas-aluno no exercício seguinte. Todavia, não encontramos nada sobre o exercício de 2014.

A demonstração das despesas ocorrerá por meio de apresentação dos dados comprobatórios das matrículas efetivadas em cada curso e de documentos relativos às transferências de recursos aplicados. Os parceiros ofertantes deverão preservar arquivados nas sedes dos departamentos responsáveis pela execução dos cursos cada Termo de Compromisso e Comprovante de Matrícula emitido pelo Sistec e assinado pelo beneficiário, como também a cópia de documento de identidade, no prazo de vinte anos a partir da aprovação da prestação de contas da execução dos recursos transferidos, ainda deverão os documentos originais estarem disponíveis, quando requeridos pela SETEC/MEC, ao FNDE, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público.

De acordo com a Resolução 23 de 28 de junho de 2012, no capítulo V – Da prestação de contas do Programa, art. 14 - parágrafo 12º: O responsável local pela prestação de contas que aprovar e inserir irregularidades, mediante documentos ou declaração falsa, visando alterar a verdade sobre os fatos, será responsabilizado civil, penal e administrativamente.

Conforme dissemos no capítulo anterior, a resolução Nº 14, de 4 de dezembro de 2015, estende o prazo para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos aos serviços nacionais de aprendizagem bem como ao Distrito Federal, a estados e a municípios, objetivando

à oferta de Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec, referentes ao exercício de 2014, foi ampliado até 28 de fevereiro de 2016. Pois considerou a necessidade de ajustes no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), após verificação de divergências nos dados referentes às horas aluno por cada parceiro ofertante de vagas no âmbito do Pronatec Bolsa-Formação referentes ao exercício de 2014, dados esses que subsidiam a prestação de contas junto ao FNDE dos recursos recebidos.

Peroni (2007) argumenta que “o repasse de dinheiro público para o privado não é algo novo, mas que tem se transformado na própria política pública, principalmente nos casos em que o governo apenas repassa recursos para as ONGs, ou instituições privadas executarem as políticas sociais” (PERONI, 2007, p.13).

Sobre essa questão, Amaral (2014) em sua Tese de Doutorado “Relações Público-Privado na Educação de Mato Grosso” concorda com as discussões de Arelaro (2008) quando faz uma crítica à falta de transparência na relação público-privada:

destaca que a não transparência é característica das transações público-privado, ainda que a iniciativa privada use como premissa a transparência como princípio da Administração Gerencial. Contudo, estabelecer um convênio entre a esfera pública e a privada requer seguir procedimentos específicos de licitação e prestação de contas. Trata-se de dinheiro público sendo gasto à revelia da análise das instâncias competentes, ações desenvolvidas sem a necessária regulamentação e a devida prestação de contas (AMARAL, 2014, p.148).

Existem algumas fragilidades e questões obscuras envolvendo a prestação de contas do Pronatec Bolsa Formação que precisam ser mudadas como já vimos no capítulo sobre a Bolsa-Formação, no relatório de auditoria (2014) constatou-se que não houve prestação de contas de 2011-2012, e, o poder público continuava a efetivar as transferências sem regularizar tal situação. Como também apontou as “fragilidades no processo de prestação de contas, incluindo a não disponibilização do SiGPC, à época, para entrega das prestações pelos parceiros ofertantes e a falta de análise relativas à execução financeira, pelo FNDE, e à consecução do objeto, pela SETEC” (BRASIL, p. 2015, p.17). No entanto, tudo indica que esta falta de regularização ainda perdura, pois ainda não houve análise conclusiva pela SETEC desde a implementação do Pronatec em 2011.

Cabe ao MEC ao final do curso efetivar a conciliação de vagas e cálculo das horas. Para isto usando dados armazenados no Sistec. O Ministério analisa o número de horas-aluno ofertadas por cada parceiro ofertante, conferindo esse total com o valor repassado e/ou descentralizado às instituições, objetivando verificar se a situação do saldo, se credor ou devedor de cada um dos parceiros.

No relatório de Auditoria da CGU da SETEC/2014, como também no relatório do TCU/2015, foram apresentadas consultas feitas no SiGPC. Detectou-se trinta e nove (39) registros de prestações de contas com prazos vencidos. Estes registros se encontravam na seguinte situação: prestação de contas parcial com reprogramação de saldo (23 registros), prestação de contas parcial sem reprogramação de saldo (6 registros), reprogramação total de saldo (8 registros), sem prestação de contas e sem reprogramação de saldo (1 registro) e prestação de contas total (1 registro) (BRASIL, 2015).

Sendo assim, a equipe da CGU denuncia que duas outras instituições estavam com o status “adimplente” sem se quer ter enviado a prestação de contas e acrescenta que todos os trinta e nove registros (39) mencionados se encontram como adimplentes no sistema, no SiGPC. O TCU/2015 ratifica que não houve avanços sobre a verificação apontada pela CGU.

Outro fator muito sério e relevante destacado no relatório do TCU/2015, trata-se da reprogramação de saldo, sendo dessa forma uma ação normatizada pela Resolução CD/FNDE 7/2013, no caso dos SNA. Sendo assim,

O valor reprogramado pode ser utilizado em exercícios futuros, com a aplicação destinada ao mesmo objeto. Contudo, a reprogramação de saldo não gera automaticamente, no sistema, um registro de nova obrigação de prestar contas relacionada ao montante reprogramado e nem fica registrado a pendência da prestação de contas em relação ao saldo remanescente. Da mesma forma, ocorre com as prestações de contas nas outras situações, exceto o caso da prestação de contas total. Ou seja, na prática, a instituição fica desobrigada a prestar contas do saldo remanescente ou da parcela ainda não comprovada, haja vista a situação de adimplência da entidade constante no SiGPC (BRASIL, 2015, p.18).

A equipe de auditoria do TCU/2015 avaliou alguns possíveis riscos relacionados ao Pronatec, dos quais cito sobre a Bolsa-Formação:

✓ Apoderar-se indevidamente dos fundos de assistência estudantil pelas instituições de ensino. Também ainda nos casos em que o aluno abandona o curso depois de 20% da carga horária e o MEC persiste repassando o valor da hora aula integral (R\$10,00). Resultando no desperdício de recursos, apropriação indevida de recursos, aumento da evasão. Não havendo controle, pois a assistência estudantil está prevista na Lei do Pronatec mas a lei não define valor mínimo nem a forma de prestação de contas.

Como vimos em capítulo anterior, Robertson e Verger (2012) criticam o distanciamento do Estado, quando se esquivam da oferta direta da educação, mas financiam tais fornecedores mediante a parceria público-privada e intervêm na avaliação e regulação desses serviços. Pois,

Novos poderes são atribuídos ao papel do Estado, mas no sentido de legitimar a coerção do mercado necessária à exploração e à dominação: basta observar a atual relação entre capital

e trabalho. Há claramente uma tentativa de deslocar, separar o Estado da sociedade; esta se torna o universo onde se resolve tudo pelas vias da competição, da ajuda mútua e da “solidariedade”, com acentuada atuação do Terceiro Setor, em consenso com o novo papel do Estado (COSTA, 2011, p.41).

Santos e Rodrigues (2013) apontam o papel do Estado no Novo-Desenvolvimentismo, como instância reguladora as atividades econômicas, no qual favorece o capital na efetivação de seus investimentos financeiros. Neste sentido, Peroni (2013a) denuncia que a parceria público-privada dá às instituições um poder cada vez maior, dada a natureza não governamental assumida pelo terceiro setor, que implica não ser submetido ao controle institucional. E no referido caso do Pronatec, nesta parceria se dispensa acordo, contrato, convênio, ajuste; as instituições apenas estabelecem um termo de adesão, assumindo o compromisso de ofertar os cursos técnicos e prestar contas das matrículas realizadas, como se o importante fosse somente apresentar o que foi gasto, pois a parceria assegura que o financiamento será público. Contudo, a administração será privada, conforme os parâmetros da instituição ofertante (*parâmetros do setor produtivo*), assim fica evidenciado a necessidade de revisar o referido termo de adesão, pois envolve questões importantíssimas sobre a formação profissional que o Estado abre mão e entrega à gestão privada.

Sabemos que grande parte dos recursos do Senai são advindos do setor público, seja oriundo das contribuições compulsórias, ou como destinação direta de recursos do governo, como é o caso da Bolsa-Formação. Esta questão nos lembra da fala da secretária escolar (2015) entrevistada, quando afirmou que o Pronatec é a *menina dos olhos do Senai*, que o Senai é movido a Pronatec.

Historicamente os setores econômicos e o empresariado hegemônico repassaram as despesas da escolarização e qualificação da força de trabalho para o Estado brasileiro no conjunto das políticas públicas (DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015). Desta maneira, constatamos um Estado a serviço da manutenção do mercado, financiando, ao invés de implementando tais políticas.

Uma das maneiras utilizadas pela iniciativa Bolsa-Formação para se combater a evasão é a assistência estudantil. Contudo, apesar de estar prevista na Lei do Pronatec a mesma não está regulada, normatizada; como não há previsão de prestação de contas, nem de como deve ser prestada. Ademais, “há grande número de reclamações e denúncias sobre o não repasse aos estudantes na mídia e na ouvidoria do Tribunal” (BRASIL, 2015, p.37).

✓ Baixa confiabilidade dos dados do Sistec e baixa adesão as regras de negócio. Podendo resultar em pagamentos indevidos, situações não conformes, inconsistências.

✓ Baixa transparência nas prestações de contas das redes estaduais e do Sistema S. Deste modo, poderá resultar no mau uso do recurso público. Apesar disso, o Sistec permite controlar a execução pelo número de matrículas.

A prestação de contas dos recursos repassados para os ofertantes, principalmente às secretarias de educação estaduais e ao sistema S, apresenta falhas normativas que propiciam zonas com pouca transparência, como é o caso do sistema S, e deficiências na forma como é conduzida, criando ambiente de pouco controle e elevado risco (BRASIL, 2015, p.37).

O controle das matrículas e frequência é realizado no Sistec, apesar de que, é feito pelos ofertantes. No caso dos ofertantes privados, é preciso que os alunos confirmem a presença mês a mês. Apesar da possibilidade de controle da matrícula e frequência dos alunos através do Sistec e dessa maneira ter um controle maior sobre os pagamentos a serem realizados, contudo existe o risco de serem pagamentos indevidos, como já ressaltamos, de alunos que abandonaram o curso antes de 20% das aulas, mas que continuaram na lista de presença para que a instituição recebesse o valor total, assegurando o valor total do curso. Todavia,

A exigência de confirmação da frequência por parte dos alunos no caso dos cursos técnicos subsequentes ofertados por entidades privadas, é uma estratégia que minimiza o risco. Contudo, ela é aplicada apenas a um universo muito restrito, permitindo que a prática descrita tome lugar nos outros contextos. Da mesma forma, o controle do Sistec não elimina a possibilidade da existência de “alunos fantasmas” preenchendo vagas do Bolsa-Formação. Em ambos os casos haveria apropriação indevida de recursos públicos por parte dos ofertantes (BRASIL, 2015, p.37).

Mediante a *prestação e análise de contas* finalizam-se as etapas do fluxo da oferta e efetivação dos cursos do Pronatec Bolsa-Formação. Deste modo, compete a cada parceiro ofertante, representado pela correspondente mantenedora (órgão que estabelece o termo de adesão ao Pronatec), registrar no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) do FNDE, até 30 de outubro de cada ajuste, a prestação de contas dos recursos recebidos no exercício anterior. Com a edição da Portaria MEC 817/2015 esse prazo foi alterado para 30 de abril do ano subsequente ao de recebimento dos recursos. Após essa prestação de contas o FNDE deve efetivar aferição financeira e oferecer a documentação à SETEC para, no prazo de até trinta dias úteis, dar parecer terminativo sobre o alcance das metas físicas do programa e disponibilizar informações ao FNDE para a finalização da análise da prestação de contas.

3.4.5 Fiscalização do governo Federal

O governo federal utiliza como meios de acompanhamento e fiscalização do Programa Bolsa-Formação as auditorias, que são executadas através das visitas in loco nas instituições ofertantes do programa, e, mediante o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) do FNDE, que é um meio eletrônico utilizado pelo governo para exigir que as devidas instituições ofertantes prestem contas do dinheiro recebido.

No site do FNDE, esclarece que o mesmo é responsável por transferir recursos financeiros para cooperar com o funcionamento da educação básica da rede pública nos estados e municípios brasileiros. Assim, os gestores educacionais em todo o país têm a obrigação de prestar contas sobre a correta execução do dinheiro recebido. Visto não somente como dever, a prestação de contas é o fundamento da transparência e do controle social, ações indispensáveis ao acompanhamento das atitudes dos agentes políticos e administradores públicos.

Foi a partir da Resolução CD/FNDE nº 02/2012 e 43/2012 que o FNDE implantou em 2012 um novo procedimento de prestação de contas, no qual estabelece orientações, critérios e procedimentos para a utilização obrigatória a partir de 2012 do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), desenvolvido pelo FNDE para a gestão do processo de prestação de contas.

Segundo o FNDE, além de poupar recursos e tornar o processo mais eficiente, o novo sistema vai agilizar o tempo de preparo e envio das prestações de contas pelos estados e municípios, bem como a análise das contas pelo FNDE.

A SETEC esclarece que repactua semestralmente as vagas ofertadas pelas redes de ensino baseados no número de matrículas registradas no Sistec. O monitoramento in loco é um dos meios utilizados pela SETEC, indo ao local dos cursos e das instituições ofertantes com a finalidade de comprovar as matrículas efetivadas e para subsidiar futuras prestações de contas. Portanto, através do Sistec os ofertantes do Programa Bolsa-Formação inserem a quantidade de vagas pactuadas a serem implementadas, e por meio do SiGPC os mesmos efetivam prestação de contas do dinheiro recebido para execução do programa.

Assim, como vimos a partir de 2012, ficou obrigatório o uso do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), sistema on line desenvolvido pelo FNDE, para o processamento de todas as etapas referentes à execução de prestação de contas dos recursos repassados, meio utilizado também para fiscalização e acompanhamento por parte do governo federal às instituições ofertantes na execução dos cursos técnicos (BRASIL, 2016).

Levando em consideração as dificuldades que o FNDE passou para implantação e implementação do SiGPC, isto favoreceu para que até o momento não ocorresse nenhuma análise concluída pelo FNDE e SETEC das prestações de contas. No SiGPC a funcionalidade “enviar” só se tornou disponível para o Pronatec em **2014**, mesmo que as instituições tivessem

com as prestações disponíveis não poderiam realizá-la. Todavia, o Senai enviou a prestação de contas só em maio 2015.

A equipe de auditoria detectou deficiências nas prestações de contas no SiGPC. Conforme dados do TC 024.329/2015-0, em consulta ao SiGPC em 16/03/2016, de 2011 a 2014 haviam 62 prestações de contas, porém só 58 prestações de contas enviadas e 4 não enviadas. Sendo que estas eram para ser enviadas até 30/10/2015. No entanto, através da Resolução do FNDE Nº 14 de 2015 as prestações de contas dos recursos financeiros destinados à oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec se estendeu até 28/02/2016.

A equipe de auditoria sobre a prestação de contas dos recursos, ressalta que o grande gargalo referente às prestações de contas dos recursos do Programa relaciona-se à ausência de análise e não à sua entrega. Constatou-se que das treze (13) unidades auditadas, nove (9) encontravam-se em situação irregular, destas, quatro (4) entidades eram do Senai; detectou-se impropriedades no ato de confirmação da matrícula, situações como termos de compromisso assinado pós início de curso, ausência de comprovantes de matrículas e de documentos de identificação de estudantes; alunos sem frequência inicial, ou com frequência mas insuficientes, a situação de matrícula encontrava-se registrada de maneira irregular no sistema (BRASIL, 2016).

Deste modo, compreendemos que a prestação de contas por parte das instituições ofertantes, ainda não teve parecer concluídos, pois encontrou-se irregularidades na prestação de um número significativo delas. Além disso, a morosidade e falta de normatizações e funcionalidade do sistema, sob responsabilidade da SETEC contribuíram para que isso ocorresse. Desta maneira, foi possível verificar a importância da fiscalização in loco como meio de investigar a veracidade dos dados enviados mediante a prestação pelo sistema.

Em relação a fiscalização do governo federal o gerente geral do Senai/Cáceres afirmou:

O governo federal, ele tem controle, ele tem um programa que nós alimentamos dentro das informações, então ele passa, ele tem controle diário de todas as, os ingressos, as atividades que são feitas dentro do Pronatec, inclusive ele sabe até o local que está sendo ministrado as aulas, tudo certinho[...]a gente tem tudo no relatório que é feito e é mandado, desde o início até o término tem tudo isso, inclusive é, o presidente do conselho deliberativo que assina o documento, é todos eles são cadastrados, eles além de ter esse controle, eles também fazem fiscalizações aleatórias, ano passado, esse ano mesmo nós já tivemos fiscalização do CNI, que é o conselho nacional da indústria, e também tivemos uma do ministério da educação, então assim, eles não dizem pra nós quando é, e aonde vai, a gente só sabe que ele foi porque o local de parceria nos avisa, então até mesmo para não haver interferência e pra dar credibilidade naquilo que nós fazemos, então ele tem informações, do endereço, da escola, do telefone, ele tem o nome do presidente do conselho deliberativo do colégio, ele tem o nome e o telefone do diretor da escola, ele tem o horário que realiza esse curso, então ele tem todas essas

informações, então ele estabelece um auditor, vai lá e faz auditoria, verifica a questão da veracidade da realização dos cursos (Gerente Geral, 2015).

Em entrevista, questionamos se há algum tipo de acompanhamento/fiscalização do Governo Federal ao programa implementado, dos nove entrevistados sete ratificaram que existe sim através das auditorias. A assessora pedagógica explica:

A gente tem auditoria interna, que é por uma representante de gestão da unidade, a gente tem as auditorias do DR que é o departamento regional de Cuiabá, que o DR é uma central, que coordena as oito unidades do Senai, então DR é responsável por essas oito unidades dentro do estado do Mato Grosso, aí a gente tem a auditoria do DN que é o departamento nacional em Brasília, que ele audita o Brasil todo, e a gente tem auditoria direto do MEC, o MEC vem auditar, ele visita os alunos, ele faz reunião com os estudantes, faz reunião com os professores, eles visitam o ambiente, eles solicitam documentos, diário, contratos.[...] o MEC, o representante do governo que vem fiscalizar é o MEC, anualmente ele vem, ele vem anualmente em Cáceres, aí eles analisam o índice de evasão né? Analisam a frequência, se o ambiente está atendendo essa demanda, aí depois as outras auditorias relacionadas a financeiro ne, aí já não é dentro da escola, talvez pelo DR, que é o departamento regional (Assessora Pedagógica, 2015).

Sobre essa questão, o coordenador administrativo complementa que:

tem sim, auditorias ne, eles pedem informação, pedem primeiramente ao DR e o DR solicita algumas informações pra gente, mas praticamente o DR já tem quase todas informações que já são passadas pra eles e já centraliza ne, mas, essa parte do governo federal, por exemplo, pedindo informação para gente diretamente, Cáceres não tem.[...] Já teve auditoria, já veio pra verificar o pagamento do Pronatec, foi feito uma auditoria aqui, mas eles passaram em todas as unidades, mas o foco mais é no DR, eles pegam por amostragem das unidades (Coordenador Administrativo, 2015).

Como já discutimos no capítulo sobre a execução da Bolsa-Formação, o MEC tem a responsabilidade de acompanhar, monitorar e avaliar o programa, mediante uma análise técnica e o FNDE uma análise financeira. Assim, o MEC na efetivação de suas atribuições dá poderes à SETEC e ao FNDE para o incremento do Pronatec, especialmente a Bolsa-Formação. Entretanto, como já anteriormente falado, foi instituído o Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional, tendo a incumbência de estimular articulação e avaliação dos programas voltados à formação profissional no campo da administração pública federal, apoiar e avaliar a execução anual das iniciativas que compõem o programa. Sendo desta maneira, extremamente relevante o papel do Conselho para análise, avaliação e desempenho do Programa Bolsa-Formação, enfim para o controle social.

Assim, vale destacar o Decreto nº 7.855, de 5 de dezembro de 2012 que dispõe sobre as competências, composição e financiamento do Conselho Deliberativo de Formação e

Qualificação Profissional, criado pela Lei nº12.513/2011, com o fim de promover a articulação e avaliação dos programas de formação e qualificação profissional da administração pública federal. Dentre as suas competências, destaco: acompanhar e avaliar a execução anual das ações que integram o Pronatec e demais programas de formação e qualificação profissional desenvolvidos pela administração pública federal; e, propor o aperfeiçoamento e regulamentação da legislação referente ao Pronatec.

Diante dos fatos, compreendemos que o Pronatec - programa do governo federal, quando aplicado por intermédio do setor privado, obscurece a função do Estado na oferta da educação. Além disso, aumenta o poder do setor privado entregando a gestão e a política desse serviço educacional, talvez por isso verificamos uma fiscalização tão lenta por parte do poder público, pois não há um instrumento jurídico que penalize as instituições ofertantes em casos de irregularidades, apenas afirma na Lei que no caso da não prestação de contas, o termo de adesão será anulado. Assim, compete ao Estado revisar o termo de adesão, fiscalizar e acompanhar a implementação destes cursos ofertados pelas parcerias público-privadas, para garantir a execução desse direito social.

Considerando a amplitude do Programa, e as fragilidades apontadas pelas auditorias do TCU no Programa Bolsa-Formação, mediante os programas utilizados pelo FNDE como fonte para análise de prestação de contas das instituições ofertantes, entendemos que o Sistec e SiGPC carecem de revisões e/ou normatizações que garantam que o mesmo seja implementado com eficácia, de modo que regule e assegure aos beneficiados a execução dos cursos em sua completude, assegurando o auxílio estudantil através de normatizações. Esse programa necessita também de aperfeiçoamento dos sistemas (Sistec e SiGPC) que possibilite e exija que as instituições cumpram com suas obrigações para que não haja dano ao erário, que efetivem suas prestações de contas. Portanto, é preciso alterações no sistema para que não ocorra casos de inadimplência e persistam os repasses mediante irregularidades. Também entendemos ser necessário, revisões e delimitações no termo de adesão apontando as responsabilidades dos ofertantes, como por exemplo, sobre o estabelecimento de um valor para a assistência estudantil. É da competência da SETEC/MEC responsáveis pelo sistema de Educação profissional e tecnológica, que tomem as devidas providências no que diz respeito a morosidade dos sistemas tecnológicos, recurso indispensável à execução, gerenciamento, enfim, ao controle social.

Ademais, além do necessário acompanhamento do governo federal na implementação da educação profissional, ressaltamos seu papel como responsável direto na educação, na garantia da qualificação profissional. Pois como afirma Lima et al. (2016) “[...] sabe-se que

nem todas as instituições que vendem esse serviço para o Estado têm ou tinham vocação e capacidade técnica para ofertar educação profissional de qualidade que justificasse o repasse do fundo [...]” (LIMA et al., 2016, p.878).

O Pronatec é uma saída para resolver a problemática da formação para o mercado, e para isso [...]“criando um mercado da formação” (LIMA et al., 2016, p.881). Fato que constatamos neste trabalho, que, a grande execução do Pronatec Bolsa-Formação tem ocorrido pelas vias do setor privado, de modo especial pelo Senai que é o maior ofertante, evidenciando a desresponsabilização direta do Estado para com a política educacional.

Sobre essa questão de afastamento do Estado, Lima et al. (2016) afirma que a “[...] Rede Federal, mesmo estando em condições técnicas e físicas de implementar o Pronatec, participou bem menos que o Senai, tanto em termos nacionais quanto locais, dando à execução do programa abrangência bem mais privada do que pública (LIMA et al., 2016, p.881). Deste modo, podemos reafirmar, o que já defendemos neste capítulo, que o setor público tem toda uma vivência, experiência profissional e pesquisa na área da educação, neste caso, deveria ser o maior e porque não dizer o único ofertante do Pronatec Bolsa-Formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos a relação público privada entre o Governo Federal e o Senai na implementação de cursos técnicos no município de Cáceres, é necessário entendermos as mudanças que ocorreram mundialmente, nos aspectos econômicos, políticos, sociais, especialmente no mundo do trabalho, resultando em mudanças no papel do Estado, como já discutido e analisado por Harvey (2008), Mézaros (2010), Antunes (2012), Frigotto (2009), Peroni (2013).

Conforme Harvey (2008), devido à crise mundial acompanhada por inconstâncias, incertezas e a instabilidade financeira dos mercados mundiais, no período pós-guerra, em 1973, com a crise do petróleo, alta inflação e com a queda do modelo taylorista/fordista, nova experiência de organização política, econômica e social, emerge principiando um novo regime de acumulação. Frigotto (s/d) diz que esse novo regime de acumulação “flexível” é tido como padrão de desenvolvimento, contudo alerta sobre como esse novo modo de organização afetou intensamente o mundo do trabalho, tornando-o cada vez mais precarizado e explorado.

Após a década de 1980, surgem nos meios políticos e econômicos alguns movimentos, como: a globalização, o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a Terceira Via considerados estratégias à superação da crise estrutural do capital. Devido a essa crise, tem-se redefinido o papel do Estado e este tem transferido diversas funções, anteriormente de sua responsabilidade, ao setor privado (PERONI, 2008).

Mediante a instalação do programa de Reforma da Administração Pública, passa-se ao setor privado a função das políticas sociais, por este ser considerado modelo de eficiência. Este plano é direcionado para novas maneiras de gestão na tentativa de maior eficiência e qualidade para o cidadão. Portanto, a implementação das políticas públicas educacionais, antes executadas pelo poder público, são sucessivamente transferidas ao setor privado, com inúmeras ações financiadas pelo setor público. Isto ocorre a partir das décadas 1980 e mais intensamente em 1990 com a reforma do Estado em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. Nesta conjuntura, identificamos o Sistema S, mais especificamente o Senai na oferta da educação profissional através de cursos técnicos por meio do Pronatec, em Cáceres/MT.

O Pronatec é um programa do governo federal, instituído em 26 de outubro de 2011, pela Lei 12.513, que objetiva maximizar a oferta de educação profissional e tecnológica a estudantes do Ensino Médio da rede pública, da Educação de Jovens e Adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, que funciona por meio de parcerias, que é resultado da redefinição do papel do Estado.

Historicamente o Estado procura por parceiros para dividir a responsabilidade educacional. Podemos verificar isto principalmente a partir de 1990 com a Reforma do Estado e a redefinição de seu papel, repassando para o Terceiro Setor as políticas públicas sociais, em razão deste ser considerado ineficaz e incapaz, e, o mercado eficiente, consolida-se desta maneira a relação público-privada. A educação ganha novos contornos, sendo influenciada e implementada por novos atores, “o empresariado”. Portanto, a parceria público-privada no campo educacional é parte das alterações no papel do Estado, a partir da década de 1980, e da relação entre este e a sociedade civil, em consequência da crise estrutural do capital.

Desta maneira, reconhecemos o Pronatec como uma política do governo federal que não rompeu com a lógica fundada nos valores neoliberais no estabelecimento de parcerias público privadas. O Senai, parceiro ofertante do Pronatec, é considerado um dos maiores ofertantes de cursos técnicos profissionalizantes, pois só na unidade de Cáceres de 2011-2015 ofereceu cinquenta e cinco (55) tipos de cursos diferentes, com onze mil e quarenta (11.040) matriculados nesse período.

Apesar das contrariedades para a conquista dos dados desta investigação, tanto no setor privado quanto no público, estes dados foram estruturados e coadunados aos apontamentos teóricos da pesquisa, que possibilitou-nos constatar que a relação público-privada entre a União e o Senai na implementação de cursos técnicos no município de Cáceres, ocorre de forma morosa. Esta procrastinação é percebida em várias ações dos agentes do Pronatec, de modo especial na transferência de recursos públicos por parte do governo federal sem a devida prestação de contas por parte das instituições ofertantes, haja vista que o próprio sistema público ainda não permitia o envio da prestação de contas, que passou a vigorar em 2014. Como também verificamos que desde a implantação do Pronatec não houve parecer conclusivo das prestações de contas por parte da SETEC/MEC.

Na implementação dos cursos do Senai/Cáceres, verificamos que são repassados valores de modo que custeie todo gasto com os cursos (pagamento de professor, material didático, vale transporte, vale alimentação, uniformes etc.). Foram repassados ao Senai/Cáceres de 2011-2015 para a execução dos cursos técnicos conforme média aritmética R\$ 28.731.040,00 deste valor, só de assistência estudantil deveria ter sido repassado aos alunos 5.984.675,60. Constatamos que apesar de estar garantido em lei como verificamos, não houve análise conclusiva da SETEC/MEC sobre as prestações de contas, desde que este programa foi implantado, de modo que não há nenhuma clareza a respeito dessas questões, como das transferências e da assistência estudantil. Compreendemos que, além dos órgãos que têm como função o controle oficial do financiamento público, órgãos de controle social são necessários

para acompanhar, definir regulamentos internos para democratizar o uso de recursos públicos por essas entidades do setor privado. Devido a esses fatos, compreendemos que a PPP tem sido um mecanismo oportunista do setor privado nas ações do poder público, que enfraquece e minimiza as políticas públicas sociais. Assim, podemos concluir com Costa (2011), que ao falar do Estado afirma que ele é forte para o capital, mas [...] “fraco para com o atendimento aos direitos sociais, de modo que a execução de políticas nessa área se utiliza amplamente da mão de obra do trabalho precário, tendo como alternativa o Terceiro Setor” (COSTA, 2011, p.52).

Podemos assim reafirmar que, quando o Estado estimula e incentiva às parcerias público-privadas a ofertarem educação profissional, o mesmo se exime de seu papel, como fortalece e legitima as ações do setor privado. Em relação à isso, Peroni (2013a) corrobora que estes recebem um poder cada vez maior, dado o caráter não governamental apropriado pelo terceiro setor, que resulta em não ser submetido ao controle institucional, principalmente quando analisamos o artigo 6º parágrafo 1º da lei 12.513/2011 que dispensa a efetivação de contrato, etc.

Face ao exposto, compreendemos que apesar de o Pronatec Bolsa-Formação ser um programa social que tem beneficiado milhões de pessoas, entendemos que o mesmo carece de normatizações que garantam que seja implementado com eficácia, de modo que regule e assegure aos beneficiados a execução dos cursos em sua completude, assegurando o auxílio estudantil através de regularizações. Além disso, os sistemas de fiscalização e monitoramento do governo federal necessitam de aperfeiçoamento (Sistec e SiGPC) pois vimos nos relatórios de auditorias do TCU que ocorreram muitas irregularidades no SiGPC, como: instituições com status “adimplente” sem se quer ter enviado a prestação, registros de prestações de contas com prazos vencidos, prestações de contas sem reprogramações. E, o mais grave apontado pelo TCU é que as reprogramações não geram automaticamente no sistema o dever de prestação de contas, não ficando registrado a pendência da prestação de contas do saldo remanescente, apontando fragilidades não sendo fidedigno, podendo resultar em descrédito por parte das pessoas.

Tanto o Sistec – com as inserções de informações no sistema, quanto a prestação de contas no SiGPC não têm impedido irregularidades na Bolsa Formação, como alunos fantasmas, situações de inadimplências e contínuo repasse financeiro para entidades, instituições e órgãos em situação irregular.

Compreendemos ainda, que o poder público precisa exigir que as instituições ofertantes cumpram com suas obrigações para que não haja dano ao erário, que efetivem suas prestações de contas. Cabendo a SETEC/MEC responsáveis pelo sistema educacional, profissional e tecnológico, responsáveis também pela validação da Lei do Pronatec, que tomem

as devidas providências no que diz respeito à morosidade dos sistemas tecnológicos, recursos indispensáveis à execução e gerenciamento do programa. Como também o Conselho Deliberativo, que no uso de suas atribuições, materializem o acompanhamento e a avaliação na efetivação das regulamentações do Pronatec.

Assim, concordamos com Robertson e Verger (2012):

[...] A globalização das parcerias público-privadas na educação é um resultado [...] de processos associados ao neoliberalismo e à globalização econômica: como o aumento da porosidade das fronteiras institucionais e nacionais, o colapso da divisão entre o Estado/público e outros atores não estatais/privados, a explosão do número de agentes e projetos operacionais, constituídos em escalas global e regional (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1150).

As Parcerias público-privadas são dispositivos usados a partir das transformações que ocorreram na sociedade civil e no Estado, e elas têm alterado o papel do Estado, como apresentamos no início desta pesquisa. Para Robertson e Verger (2012) a PPP é mecanismo e está *profundamente enraizado no coração dos serviços públicos educacionais, em todos os níveis desde a política e a pesquisa até a aprendizagem nas salas de aula* (ROBERTSON; VERGER, p. 1149).

Assim compreendemos, que a formação ofertada pelo Pronatec Bolsa-Formação em Cáceres, mediante parceria é uma formação unilateral e imediatista para o mercado, baseada em competências e na aquisição de maiores qualificações; responsabilizando o sujeito na aquisição do trabalho, é uma educação que apenas torna o sujeito empregável.

Para Lima et al. (2016):

A predominância de oferta de cursos FIC, em detrimento da oferta de cursos de maior duração, situa o programa no rol de uma política de educação profissional imediatista e alienante e se configura um tipo de oferta que está longe de dar conta da problemática central que afeta a maior parte da população brasileira, a saber, a elevação da escolaridade integrada à educação profissional e tecnológica, pública e de qualidade (LIMA et al, 2016, p.881).

Apesar dessa problemática e de outras contradições existentes no Programa, como a sua implementação ocorrer na sua maioria pelo setor privado, por outro lado é um Programa que visa atender às pessoas de baixa renda, beneficiários de programas de transferência de renda, com ações voltadas para a inserção dessas pessoas no mundo do trabalho. Neste sentido, o Programa é um alento para os jovens, foi o que pudemos constatar no balanço de produção, ao fazer um levantamento de trabalhos sobre o Pronatec, verificamos que os beneficiários desse programa o veem como bom, enfatizaram a relevância de o curso ser gratuito, de ofertar apostilas e transporte, enfim, consideram o Programa como possibilidade de aprendizagem, ascensão profissional, e convivência social.

A educação profissional e tecnológica deveria não somente ser financiada, mas também implementada pelo setor público, pois os maiores ofertantes do Pronatec Bolsa-Formação são oriundos do setor privado. Assim, concordamos com Lima et al. (2016) que ao falar sobre programas técnicos profissionalizantes, defende que “[...]Esses programas servem, literalmente, de moeda de troca política e financeira, em que o Estado paga caro por uma educação profissional fragmentada e alienante, incapaz de fazer uma formação integral e emancipadora [...]” (LIMA et al., 2016, p.881). Como já afirmamos, a educação que o setor privado oferece, se ignora do estudante sua história, sua aprendizagem, é uma formação unilateral e, sujeita-o a treinamento veloz, para torná-lo empregável em um mercado de trabalho imprevisível.

BIBLIOGRAFIA

- ABRUCIO, Fernando L. **O impacto do modelo gerencial na administração pública: Um breve estudo sobre a experiência internacional recente.** (Cadernos ENAP; n. 10) Brasília, 1997. (Digitalizado)
- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. **Análise das Consequências de Parcerias Firmadas entre Municípios Brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a Oferta educacional,** 2010.
- ALAM, Luise A. W. A. **Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec,** Senai Pelotas. Dissertação de Mestrado Universidade Católica de Pelotas. Pelotas: UCPEL, 2013.
- AMARAL, Maria C. E. **Relações Público-Privado na educação de Mato Grosso.** Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp, 2014.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital, 2004.** Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 12/05/15.
- ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.** In: GENTILI, P. & FRIGOTTO, G. (orgs.) A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2000. Disponível em: files.adrianonascimento.webnode.com.br/.../Antunes,%20Ricardo.%20Tr...Acesso: 09/01/16.
- _____, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Cortez Editora, 16ª edição, 1995. Disponível em: http://www.cortezeditora.com/Algumas_paginas/Adeus_ao_trabalho.pdf. Acesso: 16/01/16.
- _____, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho no Brasil,** 2012. Disponível em: nuso.org/.../a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-pr... Acesso em: 12/05/2015.
- ARAÚJO, Denise S.; ALMEIDA, Maria Z. C. M. **Políticas Educacionais:** Refletindo sobre seus significados. Disponível em: paginapessoal.utfpr.edu.br > ... > Disciplina Políticas Educacionais. Acesso: 05/12/15.
- ARELARO, Lisete R.G. **Formulação e Implementação das Políticas Públicas em educação e as Parcerias Público-Privadas: impasse democrático ou mistificação da política?** Educação e Sociedade. Campinas. SP, v.28, n°100, out.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1328100.pdf>. Acesso: 02/05/2016.
- BALL, Stephen J.; YOUDELL, Deborah. **“Privatização oculta na Escola Pública”.** Relatório preliminar – Instituto de Educação, Universidade de Londres. 5º Congresso Mundial de Educação Internacional. Tradução minha – Julho, 2007. Disponível em: http://pages.ei-ie.org/quadrennialreport/2007/upload/content_trsl_images/630/Hidden_privatisation-EN.pdf. Acesso: 04/04/2017.

BASSO, Cláudia. **Aspectos Pessoais e Contextuais Favoráveis à Permanência de Estudantes em Cursos Técnicos do PRONATEC**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Digitalizado)

BRANCO, Rodrigo C. **O Novo desenvolvimentismo e a Decadência Ideológica do estruturalismo latino-americano**. OIKOS | Rio de Janeiro | Volume 8, n. 1 • 2009 | ISSN 1808-0235 | www.revistaoidos.org | pgs 71-91. (Digitalizado)

_____, Rodrigo C. **O Novo-desenvolvimentismo e a Decadência Ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/02.pdf>. Acesso:18/04/2016.

BRASIL, **A Reforma do Estado dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Disponível em: www.Planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/-seges-Mare-Caderno. Acesso: 10/06/13).

_____, **Políticas Públicas Para a Educação Profissional e Tecnológica**. Proposta em Discussão. Brasília, abril/2004. (Digitalizado)

_____, **Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Educação II**. Brasília, 2014. (Digitalizado)

_____, **Decreto nº 7.855, de 5 de dezembro de 2012**. Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional. (Digitalizado)

_____, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução Nº 62, 11 de Novembro de 2011**. (Digitalizado)

_____, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Conselho Deliberativo. **Resolução Nº 3, de 6 de março de 2014**. (Digitalizado)

_____, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução Nº 3 de março de 2012**. Disponível em: Acesso:13/07/2016.

_____, FNDE/SIGEF. **Programa Bolsa-Formação Pronatec Sistema S**. Disponível em: fnde.gov.br/Sigefweb/index.php/liberações/resultado. Acesso: 13/04/2016.

_____, FNDE. **Prestação de Contas do Senai**. <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar#consulta=anoConcessao%3D2013%26programaId%3DEF>. Acesso:28/07/2016.

_____, FNDE. **Liberações: Consultas gerais**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes/resultado-entidade/ano/2011/programa/EF/cnpj/33564543000190>. Acesso:28/07/2016.

_____, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE, Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510250&search=mato-grosso|caceres>. Acesso:01/03/16.

_____, IBGE, SIDRA. **População Residente**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protrabl/.asp?c=2028z=t&o=1&i=P>.

_____, LDB 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Série legislação - 9ª Edição. Brasília, 2014. (Digitalizado)

_____, MEC/SETEC. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2004. (Digitalizado)

_____, MEC, **Manual de Gestão da Bolsa-Formação**. Nov.2011. (Digitalizado)

_____, MEC, SETEC. PRONATEC. **Comissão de Educação da Câmara dos Deputados**/Secretário Marcelo M. Feres. Brasília, 2015.

_____, MEC, **Ministério da Educação Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**, 2015. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/.../UrlPublicasAction.php?> Acesso: 06/05/2016.

_____, **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**, Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011. (Digitalizado)

_____, **Portaria Nº 817, de 13 de agosto de 2015**. (Digitalizado)

_____, **Resolução/CD/FNDE nº 3, de 6 de março de 2014**. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000003&seq_ato=000&vlr_ano=2014&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC. Acesso: 10/05/2016.

_____, Tribunal de Contas da União (TCU). **TC 008.089/2015-9. Levantamento. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec**. Determinação à segecex. Arquivamento. Ata Nº51/2015-Plenário. Dez.2015. (Digitalizado)

_____, Tribunal de Contas da União (TCU). **TC 024.329/2015-0. Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC)**. Pronatec Bolsa-Formação, 2016. Ata Nº14/2016-Plenário. Dez. 2015. (Digitalizado)

_____, SETEC. **Protocolo de nº 1965678 de 01/06/2016**. Disponível em: meccentraldeatendimento@mec.gov.br. Protocolo enviado por e-mail.

CARDOSO, Fernando H. **Notas sobre a Reforma do Estado**. http://www.e-law.net.br/ensaios/Notas_sobre_a_reforma_do_Estado.pdf. Acesso:18/04/2016

CASSIOLATO, Maria M.M.C.; GARCIA, Ronaldo C. PRONATEC: **Múltiplos Arranjos e Ações para Ampliar o Acesso à Educação Profissional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf. Acesso: 04/05/2016.

CHESNAIS, François. **As raízes da crise econômica mundial**. 2012. Disponível em: www.centrovictormeyer.org.br. Acesso: 26/04/2016.

CIAVATTA, Maria. **Formação Integrada Caminhos para a Construção de uma Escola para os que vivem do Trabalho**. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000200009&script... Acesso em: 12/05/15. (Digitalizado)

CONTARINE, Marina L.M.; OLIVEIRA, Maria A. M. **Pronatec**: estudo de caso realizado em um curso Técnico de nível médio, em Belo Horizonte. Disponível em: http://www.senac.br/media/59065/bts40_bx-9.pdf. Acesso em: 22/07/2015.

COSTA, Marilda de O. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: O Caso do curso “Pedagogia da Terra” da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2005.

_____, Marilda de O. **Concepções de gestão nos programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do estado e da sociedade civil**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CURVO, Raul M.C. **Comparação entre as Grandes Crises Sistêmicas do Sistema Capitalista (1873, 1929 e 2008)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

CURY, Carlos R. J. **O Público e o Privado na História da Educação Brasileira: Concepções e Práticas Educativas**. In: Lombardi, J. C.; JACOMELI, M. R. M. & SILVA, T. M. T. da (orgs). O público e o privado na história da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados; Histedbr; Unisal, 2005.

DATASUS, PIB: **Veja o Produto Interno Bruto por cidade do Brasil - CÁCERES, MT**. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=caceres/MT-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>. Acesso: 29/02/15.

DEITOS, Roberto A.; LARA, Angela M. de B.; ZANARDINI, Isaura M. S. **Política de Educação Profissional no Brasil: Aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do PRONATEC**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 985-1001, out.-dez., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00985.pdf> Acesso: 20/10/2016.

DEL PINO, Mauro. **Política educacional, emprego e exclusão social**. In: GENTILI, P. & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.) A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2000. Disponível em: files.adrianonascimento.webnode.com.br/.../Antunes,%20Ricardo.%20Tr... Acesso: 09/01/16.

FERNANDES, Maria D.E.; OLIVEIRA, Regina T.C.; PERONI, Vera M. V. **Estado e Terceiro Setor: As Novas Regulações entre o Público e o Privado na Gestão da Educação Básica Brasileira**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. (Digitalizado)

FERES, Marcelo M. **Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil**. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação. São Paulo, 2015. (Digitalizado)

FONSECA, Pedro C. D. **Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil**, 2004. (Digitalizado)

FRAGA, Paulo D. **Práxis, trabalho e dialética da negatividade em Marx**. In: MARX, Karl. Marx e a Dialética da Sociedade Civil. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Digitalizado)

FREITAS, Luiz C. . **Materialismo histórico dialético**. In: I Seminário de Pesquisa do Setor de Educação do MST, 2008, Luiziania. Anais do I Seminário de Pesquisa MST. Brasília: MST, 2008. (Digitalizado)

_____, Luiz C. **Responsabilização, Meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?** Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/13407446/523410334/.../TEcto+CEDES+Final.docx>. Acesso em: 07/12/2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Cidadania e Formação Técnico-profissional: desafios neste fim de século**. 1996. Disponível em: http://www.apagina.pt/Download/PAGINA/SM_Doc/Mid_2/Doc_7042/Doc/P%C3%A1gina_7042.pdf. Acesso: 09/01/16.

_____, Gaudêncio. **Os Delírios da Razão- Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional**. In: GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. 16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____, Gaudêncio. **Ensino Médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade** - s/d. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1384>. (Digitalizado)

GADOTTI, Moacir. **A Gestão Democrática na Escola para Jovens e Adultos: Ideias para tornar a escola pública uma escola de EJA**. Disponível em: http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional1203023491It003Ps002/Gestao_democ_EJA_2003.pdf-Acesso em: 12/05/14.

_____, Moacir. **Histórias das Ideias Pedagógicas**. 8ªEd. São Paulo: Ática, 1999.

GALLINDO, Erika de L.; FERES, Marcelo M.; SCHROEDER, Nilva. **Inclusão Produtiva Urbana: O que fez o PRONATEC / Bolsa Formação entre 2011 e 2014**. Cadernos de Estudos. Desenvolvimento Social em Debates. Publicações do Mec, nº24, 2015.

GAMBOA, Silvio S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Campinas, 2006. Digitalizado

_____, Silvio S. **Elaboração de projetos de pesquisa: fundamentos lógicos**. Grupo Paidéia, Faculdade de Educação UNICAMP. São Paulo, s/d.

_____, Sílvio S. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP-1998.

GENTILI, Pablo. **Golpe em Brasil: Genealogia de uma farsa**. 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160624045419/GolpeEnBrasil.pdf>. Acesso: 04/04/2016. (Digitalizado)

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas S.A, 4ª ed. 2002.

GIDDENS, Antony. **A Terceira Via**: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 1999. (Digitalizado)

GUIMARÃES, Cátia. **Educar para o setor produtivo**/Público e Privado na educação. Inovação tecnológica pra quem? Revista Poli saúde, educação e trabalho. Ano V-Nº28-mai./jun.2013. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/EdicoesRevistaPoli/R35.pdf> Acesso em: 20/05/15.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 17ª edição, 2008.

_____, David. **Importância da imaginação pós-capitalista**. Entrevista feita por: Red Pepper/26/08/2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/08/26/david-harvey-importancia-da-imaginacao-pos-capitalista/> acesso: 25/04/2016.

HERNADEZ, Maria C. P. **A Configuração do Estado Brasileiro**. Revista Multidisciplinar da Unesp. Saber Acadêmico - n ° 06 - Dez. 2008/ ISSN 1980-5950. Disponível em: www.unesp.edu.br/revista/revista6/pdf/6.pdf. Acesso: 05/12/15.

HOFLING, Eloísa de M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. UNICAMP. Cadernos Cedes, ano XXI, nº55, nov. 2001. (Digitalizado)

LEHER, Roberto. **Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros**. Site de notícias: São Paulo, 01/07/2015. Entrevista concedida a *ABULQUERQUE, Luiz F.* Disponível em: <http://brasildefato.com.br/node/32359>. Acesso: 04/12/2015.

LESSA, Carlos. **“O Brasil Já foi Atingido pela Crise”**. Entrevista concedida a: Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/17171-o-brasil-ja-foi-atingido-pela-crise-entrevista-especial-com-carlos-lessa>. Acesso: 28/04/2016.

LIMA, Licínio C. Apresentação da Seção Temática - **Privatização da educação no contexto da(s) "Terceira(s) Via(s)": uma caracterização em análise**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 2, p. 177-181, maio/ago. 2013. (Digitalizado)

LIMA, Marcelo et al. **O público e o privado na educação profissional**: um estudo sobre a execução do Pronatec na rede federal e no SENAI. RBPAAE - v. 32, n. 3, p. 871 - 885 set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/62188/39690>. Acesso em: 12/03/2017.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. (Digitalizado)

MARTINS, Lígia M. **As aparências enganam**: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. São Paulo, 2006. (Digitalizado)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011. (Digitalizado)

MATO GROSSO, **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Grande Cáceres**. Cuiabá, 2010. Disponível em: sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio157.pdf. Acesso:29/02/16.

_____, **Plano Diretor de Desenvolvimento**. Prefeitura Municipal de Cáceres, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/02.Diagnostico%20do%20MunicipioCaceres.pdf>. Acesso: 29/02/16.

_____, **Plano Municipal de Educação 2015-2025**. Prefeitura de Cáceres, 2015. (Digitalizado).

_____, PPA: **Plano Plurianual 2012-2015**. LEI Nº 9.675 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2011. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/4112101/Documento+consolidado.pdf/ecc49956-2df3-4800-bd86-7016c7ba1f3e>. Acesso:08/07/2016

MENDONÇA, Erasto F. **Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302001000200007&script=sci_arttext. Acesso: 25/10/14.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. [Tradução: Isa Tavares]. 2ªEd. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____, István. **A Crise Estrutural do Capital**. Et al. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: O papel político-ideológico do “Terceiro Setor”**. In: ADRIÃO, Theresa e PERONI, Vera. (org.) **Público e Privado na Educação: Novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008.

_____, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, Reginaldo C. **Reformas Neoliberais e Políticas Públicas: Hegemonia Ideológica e Redefinição das Relações Estado-Sociedade**. Campinas, Educ.soc. v. 23, n.80, set. 2002. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 16/07/13.

NEVES, Lúcia M. W. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 3ª ed. 2002.

OLIVA, Aloizio M. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010)**. Tese Doutorado. Unicamp: Campinas/SP, 2010.

OLIVEIRA, Regina T. C. **O Programa Gestão Nota 10 no Âmbito das Parcerias entre Governos Municipais e o Instituto Ayrton Senna**. Revista da Faculdade de Educação. Cáceres: Editora UNEMAT, ano X, nº18 (jul. dez. 2012).

PAIVA, Vanilda. **Qualificação, crise do Trabalho assalariado e exclusão social**. In: GENTILI, P. & FRIGOTTO, G. (orgs.) **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação**

e no trabalho. São Paulo: Cortez, Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2000. Disponível em: files.adrianonascimento.webnode.com.br/.../Antunes,%20Ricardo.%20Tr... Acesso: 09/01/16.

PALUDO, Conceição. **Movimentos Sociais e Educação Popular: atualidade do legado de Paulo Freire.** Disponível em: www2.ufpel.edu.br/fae/dialogoscompaulofreire/ConceicaoPaludo.pdf. Acesso em: 31/03/14.

PEREIRA, Luiz C.B. **a Reforma do Estado dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle.** Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/A_reforma_do_Estado_dos_anos_90.pdf. Acesso em: 15/10/2016.

_____, Luiz. C. B. **Do Estado Patrimonial a Gerencial.** In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), *Brasil: Um Século de Transformações.* S.Paulo: Cia. das Letras, 2001: 222-259.2001. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73estadopatrimonial-gerencial.pdf> Acesso:13/04/2016.

PEREIRA, Rosângela S. **Índice de Políticas Públicas de Renda: Relatório Técnico – aspectos conceituais metodológicos e resultados.** Cuiabá, 2011. Disponível em: <http://www.tce.mt.gov.br/arquivos/downloads/00028090/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20-%202010%20DE%20NOVEMBRO%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%2014-2011.pdf>. Acesso: 15/07/2016.

PEREIRA, Sueli M. **Políticas Públicas na Educação Básica.** Universidade Federal de Santa Maria, s/d. Curso de Graduação a Distância em Pedagogia. (Digitalizado)

PERONI, Vera M. V., OLIVEIRA, Regina T. C de, FERNANDES, Maria D. E. **Estado e Terceiro Setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira.** Revista Educação e Sociedade, vol. 30, n. 108, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0730108.pdf>. (Digitalizado)

_____, Vera M. V. **Reforma do Estado e a Tensão entre o Público e Privado.** In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007. (Digitalizado)

_____, Vera M. V. **As Relações entre o Público e o Privado nas Políticas Educacionais no Contexto da Terceira Via.** Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013a. (Digitalizado)

_____, Vera M. V. **A Privatização do público: implicações para a democratização da educação.** In: Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013b.

_____, Vera M. V. **A Parceria entre Sistemas Públicos de Educação e o Instituto Ayrton Senna: implicações para o trabalho docente.** UFSC, Florianópolis, SC. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Desktop/PERONI-Vera-Maria-Vidal2010ParceriaP%C3%BAblico-Privada.pdf>. Acesso em: 09/12/2016.

_____, Vera M. V.; ADRIÃO, T. **A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado**. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. Público e privado na educação: novos elementos para o debate. São Paulo, Xamã, 2008.

_____, Vera M. V. **A Gestão Democrática da Educação em Tempos de Parceria entre o Público e o Privado**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012

PIRES, Marília F. de C. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface-Comunic, Saúde, Educ.1. UNESP: Botucatu, 1997.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/ranking-idhm-municipios-2010.aspx>. Acesso: 01/03/16

_____, IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013** – perfil do município de Cáceres. Acesso:07/07/2016. Disponível em: http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Caceres_mt.pdf.

REGULES, Luis E. P. **Terceiro Setor: Regime Jurídico das OSCIPs**. São Paulo: Editora Método, 2006.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. **A Origem das Parcerias Público-Privada na Governança Global da Educação**. Tradução de Theresa Adrião e Romualdo Portela. Educ. Soc., Campinas, v.33, nº 121, p.1133-1156, out.-dez.2012. (Digitalizado)

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 13ª ed., 1991.

ROSA, Divino B. A. **A Participação dos Profissionais da Educação na Elaboração das Orientações Curriculares da Educação Básica do Estado de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado, Cáceres/MT: UNEMAT, 2015. (Digitalizado)

SALDANHA, Letícia de L. W. **A Relação Público-Privado: Estado e políticas de educação profissional (PRONATEC)**. Anais do II Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional. Natal: IFRN, 2013. (Digitalizado)

SANTOS, Maurício I. dos; RODRIGUES, Romir de O. **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec: um olhar a partir das relações entre o público e o privado**. In: Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

SANTOS, Terezinha F. A. M. dos; GUTIERRES, Dalva V. G. **A Parceria Público-Privada na Gestão da Educação em Altamira-PA: O Programa Gestão Nota Dez do Instituto Airton Senna. DOSSIÊ - Revista da Faculdade de Educação**. Ano X, nº 18 (jul.dez.2012) – Cáceres-MT: Unemat Editora.

SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional - **Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)**: atualizado pelo decreto nº 6.635, de 5 de novembro de 2008 / Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. – Brasília, 2009.

_____, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Projeto Político Pedagógico Institucional**: atualizado em 23/11/2009. Cuiabá, 2009.

_____, **Diretrizes para Planejamento de Educação Profissional**. GETEC-DI-005, 2013. (Digitalizado)

_____, **Regimento Unificado Escolar**. GETEC-RI-006, 2015. (Digitalizado)

SHIROMA, Eneida O. **Política Educacional**. 4ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz F. de; MICHEL, Renaut. **Por que um Novo-Desenvolvimentismo?** Jornal dos Economistas no. 186, janeiro de 2005, p. 3-5. (Digitalizado)

SILVA, Maria das G. M. da. **Método do Materialismo Histórico Dialético**: material de apoio à produção de pesquisa. Cuiabá: UFMT, 2015.

SOUZA, Luciene M. de. **Estado e Políticas Públicas Educacionais: reflexões sobre as práticas neoliberais**. Disponível em: www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC06.pdf. Acesso: 05/12/15.

SOUZA, Silvana A. de. **Educação, trabalho voluntário e “responsabilidade social”**. São Paulo: Xamã, 2013.

STREECK, Wolfgang. **As Crises do Capitalismo Democrático**. Tradução de Alexandre Morales. Novos estud.- CEBRAP nº92, São Paulo, Março/2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100004. Acesso em: 30/04/2016.

TONET, Ivo. **Trabalho associado e extinção do estado**. In: MARX, Karl. Marx e a Dialética da Sociedade Civil. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Digitalizado)

TORRES, Carlos A. **Estado, Privatização e Política Educacional**: Elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo. Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. 16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Bases Teórico Metodológicas Preliminares da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.

TROGIANI, Caio de R. *et al.* **Desafios para a implementação do programa PRONATEC/Osasco sem miséria**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão em Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2012.

WOOD, Hellen M. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 4ª.ed. 2010.

APÊNDICE I

Relação das Parcerias do Senai/Cáceres

| Municípios | Parceiros |
|----------------------------|--|
| Araputanga----- | EEPSG Dr. Joaquim Augusto Costa Marques e APAE. |
| Cáceres----- | E.E. São Luiz, EMPG Laranjeira I, E. E. Natalino Ferreira Mendes, APAE e E. M. Buriti – Vila Aparecida, Prefeitura Municipal de Cáceres, Escola Senador Mario Mota, E. E. Profª Ana Maria das Graças de Souza Noronha, Escola Santos Dumont, E. M. Vitória Régia, Escola Professor Demétrio Costa Pereira, E. E. Desembargador Gabriel Pinto Arruda, SINDIMEC, Cadeia Pública de Cáceres, CDCE E. E. Profº João Florentino Silva Neto. |
| Comodoro----- | Prefeitura Municipal de Comodoro (CRAS). |
| Conquista D'Oeste----- | Prefeitura Municipal (CRAS). |
| Curvelândia----- | EEPSG Boa Esperança. |
| Figueirópolis D'Oeste----- | Não houve curso neste município. |
| Glória D'Oeste----- | Escola Rui Barbosa, Centro Educacional de Ensino Fundamental Aparecido Rubens Remedis – CEEFARR. |
| Indiavaí----- | Prefeitura Municipal (CRAS). |
| Jauru----- | CDCE – EEPSG Dep. João Evaristo Curvo. |
| Lambarí D'Oeste----- | Escola Estadual Padre José de Anchieta, Destilaria do Novo Milênio (Cooperb), Prefeitura Municipal (CRAS). |

| | |
|---------------------------------------|--|
| Mirassol D'Oeste----- ----- | EEPSG Padre Tiago, Destilaria do Novo Milênio (Cooperb), Escola Estadual Boa Vista, Prefeitura Municipal (CRAS), Centro Educacional Municipal Vereador Edson Athier Almeida Tamandare. |
| Nova Lacerda----- ----- | Prefeitura Municipal (CRAS) |
| Pontes e Lacerda----- ----- | Escola do Legislativo, Prefeitura Municipal (CRAS). |
| Porto Espiridião----- ----- | Prefeitura Municipal (CRAS e Escola Municipal Maria Gregório). |
| Reserva do Cabaçal----- ----- | EMEF – Barão do Rio Branco. |
| Rio Branco----- ----- | Escola Municipal Manoel Tavares de Menezes. |
| Salto do Céu----- ----- | EEPSG Dep. Francisco Villanova. |
| São José dos Quatro Marcos-- ----- | Escola Marechal Rondon e APAE. |
| Sapezal----- ----- | Agropecuária Maggi Ltda. |
| Vale do São Domingos----- ----- | CDCE – EEPSG Rainha da Paz. |
| Vila Bela da Santíssima Trindade----- | Escola Estadual de 1º e 2º Graus Verena Leite Brito. |

Relação dos cursos ofertados pelo Senai/Cáceres - Formação Inicial e Continuada (FIC) e os Cursos Técnicos conforme abaixo descritos:

Cursos FIC:

| |
|----------------------------------|
| Agente de informações turísticas |
|----------------------------------|

| |
|--|
| Agente de inspeção de qualidade |
| Agente de limpeza e conservação |
| Ajudante de obras |
| Alimentador de linha de produção |
| Aplicador de revestimento cerâmico |
| Assistente de produção |
| Auxiliar administrativo |
| Auxiliar de contabilidade |
| Auxiliar de crédito e cobrança |
| Auxiliar de manutenção predial |
| Auxiliar de operações em logística |
| Auxiliar de pessoal |
| Auxiliar de recursos humanos |
| Auxiliar de tesouraria |
| Auxiliar financeiro |
| Camareira em meios de hospedagem |
| Carpinteiro de obras |
| Confeccionador de bijuterias |
| Confeccionador de bolsas em tecido |
| Confeiteiro |
| Costureiro |
| Eletricista de automóveis |
| Eletricista instalador predial de baixa tensão |
| Espanhol básico |
| Inglês básico |
| Inglês intermediário |
| Instalador hidráulico residencial |
| Jardineiro |
| Língua brasileira de sinais (libras) – básico |
| Mecânico de manutenção de motocicletas |
| Mecânico de manutenção de motores a diesel |
| Mecânico de motocicletas |
| Montador e reparador de computadores |
| Montagem e manutenção de computadores |
| Operador de caixa |
| Operador de computador |
| Operador de processamentos de produtos lácteos |
| Organizador de eventos |
| Padeiro |
| Pedreiro de alvenaria |
| Pintor de obras |
| Produtor de iogurte |
| Promotor de vendas |
| Recepcionista |
| Recepcionista de eventos |

| |
|--------------------------------------|
| Recepcionista em meios de hospedagem |
| Salgadeiro |
| Soldador no processo mig/mag |
| Vendedor |

Quadro elaborado pelo Autora

Cursos Técnicos

| |
|----------------------------------|
| Técnico em administração |
| Técnico em eletrotécnica |
| Técnico em logística |
| Técnico em recursos humanos |
| Técnico em segurança do trabalho |

Quadro elaborado pelo Autora

APÊNDICE II

Roteiro de Entrevista

I) Roteiro de entrevista com Gerente Geral e Administrativo Financeiro, relacionado à implantação do Pronatec na unidade Senai.

- 1) Quem decidiu pela implementação do PRONATEC em Cáceres e como se deu esse processo?
- 2) Desde quando o Pronatec foi implantado no SENAI-Cáceres?
- 3) Existe um responsável geral pelo PRONATEC em Cáceres? Qual o seu papel na execução do Pronatec?
- 4) Como se dá a seleção dos professores; formas de contratação e de pagamento (por hora/aula, valores, se o pagamento é feito pelo SENAI ou diretamente pelo governo federal, etc)?
- 5) Qual(s) critério(s) é/são utilizado(s) para a escolha dos cursos técnicos ofertados pelo SENAI, em Cáceres?
- 6) Como se dá a relação entre PRONATEC e SENAI? Existe algum termo de compromisso entre as partes?
- 7) Como ocorrem os repasses financeiros ao SENAI e qual o montante de recursos repassados anualmente para execução dos cursos?
- 8) Como ocorre a prestação de contas?
- 9) Há algum tipo de acompanhamento/fiscalização do Governo Federal ao programa implementado?
- 10) O Pronatec sofreu alguma alteração desde sua criação? Se sim. Quando? O que foi alterado?
- 11) Você identifica vantagens no PRONATEC? Se sim. Quais?
- 12) E desvantagens? Se sim. Quais?
- 13) Encontrou alguma dificuldade na implantação do Pronatec (resistências, dificuldades financeiras, materiais, de recursos humanos, etc.).
- 14) Gostaria de falar mais alguma coisa sobre o Pronatec?

II) Roteiro de entrevista com secretária escolar, coordenadora pedagógica e professores, relacionado à implantação do Pronatec na unidade Senai.

- 1) Desde quando o Pronatec foi implantado no Senai-Cáceres? E desde quando você trabalha no Senai com cursos ofertados pelo Pronatec?

2) Como se dá a seleção dos professores; formas de contratação e de pagamento (por hora/aula, valores, se o pagamento é feito pelo SENAI ou diretamente pelo governo federal, etc)?

- 3) Qual(s) critério(s) é/são utilizado(s) para a escolha dos cursos técnicos ofertados pelo SENAI, em Cáceres?
- 4) Você teve algum tipo de preparação, nesta instituição, para iniciar seu trabalho na Educação Profissional ou recebe algum tipo de preparo?
- 5) Você conhece os documentos institucionais como Projeto pedagógico, Regimento interno, planos de cursos? As normas e regras da instituição influenciam sua prática docente? De que forma?
- 6) Há algum tipo de acompanhamento/fiscalização do Governo Federal ao programa implementado?
- 7) O Pronatec sofreu alguma alteração desde sua criação? Se sim. Quando? O que foi alterado?
- 8) Você identifica vantagens no PRONATEC? Se sim. Quais?
- 9) E desvantagens? Se sim. Quais?
- 10) Encontrou alguma dificuldade na implantação do Pronatec (resistências, dificuldades financeiras, materiais, de recursos humanos, etc.).
- 11) Você tem conhecimento de como ocorrem os repasses financeiros ao SENAI e qual o montante de recursos repassados anualmente para execução dos cursos?
- 12) Tem conhecimento de como ocorre a prestação de contas?
- 13) Há algum tipo de acompanhamento/fiscalização do Governo Federal ao programa implementado?
- 14) Gostaria de falar mais alguma coisa sobre o Pronatec?